



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

OSIMAR DA SILVA BARROS

A “CIDADE MODELO”:
Reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal
(1960-1987)

Belém
2014

OSIMAR DA SILVA BARROS

**A “CIDADE MODELO”:
Reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal
(1960-1987)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Antônio Maurício Dias da Costa

Belém
2014

OSIMAR DA SILVA BARROS

**A “CIDADE MODELO”:
Reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal
(1960-1987)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador Professor Doutor Antônio Maurício Dias da Costa

Banca de Defesa: ____/ ____ / 2014

Banca Examinadora:

Professora Doutora Fraya Frehse
(Membro-USP)

Professor Doutor Pere Petit
(Membro-UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPA, Belém-PA)

Barros, Osimar da Silva

A “cidade modelo”: reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em castanhal (1960-1987) / Osimar da Silva Barros - 2014.

Orientador: Antônio Maurício Dias da Costa

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

1. Crescimento urbano - Castanhal (PA), 1960-1987. 2. Desenvolvimento social. 3. Conflito social - Castanhal (A). 4. Castanhal (PA) - História, 1960-1987. I. Título.

CDD - 22. ed.307.76098115

Ademar Nunes da Silva (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

O processo de construção desta pesquisa exigiu muito esforço. Por esse motivo, me obrigou estabelecer uma rotina que levou minha presença a uma constante ausência entre família e amigos. Não necessariamente estive fisicamente afastado dos meus entes queridos, pois inúmera vez me encontrava na casa dos meus pais e junto da minha esposa. No entanto, como estava numa intensa leitura ou na digitação deste trabalho, pouca ou nenhuma atenção oferecia para eles.

Mesmo com esse comportamento, eu era surpreendido ao sentir cafuné da minha esposa Kelly Batista que sempre esteve ao meu lado me incentivando: a sua compreensão, seus conselhos e sugestões foram fundamentais para esta dissertação. Assim, percebi que não estava sozinho. Diante disso, agradeço ao intenso amor dos meus pais, Dona Branca e Seu Touro, dos meus irmãos e irmãs e de todos os meus sobrinhos e sobrinhas. Pelos saborosos almoços da casa da minha sogra Jandira, com a companhia alegre das minhas cunhadas Késia e Keila.

Ao orientador e amigo professor Antônio Maurício Dias da Costa que recebeu com grande entusiasmo este tema e acreditou e defendeu esta pesquisa desde a sua gênese na monografia de conclusão de curso. Agradeço a todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, especialmente aos professores Pere Petit, Ipojucam, Franciane, Rafael e Gaia. E também pelo carinho das colegas Lílian Lopes e Cíntia Moraes.

Não poderia deixar de agradecer aos “absurdos” companheiros do café, suco, pão com ovo e bolos: Ana Hidaka, Allik, Pedro, Eduardo, Diego e César e, claro, o professor Didier Lahon. Agradeço aos amigos de vinho e de longos debates sobre política brasileira: Nego Bill, Glauco, Tereza, Evandro, Luana, Sebastião, Edileuza, Professor Morales e Marcos Vinicius (Marquinho). E não posso deixar de lembrar de Diogo, Davianne, Eliomar, Louise e Thiago. Tenho ainda um agradecimento muito especial aos amigos Marcos Paulo, Paulo Alexandre e Bruno Oliveira.

Deixo meus sinceros agradecimentos a todos os funcionários da Câmara Municipal de Castanhal, por colocarem a disposição o acervo documental da casa legislativa. A todos os memorialistas da cidade Castanhal. Agradeço também aos funcionários da biblioteca do Serviço Social do Comércio (SESC), seção Castanhal. Aos colegas professores da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), especialmente aos professores da Escola Mario Queiroz do Rosário, em Bragança.

Por fim, compartilho a satisfação de ter produzido esta dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender as controvérsias do processo de reforma urbana da cidade Castanhal, localizada na Região Nordeste do Pará, entre os anos de 1960 e 1987. Desta forma, procuramos analisar a construção do discurso oficial de “desenvolvimento” e de “progresso” surgido devido à profunda alteração da paisagem citadina. No entanto, constatamos que as transformações urbanas se limitaram ao centro de Castanhal, pois outras áreas da urbe, como o bairro do Milagre, sofriam com a escassez de serviços básicos. Violência urbana também fazia parte do cotidiano castanhalense como furtos, assassinatos, violência institucional e revolta popular eclodiram na cidade. Isto, ao mesmo tempo em que sua elite política e econômica tentou forjar que Castanhal seria um modelo de desenvolvimento para as demais cidades paraenses. Assim, recorrendo aos documentos oficiais, jornais impressos e depoimentos orais, este estudo pretende também oferecer maior conhecimento sobre as relações sociais num contexto urbano da Amazônia Contemporânea.

Palavras-Chave

Reforma Urbana. Cidade Modelo. Desenvolvimento e Progresso. Tortura. Revolta do Pincel.

ABSTRACT

This research seeks to understand the controversies of the process of urban reform of Castanhal city, located in northeastern of Pará, between 1960 and 1987. Thus, we tried to analyze the construction of the official discourse about "development" and "progress" arisen due to profound changes in the cityscape. However, we found that the urban transformations were limited to Castanhal's downtown, since other areas of the city, as the Miracle neighborhood, suffered from shortages of basic services. Urban violence was also part of daily life in city as thefts, murders, institutional violence and uprising erupted in the town. This took place in a time when which its political and economic elite has tried to forge that Castanhal would be a model of development for other towns in Pará. Thereby, based on official documents, periodic sources and oral testimonies, this study also intended to provide deeper knowledge about the social relations in the urban context of Contemporary Amazon.

Keywords

Urban Reform. Model Town. Development and Progress. Torture. Paintbrush Riot.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - A CIDADE E A SUA INSURREIÇÃO	33
1.1. A “Revolta do Pincel”	33
1.2. A Revolta e a sua dimensão teórica	61
CAPÍTULO 2 - A “CIDADE MODELO”: A UTOPIA DO PROGRESSO SEM CONFLITO SOCIAL	88
2.1. “Transformações de uma cidadezinha numa cidade progressista”	88
2.2. O “modelo” das contradições urbanas	136
CAPÍTULO 3 - OS EXCLUÍDOS DA “CIDADE MODELO”	159
3.1. “...quase nenhum tinha nome”	159
CAPÍTULO 4 - A CIDADE E SUA “OUTRA FACE”: A VIOLÊNCIA URBANA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA	179
4.1. “É o preço do progresso”	179
4.2. A cidade e seu “antro de prostituição”	202
4.3. A cidade e sua “palmatorada” institucional	218
FONTES	247
BIBLIOGRAFIA	253
APÊNDICE	258
ANEXO	273

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA

Mapa I - A expansão da "Revolta do Pincel"	38
--	----

FOTOS

Foto 1 - Polícia Militar agride transeunte.	46
Foto 2 - Multidão concentrada no centro da cidade.	82
Foto 3 - Alguns dos revoltosos destruindo a Delegacia Central de Castanhal.	84
Foto 4 - Um dos rebelados destruindo a Delegacia Central de Castanhal.	85
Foto 5 - Centro de Castanhal.	126
Foto 6 - Construção da Loja Radisco.	127
Foto 7 - Prolongamento e preparação para pavimentação da Avenida Barão do Rio Branco.	130
Foto 8 - A Estação de Trem e o Terminal Rodoviário de Castanhal.	131
Foto 9 - Uma das ruas do Bairro do Milagre.	142
Foto 10 - Mulher e uma criança carregam latas com água.	157
Foto 11 - Francisca Ferreira, mais conhecida como Chica Cipó.	175
Foto 12 - João Aurora e seu "Antro de Prostituição".	208
Foto 13 - palmatória encontrada no interior da Delegacia Central de Castanhal.	231
Foto 14 - Carlos Alberto Costa Rodrigues	273
Foto 15 - População concentrada em torno das chamas.	273
Foto 16 - Manifestante descendo de uma basculante.	274
Foto 17 - Alguns "suspeitos" detidos pela Tropa de Choque.	274
Foto 18 - Curiosos ou participantes da "Revolta do Pincel".	275
Foto 19 - Detenção de alguns suspeitos de participarem da rebelião.	275
Foto 20 - Anúncio da Prefeitura Municipal de Castanhal na imprensa local.	276
Foto 21 - Aloysio Chaves, governador do Pará (esq.)	276
Foto 22 - Maximino Porpino Filho, do MDB (esq.)	277
Foto 23 - Delegado Elias Cordeiro.	277
Foto 24 - Áreas urbanas sem serviços básicos	278
Foto 25 - Bar do Bolinha ou Kati Bar	278
Foto 26 - Cabaré do João Aurora	279
Foto 27 - Um bar (esq.) e o "cassino" Pif-Paf (direita)	279
Foto 28 - Vista aérea do Mercado Municipal de Castanhal	280
Foto 29 - João Alves sobreviveu ao linchamento popular	280
Foto 30 - A imprensa castanhalense	281
Foto 31 - Transbordamento do Igarapé-Castanhal	281
Foto 32 - Muitas famílias ficaram desabrigadas	282
Foto 33 - Famílias que ocupam terras.	282
Foto 34 - Pedro Sodré, 75 anos	283

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é sobre transformações urbanas e suas contradições numa cidade da Amazônia. Castanhal, situada na região do nordeste paraense, testemunhou uma profunda reforma no seu espaço urbano central a partir dos anos de 1960 que se estendeu até os anos iniciais de 1980. Tais alterações removeram a paisagem e um cotidiano de uma cidade que tinha como referencial a passagem do trem da Estrada de Ferro de Bragança. Com essa mudança do ambiente citadino, a elite política e a imprensa local construiu um discurso que a urbe passava por um processo de “desenvolvimento” e de “progresso”.

Deste modo, para melhor compreender esse cenário forjado por esse segmento social dominante e o impacto e/ou a representação dos nossos entrevistados – especialmente aqueles que fazem parte de uma geração que tiveram suas vidas marcadas tanta pela estrada de ferro quanto pela sua desativação – sobre a reforma urbana da cidade, precisamos, de maneira sucinta, “rever a cidade de Castanhal no tempo do trem e da estação, quando suas ruas eram apenas caminhos e quando o primeiro conjunto arquitetônico e suas proximidades eram iluminados por lâmpadas”¹.

Castanhal surgiu do fruto de um processo de colonização de uma região denominada Zona Bragantina, nordeste do Pará, no final do século XIX. Essa ocupação – incentivada pelo poder público paraense – teve como base fundamental a criação de núcleos coloniais onde foram encaminhados imigrantes europeus e, especialmente, nordestinos e, entre estes, a maioria eram constituídos de cearenses, uma vez que a política de colonização coincidiu com uma extensa seca que assolou o Ceará em 1877². Assim sendo, “muitos migrantes se deslocaram para Amazônia”³.

Os núcleos colônias foram idealizados para suprir Belém, capital do Pará. Isso era necessário porque a maior parte dos trabalhadores se destinava para a extração do látex⁴. Diante disso, a capital paraense sofria com a escassez de abastecimento e para superar essa

¹ LACERDA, Franciane Gama. Cidade, memória e experiência ou cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX. IN: Pesquisa em História. São Paulo: Programa de Estudos pós-graduação em História. PUC/SP: Olho D' Água, 1999.p. 201.

² LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916). Belém. Ed.Açaí/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.p.302-305.

³ Idem.

⁴ Idem.

dificuldade foi preciso a “formação de núcleos coloniais, com colonos que tivessem ‘especiais aptidões’, além de interesse em entregar-se a agricultura”⁵. Com esse propósito, em 1875, inaugurou-se “a primeira colônia agrícola da Zona Bragantina (...), o Núcleo Colonial de Benevides”⁶. Dessa forma, de acordo com Francivaldo Alves Nunes, as autoridades públicas buscaram associar a vocação da produção agrícola da zona bragantina “às qualidades de suas terras”, porque sustentava exuberantes matas tropicais que recobria a região⁷ e poderiam também explorar os “recursos que poderiam ser extraídos dessas florestas”⁸.

A historiadora Franciane Gama Lacerda comenta que a colonização da Zona Bragantina - além de transformar uma região de produção agrícola – também assinalava a intenção do Estado de impor sua autoridade e presença nesse espaço para levar “a civilização (...), a ordem e o progresso”⁹. O historiador Francivaldo Nunes argumenta que o governo regional possuía conhecimento de “um intenso comércio de cabotagem” e, nesse sentido, levou as autoridades a colonizar a região bragantina e “exercer maior controle sobre a atividade comercial e áreas de produção agrícola e extrativa da região”¹⁰.

Para consolidar a colonização do nordeste paraense iniciou, em 1883, a construção dos “primeiros trilhos da Estrada de Ferro de Bragança” e essa linha representava para os “poderes públicos o grande marco de desenvolvimento” da região bragantina, porque possibilitou a ligação da “capital do Pará à cidade de Bragança, uma distância de aproximadamente 293 quilômetros”¹¹. Com isso, Franciane Lacerda nos apresenta os núcleos coloniais que foram cortados pela Estrada de Ferro de Bragança:

“De acordo com Palma Muniz são núcleos coloniais fundados antes do período republicano na área da Estrada de Ferro: Benevides (1875), Santa Isabel, Apeú, Americano e Benevides (tem seus lotes demarcados entre 1885 e 1886), Castanhal (1889). Ernesto Cruz identifica na Estrada de Ferro de Bragança os seguintes núcleos coloniais criados no período Republicano: Marapanim (1893), Jambuassú (1894), Benjamin Constant (1894), José de Alencar (1898), Santa Rosa (1898), Ferreira Penna (1898), Anita Garibaldi (1898), Iaketama (1898), Inhangapi (1898). Vale lembrar que muito desses núcleo quando emancipados, ou quando se tornaram municípios ou povoados maiores passaram a agregar outras colônias ao seu redor. A

⁵Idem.p.308.

⁶ NUNES, Francivaldo Alves. A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870/1889). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém. 2008.p.14.

⁷Idem.p.24.

⁸ Idem.

⁹ LACERDA, Franciane Gama. *Op. Cit.*p.311.

¹⁰ NUNES, Francivaldo Alves. *Op.Cit.*p.31.

¹¹ LACERDA, Franciane Gama.*Op.Cit.*p.305.

exemplo de Jambuassú e Santo Antônio do Prata que estavam ligados a Igarapé-Assú, quilômetros 112 da Estrada de Ferro”¹².

Diante de toda essa explanação, Castanhal se constituiu numa colônia agrícola construída por imigrantes cearenses e o trem da Estrada de Ferro de Bragança passava bem no meio da vila agrícola castanhalense. Lacerda realizou um estudo que analisa o cotidiano de Castanhal nas primeiras décadas do século XX. Recorrendo à memória de pessoas que testemunharam uma cidade que foi regida, em maior parte, pela passagem da locomotiva, permitiu, para autora, compreender um pouco dos diferentes “significados que os seus habitantes atribuem à sua experiência cotidiana”¹³.

Por essa linha de pensamento, por exemplo, a historiadora nos apresenta que a principal rua da cidade foi denominada - pelos relatos dos mais antigos moradores – de “rua da frente”:

“A ‘rua da frente’ é compreendida pelos entrevistados, como o espaço de maior movimentação a partir do qual o mundo era divulgado para a pequena cidade por meio do telégrafo que ficava na estação, dos jornais que diariamente chegavam no trem, vindos de Belém, e de um velho rádio na padaria de um português, que também ficava na ‘rua da frente’. Estes pareciam ser, além do próprio trem, com a circulação constante de pessoas vindas de toda a zona Bragantina, os principais meios de comunicação. (...) todos serviços públicos estavam concentrados nessa rua: as poucas lojas, a farmácia, a escola, a igreja, o cinema e a estação”¹⁴.

A “rua da frente” representava um lugar de circulação de informação e também onde se construía as relações sociais. Foi nessa via que se edificou o “primeiro conjunto arquitetônico da cidade”, e era “formado pela igreja matriz, pela praça e pelo grupo escolar”¹⁵.

As locomotivas da Estrada de Ferro de Bragança foram um dos elementos do cotidiano da “rua da frente”:

“(...) o tempo da cidade passa a ser regulado pelos horários de partida e chegada dos trens. Desta forma, o trem que saía de Belém às quatro horas da tarde, conduzindo carros de passageiros e cargas, chegava a Castanhal aproximadamente às oito horas da noite, indicando o horário da cidade se recolher para o descanso, ou para ficar atenta às muitas serenatas feitas as noites de lua cheia (...), o apito das 4h50 da manhã indicava o horário de despertar, preparar o café, ir até o mercado para comprar o almoço, preparar-se para a missa diária das 5h30 da manhã. O dia de trabalho na cidade parecia, assim, seguir o ritmo dos horários do trem. E até no dia

¹²Idem.p.312.

¹³LACERDA, Franciane Gama. *Op. Cit.*p. 202.

¹⁴Idem.p.203.

¹⁵Idem.p.204.

de domingo o tempo do descanso e da diversão era regulado pelo trem, pois às 9h30 da manhã, a diversão era esperar o Recreio”¹⁶.

O dia a dia da cidade de Castanhal era conduzido pelo trem. E a estação se apresentava como um local de sociabilidade:

“Nas cidades cortadas pelos trens da estrada de ferro de Bragança, as estações são lugares de grande movimento, na maioria das vezes tornam-se um espaço de sociabilidade para os moradores, na medida em que estação acaba sendo o lugar de maior circulação de pessoas da cidade. Em Castanhal, uma outra lembrança da estação diz respeito à chegada de numerosas famílias de migrantes cearenses, que cada nova seca que assolava o Ceará acabavam se deslocando para os núcleos colônias, vilas e cidade cortadas pelos trilhos da bragançana, em virtude de uma espécie de pólo de produção agrícola que se pretendia construir à margem desses caminhos de ferro. E boa parte da população que se fixou em Castanhal é formada de famílias de imigrantes nordestinos”¹⁷.

A estação de trem, a partir do fragmento acima, poderia representar um recomeço de muitos sujeitos sociais que chegavam a Castanhal e buscavam melhores condições de vida. Mas a cidade foi também marcada por dificuldades. De acordo com Lacerda, os moradores do município, em sua maioria pobre, enfrentaram problemas de abastecimento, pois a produção agrícola não se desenvolveu como se esperava e a pequena cidade sofreu “com sérios problemas de violência entre as lideranças locais”¹⁸.

Esse cotidiano, identificado por Lacerda com base na memória de alguns moradores, foi profundamente afetado pela reforma urbana que Castanhal passou a partir da segunda metade do século XX. Diante disso, o recorte cronológico do nosso trabalho parte do ano de 1960, porque constatamos - com base nas fontes institucionais da Câmara Municipal de Castanhal e dos depoimentos orais - os primeiros indícios das transformações urbanas da cidade. Soma-se a isso o que observamos nas atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do legislativo castanhalense, entre as décadas de 1960 e 1970, onde encontramos nas declarações dos poderes executivo e legislativo o discurso que Castanhal vivia um processo de “desenvolvimento” e de “progresso”. Tal construção se estendeu para a memória dos nossos entrevistados como também para imprensa castanhalense, publicada no final dos anos de 1970.

A pesquisa desta dissertação se estende até o ano de 1987, ano em que explodiu uma rebelião popular contra a violência policial, que ficou conhecida como a “Revolta do Pincel”,

¹⁶Idem.p.208-209.

¹⁷Idem.p.209.

¹⁸Idem.p.211.

porque um menor de idade, suspeito de ter roubado dois pinceis, foi preso e torturado na Delegacia Central de Castanhal. Tal fato evidencia uma das controvérsias entre o um discurso do poder público municipal e elitista sobre a “evolução” da cidade e a realidade experimentada por aqueles que ficaram excluídos do “progresso”. A “Revolta do Pínel”, neste trabalho, funciona como referencial para a desconstrução do discurso da “Cidade Modelo”. Ou seja, pretendemos apresentar, partindo de um motim contra a violência policial, uma série de evidências que demonstram as contradições disruptivas do discurso da “Cidade Modelo”¹⁹ e sua relação com a versão dominante oficial de “desenvolvimento”.

Para apresentar os argumentos necessários para a problemática exposta acima, esta dissertação está organizada em quatro capítulos. Mas antes de discorrer sobre os temas, precisamos refletir a relação entre História e Memória, uma vez que em todos os capítulos utilizamos os depoimentos orais para facilitar o contexto das transformações urbanas e fazer os devidos cruzamentos com as demais fontes pesquisadas.

Assim sendo, partindo do estudo de Verena Alberti, a metodologia da História Oral corresponde “registro de testemunhos” que permite a ampliação das “possibilidades de interpretação do passado” e isso é possível porque ocorre através da coleta de entrevistas de “indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”²⁰.

Nesse sentido, conforme Verena Alberti – que recorre a Michel Trebitsch – o uso dos “documentos vivos” ganhou relevância e reconhecimento somente quando as Ciências Humanas deixou de limitar seus paradigmas para uma “única história ou identidade nacional, para reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma

¹⁹ O título “Cidade Modelo” teve origem na década de 1960, especificamente na administração municipal de Máximo Porpino Filho (1962-1964), quando o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário escolheu a cidade de Castanhal, como muitas outras cidades do Brasil, para ser um modelo de planejamento urbano. Contudo, o projeto de organização urbana não foi concretizado. Mesmo assim, o prefeito Máximo Porpino Filho, conhecido como Mímo, continuou explorando a ideia que Castanhal seria uma “Cidade Modelo”. Assim, esse termo foi difundido, na década de 1970, tanto pelos legisladores municipais quanto pela imprensa castanhalense que associaram a mudança do cenário urbano como um modelo de desenvolvimento para outras cidades paraenses. Para melhor compreensão do termo “Cidade Modelo”, ver o segundo capítulo desta dissertação. E a principal fonte que nos relata a construção do termo “Cidade Modelo” foi o depoimento de Manoela Francisco da Silva, Seu Moacir, que foi entrevistado no dia 30 de agosto de 2012, em sua residência.

²⁰ ALBERTI, Verena. História dentro da História. IN: PINSK, Carla Bassanezi (org.). São Paulo, Contexto, 2005, p.155.

sociedade”²¹. Ou seja, estendendo reflexões políticas, sociais e culturas para uma história do local e do comunitário e, assim, reconhecendo a sabedoria do povo²².

No entanto, segunda a pesquisadora, é importante saber que os depoimentos coletados da história oral não constituem a “própria história”, isto é, não consiste a “revelação do real”²³, uma vez que as entrevistas registradas são fontes. E como fontes elas devem ser questionadas assim como os documentos escritos que também são considerados subjetivos, pois a “própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico”²⁴.

E no sentido singular, a História Oral nos guia para um caminho que encontramos “múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido” de distintas “experiências e modos de vidas de diferentes grupos sociais”²⁵. Com isso, de acordo com José Carlos Sebe Meihy, uma pessoa isolada e colocada para relatar suas experiências de vida, oferecerá um amplo conhecimento histórico “no sentido singular e coletivo” e atingindo um “alcance social” e, nesse aspecto, a história oral não se organiza como um estudo de caso porque essa metodologia “se relaciona com múltiplos aspectos da vivência coletiva”²⁶.

Confirmando essa mesma linha de pensamento, Alessandro Portelli argumenta que a História Oral pretende que o povo “se movimente e fale por si mesmo” e nos faz conhecer o povo iletrado ou grupos sociais que tem a história escrita com base nos erros e/ou distorções²⁷. Desta maneira, esse procedimento de coleta de informações nos aproxima dos aspectos do cotidiano, dos costumes e da cultural material de sujeitos sociais que se encontravam às margens da história²⁸.

Portelli destaca que a relevância dos depoimentos orais consiste naquelas narrativas “que conta menos sobre eventos que sobre significados”. Ou seja, essa metodologia abre para os pesquisadores novos cenários de fatos históricos desconhecidos ou revelações de particularidades que aprofundam as complexas relações sociais e/ou oculta eventos conhecidos²⁹. Diante dessa atitude, Alessandro Portelli comenta que se revela um precioso

²¹Idem.p.158.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴Idem.p.163.

²⁵Idem.166.

²⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ªedi. Edições Loyola, São Paulo, 2005.p.42-43.

²⁷ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. IN: Projeto História. São Paulo, Nº14, Fevereiro, 1997.p.26.

²⁸Idem.p.27.

²⁹Idem.p.31.

elemento que brota da narrativa oral: “subjetividade do expositor”³⁰. Deste modo, de acordo com o pesquisador literário, as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o quê queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” e, assim, manifestando o custo psicológico do indivíduo que se entrelaça com os contos míticos, poesias e narrativas que leva a construção de “imaginação” compartilhada³¹.

Mesmo o sujeito edificando um universo que interagem “fatos” e “fábulas”, conforme o autor, as “fontes orais são aceitáveis mas com uma credibilidade diferente”, uma vez que a relevância dos relatos orais está associada não na sua autenticidade ao fato, mas também “seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir”³². Nesse sentido, para Alessandro Portelli “não há ‘falsas’ fontes orais” e as afirmativas “erradas”, são ainda psicologicamente “corretas”³³.

Outra importância para Portelli é entender o sentido do passado construído pelo esforço do narrador, sentido que “dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”³⁴. Assim sendo, as mudanças da conjuntura interferem nos depoimentos, dependendo da circunstância o narrador pode omitir um fato porque o presente considera determinada forma de ação ilegal, ou revela algo curioso já que a condição social permite³⁵. Então, segundo Alessandro Portelli, “não é impossível para eles fazerem uma distinção entre o próprio passado e o presente, e objetivar o passado em si como diferente do presente”³⁶.

Em relação à memória, Portelli ressalta que a História Oral trata da memória e esta se encontra em constante processo de mudança e se adaptando aos valores e representações construídos pelo meio social³⁷. O pesquisador considera que a formação da memória passa por um longo procedimento e, com isso, constata que a memória é uma construção individual e se materializa “quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas”³⁸, mas produzida no dinamismo social, tendo como base as relações sociais e culturais edificadas e partilhadas

³⁰ Ibidem.

³¹ Idem.p.30-31.

³² Idem.p.32.

³³ Idem.

³⁴ Idem.p.33.

³⁵ Idem.p.34.

³⁶ Idem.p.35.

³⁷ PORTELLI, Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. IN: Projeto História, São Paulo, Nº15, Abril.p.16.

³⁸ Idem.

socialmente³⁹. Deste modo, “as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas”, mas nunca idênticas⁴⁰.

Por isso, Alessandro Portelli evita o uso do termo “memória coletiva”, pois a História Oral tenta “reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas” e não padronização da memória que “transcendem à pessoa”⁴¹. Ou seja, “cada entrevista é importante por ser diferente de todas as outras”⁴². Por fim, para Portelli o trabalho da História Oral “nos ensina não é importância abstrata do indivíduo (...) mas a importância idêntica de todos os indivíduos”⁴³.

Retomando as reflexões de Verena Alberti, os que criticam a História Oral têm no argumento que o depoimento vem da memória, a qual sofre constantes “distorções”⁴⁴. Mas Alberti comenta que dessas “distorções” podem facilitar e ampliar a compreensão dos costumes, valores e a mentalidade de um determinado segmento social⁴⁵. E a pesquisadora continua:

“(...) o trabalho com a História Oral pode mostrar como a constituição da memória é o objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organizações e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo”⁴⁶.

Nesse sentido, conforme Alberti existe um consenso nos estudos sobre reminiscência “que há uma multiplicidade de memória em disputa” ou de maneira bipolar entre a “memória oficial” e a “memória subordinada”⁴⁷. Além de estar associada a camadas sociais distintas e entrelaçadas as informações, a memória, de acordo com Jaques Le Goff, corresponde “a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.p.17.

⁴³ Idem.p.18.

⁴⁴ ALBERTI, Verena.*Op.Cit.*p.166.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.p.167.

⁴⁷ Idem.

informações passadas, ou que ele representa como passadas”⁴⁸. Ou seja, o historiador francês observa que o processo de edificação das reminiscências está relacionado com estado psicológico e fisiológico do indivíduo e essas interferências “podem evocar, de forma metafórica ou concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social”⁴⁹.

Desta maneira, Le Goff explana que inúmeras teorias entraram em consenso que os resquícios que submergem constantemente na superfície das reminiscências não ocorrem de maneira passiva, mas está correlacionada a “mais complexas da atividade mnemônica do cérebro e do sistema nervoso”⁵⁰. Assim sendo, determinado contexto, associado ao estado de psicofisiologia, além de interferir na “ordenação de vestígios”, influência fundamentalmente na releitura dos fatos contidos na recordação⁵¹ e, em especial, na memória coletiva, pois se consolida em um campo onde se exerce a “luta das forças sociais pelo poder”⁵². Assim, segundo Jaques Le Goff:

“Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, os indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulações da memória coletiva”⁵³.

Diante dessas disputas da construção da história a partir das recordações entre distintos segmentos sociais, Le Goff ressalta a relevância do “estudo da memória social” para “abordar os problemas do tempo e da história” e estas se associam a memória em constante afastamento e transbordamento⁵⁴. A memória individual também é invadida por diversos fatores externos:

“Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das *re-presentações* (ou *re-presentificações*) do pretérito. Significa isto que a recordação, enquanto presente-passado, é vivência interior na qual a identidade do *eu*, ou melhor, a ipseidade, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa. Assim, contra a tese bergsoniana da existência e uma ‘memória pura’, os dados imediatos da consciência são tecidos por uma pluralidade de memória outras que coabitam na memória

⁴⁸ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão. 5ªed. Campinas, São Paulo. Editora Unicamp, 2003.p 419.

⁴⁹ Idem.p.420.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.p.422.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

subjetiva (...), cuja mediação acaba por especificar o modo como aquelas são apropriadas”⁵⁵.

Nesta citação de Fernando Catroga é apresentada uma abordagem pertinente: se poderia discorrer sobre memória coletiva. Esse questionamento destaca Catroga porque – com base em varias teorias elaboradas por filósofos como Santo Agostinho, Locke e Husserl – “circunscreveu a memória a um ‘olhar interior’ e à assunção pessoal das temporalidades”⁵⁶. Ou seja, os fatores externos são moldados pela subjetividade do individuo que, por sua vez, construirá sua memória a partir de sua experiência.

Maurice Halbwachs enfatiza que a memória constitui uma projeção coletiva e social e, desta forma, indo de encontro com a “memória histórica”⁵⁷. Para Halbwachs, História e Memória seriam divergentes por serem de origens distintas, isto é, quanto à segunda está associada à escrita e edificação do tempo fixo, a segunda se reconstitui através da experiência vivida⁵⁸. Maurice Halbwachs ainda destaca que as memórias individuais e coletivas são construídas dentro de um tempo e espaço. Deste modo a importância de conhecer conjuntura social para melhor compreensão das reminiscências, assim, se torna necessário o cotejamento com outros documentos que não seja relatos orais⁵⁹.

Paul Ricoeur defende que há um segmento intermediário entre os pólos da memória individual e memória coletiva:

“Não existe, entre os dois pólos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos? Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. Variação de distância, mas também variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: tornar-se próximo, sentir-se próximo (...). O que espero dos meus

⁵⁵ CATROGA, Fernando. Os passos do homem como restolho do tempo: a memória e fim do fim da história. 2ªed. Coimbra, 2011.p.12.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo. Centauro, 2004.p.74.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

próximos, é que aprovem o que atesto: o que posso falar, agir, narrar, imputar a mim mesmo a responsabilidade de minhas ações”⁶⁰.

Ou seja, Paul Ricoeur não se limita a simples divisão entre a memória coletiva e a memória individual nas intervenções nas reminiscências, visto que há também uma ponte que liga ao próximo, funcionando como uma intermediária que construirá uma representação distinta da memória em relação às recordações pública e pessoal. Portanto, todos esses aspectos teóricos sobre a importância da História Oral e da Memória se encontrarão ao longo dos quatro capítulos.

Depoimentos que revelam, constroem ou forjam história de vida pessoal, narrativas subjetivas moldadas por fatores externos e circunstância do presente, relatos nostálgicos de uma época, estão inseridos dentro de um tempo e espaço local e nacional. Deste modo, eles oferecem maior possibilidade de compreensão das mudanças da paisagem urbana da cidade de Castanhal.

Diante dessas considerações, no primeiro capítulo optamos em analisar a “Revolta do Pincel” ocorrida em Castanhal, no dia 29 de março de 1987. A eclosão desse motim teve como estopim a tortura, seguida de morte, do menor Carlos Alberto Costa Rodrigues que foi submetido a três dias de mortificação no distrito central de polícia de Castanhal⁶¹. Os torturadores do garoto eram alguns policiais civis e militares. Com isso, formou-se uma multidão que tomou nove bairros da cidade e destruiu todas as delegacias, as residências dos policiais envolvidos com a tortura do menor de idade e, em seguida, incendiou o fórum.

Dessa forma, tentamos coletar depoimentos de algumas pessoas que residem ou residiram em bairros onde ocorreu o foco da revolta e que testemunharam esse fato. Contudo, esse objetivo não foi alcançado porque muitos se recusaram em conceder sua memória.

⁶⁰ RICOER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, São Paulo. Editora UNICAMP, 2007.p.141.

⁶¹ Esse fato consistiu no principal tema do meu trabalho de conclusão do curso de licenciatura e bacharelado em História, apresentado em 2008. O termo “Revolta do Pincel” foi criado durante a elaboração dessa monografia com base nos relatos das pessoas que vivenciaram o quebra-quebra e nos depoimentos era notória a relação da rebelião com episódio do roubo do pincel. É importante ressaltar que nessa monografia centramos a violência policial como principal fator responsável de provocar a “Revolta do Pincel”. O primeiro capítulo desta dissertação faz praticamente uma releitura da minha monografia, de modo que as fontes – tanto as orais como as impressas - receberam outro tratamento de análise e também foram incluídos outros novos depoimentos coletados. Ver. BARROS, Osimar da Silva. *Movimentos Momentâneos de Protestos Urbanos: uma análise sobre a Revolta do Pincel em Castanhal (1985-1987)*. Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. 2008.

Apesar dessa infelicidade, conseguimos reunir um número suficiente de depoimentos onde conseguimos identificar distintas representações sobre a “Revolta do Pincel”.

Desempregados, trabalhadores autônomos, funcionários públicos e do comércio foram alguns dos segmentos sociais que concederam relatos sobre a ação de uma multidão enfurecida. Dessa forma, entrevistamos o carpinteiro Antônio Gilson de Oliveira Barros, 44 anos. A importância de seu depoimento está associada a sua prisão no dia da “Revolta do Pincel”. Ele e mais outros curiosos observavam os revoltosos incendiando a residência de um dos envolvidos com a tortura de Carlos Alberto Costa Rodrigues e, repentinamente, foram surpreendidos pelos soldados do Corpo de Bombeiros, os quais, além de combater o incêndio que ocorria pela cidade, também estavam efetuando prisões dos participantes do quebra-quebra.

Antes de entrar em contato com Antônio Gilson de Oliveira Barros, buscamos informações, como já foi dito, com muitas pessoas que testemunharam ou participaram da “Revolta do Pincel”. Mas nem todos se dispuseram a conceder entrevista para o nosso trabalho. Por outro lado, indicaram outras testemunhas e, com isso, chegamos até Antônio Gilson de Oliveira Barros, preso no dia do quebra-quebra. Nos primeiros contatos com Antônio Gilson de Oliveira Barros, se mostrou relutante em comentar sobre sua prisão. Depois de algumas visitas, ele começou tratar do assunto de maneira informal e, por seguinte, permitiu que fosse gravado seu depoimento.

Por meio de Antônio Gilson de Oliveira Barros foi chegamos ao seu irmão, o sapateiro José Expedito de Oliveira Barros, conhecido como “Cajuba”, 54 anos. Este foi detido pela polícia por não portar a sua identidade e foi levado para delegacia onde testemunhou a tortura de suspeitos. José Expedito de Oliveira Barros estava entre os curiosos que acompanharam a multidão que participou da “Revolta do Pincel”. Como foi indicado pelo seu irmão, “Cajuba” concordou de imediato em conceder a entrevista e, por sua vez, não se mostrou resistente ao gravador. Falou à vontade sobre o dia da rebelião, demonstrando entusiasmo, como se tivesse a necessidade de mostrar que esteve lá, que presenciou aquela multidão.

Como seu irmão Antônio Gilson de Oliveira Barros, José Expedito sugeriu que entrevistássemos a sua irmã de criação. Deste modo, fomos levados até a casa de sua irmã: Maria Lúcia Pantoja Xavier, 41 anos. Ela também não mostrou resistência em conceder seu depoimento. Pelo contrário, falou mais que José Expedito. Maria Lúcia Pantoja Xavier estava

de bicicleta e se deslocou para todos os bairros onde ocorria o foco da revolta. E também acompanhou os amotinados de perto, se afastando quando chegou a Tropa de Choque para conter a rebelião.

Semanas depois da entrevista, Maria Lúcia nos levou a dois de seus vizinhos: o pedreiro Jones da Silva Cabral e a doméstica Maria José. Jones da Silva Cabral, 34 anos, morava próximo do distrito da polícia da COHAB na época que eclodiu a “Revolta do Pincel”. Mesmo sendo criança, saiu de sua casa sem o consentimento dos seus pais para ver a rebelião e se juntou com um grupo de curiosos, os quais o levaram num veículo para acompanhar o motim. Jones da Silva Cabral lembra rindo desse momento, lembra que seus pais se desesperaram quando percebeu que ele havia pulado a janela da casa onde morava para seguir a multidão. Por outro lado, Maria José, 56 anos, sentiu muito medo ao ver o motim. Ela disse que, depois de terem passado os revoltosos, foi para o quarto rezar. Maria José concedeu a entrevista sem restrições e quando comentava sobre o que aconteceu naquele dia 29 de março de 1987, ela se mostrava ainda aflita e juntava as mãos como se fosse para rezar. Em alguns momentos, até cerrava os seus olhos principalmente para descrever a multidão que viu.

Foi através de Maria José que chegamos até Sônia Maria Oliveira, prima de Carlos Alberto Costa Rodrigues. Sônia Maria, 50 anos, somente nos recebeu e concedeu a entrevista porque nós havíamos conhecido e entrevistado Maria José, que já havia garantido que o depoimento visava um trabalho universitário e que não seria usado contra ela. Maria José e Sônia Maria trabalharam muitos anos juntas no setor comercial e chegaram a montar um restaurante, mas o empreendimento não avançou. A entrevista com a Sônia Maria foi uma experiência de dor, uma vez que ela relatou sofrimento que sua família sofreu com a tortura e morte de Carlos Alberto Costa Rodrigues. O seu depoimento foi marcado por longos silêncios e algumas lágrimas e, assim, o registro do seu relato durou alguns minutos.

Para o primeiro capítulo desta dissertação ainda conseguimos entrevistar dois sargentos da Polícia Militar que estavam na ativa em 1987. Chegamos até a eles através de uma roda de conversas entre amigos quando debatíamos sobre a “Revolta do Pincel”. Desta forma, um dos presentes no diálogo disse que seu pai era sargento da reserva e que poderia contribuir para o nosso trabalho. Com isso, agendamos uma visita para conversar com esse agente de segurança pública. No dia do encontro, o sargento da reserva F.N., 61 anos, nos recebeu bem e apenas pediu para não ser identificado. Por isso, também ocultamos o nome do

amigo que indicou seu pai para essa entrevista. F.N. exerceu maior parte de sua função no departamento de trânsito do Estado na cidade de Castanhal. Quando estourou a “Revolta do Pincel” não estava de serviço, mas se dirigiu para os locais do foco do motim para observar a dimensão do fato. Tal situação o entristeceu, pois viu aquele quebra-quebra como o não reconhecimento do seu trabalho. Dessa maneira, sua narração foi marcada por tristeza e desânimo em lembrar a rebelião.

Foi através de F.N. que conhecemos o sargento da Polícia Militar aposentado S.C.N. que também pediu para não ser identificado e nem informou a sua idade. S.C.N. estava no interior da Delegacia Central de Castanhal quando os amotinados iniciaram a destruição desse distrito. Assim, juntos com outros soldados da Polícia Militar fugiram e foram para o edifício do 5º Batalhão da Polícia Militar, onde se depararam com outro grupo de rebelados que tentaram invadir o quartel. A narração de S.C.N. foi marcada pela revolta e insatisfação, pois o quebra-quebra representou para ele a quebra da ordem social.

Outras fontes usadas nesse item se constituem de documentos impressos. No que concerne aos periódicos utilizamos os jornais A Província do Pará, Diário do Pará e O Liberal todos publicados na capital do Pará, Belém. Esses jornais diários realizaram uma grande cobertura sobre a “Revolta do Pincel” e cada veículo de informação apresenta um discurso distinto sobre o motim. Deste modo, em quanto A Província do Pará e O Liberal destacaram a repressão policial sobre os manifestantes, o Diário do Pará priorizava a violência praticada pela rebelião. A revista “Poder Judiciário”, impressa também em Belém, na edição de julho de 1987, produziu uma extensa matéria sobre a “Revolta do Pincel”, uma vez que o prédio do fórum foi incendiado pelos populares e responsabilizou a atitude violenta tanto da polícia quanto dos participantes do quebra-quebra. Por fim, encontramos livro de cordel sobre o motim como título a “Revolta de Castanhal no dia 29/03/1987”, da autoria do cordelista Adalto Alcântara Monteiro. Este escritor é morador da cidade Santa Maria do Pará e mantém a vida vendendo cordéis de sua própria autoria.

Em relação aos pressupostos teóricos, apresentaremos nesta introdução os mais relevantes para este trabalho. Recorremos aos estudos de José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier que usa os termos “movimentos instantâneos” para explicar os inúmeros quebra-quebras contra os metrô nas zonas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo,

na segunda metade da década de 1970⁶². Temos Angelina Peralva, que utiliza a categoria *émeute* para denominar uma longa tradição de protestos urbanos na França⁶³.

Na historiografia usamos os trabalhos de George Rudé⁶⁴, Eric J. Hobsbawm⁶⁵, Michelle Perrot⁶⁶ e E.P Thompson⁶⁷. Esses historiadores explicitam que, ao longo da história, as revoltas populares – tanto nas áreas rurais quanto nas cidades, entre o final dos séculos XVIII e XIX, da França e da Inglaterra – não constituíam movimentos irracionais e nem bandos de malfeitores, porque as rebeliões possuíam uma organização e um conteúdo de ação moral.

No segundo capítulo analisaremos o processo de reforma urbana, a construção do discurso de “desenvolvimento” e “progresso” do poder público municipal e da imprensa castanhalense, por causa das mudanças da paisagem citadina; e as contradições sociais geradas por essa reforma. Assim, começamos esse tópico a partir de 1960, pois encontramos nas sessões de reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Castanhal – contidos em Livros Atas entre os anos de 1960 a 1977 – a aprovação de projetos de lei que estabeleciam incentivos fiscais, por exemplo, que estimulavam a instalação de indústrias em Castanhal; e ofícios que solicitavam melhorias urbanas da cidade.

Além de projetos de leis e ofícios que trazem vestígios sobre intenções de expandir a urbanização da cidade, identificamos nesses documentos públicos declarações de vereadores que Castanhal testemunhava um “desenvolvimento”. Esse discurso foi compartilhado tanto pelos vereadores da ARENA (Aliança Renovadora Nacional, partido do militares), quanto pelos vereadores do MDB (Mobilização Democrática Brasileira, partido de oposição). É importante informar que esses grupos políticos, até onde foi pesquisado nas atas, raramente divergiam entre eles e acabavam centrando seus debates sobre empreendimentos urbanos.

⁶² MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verana. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. IN: MOISÉS, José Álvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. Centro de Estudos Contemporâneos, 1978.

⁶³ PERALVA, Angelina. Levante urbanos na França. IN: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. V.18, nº1, junho, 2006.

⁶⁴ RUDÉ, George. *A multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Campus. 1991.

⁶⁵ HOBBSBAWN, E.J. *Rebeldes Primitivos. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução: Waltensir Dutra. 2ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

⁶⁶ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶⁷ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Revisão Técnica: Antônio negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

Cruzamos esses discursos com a memória de alguns representantes daquela geração que viveram o cotidiano da cidade do tempo do trem e da estação e que testemunharam a completa metamorfose urbana da cidade de Castanhal. O registro dessas reminiscências veio de ex-políticos e aposentados, e também daqueles que nasceram no final da década de 1960 e, na infância, ainda lembram a transformação do centro da cidade. Sendo assim, entrevistamos Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, 44 anos, auxiliar de biblioteca do Serviço Social do Comércio (SESC), residente no centro de Castanhal. Arquimimo de Oliveira consiste num dos principais curiosos da história castanhalense, pois guarda inúmeros materiais que tratam dos acontecimentos políticos, culturais e religiosos da cidade e foi fundamental para sugerir quem seria a pessoa ideal para entrevistar sobre o tema da reforma urbana.

Diante disso, Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior nos apresentou o bacharel em Direito e aposentado Francisco Manoel da Silva, conhecido como “Seu Moacir”, o qual mora numa residência que se localiza no centro de Castanhal, na Avenida Barão do Rio Branco, desde sua infância, ou seja, desde o tempo da “Rua da Frente” e acompanhou de perto as mudanças da parte central da cidade. Francisco Manoel da Silva foi também um homem público que exerceu a secretaria da prefeitura de Castanhal na administração de Máximo Porpino Filho (1962-1963), continuando na mesma função no governo municipal de Almir Lima (1971-1973).

“Seu Moacir” nos recebeu em sua residência e nos relatou os principais acontecimentos políticos da cidade desde os idos de 1950 até os dias atuais. O entrevistado destacou o cotidiano de Castanhal com a estrada de ferro e da estação ferroviária. Francisco Manoel da Silva, por ter exercido a secretaria da administração municipal do primeiro mandato do prefeito Almir Tavares Lima, ressaltou a necessidade de demolir a estação de trem de Castanhal, pois, segundo ele, essa ação seria imprescindível para ampliação da Avenida Barão do Rio Branco, bem como para a abertura de novas ruas.

Foi também através de Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior que conhecemos o aposentado José Lopes Guimarães, 71 anos. Morador do centro de Castanhal desde a sua infância e descendente de nordestinos, pois seus pais vieram do Rio Grande do Norte. José Lopes é bastante conhecido na cidade, porque representa um importante memorialista de Castanhal, tendo sido funcionário público municipal e colaborador, na década de 1970, de um jornal de circulação local: Novo Horizonte, cuja fonte periódica faz parte do seu acervo pessoal. Entrevistá-lo foi bastante enriquecedor para nossa pesquisa, uma vez que José Lopes

Guimarães buscava nas suas memórias o máximo possível de informações para ajudar na compreensão das mudanças no centro da cidade. Mesmo enfermo, ele fez questão de nos receber e relatar um pouco sobre a história de Castanhal.

No mesmo sentido, a professora aposentada Arlinda Ferreira Marques, 72 anos, não se mostrou indiferente ao conceder entrevista para esta dissertação. Sugerida por José Lopes Guimarães, fomos ao encontro dessa professora que reside no bairro do Milagre desde sua infância. Sabendo do propósito da pesquisa, concordou em colaborar com o processo de produção do nosso trabalho. Arlinda Ferreira comentou um pouco de sua experiência de vida na cidade de Castanhal, especialmente nas décadas de 1950 a 1970. Na circunstância da entrevista, mostrou-se emocionada quando relatou que foi ela que redigiu o hino de Castanhal e a composição da canção reproduz o discurso do poder público municipal e da imprensa de que a cidade testemunhava um progresso.

A professora Arlinda Ferreira Marques nos aconselhou a procurar José Ribamar Lira de Sousa, um dos primeiros moradores do bairro do Milagre. José Ribamar, conhecido mais por “Seu Lira”, de 76 anos, exerceu cinco mandatos de vereador pelo partido da ARENA, entre o final da década de 1960 e a década de 1970. E também trabalhou na seção de telégrafo na estação de trem de castanhal. Aposentado, “Seu Lira” continua exercendo atividade remunerativa (possui uma oficina de manutenção de dentadura). Muito atarefado, adiou várias vezes a entrevista sempre por conta de outros compromissos.

De todas as entrevistas realizadas para esta dissertação, foi a do José Ribamar Lira de Souza que mais levou tempo para a coleta de depoimento. Foram dois meses de espera. No entanto, com muita persistência, “Seu Lira” nos concedeu a entrevista numa manhã inteira. Quem nos auxiliou, facilitou e convenceu José Ribamar Lira de Souza a conceder seu depoimento para nós, foi o nosso amigo Mário Moraes que era, coincidentemente, vizinho do “Seu Lira”. Assim, José Lira nos recebeu com muita cordialidade e nos narrou sua vida política e sua relação com bairro do Milagre.

Retornando a Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, este nos apresentou sua companheira de trabalho, Elaine Gadelha, que sabendo da nossa pesquisa nos levou a conhecermos sua tia, a aposentada Terezinha de Jesus da Costa Melo, 73 anos. Descendente de nordestinos, Terezinha de Jesus era funcionária pública municipal e trabalhava no setor de serviços gerais em algumas escolas públicas municipais. Na sua infância, tinha o costume de

ir à estação de Trem de Castanhal. A sua vida profissional permitiu ter contatos com diversos eventos educacionais realizadas pela secretaria de educação da cidade e, com isso, como possui sensibilidade de escrever versos, participou de algumas promoções das escolas que trabalhava. Assim, escreveu uma poesia, 1980, que tinha como tema a história de Castanhal e os versos foram usados como fonte no segundo capítulo.

Entrevistamos, também, o aposentado João Marinho de Barros, 80 anos, pai de Antônio Gilson de Oliveira Barros e José Expedito de Oliveira Barros. João Marinho, conhecido como “Seu Touro”, é descendente de cearense e chegou com seus pais, ao Pará, em 1933. Exerceu vários ofícios como, por exemplo, de feirante e de sapateiro, foi também vendedor de peixe no Mercado Municipal de Castanhal e acompanhou de perto a reforma do centro da cidade e o aterramento do Igarapé-Castanhal. “Seu Touro”, apesar da timidez, foi bastante prestativo durante as entrevistas, pois contava com detalhes o cotidiano da estação de trem e do mercado municipal.

Através do João Marinho de Barros, conhecemos Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Também descendente de cearense, Açuélio Botelho Porpino residiu maior parte de sua vida na “Rua da Frente”. Na sua juventude, se divertia quando passava o trem, pois sempre acompanhava de perto a passagem da locomotiva. Autodidata, exerceu por muitos anos a profissão de pedreiro e não se conformou com o aterramento do Igarapé-Castanhal. Com Açuélio Botelho, conhecemos a aposentada Tereza Azevedo da Silva, 68 anos. Descendente de cearense, seus avós vieram do Ceará, Tereza da Silva morou maior parte de sua infância na zona rural de Castanhal. Assim, somente vinha para Estação de Trem e o Mercado Municipal quando seu pai trazia mercadorias para serem comercializadas na feira da cidade.

Vale ressaltar que João Marinho de Barros, Açuélio Botelho Porpino, Tereza Azevedo da Silva e Terezinha de Jesus da Costa Melo se emocionaram muito durante a entrevista. Principalmente quando lembravam o cotidiano de Castanhal do “tempo do trem”, dos igarapés, do mercado municipal e das pequenas casas comerciais. Nestes momentos, as narrações eram interrompidas e os nossos entrevistados ficavam a olhar para algum ponto indefinido.

Para cotejar essas memórias e os documentos institucionais usamos os jornais produzidos e publicados, entre os anos de 1977 a 1981, na cidade de Castanhal que são: Novo

Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior. Todos esses periódicos compartilhavam da ideia que Castanhal estava passando por um processo de “desenvolvimento”, de “progresso” e de “evolução”. Mas cabe apresentar algumas diferenças da linha editorial desses jornais.

O jornal Novo Horizonte possuía como diretor geral o Joaquim Amóras Castro. Infelizmente não temos informações maiores sobre esse dirigente. Entretanto, o veículo de comunicação impresso fazia constantes elogios ao poder executivo municipal que era exercido por Almir Tavares Lima da ARENA, que exerceu o segundo mandato entre os anos de 1978 a 1982⁶⁸. Desta forma, o periódico constantemente destacava as obras públicas e afirmava que Castanhal testemunhava seu “progresso”.

Quanto aos impressos Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior, publicados entre os anos de 1977 a 1981, tiveram o mesmo diretor: Carlos Alberto Costa de Araújo que foi vereador pelo MBD⁶⁹, no primeiro mandato de Almir Lima (1971-1973). Dessa forma, por provável razão de pertencer ao partido de oposição ao Governo Militar, os periódicos dirigidos por Carlos Araújo constantemente criticavam a segunda administração municipal de Almir Lima. No entanto, reproduziram o discurso que Castanhal passava por um momento de “desenvolvimento” e também faziam propaganda de obras públicas do poder municipal.

É importante salientar que nos jornais utilizados no segundo capítulo, ao longo de suas páginas, há forte presença de propaganda dos setores do comércio da cidade e também contêm elogios aos membros da alta sociedade castanhalense. Isto é, supostamente esses meios de comunicação impressos foram financiados pela elite econômica de Castanhal.

Mesmo recebendo, através de anúncios, recursos da administração municipal e dos comerciantes, os periódicos não deixaram de informar as péssimas condições dos moradores que viviam distantes do centro urbano. Foi com base nessas notícias que constatamos que somente o centro de Castanhal foi privilegiado com as reformas citadinas. Ou seja, o “desenvolvimento”, o “progresso” e a “evolução” somente ocorreram no principal núcleo urbano da cidade. Deste modo, outras áreas de Castanhal, especialmente o bairro do Milagre -

⁶⁸ Essas informações estão registradas na entrevista de Manoel Francisco da Silva, 71 anos. Entrevista realizada no dia 30 de agosto de 2012, em sua residência.

⁶⁹ Para conhecer a atuação de Carlos Alberto Costa Araújo, consultar o Livro ATA, Nº 9, que inclui reuniões ordinárias entre setembro de 1971 a junho de 1974.

o qual foi destaque nos Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior - conviveram com a escassez de serviços básicos como ruas esburacadas, falta de iluminação pública e de água.

Como aporte bibliográfico para esse segundo capítulo, usamos os estudos do historiador Pere Petit Peñarrocha sobre o extenso processo de ocupação – por meio das intervenções do Governo Federal – territorial, político e econômico na Amazônia Brasileira depois do Golpe Militar de 1964⁷⁰. Isso para relacionarmos que o as reformas urbanas do centro de Castanhal está inserida no contexto da urbanização na Amazônia contemporânea. Da mesma forma, também consultamos o trabalho de Bertha Koiffmann Becker que ressalta que a Região Amazônia caracterizava-se “uma fronteira nacional e mundial” que atraiu o grande capital e fez expandir a urbanização para essa área quente e úmida⁷¹. Esse movimento ocorreu, de acordo com Milton Santos, com o processo de integração nacional pós- 1960⁷².

No terceiro capítulo falaremos sobre aqueles que ficaram à margem do “desenvolvimento” e do “progresso” de Castanhal. Homens e mulheres que sofreram exclusão na sociedade castanhalense, por serem, provavelmente, imigrantes pobres, que tentavam encontrar alguma oportunidade na cidade. As histórias dessas pessoas são edificadas pelas memórias dos entrevistados que usamos no segundo capítulo desta dissertação: Açuélio Botelho Porpino, Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, Arlinda Ferreira Marques, Francisco Manoel da Silva, José Lopes Guimarães, José Ribamar Lira de Sousa, João Marinho de Barros, Teresa Azevedo da Silva e Terezinha da Costa Melo. Todos eles, ao se lembrarem da cidade que era regida pelo trem ou rememorando seu bairro na conjuntura da reforma urbana, traziam para a superfície das suas memórias, sujeitos que carregavam marcas sociais por causa de algum problema de saúde ou de supostas mulheres solteiras que residiam em vilas e, por isso, foram lembradas como se fossem prostitutas.

Neste terceiro capítulo, recorreremos também aos depoimentos da funcionária pública Damiana Barros do Nascimento, 47 anos. Esta entrevistada nos foi indicada por seu amigo, Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior. Descendente de nordestinos – seus avós vieram do Ceará -, Damiana Barros reside no bairro do Milagre desde sua infância e acompanhou de

⁷⁰ PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém. Paka-Tatu, 2003.

⁷¹ BECKER, K. Bertha. *Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

⁷² SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ed. São Paulo.. Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

perto os problemas sociais que afligiam os moradores dessa comunidade e na mesma rua que morou – e que reside até hoje – se encontrava o “Beco da Maria Pretinha”, o qual correspondia, segundo seus relatos, a uma vila que somente moravam prostitutas. A nossa entrevistada nos narrou um pouco do cotidiano do “beco” e quem foram algumas de suas moradoras.

Para este tópico voltamos a nossa atenção a pesquisa de Franciane Gama Lacerda sobre Castanhal da primeira metade do século XX⁷³, especialmente no que se refere à construção do sentimento religioso aos primeiros imigrantes nordestinos da cidade. A Igreja Católica, representado pelo Cônego Leitão, buscava moralizar e civilizar a sociedade castanhalense e influenciar no discurso dos depoimentos registrados. Do mesmo modo, usamos comparativamente o trabalho de Paulo Eduardo Teixeira que, ao tratar sobre a formação de famílias no interior de São Paulo, entre os séculos XVIII e XIX, explica que as mulheres solteiras que moram sozinhas são estigmatizadas como prostitutas⁷⁴. Michelle Perrot oferece relevante estudo sobre os excluídos do espaço urbano de Paris, no século XIX⁷⁵. A historiadora francesa destaca que homens e mulheres pobres de Paris buscavam diferentes formas de sobrevivência. A pesquisadora brasileira Lená Medeiros de Menezes discorre que a presença de mendigos no espaço urbano do Rio de Janeiro, do final do século XIX e o início do século XX, estava associada a não inserção dessas pessoas ao mercado de trabalho⁷⁶.

No quarto capítulo trataremos sobre a violência urbana em Castanhal, sendo que no primeiro momento desse tópico analisamos como a imprensa castanhalense – os jornais Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior – construiu a representação dos sujeitos envolvidos em furtos e violência física: muitos associados à forasteiros que vieram provocar desordem social e pública na “Cidade Modelo”. Da mesma forma, no segundo item do quarto capítulo, esses periódicos, através de uma linguagem moralista, consideravam os “cabarés” existentes em Castanhal como antros que somente reuniam “marginais”. Diante disso, exigiram que as autoridades políticas e a segurança pública interviessem de forma mais rígida nesses locais.

⁷³ LACERDA, Franciane Gama. *Op.Cit.* p. 225.

⁷⁴ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2004.

⁷⁵ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

⁷⁶ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1996

No terceiro item deste quarto capítulo voltaremos ao tema da “Revolta do Pincel”. Especialmente relacionado com a tortura policial: estopim causador da rebelião porque, como já ressaltamos, um menor de idade foi torturado no interior da delegacia central de Castanhal. Por essa razão, formou-se uma multidão que se expandiu pelos principais bairros da cidade. Assim, nesse item retomamos aos periódicos impressos da capital paraense: A Província do Pará, O Diário do Pará, O Liberal. Esses órgãos de comunicação, além de fazerem intensa cobertura sobre o quebra-quebra, também trazem informações, a partir de declarações de curiosos que se encontravam nos locais do motim, sobre a violência policial que imperava em Castanhal. Outro periódico a que recorremos foi o jornal Resistência: uma publicação da Sociedade Paraense da Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Após algumas semanas da revolta, Resistência denunciou, não somente a prática de tortura nas delegacias de Castanhal, mas de todos os distritos de polícia do Estado do Pará.

Com os depoimentos orais, constatamos que a prática de tortura nos distritos de polícia castanhalense consistia num método bastante comentado na cidade, ou seja, alguns dos nossos entrevistados apenas “ouviram dizer” que ocorriam essas práticas nas delegacias. Outros testemunharam mortificação de “suspeitos” nos próprios recintos de segurança pública. É relevante destacar que essas entrevistas vieram das pessoas que testemunharam a rebelião, ou seja, a maior parte dos entrevistados do primeiro capítulo desta dissertação: Antônio Gilson de Oliveira Barros, Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, Jones da Silva Cabral, José Expedito de Oliveira Barros e Sônia Maria Oliveira.

Ainda neste subitem, são apresentadas as narrações da professora Filomena de Paula Paiva, 69 anos, e do aposentado Nelcir Andrade de Moraes, 63 anos. A primeira migrou de Belém para Castanhal em 1982 e, logo que chegou, residiu próximo do Igarapé Castanhal. Filomena de Paula, sem demonstrar qualquer temor, relatou um caso de tortura que teve conhecimento quando passou a residir na “Cidade Modelo”. Por sua vez, Nelcir Andrade de Moraes, que reside no bairro do Milagre desde 1979, nos mostrou onde se localizava os inúmeros bares do seu bairro, no final dos anos de 1970, e eram lugares que ocorreram intervenções e violências da polícia militar. Homem de poucas palavras, Nelcir Andrade se sentiu tímido ao conceder a sua entrevista. Mas, como os demais entrevistados, nos ofereceu informações relevantes para esta pesquisa.

Para sustentar as nossas ponderações nesse quarto capítulo, trouxemos algumas reflexões de Clóvis Rossi sobre o papel da imprensa na sociedade como, por exemplo, a

impossibilidade da objetividade dos periódicos, já que os jornais apresentavam uma opinião edificada a partir de um segmento social⁷⁷. Com isso, José Patrício Djalma identifica esse grupo social e este se constitui de membros que exercem o controle do poder político institucional e econômico⁷⁸.

Alba Zaluar também nos ofereceu uma importante contribuição, pois argumenta que os meios de comunicação “tem chegado perto da vulgarização” da violência, ou seja, não se interessando que os leitores tenha uma reflexão crítica sobre a prática do crime nos centros urbanos⁷⁹. Deste modo, a imprensa acaba construindo o “outro”. Isto é, o imigrante e/ou o favelado que causa os delitos nas cidades, nesse sentido, de acordo com Tânia Regina de Luca, os periódicos impressos seriam instrumentos que agregam um “credo comum” entre os veículos de comunicação e um grupo social “que os tornam projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”⁸⁰.

Em relação à violência institucional, como a prática de tortura cometida pelos agentes do Estado, que são submetidos subalternos considerados “suspeitos”, temos como referência Boris Fausto que produziu um trabalho que descreve a preocupação do poder público e da elite de São Paulo, do final do século XIX e o início do século XX, de controlar e de classificar aquelas pessoas que poderiam ameaçar a ordem social e política. No mesmo sentido Sidney Chalhoub analisa como os parlamentares do Rio de Janeiro, do final do século XIX, tentaram definir “classes perigosas” e “classes pobres” para poderem identificar quem seriam as maiores ameaças à ordem urbana⁸¹.

Por fim, recorreremos ao relatório organizado pela Arquidiocese de São Paulo, que visava registrar um documento que denunciava a tortura da Ditadura Militar (1964-1985), especialmente entre os anos de 1960 e 1970. Nesse documento estão contidas algumas práticas de torturas e humilhações que os presos políticos foram submetidos no DOI-CODI

⁷⁷ ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo. Brasiliense, 2007.

⁷⁸ PATRÍCIOS, Djalma José. *Poder, grupos de pressão e os meios de comunicação*. Blumenau, Editora da FURB, 1990.

⁷⁹ ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. IN: NOVAIS, Fernando A. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. V.4. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

⁸⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.

⁸¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

(Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna), entre abril de 1964 e março de 1979⁸². A prática da violência física visava, conforme Janaína de Almeida Teles, uma forma de legitimar o Regime Civil-Militar e, dessa maneira, promoveu, através de um método seletivo, perseguição e tortura aos opositores do Estado Militar⁸³.

Assim, esses estudos são alguns exemplos que nos levaram a refletir sobre a violência de estado que agiu contra os presos comuns e/ou “suspeitos” em Castanhal. Deste modo, o martírio praticado pela segurança pública e a exclusão social daqueles que ficaram à margem do “progresso” castanhalense, quebraram a intenção da camada social elitista que acreditava ou queria acreditar que a “Cidade Modelo” testemunhava seu momento de “desenvolvimento”.

⁸² Brasil: Nunca Mais. Arquidiocese de São Paulo. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 39ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2011.

⁸³ TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. IN: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

CAPÍTULO 1 - A CIDADE E A SUA INSURREIÇÃO

Esta dissertação trata sobre o processo de reforma urbana cidade de Castanhal, entre 1960 e 1987. Tal estudo analisa que a reconstrução da paisagem citadina se limitou ao centro da comuna, mas políticos e a imprensa castanhalense construíram um discurso que cidade passava por uma “evolução”, “progresso” e “desenvolvimento”. Não obstante, a partir da segunda metade da década de 1970, constatamos que Castanhal sofria com uma onda de criminalidade, violência e escassez de serviços básicos nas periferias, especialmente no Bairro do Milagre.

Mas antes de analisarmos o tema central exposto acima, vamos conhecer um fato histórico que não poderia ficar de fora desta pesquisa. O referido acontecimento consistiu em uma ação de uma multidão que agiu, em 1987, contra a segurança pública de Castanhal. O referido episódio é conhecido como a “Revolta do Pincel” e o estopim desse motim estar relacionado com a violência policial que afligia a cidade. Deste modo, esse caso reforça a nossa hipótese de que contradições sociais que vão de encontro da versão construída sobre o progresso pelo grupo social dominante. Ou seja, consideramos a “Revolta do Pincel” o ápice das mazelas urbanas que atingia Castanhal.

1.1. A “Revolta do Pincel”

No domingo do dia 29 de março de 1987, por volta das onze horas da manhã, cerca de três mil pessoas iniciaram um grande quebra-quebra na cidade de Castanhal, no nordeste paraense⁸⁴. Essa multidão formou uma verdadeira onda de destruição que atingiu todas as delegacias da cidade, os PM Box, o Fórum, arrasando algumas casas de policiais e inclusive tentando invadir o 5º batalhão da polícia militar⁸⁵. O referido quebra-quebra ficou conhecido como a “Revolta do Pincel”, porque o menor Carlos Alberto Costa Rodrigues, acusado de ter roubado dois pincéis, foi preso e torturado na Delegacia Central de Castanhal, o que resultou na morte do menor, sendo que tal fatalidade mobilizou populares contra a polícia.

Os amotinados caminharam pelas principais ruas da cidade, realizaram incêndios e depredaram as delegacias, tornando-se uma verdadeira marcha avassaladora que se expandiu

⁸⁴ O Liberal, Belém. Oito Horas de distúrbios e incêndios. Belém. Polícia.p.15.

⁸⁵ O 5º batalhão de polícia militar de Castanhal localizava-se no centro da cidade, próximo dos locais onde a população revoltada estava concentrada. Ver: A Província do Pará, Belém, 31/03/1987.p.6.

para nove bairros da cidade⁸⁶. Contudo, esse movimento de protesto não extrapolou, aparentemente, seus limites, pois não destruiu aquilo que não carregasse a marca da repressão; quem sofreu com a fúria popular foram àqueles relacionados com o poder policial, além dos distritos, as residências dos policiais envolvidos com a tortura do menor, foram devastadas ou saqueadas⁸⁷.

Vale ressaltar que a imprensa que noticiou o quebra-quebra não informou se a população enraivecida promoveu saque de lojas, mercados ou destruiu casas não relacionadas com as autoridades de segurança pública⁸⁸. A população amotinada que participou da Revolta do Pincel não realizou atitudes arbitrárias, cegas e irracionais, pois o deslocamento pela cidade visava “punir” os envolvidos com a tortura do menor.

A entrevistada Maria Lúcia foi uma das testemunhas dessa revolta. Ela, na época era menor de idade e residia no Bairro Nova Olinda, vendo curiosos e os amotinados, pegou sua bicicleta e decidiu acompanhá-los. Observemos a sua memória sobre esse acontecimento:

Muita gente, muita gente, todo mundo... era quebrando as coisas, tocando fogo, queimando livros, quebrando tudo! (...) Crianças, mulheres, era gente adulta, crianças, muito curioso, carro, a pé, motorista, muita gente de bicicleta, era muita gente, era muito barulho, muita gente gritando também na rua, porque a rua era pequena, lá a rua. É muito pequena. Então, ficou assim: muito apertado, aquela multidão chegando, chegando e era todo mundo quebrando. Era assim: iam chegando e quebrando as coisas da casa. (...) Fiquei olhando, por que... né... mas não participei de nada, só fiquei olhando⁸⁹.

Esse relato se refere à destruição da casa senhor “França”, este quem, supostamente, denunciou o menor por ter furtado dois pincéis, motivo pelo qual Carlos Alberto Rodrigues foi preso⁹⁰. A população enfurecida, depredou, saqueou e, em seguida, incendiou a casa do senhor França⁹¹. E ainda, nas paredes que restaram da casa, os revoltosos escreveram dizeres como: “vingança e justiça”, “polícia assassina” e “vingança por um pincel”⁹². A casa do denunciante localizava-se na travessa Washington Bastos, conhecida como “Manga do Boi”,

⁸⁶ A Província do Pará, Belém, 01/04/1987. Trabalho da Polícia não estava agradando. Polícia. p.7.

⁸⁷ O Liberal, Belém, 30/03/1987. Em Castanhal três mil fazem do domingo um dia de violência.p.16.

⁸⁸ A imprensa jornalística do Pará (O Liberal, Diário do Pará e A Província do Pará), não informou se houve saques em lojas ou qualquer outro estabelecimento. O que tudo indica, a população amotinada destruiu somente aquilo que representasse ou tivesse uma ligação com a polícia.

⁸⁹ Maria Lúcia Pantoja Xavier, 39 anos, desempregada. Entrevista realizada no dia 13 de março de 2008, em sua residência.

⁹⁰ O Liberal, 29/03/1987. p.16.

⁹¹ Diário do Pará, 30/03/1987.p.7.

⁹² Esses dizeres estão expostos nos jornais O Liberal, Diário do Pará e A Província do Pará.

no bairro Nova Olinda. É uma travessa bastante estreita, por isso, de acordo com Maria Lúcia, “ficou muito apertado” quando a multidão chegou para destruir a residência.

É importante frisar a presença de crianças que, como ressalta Maria Lúcia, juntaram-se com mulheres e outros curiosos no local de agitação, onde se aproximavam pessoas vindas a pé e chegaram também utilizando carros e bicicletas. Depois os revoltosos foram para a Delegacia Central de Polícia, no centro de Castanhal, onde se uniram aos participantes do protesto contra a arbitrariedade policial na cidade.

Eles rodaram na delegacia com enterro dele, um monte de gente (...). Aí, foram pro cemitério, enterraram; aí os pessoal de Castanhal já tavam sabendo, né. Esse negócio abalou a cidade. Quando enterraram, se reuniu (...) pessoal do Jardim Tóquio... Cohab, aí, saiu... do Bairro Nova Olinda pro centro da cidade, aí começou... quebraram a delegacia, pra começar já quebraram a delegacia (...). Aí eles diziam: ‘vamo pra tal pessoa assim, assim, que eram que... mataram o menino... quebrar lá!’ Ai, eu ia pro canto e passavam o carro gritando (...) Reuniu a população de Castanhal quase toda, porra! Do bairro, de todo canto que sabia que foram pro centro da cidade. Tava um negócio incrível, e aí... o negócio tava tão feio, mandaram buscar um pessoal de Belém... Batalhão e tudo e começaram quebrar cabouco lá, se não tivesse vindo eles tinham colocado fogo na cidade... nesse centro todinho aí (...) ⁹³.

As expressões “abalou a cidade”, “porra”, “negócio incrível”, “tava tão feio” e “tinham colocado fogo na cidade” demonstram a perplexidade no relato do sapateiro José Expedito Oliveira Bastos, conhecido como *Cajuba*. Também morador, em 1987, do Bairro Nova Olinda, estava na Avenida Barão do Rio Branco, principal via da cidade, quando viu passar a multidão de curiosos e os participantes do quebra-quebra, ele ressalta o deslocamento de pessoas de vários bairros que foram ao centro para destruir o distrito policial.

A população revoltada encontrou um efetivo da polícia militar, o qual resistiu por algum tempo; mas, por fim, abandonou a delegacia. Um Sargento Aposentado da polícia militar, S.C.N. o qual pediu para não ser identificado, estava no interior Delegacia Central de Castanhal quando os participantes do quebra-quebra iniciaram a destruição do distrito. Ele nos narra:

“Quem soltou os presos foi eu. Na central. Eu soltei os presos com as ordens do seu delegado, porque quando eu vi pegando fogo, quase na metade da delegacia...e aí...eu peguei as chaves do xadrez e eu disse: ‘Doutor eu vou soltar os presos, senão

⁹³ José Expedito de Oliveira Barros, 54 anos, sapateiro. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008, em sua residência.

os presos vão morrer tudo...queimado. Eu abri os xadrez e eu mandei todo mundo embora (...). Eu me retirei. Meu patrulhamento que tinha lá, inclusive o capitão que tava comandando, chegou comigo: “Sargento, como é que agente faz, porque se formos enfrentar essa bandidagem aí fora vai morrer muito gente”. Porque estávamos com metralhadoras...agente não devia atirar na população, porque ia morrer muito inocente, tinha muito bandido, mas tinha muito inocente no meio (...)”⁹⁴

É interessante perceber nesse depoimento o forte destaque da primeira pessoa, como se o nosso narrador tivesse a preocupação em dizer que estava lá, no meio de toda aquela ação. A utilização dos pronomes nos ajuda a entender os significados dos fatos narrados⁹⁵, que nesse caso, o relato do Sargento Aposentado busca apresentar uma imagem de liderança e capacidade de decidir, em momentos de tensão, estratégias que evitariam tragédias. Assim, buscando também repassar que a segurança pública possuía uma moral. Isso fica evidente quando o nosso colaborador disse que eles tinham a oportunidade de usar a metralhadora, mas poderiam levar à morte muitas pessoas inocentes e o que melhor caminho seria se retirar da delegacia.

Após destruir o seu interior do distrito a população incendiou a unidade policial⁹⁶, enquanto um grupo continuou no local demolindo as paredes da delegacia, depois do incêndio, a multidão caminhou para casa do comissário de polícia, um dos envolvidos na morte do menor, a residência ficava localizada no centro da cidade, próximo à delegacia incendiada⁹⁷.

O interior da casa do comissário foi destruído e os revoltosos jogaram móveis, eletrodomésticos, roupas e utensílios no meio da rua, e queimaram⁹⁸. Vale salientar que, a casa do comissário não foi incendiada porque os participantes do quebra-quebra temiam que o fogo atingisse as casas vizinhas à do comissário⁹⁹. Observe que, conforme a imprensa, os amotinados não agiram de maneira irracional e evitaram destruir aquilo que não estivesse relação com arbitrariedade policial.

⁹⁴ S.C.N. Sargento da Polícia Militar, aposentado. Entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2012, em sua residência.

⁹⁵ PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo. Letra e Voz, 2010.p.22

⁹⁶ Diário do Pará, 30/03/1987. p.7

⁹⁷ O Liberal, 30/03/1987.p.15.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem.

Da parte central da cidade, a multidão se dividiu em dois grupos: enquanto um permaneceu no centro, o outro se deslocou para outros bairros da cidade para destruir as casas dos policiais envolvidos na morte do menor¹⁰⁰. O grupo móvel se deslocou utilizando centenas de bicicletas, caminhão e um basculante, levando a expansão da revolta¹⁰¹.

Outra colaboradora desta dissertação, a aposentada Maria José, no ano que ocorreu a revolta morava próximo do conjunto habitacional Tóquio, também se encontrava na Avenida Barão do Rio Branco quando viu a população revoltada indo para o centro da cidade. Na sua narrativa notamos certa apreensão em relação ao quebra-quebra e da magnitude do motim que, segundo ela, não será esquecida:

Muita, muita, muita gente. Parecia uma passeata horrível, uma coisa horrível, era gente com foice, era gente com pau, era gente arrancando as cercas, era gente que passavam nas construções arrancavam aqueles paus, era caçamba com as pessoas em cima, era coisa horrível, horrível, horrível. Na Barão... na delegacia, ali você não sabia qual era bicicleta de quem, era bicicleta por cima de bicicletas, o povo passava por cima e quebrava tudo, tocavam fogo... um absurdo. (...) Era Castanhal toda (...) Era uma coisa histórica mesmo, que aconteceu. Acho que quem viu nunca esquece. E a tortura do menino também, ainda fui pro velório (...) Parou Castanhal, ficou tudo quebrado.¹⁰²

A nossa informante ainda nos relata o que poderia ter acontecido se a população pegasse a polícia:

Onde tinha casa de polícia, de delegado, o povo ia lá e quebrava tudo, né. As polícias de Castanhal sumiu tudo. Ficou nenhuma polícia (...) porque se eles pegassem eles matavam.¹⁰³

Enquanto que uma parte da multidão andava pela cidade, o outro grupo, que permaneceu no centro de Castanhal, destruía, arrastava os PM Box e os incendiava na Avenida Barão do Rio Branco¹⁰⁴. Esse mesmo grupo destruiu o 4º Distrito Policial, localizado no bairro do Ianetama, próximo também ao centro da cidade¹⁰⁵. Os revoltosos se deslocaram pela cidade e passaram pelos bairros do Milagre, do Estrela e incendiaram em cada um deles

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

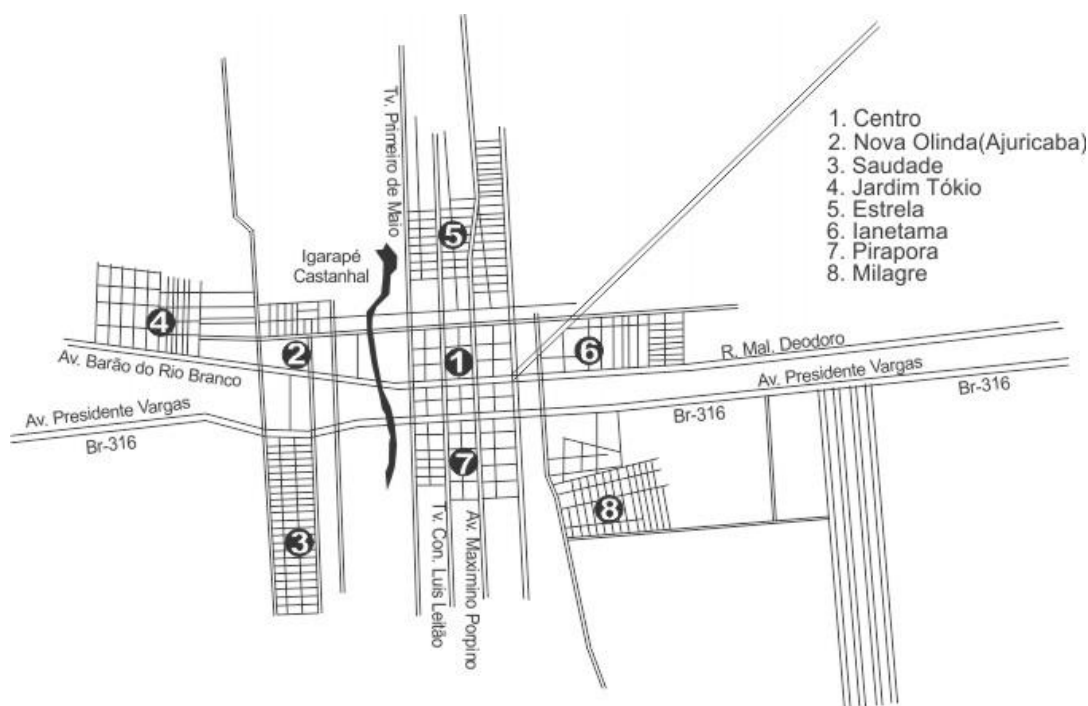
¹⁰² Maria José, 59 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 13 de março de 2008, em sua residência.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ O Liberal, 30/03/1987.p.15.

¹⁰⁵ Idem.

outros dois PM Box, e ainda, enfrentaram com pedradas os recrutas da unidade militar do Tiro de Guerra¹⁰⁶. Vejamos no mapa de Castanhal a expansão da “Revolta do Pincel”.



Mapa I - A expansão da "Revolta do Pincel"

Elaborado por Marcos Paulo e Osimar Barros: os pontos enumerados no mapa mostram onde ocorreram focos da “Revolta do Pincel”. Nos bairros destacados do mapa, localizavam-se as delegacias ou residências dos policiais envolvidos na tortura de Carlos Alberto Costa Rodrigues.

A partir do mapa, percebemos a dimensão da revolta. Outra testemunha que presenciou a multidão agitada foi o desempregado Jones Cabral, no ano de 1987, morava na COHAB e, sendo menor de idade, foi com os vizinhos de carro a acompanhar o quebra-quebra. No momento em que cedeu sua entrevista falou de outra recordação: as vizinhas da rua de sua casa proibiram seus filhos para não saírem de casa por causa dos distúrbios. Mas ele, trancado em sua casa e sem avisar aos pais, pulou a janela e foi com outros vizinhos ver a revolta:

Lembro, foi muita onda nesse tempo (...) As mãe, as mãe não deixavam ninguém sair não. Eu tava lá na Cohab, quando nós sabemos, só vi os carros passar pra lá. (...) Só os carros passando pra lá, os caminhão lotado de gente, muita gente mesmo (...). Acompanhamos todinho, aí na Barão, só que nós não participemos, né, do quebra-

¹⁰⁶ Idem.

quebra. Só olhando, a gente ia no carro dos colega. (...) Era um carro pequeno. (...) Só que aí... os outros pessoal que tinha caminhão e tal, pegavam a galera que tava aqui, por exemplo, aqui no canto, levavam pra lá (...). Aí eu (...) só acompanhando do carro o movimento. Muita gente de bicicleta, de pé. Foi uma revolta doida, nesse dia aí. (...) A gente não chegamos a descer do carro. A gente ficava parado, assim, na esquina, assim... não chegava ir até lá perto não(...).¹⁰⁷

Com bases nas narrativas podemos verificar que a população revoltada e os curiosos não foram somente a pé para os pontos do quebra-quebra, pois a multidão se deslocou pela cidade utilizando centenas de bicicletas, caminhão basculante que carregavam pessoas, provavelmente levava tanto revoltosos como curiosos¹⁰⁸. Isso contribuiu na expansão da revolta e na formação de uma marcha avassaladora, a qual tomou nove bairros da cidade¹⁰⁹, como já salientamos, objetivava destruir as delegacias existentes, os PM Box e, principalmente, as casas dos policiais envolvidos com a tortura do garoto¹¹⁰.

É sabido que, nem todos os entrevistados aprovaram todas as atitudes da população revoltada, como observamos na declaração do auxiliar de biblioteca Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, residente no Centro de Castanhal desde o seu nascimento, encontrava-se na Praça da Matriz da Igreja São José e presenciou a destruição da casa do comissário de polícia. Ele não viu a multidão incendiando o fórum, mas comenta sobre isso:

Fiquei sabendo (...) que chegaram até depredar o Fórum, né. Onde o Fórum é, na realidade, um prédio que congrega vários órgãos, né, criminal, eleitoral, né, então... foi um dos prédios públicos que foram depredados. (...) Até aquela data não tinha ocorrido uma revolta daquela proporção. Não fiquei espantado, né. Até certo ponto admirado pelo fato de ta ocorrendo em Castanhal. Eu não to dizendo aqui que tava vibrando, aplaudindo, vendo residência saqueada, não é isso. (...) Mas aquilo se tornou... fugiu, vamos dizer assim... de vê as pessoas, estarem quebrando coisa... será que todo mundo, que tava participando, me perguntava na época... era revolta aquilo ali? ¹¹¹.

Observam-se as palavras de Arquimimo de Oliveira, que além de transmitir certa admiração pela revolta, não deixa, quando descreve brevemente os órgãos que compõem o Fórum, de expressar certa reprovação pela depredação da instituição judiciária. Ele ainda,

¹⁰⁷ Jones da Silva Cabral, 33 anos, pedreiro. Entrevista realizada no dia 25 de junho de 2008, em sua residência.

¹⁰⁸ O Liberal, 30/03/1987. p.15.

¹⁰⁹ A Província do Pará, 31/03/1987. p.7.

¹¹⁰ O Liberal, 30/03/1987. p.15.

¹¹¹ Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, 45 anos, auxiliar de biblioteca. Entrevista realizada no dia 13 de março de 2008, em sua residência.

mesmo que não havendo complementado a frase, disse que nem todos os participantes estavam com intenção de “punir” os acusados de torturarem Carlos Alberto; porém aproveitaram-se dos distúrbios para realizarem outras ações, como por exemplos, saquear casa dos policiais envolvidos na tortura do menor. Isso é percebido também nas memórias de José Expedito, o *Cajuba*. Este, argumenta a destruição do Fórum como algo incentivado por aquelas pessoas que respondiam processo na Comarca.

(...) Já tinha gente querendo quebrar coisa que não tinha nada a ver. Já tavam no Fórum, pra tocar fogo, pra pegar as coisas, o papel. (...) Tinha gente que tinha problema nesse meio, aí já... já iludiram os outros pra quebrar o Fórum, lá. (...) fazendo isso, morria. Pagava as coisas (...) ¹¹².

Um Sargento da Reserva da polícia militar, também contribuiu para produção desta dissertação e pediu para ser identificado apenas como F.N. No dia que ocorreu a Revolta do Pínel ele estava em sua casa, no Bairro do Ianetama, onde reside até hoje. Nos anos de 1980, exercia sua função como guarda de trânsito. Quando soube do quebra-quebra, ele, sem nenhuma identificação, foi até o Fórum e outros locais da rebelião para observar o movimento:

“Eu saí e fui dar uma olhada. Na frente do Fórum um monte de pau e tudo no meio da rua. Tudo jogado...a delegacia queimada...os pm’s box...alguns foram arrancados. Dava tristeza, né. Porque agente passa uma vida trabalhando na polícia. Trabalhei na polícia porque queria ser policial. E aí, as vezes, por causa de um...de falta de responsabilidade...de alguém...se torna uma calamidade...porque foi injustificável que aconteceu” ¹¹³.

Nesse trecho narrado por um agente da segurança pública estadual e que exerceu mais de dez anos como guarda de trânsito, percebemos uma reafirmação de sua identidade, porque ser policial, de acordo com Sargento da reserva, partiu de sua escolha pessoal. Com a eclosão da revolta, ressaltou que esse acontecimento provocou indignação como não reconhecimento da sociedade com o trabalho da segurança pública. Diante disso, Alistair Thomson ressalta que ao narrar fatos, o entrevistado constrói sua(s) identidade(s) a partir de suas experiências

¹¹² José Expedito de Oliveira Barros, 54 anos, sapateiro. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008, em sua residência.

¹¹³ Sargento da Reserva, 61 anos. Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2012, em sua residência.

sociais para inserir sentido à “vida passada e presente”¹¹⁴. Deste modo, a sua experiência de vida profissional construída na polícia militar intervém na narração.

Conforme comentou O Liberal, o pai de Carlos Alberto, Domingos Lopes (já falecido), disse que “... ‘não queria que o pessoal queimasse a casa desse senhor (França) e nem outros locais que nada tinham a ver com a morte do meu filho...’ ”¹¹⁵. Em outros termos, o pai do menor não concordou totalmente com a revolta, para ele, bastasse que os revoltosos tomassem conta dos policiais envolvidos com a morte¹¹⁶ de seu filho¹¹⁷.

A comerciante Sônia Maria Oliveira Souza, prima de Carlos Alberto Rodrigues, que no dia do quebra-quebra estava na COHAB, onde residia em 1987, comenta que a sua família não participou da Revolta do Pincel:

Não, a gente não participou, não. Ficou com medo, né, assim... o quê... iriam pensar? Né! (...) Então, a gente não participou não. (...) levaram (...) muita gente (...) gente tava em casa, a gente ficou em casa (...) o pessoal pegaram mesmo, tomaram de conta (...) Saiu lá da casa da vovó (...) Muita gente, muita gente. Quando foi pra delegacia é que, juntou... o pessoal ia passando e ia juntando aquela multidão (...) Tinha... Cartazes (...) Pedindo justiça (...) Era tanta gente que... Sabe que a gente... a gente ficou isolada... sabe como é... a gente ficou com aquele medo.¹¹⁸

De acordo com os depoimentos, percebe-se que os familiares de Carlos Alberto Costa Rodrigues também não participaram do cortejo fúnebre, pois as pessoas indignadas com o fato pegaram o caixão e fizeram uma passeata pela cidade, como se identifica nas

¹¹⁴ THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História*, São Paulo, Nº15, Abril, 1997.p. 54-56.

¹¹⁵ O Liberal, 31/03/1987. p.20.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ É bom lembrar que Carlos Alberto Costa Rodrigues trabalhava como ajudante de pintor na casa do senhor “França”, funcionário da Receita Federal. É interessante lembrar ainda que, à véspera da revolta, O Liberal noticiou que quem acusou o menor por ter roubado o pincel foi um empregado do senhor “França”. Por outro, A Província do Pará, edição publicada depois da revolta, publicou a versão de Carlos Alberto, este contou – antes de morrer – a sua avó, dona Maria Firmina, que “o pintor me deu o jogo de pincel para guardar, mas na verdade ele queria era roubar e colocar a culpa em mim”. Com base nesse depoimento, pode-se inferir que, provavelmente, o pintor que entregou o pincel ao garoto, poderia a ser o empregado de “França” que, como foi citado logo acima, foi quem acusou o menor pelo delito. Mas, por enquanto, não sabemos afirmar, ao certo, se foi o empregado de “França” ou este próprio quem fez a ocorrência policial, pois os inquéritos policiais foram destruídos no dia do quebra-quebra. Contudo, o rapaz torturado citou nomes dos policiais que o espancaram. Ver os jornais: O Diário do Pará, Belém, 30/03/1987.p.7 e 31/03/1987.p.7. O Liberal, 29/03/1987.p.7

¹¹⁸ Sônia Maria Oliveira, 50 anos, desempregada. Entrevista realizada no dia 19 de março de 2008. , em sua residência. Sônia era Prima de Carlos Alberto Costa Rodrigues, o menor torturado na Delegacia Central de Castanhal.

palavras de Sônia Maria: “Tomaram de conta”. Na manifestação, os participantes levaram cartazes e as pessoas aglomeravam-se ao longo da caminhada. José Expedito, mais acima, ratifica essa informação quando ressaltou que “Eles rodaram na delegacia com enterro dele, um monte de gente (...). Aí, foram pro cemitério” ¹¹⁹. Esse momento do desfile do cortejo destaca a prima de Carlos Alberto, causou na família que não participou da passeata, um sentimento de medo, insegurança e espanto.

Retomando a dimensão da revolta, os dois grupos se encontraram, no início da noite, em frente ao Fórum, localizado no centro de Castanhal. Incendiaram móveis e documentos jurídicos encontrados no interior do prédio. Quando os populares finalizaram a depredação do Fórum e já se organizavam para invadir o quartel do V Batalhão da PM¹²⁰, a polícia militar entrou em ação e não poupou ninguém. Cerca de 80 soldados, alguns da Tropa de Choque, vindos de Belém, entraram em ação e utilizando bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e fuzis, dissolveram a turba¹²¹.

Contudo, retornando ao depoimento do Sargento Aposentado, este ressaltou que a multidão ameaçou invadir o quartel ainda durante a tarde, isto é, antes da chegada da Tropa de Choque:

“Fomos pra dentro do quartel (...). Era no centro, era uma casinha bonitinha, um quartelzinho bacana, humilde. Quando chegamos lá no quartel...a salvação deles e a nossa foi o Padre Teixeira...Padre Teixeira escutou que as pessoas iam quebrar o quartel...o coronel disse que agente não vai deixar invadir esse quartel, com agente aqui dentro...tudo bem...foi quando padre chegou. Mandou todo mundo parar, porque havia um quartel...mandou todo mundo parar: ‘Não façam isso! É Loucura! Porque vocês vão morrer, vai morrer vocês, vão morrer policiais, vai morrer todo mundo, não façam isso’. Foi quando eles recuaram...era muito gente...era muito gente...não era gente do bem”¹²².

Ao falar da atitude do padre, o nosso narrador ficou de pé e representou através de gestos como o sacerdote impediu a multidão de invadir o quartel da polícia militar. Tal comportamento demonstra que a entrevista vai muito além da relação entre “observador” e o

¹¹⁹ José Expedito Oliveira Barros, 54 anos, sapateiro. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008, em sua residência.

¹²⁰ O Liberal, 30/03/1987. p.15.

¹²¹ Idem.

¹²² F.N, Sargento da Polícia Militar, aposentado. Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2012, em sua residência.

“observado”, pois o narrador modela seu discurso a partir da circunstância¹²³; assim, recorrendo a gestos, presumimos que seria para descrever o quanto era errôneo a ação da população revoltada e que, para Sargento aposentado, muitos “não era gente do bem”. Em pé e nos olhando queria perceber e/ou sentir se estávamos convencidos do caráter violento da multidão.

Entretanto, com a chegada da Tropa de Choque e agindo num contra-ataque, os manifestantes não se intimidaram e demonstraram resistência com as pedras que arremessaram contra os policiais. Muitos dos que participaram do tumulto fugiram deixando suas bicicletas, as quais foram jogadas, pelos soldados em cima da fogueira de papéis do Fórum, no meio da rua. A polícia militar, semelhante ao que fez a multidão revoltada, deslocou-se por toda a cidade para dissolver a turba. A patrulha militar era mais violenta possível: bastava que um grupo de dez pessoas estivesse reunido em uma esquina para que os soldados atirassem e agredissem¹²⁴.

É interessante frisar que, o Coordenador da Polícia Civil do Estado, de 1987, delegado Brivaldo Soares, disse à imprensa que a revolta “Foi um movimento comandado e dirigido por um grupo”, pelo fato da escolha dos locais para serem depredados e incendiados terem sido o setor de segurança e justiça¹²⁵. A Associação Comercial e Agropastoril de Castanhal, cinco dias depois da revolta, realizou uma manifestação contra juros altos no centro da cidade; protestou também contra a violência que assolava Castanhal. Os comerciantes temeram a onda de quebra-quebra: “O pessoal do quebra-quebra planejava saquear bancos e lojas, depois de depredar o quartel da PM”, contou um comerciante da cidade à imprensa, o qual expõe sua preocupação que “poderia ocorrer saques no dia da revolta”¹²⁶. Entretanto, conforme aqui já foi salientado, não encontramos fontes que confirmassem se houve atitude dos revoltosos em tentar saquear lojas ou algo parecido.

O Prefeito de Castanhal, de 1987, Paulo Titan, reiterou pela imprensa escrita que solicitou ao governador do estado que determinasse a substituição de todos os policiais civis da cidade¹²⁷. Porém, só depois de alguns dias que a imprensa informou o desejo do prefeito, pois o governador Hélio Gueiros – Governador do Pará em 1987 – anunciou, em entrevista

¹²³ PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo. Letra e Voz, 2010.p. 20.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ O Liberal, “Castanhal põe luto contra juros altos”. Belém, 03/04/1987.

¹²⁷ O Liberal, “Aparente calma depois do caos”. Belém, 31/03/1987.

coletiva concedida no palácio Lauro Sodré, que destituiu todo o corpo policial de Castanhal. O Governador Hélio Gueiros esclareceu que esta medida não significava uma culpabilidade das polícias¹²⁸, significava uma medida visando salvaguardar a confiabilidade da apuração dos fatos¹²⁹. O governador destituiu, em Castanhal, o comando da polícia militar, o delegado de polícia, o escrivão, o comissário, o corpo de investigadores da polícia civil e todo o destacamento da polícia militar da cidade¹³⁰.

No início deste subcapítulo destacamos os relatos orais sobre a Revolta do Pincel, mas não deixamos de analisar o discurso da imprensa sobre o quebra-quebra e os periódicos que noticiaram sobre a rebelião foram O Liberal, Diário do Pará e A Província do Pará, todos com sede em Belém. Infelizmente não encontramos nenhum jornal castanhalense que tratasse sobre a revolta.

Com relação ao O Liberal, verificamos que, de modo geral, esse veículo de informação deu maior ênfase à violência policial. Como notamos nesse trecho:

“Patrulha

Se a PM demorou a chegar, o mesmo não aconteceu com os Bombeiros. À tarde, ainda em meio a série de depredações, soldados do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar já percorriam a cidade em dois carros tanque e debelavam diversos focos de incêndios que a multidão deixara para trás.

Depois de dissolver a multidão, o destacamento da Polícia Militar de Belém continuou, por toda madrugada de hoje, patrulhando Castanhal. A patrulha era mais violenta possível: bastava que dez pessoas estivessem reunidas em uma esquina para que os soldados atirassem e agredissem moradores que não participaram dos distúrbios. Alguns motoristas de táxi do ponto do Terminal Rodoviário foram agredidos pelos soldados, que durante toda a noite foram motivo de medo para muitos moradores”¹³¹.

O esforço do Corpo de Bombeiros em combater os incêndios, descrito no fragmento, supomos a intenção da reportagem de desprestigiar a polícia militar. Em seguida, a reportagem relata a agressividade dos policiais sobre os civis e, assim, criando um ambiente de medo em Castanhal. Tal atitude do O Liberal talvez esteja, provavelmente, relacionada com a tentativa de ser censurada pela polícia militar no momento da repressão:

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ O Liberal, “Polícia de Castanhal é destituída”. Belém, 01/04/1987.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ O Liberal, 30/03/1987, p.15.

“Na hora do confronto entre a PM e manifestante, a equipe de reportagem de *O Liberal* foi impedida de registrar a ação da Polícia pelos próprios policiais militares”¹³².

Com isso, perceberemos usos de determinados termos pelo periódico. Observamos esse trecho:

“Muitos dos presos, somente homens, eram menores de idade e entre os feridos estavam cinco soldados da Polícia Militar. Duas pessoas do povo foram baleadas pela Polícia, uma delas na boca”¹³³.

Notem os termos “menores de idade” e “pessoas do povo”. Como se o jornal tivesse a intenção de demonstrar a arbitrariedade da polícia militar durante a contenção da revolta. Vejamos outra transcrição:

“(...) Polícia Militar entrou em ação e dissolveu os manifestantes utilizando bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e balas. Quatro soldados da PM saíram feridos no confronto com os manifestantes que responderam com pedras à ação da PM. Onze manifestantes também saíram feridos- dois baleados pelos homens da Polícia Militar”¹³⁴.

No uso da categoria “manifestantes”, o jornal produz uma conotação de resistência, da razão das “pessoas do povo” de enfrentar a repressão policial, a qual recorre todo um amparado militar, “bombas de gás de lacrimogênio, cassetetes e balas”, para enfrentar os “manifestantes”. Estes, por sua vez, restam apenas às pedras para contra atacarem. O periódico apresenta uma imagem, nas suas páginas sobre a “Revolta do Pincel”, que evidencia a violência policial. Vejamos a fotografia:

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ O Liberal, 30/03/1987.p.16.

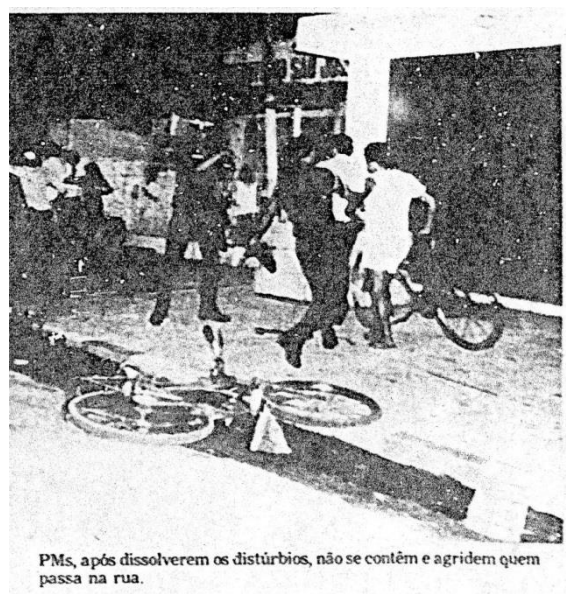


Foto 1 - Polícia Militar agride transeunte.

O Liberal. (30/03/1987.p.16.)

Na fotografia acima, observamos que o jornal usa a imagem juntamente com sua legenda para destacar o aspecto agressivo da Polícia Militar que agiu, não somente contra os amotinados, mas também contra aqueles que não estavam participando da “Revolta do pincel”. Na mesma imagem, ao fundo, identificamos pessoas fugindo da PM. O próximo fragmento, que acompanha também a foto, reforça a evidência do periódico de apresentar uma polícia arbitrária:

“PM atrasada usa violência em Castanhal

Além de chegar atrasado (...), o destacamento de 80 homens, entre eles soldados do Pelotão de Choque, agiu energicamente para dissolver os manifestantes, mas usou de violência contra a população de Castanhal. Depois da situação ter sido controlada, mesmo com uma certa dificuldade, uma vez que os manifestantes reagiram os ânimos dos soldados do destacamento continuavam exaltados. Algumas bicicletas, abandonadas por participantes dos distúrbios que fugiram, foram incendiadas pelos soldados PMs em plena rua, numa demonstração desnecessária. Muitas pessoas no final do confronto apenas queriam ver o saldo do domingo de violência em Castanhal, foram agredidos pelos policiais que assim tentavam evitar novos tumultos”¹³⁵.

Novamente O Liberal, a partir do trecho acima, busca depreciar a ação da polícia militar, ressaltando que além de chegar atrasada, ainda teve a preocupação de incendiar as bicicletas dos amotinados e dos curiosos que ainda foram espancados.

¹³⁵ O Liberal, 30/03/1987.p.16.

Recorrendo ao jornal A Província do Pará, percebemos que o discurso que essa empresa de comunicação usa para relatar a “Revolta do Pincel” se aproxima de O Liberal. Acompanhemos o resumo da notícia sobre o quebra-quebra que está inserido na capa do jornal:

“Justiça do Povo

Foi a revolta mais séria contra a polícia e a Justiça, ocorrida no interior do Estado. Prédios da SEGUP incendiados, o Fórum destruídos, residências de policiais destruídas e a de um fiscal da Fazenda Estadual colocada abaixo. Foi o resultado da fúria popular ocorrida em Castanhal, para vingar a morte de Carlos Alberto Rodrigues, de 17 anos, massacrado por soldados da PM e investigadores no interior de um xadrez do Distrito Central da cidade”¹³⁶.

Nesse resumo percebemos a surpresa e/ou a admiração que a “fúria popular” causou ao Estado e no próprio jornal. No fragmento seguinte, fica mais clara uma linguagem contra a segurança pública de Castanhal:

“Domingos Lopes Rodrigues, 37 anos e Maria Firmino Lopes, são os pais de Carlos Alberto Costa Rodrigues. Eles não aceitavam como filho pôde ser vítima dos atos selvagens praticados pelos soldados Diogo, Levy, Cruz e os investigadores Antônio Paulo e Waldez, e também do bate-pau Aurino, envolvido também nas acusações iniciais das sevícias e assassinato”¹³⁷.

Apropriando-se do ressentimento da família de Carlos Alberto, A Província do Pará destaca os abusos que o menor sofreu pelos “atos selvagens” da polícia militar e civil. Em outro fragmento, o periódico destaca o desagrado popular pela polícia da cidade:

“Trabalho da Polícia não estava agradando

‘Esta revolta do povo de Castanhal, foi a gota d’água que estava faltando, porque o povo não estava satisfeito com o trabalho da polícia civil nesta cidade’. A afirmação é do prefeito Paulo Titan, ao analisar os distúrbios ocorridos (...). Logo que recebeu a denúncia de que o povo dera início à rebelião, o prefeito Paulo Titan saiu de sua casa para tentar evitar as manifestações. Porém nada conseguiu, porque, se tentava dialogar com um grupo, logo surgir outro mais forte e numeroso, ficando impossível dominar a situação. Não havia condições para diálogo, uma vez que, em todos os nove bairros que formam a cidade, estava formados elos da revolta”¹³⁸.

¹³⁶ A Província do Pará, 31/03/1987. Capa.

¹³⁷ Idem.p.7

¹³⁸ Idem.p.7.

Recorrendo ao suposto pronunciamento do prefeito Paulo Titan, as razões da revolta estavam relacionadas com a reprovação do trabalho da polícia. A Província do Pará ainda comenta o esforço do administrador municipal em conter os rebelados. Contudo, de acordo com jornalista, jurista e político castanhalense Raimundo Holanda Guimarães, o prefeito Paulo Titan teria sido o principal responsável pelo estouro da “Revolta do Pincel”. Vamos acompanhar trecho desse argumento:

“(...) a maior autoridade constituída do Município que, de resto, é o responsável pela vinda do delegado para Castanhal, para ficar à sua mercê e de cuja intimidade priva ao ponto de mandar prender e soltar por telefone, encontrava-se em folgedos, num *convescote* na casa do sócio, quando soube do que estava ocorrendo. Dali partiu, dizendo o ‘o povão é meu’ e foi ver de perto a turba arrelhada, fingindo o propósito de acalmar a massa em frente à residência do agente provocador da catástrofe. Os primeiros ensaios de agressão mostraram-lhe que a expansão dos fatos e a fúria eram maiores do que ele, talvez, houvesse previsto. Antes que o feitiço virasse contra o feiticeiro, pois sabia dos rumores antecedentes e, dizem, que até os estimulou, resolveu dar um dos seus lances demagógicos, distribuindo algum dinheiro aos manifestantes mais exaltados, para ‘esquentar’. (...). Triste figura fez o prefeito, notabilizando em rede nacional de televisão, querendo pegar de surpresa o Brasil, atônito com o reboleio, como o se ele, o gestor, não houvesse adicionado vários metros cúbicos para que essa ‘gota d’ água que faltava’, a que se referiu com cínica ênfase, pela Globo, destampasse o caldeirão das curtidas insatisfações populares. (...) Nunca se viu tanta irresponsabilidade de um homem público”¹³⁹.

O jornalista descreve o prefeito como um político autoritário que tem influência na segurança pública estadual em Castanhal. Tal comportamento levava Paulo Titan autorizar quem deveria ser preso ou solto. Ou seja, direciona que autoridade municipal era conveniente com violência que ocorria nas delegacias da cidade. Ainda o taxa de populista porque, segundo Raimundo Holanda, tentava influenciar a multidão revoltada. Essa atitude de ir ao encontro dos amotinados, continua o jornalista, Paulo Titan visava evitar que a população direcionasse sua fúria contra ele.

Diante dessa opinião do repórter, não podemos esquecer que o mesmo possuía uma história de atuação na política e na imprensa de Castanhal e de Belém. E mesmo sendo juiz, desempenhou intensos trabalhos nos periódicos da capital paraense, onde exerceu nos jornais

¹³⁹ É importante salientar que o texto acima, até o momento do encerramento desta dissertação, foi único material escrito sobre o quebra-quebra por alguém que residia em Castanhal. Com isso, o fragmento acima foi publicado no livro que reúne as crônicas do Raimundo Holanda Guimarães, falecido em 2007, quando atuava como jornalista. Entre essas crônicas há escritos que refletem sobre episódios da história política de Castanhal, como trecho citado acima. Ver. GUIMARÃES, Raimundo Holanda. A Cidade Perdida: saga de tarimbeiro. Belém, Cejup, 1999.p.274-278.

Folha do Norte, A Província do Pará, Folha Vespertina, O Liberal entre os anos de 1960 e 1980¹⁴⁰.

Em Castanhal, nos anos meados dos anos de 1960, foi um dos fundadores do jornal a Tribuna de Castanhal¹⁴¹; mas pouco tempo depois da criação desse órgão de comunicação, Raimundo Holanda resolveu residir para capital paraense. Mesmo com essa mudança, contribuiu para fundação do MDB na cidade castanhalense, na década de 1970¹⁴². Contudo, não conhecemos a sua linha política-ideológica de maneira segura para entender e/ou intenção das críticas contra o prefeito Paulo Titan, o qual pertencia ao PMDB.

Por fim, no O Diário do Pará percebemos um discurso divergente sobre a Revolta do Pincel em relação aos outros periódicos citados acima. Porque o jornal destaca a violência gerada pelos participantes do motim e do esforço da segurança pública em conter o quebra-quebra. Vejamos esses fragmentos:

“Badernação em Castanhal

Por causa do desaparecimento de um menor, morto após torturas na delegacia de Polícia de Castanhal, centenas de populares daquela cidade se revoltaram ontem e destruíram cinco unidades policiais, dois PM-Box, casas de dois investigadores, casa de um comissário da polícia, parte do Fórum, além de saquearem as casas dos policiais. Um pelotão da Polícia Militar se deslocou para município, já na tarde de ontem, porém aquela altura a baderna já era generalizada. Muitas prisões aconteceram e até, o encerramento desta edição os tumultos ainda não haviam sido totalmente controlados pela PM que ainda continua de prontidão em Castanhal (Polícia)”¹⁴³.

Fica claro no trecho acima a tentativa de desqualificar a “Revolta do Pincel”, porque o texto se utiliza de termo como “Bardenação” e/ou “baderna” que possui representação de desordem pública. Em seguida, como comentamos acima, informa o desempenho da polícia em conter a multidão por toda cidade, pois a “baderna já era generalizada”.

¹⁴⁰ As informações que faz uma breve descrição da vida do Raimundo Holanda Guimarães foram extraídas de um livro, lançado por ele, que reúne as principais crônicas publicadas nos periódicos impressos de Belém e de Castanhal. Ou seja, as informações estão dispersos ao longo das crônicas. Ver. GUIMARÃES, Raimundo Holanda. A Cidade Perdida: saga de tarimbeiro. Belém, Cejup, 1999.

¹⁴¹ O jornal Tribuna de Castanhal, durante a pesquisa para esta dissertação, não foi encontrado em arquivos e bibliotecas públicas. Essa imprensa possuiu uma atividade intensa até os anos de 1970, período que teve a produção paralisada. Volta ser publicada nos anos de 1990 com outra equipe de colaboradores. As edições do jornal do final de 1960 e os anos de 1970 se encontram em acervo particular. Mas infelizmente não tivemos acesso.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ O Diário do Pará, 30/03/1987. Capa.

Na próxima transcrição verificamos outra evidência da posição do Diário do Pará a favor das autoridades públicas:

“Por quê?

Os prejuízos causados pela multidão que colocou toda polícia civil para fora da cidade, destruindo a Delegacia Central e todos os distritos dos bairros, ainda são incalculáveis, a priori, pelas autoridades administrativas que ontem, estiveram na cidade para ver ‘in loco’ a situação. Secretária de Estado, corregedores de Justiça, e juizes, tinham uma visão central do episódio: - O que pode ter causado tanta destruição? Não era necessário uma investida dessa natureza, nada justifica o dano de bens que servem eminentemente ao público”¹⁴⁴.

É interessante notar que, no fragmento acima, o periódico não identifica de quem é o questionamento expresso na notícia. Seria do próprio jornal? Ou Seria uma maneira de tentar desvincular a responsabilidade institucional do motim ocorrido? Desta mesma forma é colocado no próximo trecho:

“Opiniões

Para algumas autoridades, foi ‘articulação política radical, pois o povo não teria metodologia para desencadear uma ação metódica dessa estirpe, se não tivessem orientações”¹⁴⁵.

Como antes, sem identificação de quem expressou a opinião, vemos que o órgão de comunicação busca direcionar que a responsabilidade da revolta foi motivada por um suposto grupo político radical. Assim, não acreditando que os rebelados possuíam tal capacidade de realizar um motim que atingiu a maior parte da cidade de Castanhal.

Em outra parte da notícia sobre o quebra-quebra, O Diário do Pará, continua trabalhando para que seus leitores não associem a responsabilidade do poder público pela revolta:

“(…) as camadas do povo castanhalense, atribuem a revolta ao fato de que as autoridades não ligam para as reclamações populares, limitando-se a deixarem tudo por conta do ‘esquecimento, do tempo da acomodação’. E ‘quando menos esperam, são vítimas de uma revolta popular, que por ter muitas injustiças contidas, na primeira oportunidade, descarregam o peso do descaso das autoridades em cima delas próprias, que forçosamente têm que arcar com os prejuízos que ‘elas próprias fizeram questão de ter, com sua omissão e desinteresse”¹⁴⁶.

¹⁴⁴ O Diário do Pará, 31/03/1987.p.7.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.p.8.

De maneira generalizada e sem identificação de quem expressa opiniões, o periódico argumenta que “as camadas do povo castanhalense” reprovaram a revolta. Apesar da crítica ao poder público pela omissão, o texto ressalta que isso deve se evitar porque a população seria vítima daqueles que se aproveita para causar desordem pública. Ou seja, as autoridades constituídas deveriam se manter vigilante para proteger a sociedade de “uma revolta popular”. Por último, seguindo a mesma ideia acima:

“O Protesto

Dentro de um quadro geral, colocando-se de lado as causas da revolta, de concreto, fica as consequências do fato, que deixaram a Polícia Civil longe da cidade e seus prédios totalmente destruídos. O Fórum da cidade sem funcionamento, também inteiramente danificado, pessoas do povo e policiais feridos. Mas, segundo a maioria da população castanhalense, a maior denúncia hoje existente em cada cidadão local é de que ‘foi a Polícia quem matou o menor e é impossível que dessa vez, com tanta investida do povo, mas esse clamor de Justiça, não seja devidamente apurado pelas autoridades, para que se possa dar, pelo menos, uma satisfação aos que realmente participaram da revolta, exclusivamente, protestando contra a morte de menor, da forma como se processou’¹⁴⁷.

Aqui, novamente o Diário do Pará sempre busca o esforço de desvincular o poder público da revolta, e isso fica evidente logo no início do texto acima quando cita: “colocando-se de lado as causas da revolta”. Com a intenção de argumentar que, independente das razões, o quebra-quebra deixou a população de Castanhal desamparada, sem lei. E ainda recorrendo ao que seria a opinião da “maioria da população castanhalense”- mesmo colocando brevemente que a polícia foi responsável pela morte do menor- a reportagem ressalta que sociedade espera que as autoridades identifiquem os participantes da revolta que causou desordem na cidade.

Outra fonte impressa que recorreremos para estender a compreensão sobre a “Revolta do Pincel” é uma revista produzida pela autoridade judiciária, intitulada de “Poder Judiciário”. Nesse periódico há uma matéria que faz reflexão sobre o motim e as razões que levaram a multidão destruir o Fórum. Logo no início do assunto, tendo como título em letras garrafas “VIOLÊNCIA”, o tema encaminha responsabilidade à segurança pública do Estado:

“É fora de dúvida que determinados policiais civis e militares, notadamente em nosso Estado, estão exorbitando de suas autoridades. E, talvez por isso mesmo, usando e abusando da violência, principalmente contra indefesos cidadãos e até

¹⁴⁷ Idem.

mesmo contra profissionais da imprensa, rádio e televisão. Não sabemos a quem atribuir tal estado de coisas, mas a verdade é que não pactuamos com elas nem aceitamos (...). Preocupou-nos sempre fazer com que a instituição policial paraense venha a trilhar no rumo certo do bem-estar da coletividade, proporcionando, não utopicamente, porém, da forma efetiva, a segurança e tranquilidade à população, sua finalidade precípua”¹⁴⁸.

Além de apontar as arbitrariedades da polícia civil e militar, o autor da matéria assinado como Amoras, destaca que a magistratura sempre veio se esforçando em orientar a segurança pública para que garanta a ordem social. Por essa razão, levou a Desembargadora Maria Lúcia Marcos dos Santos, Corregedora da Justiça, em 1987, que foi entrevistada nessa mesma edição da revista Poder Judiciário, a expressar inquietação sobre a razão de a multidão revoltada destruir o Fórum:

“(....). A repercussão é sumamente desagradável para nós, da Justiça. Fica uma dúvida pairando: o que terá feito (ou não terá feito) a Justiça, para merecer tal tratamento? É, realmente, uma repercussão negativa para o poder Judiciário.”¹⁴⁹

Após essa breve entrevista da desembargadora a reportagem faz uma longa explanação do processo histórico de edificação, em Castanhal, dos órgãos do poder judiciário até a consolidação do Fórum, em 1984, sob Governo do Jader Barbalho. Em seguida, comenta sobre a fúria popular que incendiou o Fórum e as dificuldades de trabalho da justiça depois da destruição do prédio. Deste modo, já se encaminhando pelo final da matéria, há seguinte argumentação:

“Acreditamos que deve ter sido algum caso pessoal sem nenhuma ligação com o óbito ocorrido no dia 28 de março [29 de março], que levou os populares, aliás em número reduzido a e se voltarem contra o prédio. Os fatos ocorreram dentro da Delegacia e somente contra esta é que poderiam ter dado vazão aos seus instintos vingativos (...)”¹⁵⁰.

Entende-se, que o responsável pela produção deste texto afirma que a destruição do Fórum foi um ato isolado em relação à revolta que atingiu Castanhal, ou seja, um reduzido grupo de pessoas se aproveitou da circunstância e agiram contra o prédio jurídico. Mas com qual finalidade teria essa atitude? Será que o autor está querendo ressaltar que esse reduzido grupo respondia processo e, naquele momento, decidiram incendiar os arquivos processuais como forma de se livrar de certas acusações? Qualquer que seja as indagações ou respostas, o

¹⁴⁸ Poder Judiciário, Belém, Junho, Ano IX, Nº 07, Segunda Fase.p.5.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem.p.10.

autor da reportagem não cita suas fontes. O fragmento se encerra com uma opinião de que a revolta deveria atingir somente a delegacia, pois foi onde ocorreu a tortura contra o menor.

Retomando a crônica do jornalista castanhalense Raimundo Holanda Guimarães, este, além de responsabilizar o prefeito Paulo Titan, o PMDB, pelo quebra-quebra, também destaca que o poder judiciário é tão culpado quanto ao executivo municipal pelo motim. Vejamos outro trecho do seu escrito:

“O Povo quer segurança, honestidade e verdadeiro interesse pelos problemas comuns da coletividade. Não quer uma cidade sem lei. Quer juízes que residam na Comarca e não para dar apenas algumas horas de expediente na semana, como *barnabés* viciados na desídia, deixando processos se acumularem sem solução dos conflitos neles suscitados – o Povo quer, enfim, juízes que, na justiça, construam o direito, se necessário, posto que a *lei não contém todo direito*. (...). A invasão e destruição da Delegacia e do Fórum, pela multidão desvairada, após horror de um crime bárbaro, que revela monstruosidade, foi a manifestação intempestiva da massa em busca de justiça. Sabendo que ela é mais tardia e falha do que deveria ser – quando não se expressa por uma injustiça maior – resolveu destruir os símbolos dessa farsa em que se constituíram os instrumentos danificados na fúria da turba enraivecida. E o Povo nunca se enraivece por uma justiça aplicada, mas, sim, contra a injustiça praticada em nome daquela. (...). É responsabilidade, principalmente, das autoridades que não se preocupam com seus deveres, que fogem às suas obrigações, como se não tivessem satisfação a dar ao Povo que lhe paga, e, de uma forma ou de outra contribui, pagando seus tributos, seus emolumentos para que tenhamos juízes imparciais, promotores que promovam a justiça, delegados ciosos de sua missão, e convictos de que, para serem respeitados – e até porque só serão agindo conforme a lei – não precisam nem devem ser brutais, incompetentes, subservientes aos políticos de qualquer partido, tampouco atrabiliários. No auge do seu desvario, a massa alucinada por um sentimento de revolta acumulado e de expressivo sentimento de solidariedade humana, não tendo a quem recorrer, agiu por sua própria instância, usando o poder da sua força com um cangloante brado de alerta. (...). Os acontecimentos poderiam ser evitados, prevenidos, se tivéssemos autoridades responsáveis, menos turbulentas na ânsia de popularidade fácil, pois, segundo se comenta, desde a véspera, ou antes, se avolumavam os boatos dos sucessos. Os ‘ânimos’, o ‘frisson’ convulsivo estava no ar, anunciavam-se. Mas como prevenir fatos desses, se, nos dias comuns, só se encontram por algumas horas, no expediente manhã, os juízes e promotores e, nos fins de semana, nenhum, tanto quanto o delegado que também reside fora da sua circunscrição, deixando as tarefas do seu encargo à irresponsabilidade de um comissário que pensa ser polícia é ser um ‘bate-pau’ qualquer? (...). Bom seria, também, que se apurasse a responsabilidade da juíza de Menores (hoje vara da Infância e da Juventude), porque a irregularidade da prisão de um menor e xadrez comum, é de sua estrita competência e ele foi solto no fim de semana, já espancado e para morrer, fato do qual toda a cidade tomou conhecimento. Portanto, essa autoridade não poderia ignorá-lo, a não ser por omissão”¹⁵¹.

A omissão e a falta de interesse de exercer a função pública judiciária com maior presença na cidade são críticas apontadas, pelo jornalista, aos agentes da magistratura. Mas fragmento não se limita aos descasos do prefeito e da justiça, refere-se às falhas, como todo,

¹⁵¹ GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *A Cidade Perdida: saga de tarimbeiro*. Belém, Cejup, 1999.p.273-276.

das autoridades de Castanhal. O exemplo disso, de acordo com a crônica de Raimundo Holanda, que na véspera da eclosão a “Revolta do Pincel” já havia clima de tensão na cidade, pois muitos tinham conhecimento das razões da morte do menor e o poder público não teve interesse de evitar a tragédia.

A edição de O Liberal, publicada no dia que ocorreu o quebra-quebra, expõe uma matéria, tendo como título “Menor Massacrado na Delegacia”, que informa a prisão, a tortura e a morte de Carlos Alberto Costa Rodrigues reforça o clima de tensão que tomava Castanhal. Vamos ler um trecho da matéria:

“E foi grande o número de pessoas, entre parentes e amigos de Carlos Alberto, que manifestou o desejo de invadir a Delegacia de polícia de Castanhal, para fazer justiça com as próprias mãos. Eles queriam pegar os soldados acusados de espancaram o menor e linchá-los em praça pública. Quando souberam que Carlos Alberto não resistindo aos ferimentos falecera na manhã da última sexta-feira [Sábado], o clima ficou ainda mais tenso no município. E o desejo de vingança tomava conta de todos que iam tomando conhecimento da história”¹⁵².

Deste modo, Raimundo Guimarães ressalta a inquietação popular diante da ausência do poder público na aplicação da lei. Por esse motivo, caso de tortura do menor no interior da delegacia, seguida de morte; foi um estopim para que as massas populares descarregassem o descontentamento com as autoridades municipal.

Nesse sentido, buscamos refletir nesta dissertação os problemas sociais que afligiam Castanhal dentro do tempo cronológico estabelecido por esta pesquisa. Cidade que passou a viver uma série de reformas urbanas iniciadas a partir da década de 1960. Contudo, mudanças estruturais limitadas ao centro urbano da cidade, desta forma, paralelo às obras urbanísticas, acompanhadas de propagandas que a cidade estava se desenvolvendo, as periferias se encontravam desprovidas dos serviços básicos e da falta de moradia. Além disso, no final da década de 1970, o espaço citadino é assolado também pela criminalidade. Deste modo, a omissão das autoridades comentadas pelo Raimundo Holanda Guimarães vem nos auxiliar na compreensão que a “Cidade Modelo” vive uma série de dificuldades urbanas e sociais que vai de encontro com a ideia de uma cidade progressista e que serve de referência para outras

¹⁵² O Liberal, 29/03/1987.p.16.

cidades do Estado. E com a eclosão da “Revolta do Pincel”, em 1987, seria ponto crucial desses problemas urbanos.

A “Revolta do Pincel” não se limitou ao registro oral e/ou textos jornalísticos. Mas também foi assimilada pela poesia narrativa, isto é, surgiu uma versão de Literatura de Cordel sobre a “Revolta do Pincel”. A autoria desse trabalho é do poeta Adalto Alcântara Monteiro, morador da cidade de Santa Maria do Pará, sobrevive escrevendo e vendendo Literatura de Cordel na região do Nordeste do Pará, especialmente entre as cidades de Capanema, Castanhal e Santa Izabel. Intitulado como a “Revolta de Castanhal no Dia 20/03/87”, o poeta narra o fato. Apreciemos alguns fragmentos dessa literatura:

“Vem santa musa dar forças
Ao meu estro original
Para que eu possa elevar o meu fraco e baixo astral
Narrando a triste tragédia
Que se deu em Castanhal

Pois a cidade modelo
Que chama atenção
Lugar que o povo vive
Com a paz em seu coração
Viu-se um dia em pé-de-guerra
Com a sua população”¹⁵³.

Logo no início desta narrativa percebemos que o escritor reproduz a representação que foi construída sobre Castanhal entre as décadas de 1960 e 1970: “Cidade Modelo”. Um lugar que atraía “atenção” e seus moradores são pacíficos. Tal idealização compartilhada pelo autor, evidência que ele buscou ou tinham conhecimentos das propagandas de “progresso” na imprensa da cidade. Esse discurso que Castanhal é uma “Cidade Modelo” e exemplo de “desenvolvimento” serão analisados no segundo capítulo desta dissertação. Mas de qualquer modo, parte dessa ideologia para narrar um fato que nos ajuda desconstruir a própria ideia da cidade ser uma referência para outras cidades do Estado do Pará. Voltemos à leitura de cordel:

À 29 de março
De 87 se deu a lamentável tragédia
Que muita gente envolveu
No meu papel de poeta
Narro o que aconteceu.
(...)

Acompanhando as notícias do povo, rádio e jornal
É que vou narrar o fato
Que se deu em Castanhal

¹⁵³ MONTEIRO, Adalto Alcântara. *A Revolta de Castanhal no Dia 29/03/87*. Produção Independente.

Onde um nosso irmão menor
É a figura central

Carlos Alberto Costa Rodrigues, de dezessete
Anos de idade, foi vítima
De pontapés e bofete,
Chute de coturnos, socos
Palmatória e cassetete
(...)
Só por causa de um pincel
De um homem chamado: França
Esse rapaz de menor
Ainda criança
Foi morto pela Polícia
E o povo fez a vingança.
(...)

A literatura de cordel tem essa capacidade de sintetizar fatos e/ou acontecimentos através de linguagem rimada, por isso é “considerada um dos elementos de maior comunicabilidade dos meios populares” ¹⁵⁴. Com isso, Adalto Monteiro se utiliza desse recurso poético para resumir a “Revolta do Pincel”. Como podemos observar nas estrofes selecionadas acima que autor expressa em poucos versos todo processo que se desenvolveu o motim. É relevante também notar que o poeta cita as fontes que recorreu para produzir esses versos; assim, levando a entender que o escritor não testemunhou diretamente a revolta e buscou nos relatos orais e nos periódicos impressos para compor a narrativa. Deste modo, deixando-o mais livre para produção da leitura de cordel.

O povo se revoltou
Dizendo é uma injustiça
Já que a Polícia é assim
Vamos fazer a justiça!
Entre a Polícia e o povo
Houve uma tremenda liça
(...)

Então a explicação
Para a morte do rapaz
Dada pelo comissário
Nada menos, nada mais
Narra que foi um bandido
E não os policiais

Segundo Sônia Maria
Disse o comissário a ela
Que Ronaldo um perigoso
Ladrão estava ‘naquela!’
Quebrou o cadeado e foi espancar Carlos na cela.
(...)

¹⁵⁴ LUYTEN, Joseph Maria. *O que é literatura de cordel*. São Paulo, Brasiliense, 2005.p.8.

Com base nessas estrofes destacadas acima percebemos umas das características das leituras de cordéis: consiste em produzir poesias com “dinamicidade e força de expressão” ¹⁵⁵, identificamos palavras nos versos que representam essa vivacidade; como, por exemplo, as frases “o povo se revoltou”, “Vamos fazer justiça”, “Houve uma tremenda liça”, “Ladrão estava ‘naquela!’” e “foi espancar Carlos na cela”.

Em seguida, Adalto Alcântara Monteiro começa a descrever outras ocorrências que antecederam e sucederam à revolta; no entanto, sempre de maneira sucinta e dinâmica:

Mas este caso ficou
Pra depois ser apurado,
Depois do Renato Chaves¹⁵⁶
O corpo foi sepultado,
Vamos ver agora o povo
Como ficou revoltado

A essa altura o povo
Não toda a população
Mas umas três mil pessoas
Assim nos diz a versão,
Contra a polícia
Fizeram a revolução.

Oito horas de tumultos
Saques e depredações
E incêndios em Castanhal
Com grandes destruições
Foram 16 feridos
E 40 para as prisões.
(...)

Entre esses versos transcritos o que nos chamou atenção foi a frase “Fizeram a revolução”, sendo que palavra “revolução” nos remete a conflito de classe entre os dominadores e dominados dentro da concepção do socialismo marxista elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels, os quais argumentam que ao longo da história das sociedades de classes sempre houve uma constante luta entre grupos sociais antagônicos de distintas condições socioeconômica “que terminou sempre pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito” ¹⁵⁷. Claro que não foi que ocorreu em

¹⁵⁵ Idem.p.13.

¹⁵⁶ Nome do Instituto Médico Legal do Estado do Pará, à época.

¹⁵⁷ O Manifesto do Partido Comunista que utilizamos aqui está inserido, integralmente, dentro da obra de David Boyle que primeiro faz uma análise do contexto histórico da Europa do século XIX. Isso com objetivo de melhor compreender as condições da elaboração da obra de Karl Marx e Friedrich Engels. Ver. BOYLE, David. O

Castanhal quando cessou a “Revolta do Pincel”. Mas seria que o poeta Adalto Alcântara Monteiro queria destacar sua posição política? Ou seria apenas para rimar os versos? Joseph Maria Luyten comenta que os autores da literatura de cordel devem ser pesquisados para melhor compreender suas obras e os temas que são abordados, uma vez que “por ser de origem popular, tenderá a escrever seus poemas para seu meio adequado – o povo”; por essa razão o poeta produz temas que são compartilhados pelo seu grupo social em comum ¹⁵⁸.

A nossa experiência com o cordelista Adalto Monteiro, com 68 anos, foi através de uma conversa informal, ou seja, sem haver uma gravação ou filmagem e perguntas elaboradas, pois o poeta se encontrava enfermo e nessa circunstância julgamos que seria inviável entrevista-lo ¹⁵⁹, mas obtivemos algumas informações como a sua origem familiar. Descendente de pais nordestinos, desde jovem escreve leitura de cordel, que o encantou desde a infância. Sua paixão por essa poesia foi despertada pelo seu pai, o qual lia em voz alta para todas da família ouvirem. Adalto Monteiro, sem renda fixa, depende da venda dos seus cordéis para se sustentar, mas entendemos que não faz parte de um grupo político ideológico e, provavelmente, a utilização da palavra “revolução” seria para rimar os versos. Mesmo assim nos deixa inquietos, deixa-nos porque nos vem uma pergunta: de onde ele buscou a palavra “revolução”? Nos jornais que relataram a “Revolta do Pincel” não recorreram o termo “revolução”. Algumas categorias que define ação da multidão que o poeta as usa no cordel e que são encontradas nos periódicos pesquisados são “revolta”, “tragédia” e “tumulto”.

Retomando o estudo de Joseph Luyten, o pesquisador argumenta que a literatura de cordel é uma literatura popular porque “trata dos assuntos que interessam ao povo” ¹⁶⁰, por conseguinte, segundo o estudioso, faz parte da cultura popular. Tal consideração relegou a leitura de cordel às margens da história da literatura brasileira, uma vez que, conforme o estudo de Geraldo Magella de Menezes Neto, esse estilo literário está associado ao “ ‘caráter exótico’ em relação ao modo como o cordel é citado, referido muitas vezes como ‘popular’, o que justificaria assim a exclusão” ¹⁶¹.

manifesto Comunista de Marx e Engels. Tradução de Débora Landsberg. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2006.p.34.

¹⁵⁸ LUYTEN, Joseph Maria. *O que é literatura de cordel*. São Paulo, Brasiliense, 2005.p.46.

¹⁵⁹ Na ocasião da entrevista, Adalto Alcântara Monteiro estava hospitalizado por complicações asmáticas. Depois de algum tempo, retornamos para entrevista-lo não encontrávamos em sua residência. Infelizmente até o presente momento, não conseguimos realizar um diálogo com o poeta.

¹⁶⁰ Idem.p.50.

¹⁶¹ MENEZES NETO, Geraldo Magella de. A exclusão do Cordel do Cânone Literário Paraense: uma discussão sobre a literatura de cordel, cultura popular e folclore. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. VIII, Nº1, 2012.p.2000.

Segundo Geraldo Magella, que recorre ao estudo de Bruna Lucena, o termo “popular” é marcado por uma “série de preconceitos”, pois tem sua origem na oralidade e, deste modo, “o cordel é muitas vezes estudado como um gênero menor”¹⁶². No entanto, o autor ressalta que isso não significa que a literatura de cordel deixou de ter seu próprio cânone literário:

“A historiografia do cordel brasileiro responsável pelo cânone tem por base as pesquisas da fundação Casa de Ruy Barbosa, do estudioso francês Raymond Cantel e as que deram origem ao ‘Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada’, feitas por Átila de Almeida e José Alves Sobrinho, bem como a campanha nacional em defesa do folclore. A partir desses estudos, passou-se a ‘postular o conceito e os limites da literatura de cordel’, também seus autores, seus meios legítimos de publicação, entre outros aspectos”¹⁶³.

Não obstante, essa historiografia que legitimou a literatura de cordel “excluiu os poetas do Pará”¹⁶⁴. Nesse sentido, Geraldo Magella explica que a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC) não os incluiu entre seus “imortais”, porque “priorizou os poetas nordestinos, tanto que viveram ou vivem na região quanto os que migraram para o Rio de Janeiro e São Paulo”¹⁶⁵. É importante saber que o cordel produzido no Pará, além de se deparar com a marginalização pelo “cânone do cordel brasileiro”, foi também excluído do “cânone literário paraense”¹⁶⁶. No entanto, mesmo com essas dificuldades, houve em Belém – na primeira metade do século XX-, uma produção ativa de folhetos de cordel que foram produzidas, de forma independente, pela editora Guajarina, pertencente a Francisco Lopes¹⁶⁷.

Retomando o caráter da leitura de cordel, Geraldo Magella destaca que os estudos de Câmara Cascudo, compartilhadas por pesquisadores paraenses, entre eles Vicente Salles, abordaram que esse estilo literário se apresenta “como ‘expressão da cultura popular’, ou “como reflexo da ‘mentalidade do povo’ ”¹⁶⁸. Entretanto, Roger Chartier não compartilha do termo cultura popular, uma vez que essa categoria foi construída para definir tudo aquilo que não corresponde a cultura erudita e/ou pertence à uma lógica fora do padrão letrado¹⁶⁹.

¹⁶²Idem.p.201.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶Idem.p.202.

¹⁶⁷ Editora Guajarina recorria o termo “Literatura Sertaneja” para definir a leitura de cordel. Isso se caracterizava como uma especificidade da editora paraense. Ver. MENEZES NETO, Geraldo Magella de. *Op.cit.*p. 202 e 211.

¹⁶⁸Idem.p.224.

¹⁶⁹ CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995.p.179.

Deste modo, para Chartier, a intenção dessa classificação – cultura popular e cultura erudita - visava manter as distinções dos grupos sociais, ou seja, evitar que as concepções “científica e filosóficas” (erudição) se misturassem com “tradições folclóricas” (popular) ¹⁷⁰. Essas diferenças, segundo o autor, são percebidas desde o século XIII e ficando evidente no século XIX. Retornemos aos fragmentos da leitura de cordel que trata sobre o quebra-quebra:

Um rapaz saiu correndo
E deixou a bicicleta
Um outro passou a perna
Nela e pegou a reta
Um colega dele disse:
Quem manda tu ser pateta?

Centenas de bicicletas
Foram queimadas na rua
Um dizia:- será minha!
Ou essa que é a tua?
Pois ficaram envergadas
Mais do que arco de pua.
(...)

Nesses versos fica mais do que evidente como Adalto Monteiro interage entre o fato que conheceu através de jornais e relatos e sua adaptação para alguns momentos de clara ficção. Acima, usando o bom humor, o cordelista cria situação como o caso dos incêndios das bicicletas na Revolta do Pincel. Como já salientamos ao longo deste primeiro subcapítulo, tanto os curiosos como os que participaram diretamente do motim recorreram às bicicletas para se deslocarem pela cidade. Por isso, durante a repressão da Tropa de Choque, muitas pessoas que estavam nos locais onde ocorria o quebra-quebra, acabaram abandonando suas bicicletas para facilitarem a fuga, para evitarem detenção. Assim, a polícia militar recolheu as bicicletas abandonadas e as incendiou.

Com base nesse episódio, o autor construiu uma representação cômica desse acontecimento, nesse sentido “devemos ter em mente que a literatura de cordel é semelhante a qualquer outra literatura” ¹⁷¹, ou seja, tem a liberdade de escrever de maneira que julga ser interessante para ela e para seus leitores. Para encerrar essa análise de alguns fragmentos da literatura de cordel sobre a “Revolta do Pincel”, Adalto Alcântara Monteiro nos apresenta os últimos versos que descreve o esforço da polícia militar em dispersar a multidão.

¹⁷⁰ Idem.p.181.

¹⁷¹ LUYTEN, Joseph Maria. *Op.Cit.*p.46.

Provavelmente, baseou-se na cobertura do jornal Diário do Pará, pois este periódico, já explicado neste subcapítulo, se destacou o empenho da Tropa de Choque em tentar controlar a revolta e enfatizando a violência popular:

Já a noite 80 homens
Da Polícia Militar
De Belém, foram chegados
Para o tumulto acalmar
Porém a situação
Foi difícil controlar...

Porque os manifestantes
Não obedeciam ninguém
Até que muito esforço
A Polícia de Belém
Conseguiu a paz, aos poucos
Veio a ficar tudo bem.

Pelo que foi exposto, compreende-se que a mobilização de pessoas nas cidades da Amazônia não pode se tornar invisível na história. Peter Burke chama atenção do desinteresse em estudar os “movimentos que duram mais do que algumas horas, sem organização permanente” e que muitas vezes são descartados ou esquecidos pelos historiadores¹⁷². Portanto, a historiografia social da Amazônia também não pode deixar que as ações populares no espaço urbano amazônico passem despercebidas.

1.2. A Revolta e a sua dimensão teórica

Para melhor compreender esse fenômeno social, a “Revolta do Pincel” se aproxima da forma de mobilização popular caracterizada de movimentos momentâneos, referindo-se mais frequentemente a quebra-quebras¹⁷³. De acordo com Castro, essas espécies de protesto popular urbano eram constantes no Brasil do final da década de 1970 e o início de 1980¹⁷⁴. O autor segue comentando os fatos que envolveram diversos quebra-quebras de trens e de ônibus, em São Paulo e Rio de Janeiro, por populares¹⁷⁵, em 1981, citando Oto Figueiras, o qual ressalta que alguns opositores de esquerda estavam eufóricos, outros assustados ao

¹⁷² BURKE, Peter. *História Teoria Social*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâcia Majer. São Paulo. Editora UNESP, 2002.p.126.

¹⁷³ CASTRO, Pedro. *Sociologia sobre e suburbana*. Rio de Janeiro: EDUEF, 1993.p.169.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem.p.171.

interpretar esse conflito social e afirmar que a posição, legal e ilegal, se surpreendeu com a ira popular¹⁷⁶.

Quem realizou também uma pesquisa sobre essa ideia de movimentos momentâneos ou ação instantânea foi Moisés e Martinez-Alier, os quais realizaram estudo sobre série de ondas de protestos populares de caráter momentâneo, nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, contra os deficientes serviços ferroviários¹⁷⁷. Dessa forma, os autores analisaram os problemas dos meios de transportes coletivos de massa acerca da dinâmica dos movimentos populares nas regiões metropolitanas¹⁷⁸; assim sendo, os motivos de depredações e violência contra trens e as estações estão relacionados com “atrasos e acidentes mortais com trens de passageiros que servem à população trabalhadora dos subúrbios do grande Rio e da grande São Paulo”¹⁷⁹.

É relevante destacar que a “vaga de quebra-quebra” ou a “Revolta dos Suburbanos” – expressões utilizadas pelos autores – provocou surpresas para a imprensa, os intelectuais de esquerda e para o Estado quando eclodiram, em virtude das condições históricas pela qual o Brasil passava, especialmente a conjuntura de meados de 1970.

Neste contexto, o Brasil, de 1964 a 1985, foi governado por militares, os quais promoveram um golpe militar que afastou o presidente João Goulart, por acreditarem que o presidente estava ameaçando os valores e as instituições tradicionais do país e que poderia levar a implantação do socialismo no Brasil¹⁸⁰. O país amargou vinte e um anos de autoritarismo e repressão, principalmente contra aqueles considerados líderes “subversivos” que provavelmente implantariam o comunismo no Brasil¹⁸¹.

Desde modo, o Regime Civil Militar elaborou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que constituía um conjunto de conhecimentos e métodos “para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais”, ou seja, um sistema de ideias políticas, econômicas e militar¹⁸². Essa teoria foi elaborada pela

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A Revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978. p.10.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.171.

¹⁸⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 a 1985*. trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.22.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru. SP. Edusc, 2005.p. 42-50.

Escola Superior de Guerra, que possuía um conjunto de princípios sobre guerra: “guerra total; guerra limitada e localizada; guerra subversiva; ou revolucionária; guerra indireta ou psicológica”¹⁸³. As duas últimas teorias estão relacionadas com a questão da segurança interna do Brasil, uma vez que as forças armadas possuíam a crença de combater “à infiltração comunista” que poderia receber apoio indireto do comunismo internacional sob forte influência da União Soviética¹⁸⁴. Assim sendo, o estado autoritário considerava suspeita toda a população, pois poderia se tornar “inimigos internos” potenciais¹⁸⁵.

Esse princípio parte de uma análise de que os grupos de esquerda adotam métodos psicológicos indiretos de “conquistar ‘as mentes do povo’” e, com essa concepção, evita-se conflito armado com Estado¹⁸⁶. Por isso, a necessidade de perseguir e possuir maior controle possível sobre aqueles considerados suspeitos: para se evitar uma possível revolta popular¹⁸⁷.

Contudo, apesar do compartilhamento dessa crença, havia divergência entre o corpo de oficiais sobre a participação de políticos civis na ditadura imposta¹⁸⁸. Sendo que a alta hierarquia das forças armadas estava concentrada entre moderados ou castelistas e “linha dura”. Os primeiros, tendo como representante o General Castelo Branco, organizador do golpe; concordavam com a necessidade de combater as ameaças da esquerda e repugnar políticos populistas que deterioravam os “valores da nação brasileira”¹⁸⁹. Depois de expurgar todos esses subversivos, os civis poderiam retomar ao controle do Estado, porque eram considerados os únicos a fazer funcionar a democracia¹⁹⁰.

¹⁸³ Idem.p.45.

¹⁸⁴ Essa ideia de combater a “ameaça comunista” foi construída pela Escola Superior de Guerra (ESG), instituição criada pós Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) pelos militares brasileiros que combateram, ao lado dos Aliados, Nazi-Fascismo na Europa. Dessa forma, a influência ideológica dos Estados Unidos esteve muito presente entre os oficiais das forças armadas do Brasil, especialmente do exército. Nesse sentido, o governo estadunidense teve facilidade de auxiliar na edificação dos princípios da ESG. Assim, Durante a Guerra Fria -conflito ideológico, político e econômicos entre Estados Unidos e a União Soviética- a ESG aderiu o combate ao comunismo internacional. Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Bauru. SP. Edusc, 2005.p.45.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ SKIDMORE, Thomas E. Uma História do Brasil. Tradução: Raul Filker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.p.226-227.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

O segundo possuía uma concepção mais radical, já que não confiavam em nenhum político – mesmo aqueles que apoiaram a tomada do poder pelos militares¹⁹¹. Argumentavam que somente um governo autoritário poderia defender o Brasil das ameaças comunistas¹⁹².

Quando o General Castelo Branco assumiu a presidência, a junta militar – logo após o Golpe de 1964 - havia anunciado o Ato Institucional N°1¹⁹³, somente denominado assim quando foi divulgado o Ato Institucional N°2; e essas ações partiam direto do executivo e muitas vezes não passavam pelo Congresso. E as promulgações dos atos oficializaram o regime autoritário e ampliaram os poderes dos presidentes que exerceram o cargo nesse período¹⁹⁴.

Mesmo com o processo de construção de um Estado Autoritário, ocorreu uma série de manifestações como a greve dos trabalhadores, em Minas Gerais; protestos de estudantes e a Marcha dos 100 mil no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968; que protestaram, respectivamente, contra as péssimas condições salariais e contra a Ditadura Militar¹⁹⁵. Foi decretado, já sob a presidência de Costa e Silva, o Ato Institucional N°5, baixado em dezembro de 1968¹⁹⁶, e com esse decreto houve o endurecimento do Estado Ditatorial porque determinou o fechamento do Congresso Nacional, a instalação da censura, e a subversão contra “passaram a ser doravante da alçada da Justiça Militar e legalização da busca de informação através da escuta telefônica, violação de correspondência e denúncias por informantes”¹⁹⁷.

Essa estrutura estatal repressora não evitou também que as massas suburbanas, a partir de 1974, das duas grandes metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo proovessem uma série de levantes, em pleno governo do general Garrastazu Médici (1969-74), o mais repressivos do regime militar, especialmente dirigida contra os militantes das organizações de esquerda que optaram pela luta armada para tentar derrotar o regime¹⁹⁸. Apesar de um sistema autoritário pós-64, o Estado Militar foi surpreendido pelas “Revoltas dos Suburbanos”em

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ A Revista Caros Amigos produziu um Dossiê sobre a Ditadura Militar no Brasil, uma coleção em doze capítulos que faz uma análise deste o Golpe de 1964 “até a entrega da faixa presidencial a José Sarney”. O Material ganhou uma versão encadernada que reuniu todos os volumes. Ver: Coleções *Caros Amigos*. A Ditadura Militar do Brasil: a História em cima dos fatos. N°1, 2008,p.17.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Idem.p.171.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Tradução: Raul Filker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.p.232.

¹⁹⁸ Idem.

meados dos anos de 1970. Como já comentamos mais acima, consistiam em mobilizações das massas suburbanas, as quais explodiam com grande fúria e promovendo quebra-quebras, depredações e incendiando trens e estações ferroviárias¹⁹⁹.

O caráter e a dimensão desses levantes populares provocou reação não somente do Estado, mas também da imprensa brasileira, que reforçou o discurso das autoridades que denominam as manifestações de “badernaço”²⁰⁰. Segundo Moisés e Martinez-Alier, a “Revolta dos Suburbanos” receberam denominações como: “ato de vandalismo” e “selvageria de maus elementos”²⁰¹. A “Revolta do Pincel” é tratada da mesma linha de pensamento acima, sendo denominada como “badernaço”. Para ratificar tal denominação o Diário do Pará expõe na capa a expressão “Badernaço em Castanhal”²⁰² e destaca o ato de violência por parte da população revoltada²⁰³.

Moisés e Martinez-Alier argumentam que as lutas sociais de caráter momentâneo possuem uma dinâmica própria, ou seja, apesar de aparentar um movimento irracional ou anárquico e de não terem uma estrutura organizatória prévia, eles promoviam uma deslegitimação das autoridades estabelecidas, reivindicando os anseios coletivos e demonstrando suas potencialidades²⁰⁴. A partir desse embasamento, a decisão do governador Helio Gueiros em substituir o corpo de segurança de Castanhal em 1987, só vem confirmar as potencialidades de ação das massas como força capaz de intervir nos ditames do Estado e essas mobilizações momentâneas, supostamente sem uma organização prévia de forçar o Estado a tomar determinadas atitudes e, ao mesmo tempo, questionando as autoridades.

Um estudo clássico que trata sobre revoltas populares se encontra nos trabalhos de George Rudé, o qual apresenta um relevante trabalho sobre a multidão, e para esse historiador, a multidão corresponde àquilo que se manifesta “frente-a-frente” como greves, motins, rebeliões, insurreições e revoluções e considera essas ações de “multidão agressiva” ou “explosão hostil”²⁰⁵. Rudé faz o exame da ação das multidões motivadas pelo aumento do preço dos alimentos e, em alguns casos, envolvidos e conflitos políticos na França e na

¹⁹⁹ MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. *op. cit.* p.16.

²⁰⁰ CASTRO, Pedro. *Sociologia sobre e suburbana*. Rio de Janeiro: EDUEF, 1993.p.169

²⁰¹ MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. *op. cit.* p.16.

²⁰² Diário do Pará, 30/03/1987.Capa.

²⁰³ Idem.p.8.

²⁰⁴ MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. *op. cit.* .p.30

²⁰⁵ RUDÉ, George. *A multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra,1730-1848*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Campus. 1991.p.12.

Inglaterra pré-industrial, entre os períodos de 1730 a 1840²⁰⁶. Como a “Revolta do Pincel”, elas possuíram um aspecto violento e aglomeraram multidões e mais de três mil pessoas e ganharam uma amplitude que atingiu vários bairros das cidades. Então, será fundamental discutir George Rudé nesta dissertação para auxiliar no entendimento das revoltas sociais no espaço urbano amazônico.

Dentro do período estudado por Rudé, a manifestação mais comum “do protesto social é o motim da fome”, em que agiam os populares e eram constituídos por uma população mista, com a considerada presença de camponeses²⁰⁷, “aquilo que na Inglaterra, é chamado de ‘classes inferiores’, e, na França, de *menupeuple* (ou, num breve período da década de 1870, *sans-cullotes*)”²⁰⁸.

Diante disso, “o povo”, motivado por experiência costumeira, utópica, reivindicações presentes ou melhorias materiais, promove “‘justiça natural’ violenta e imediata” contra tudo aquilo que representa as causas das dificuldades que passam naquele momento, levando o motim a um aspecto de protesto popular que se converte em rebelião ou revolução²⁰⁹.

O historiador não deixa de observar, com base de vários autores conservadores que analisaram ações das multidões, que desde o período “pré-industrial” na França e na Inglaterra, todos os agitadores populares envolvidos foram denominados de “turba” ou “ralé”, “multidões grosseiras”, “classes inferiores”, “bandidos”, “selvagens”, “vagabundos” e entre outras expressões²¹⁰; algo semelhante como foi tratado, mais acima, aos participantes das “Revolta dos Suburbanos” e da “Revolta do Pincel”, protestos organizados por “vândalos”, “selvagens”, “subversivos”, “pessoas violentas” que realizam “baderna”²¹¹; são evidências que demonstram como vêm sendo apresentadas, ao longo da história, as revoltas populares que afetam a ordem social e política.

Os participantes da Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, foram também tratados com violência pelo poder público. Nos estudos de Nicolau Sevcenko e Sidney Chalhoub, ressaltam que o Rio de Janeiro do final do século XIX e o início do século XX, aglomerava uma significativa população desfavorecida social e economicamente como

²⁰⁶ Idem.p.3.

²⁰⁷ Idem.p.4.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Idem.p.6.

²¹¹ MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. *op. Cit.*p. 35.

mestiços, afrodescendentes, prostitutas e imigrantes pobres que habitavam, em sua maioria, em moradias de péssimas condições higiênicas – denominadas de cortiços - que se localizavam no centro da cidade²¹² e essas residências foram demolidas porque a área citadina carioca estava passando por um processo de reforma urbana.

Esses sujeitos sociais, forçados a abandonarem as suas casas por causa das obras urbanísticas, foram os principais atores que agiram na Revolta da Vacina e foram duramente combatidos porque eram considerados pela elite de “classes perigosas”, ou seja, grupo social constituído de pessoas que estão à margem da sociedade civil e com tendência a imoralidade²¹³.

Retomando as reflexões de George Rudé, o historiador ressalta que sejam categorias que representam simpatia, como “o povo”, sejam categorias que explanam desprezo como “classes inferiores”, “bandidos”, “selvagens”; todas essas construções são estereotipadas e abstratas, porque não levam em consideração os sujeitos históricos que constituem essas multidões, ou seja, não os veem “como um conjunto de homens e de mulheres de carne e osso”²¹⁴. Por isso, a necessidade de conhecer os componentes ou “os rostos da multidão”, isto é, a necessidade de identificar quem são os indivíduos e grupos que a constituem, e isso, contribui para uma maior compreensão da “natureza geral da multidão”²¹⁵. Com isso, nos vêm algumas perguntas: quem são as pessoas revoltadas que caminharam pelas principais ruas da cidade de Castanhal? Quem são os curiosos que acompanham os rebelados? É claro que não temos respostas para todas essas perguntas, uma vez que a revolta se caracterizou por uma reação de três mil pessoas.

Para E.J. Hobsbawm a turba consiste num ajuntamento de vários grupos pobres das cidades para pressionar, através de um confronto direto, mudanças políticas - econômicas²¹⁶. Considera também como uma ação que ocorre principalmente nas áreas urbanas e os tumultos

²¹² Os estudos de Nicolau Sevcenko e Sidney Chaloub estão comentados mais adiante deste trabalho. Ainda neste subcapítulo temos mais detalhado sobre a Revolta da Vacina a partir das pesquisas de Nicolau Sevcenko. No terceiro capítulo desta dissertação está inserido a análise sobre “classes perigosas” e “classes pobres” dentro dos estudos de Sidney Chaloub. Ver. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996; e SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo. Editora Scipione, 1993.

²¹³ CHALHOUB, Nicolau. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.p.19.

²¹⁴ RUDÉ, George. *op. Cit.*p.7.

²¹⁵ Idem.p.9.

²¹⁶ HOBBSAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Tradução: Waltensir Dutra. 2ªed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.p.112-114.)

não são movimentos ideológicos e “quando encontra expressão para as suas aspirações, o faz em termos do “tradicionalismo e conservantismo” (a ‘turba da igreja e do rei’)”²¹⁷.

O historiador inglês compreende a turba como um movimento primitivo porque serviu de primórdio para as organizações trabalhistas industriais²¹⁸. Assim sendo, com avanço dos espaços urbanos, do capitalismo industrial e a necessidade do Estado de manter a ordem social e política, tornou-se mais comum a ação da turba fora da Europa Ocidental²¹⁹.

Em relação às suas razões de ação, a turba agia contra o aumento do preço dos alimentos²²⁰, já que a população pobre “viviam no limite da subsistência”²²¹. Isso significa que os tumultos não se manifestavam com a intenção de provocar desordens, mas pressionavam as autoridades em solucionar a escassez ou elevação dos preços dos alimentos²²².

As suas ações não eram desordenadas porque se destinavam contra a elite política e econômica²²³. Retomando as categorias “tradicionalismo e conservantismo”, Hobsbawm põe esses aspectos às turbas porque se os governantes “cumprissem seu dever” – como garantir o abastecimento dos alimentos básicos com preço justo – os populares se prontificam em defender o regime²²⁴. Caso contrário, os amotinados pressionariam até que governo cumprisse sua obrigação²²⁵.

A ameaça de motins fazia com que os governantes sempre estivessem prontos a controlar os preços e a distribuir trabalho e prodigalidade, ou até mesmo ouvissem ao seu fiel povo sobre outros assuntos²²⁶.

Nos fins do século XIX, com a ascensão dos movimentos trabalhistas, sindicatos e partidos operários, os habitantes das cidades possuíam dificuldades em adaptar-se às novas formas de confronto social, pois tradicionalmente, como observamos, se amotinavam sem uma organização política prévia²²⁷. No entanto, mesmo quando consolidado a forma

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.p.115.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.p.120.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem.

institucional de rebelião, a população continuava promovendo tumultos pelas ruas das cidades²²⁸. Observe que nesse comentário sobre turba, E.J. Hobsbawm não deixa de mencionar que as rebeliões não se limitaram ao espaço urbano, mas também ganharam o meio rural²²⁹.

Nos seus estudos sobre os motins populares franceses e ingleses, Rudé argumenta que não houve predominância de “maus elementos” na composição de uma multidão revoltada. No entanto, é interessante frisar que o autor não nega as oportunidades encontradas por ladrões e saqueadores quando eclodiam os motins populares que facilitavam suas atuações de roubo²³⁰, mas tais atitudes são insuficientes para generalizar toda uma ação popular²³¹.

Debatendo mais sobre as agitações populares francesas, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, Angelina Peralva, prefere utilizar o termo *émeute* para designar protestos urbanos violentos. Busca nessa categoria auxílio para melhor compreender os levantes urbanos contemporâneos na França, entre os anos de 1990 até 2005²³²; ressalta que os *émeutes* consistem em movimentos de uma longa tradição histórica de mobilização pré-democrática e essas ações coletivas se desestruturaram com o processo de organização sindical, operária, imprensa, partidos que contribuíram para ampliar o direito da cidadania, no final do século XIX²³³.

Destaca-se, com isso, que o “modelo republicano” possibilitou as modificações das relações entre a elite e os grupos populares e esta última, que antes era tratada como “classes perigosas”, passaram, gradativamente, para “classes laboriosas”²³⁴.

Não obstante, nos anos de 1980 e 1990, os *émeutes* retornaram ao cenário de conflito social europeu. Em abril de 1981, em Brixton, explodiu uma grande revolta considerada do gênero, mas foi nos anos de 1990 que a França se deparou com uma série de *émeutes* em todo seu território, tendo foco de levante se estendido até novembro de 2005. Peralva comenta que essa espécie de agitações se diferencia em função ao longo do tempo e do espaço²³⁵, pois os

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.122.

²³⁰ Idem.p.212.

²³¹ Idem.p.246.

²³² PERALVA, Angelina. Levantes urbanos na França. IN: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. V.18, nº1, junho, 2006. p.82.

²³³ Idem.p.82.

²³⁴ Idem.83.

²³⁵ Idem.

émeutes do século XX são realizados por jovens descendentes de imigrantes nas periferias urbanas, dentro de um contexto da globalização e de uma crise das bases de funcionamento da democracia representativa francesa²³⁶.

A primeira *émeute*, da conjuntura mencionada, ocorreu em Vaulx-em-Velin, periferia urbana de Lyon, em outubro de 1990; e novembro de 2005, correspondeu ao último levante relevante registrado. Todas essas mobilizações se caracterizaram em depredações e incêndios de veículos praticados pelos jovens franceses e descendentes de imigrantes que reagiram de imediato contra a violência policial²³⁷.

Em fins do século XX, Eric Hobsbawm nota a revivescência das massas, pois houve, até então, a atrofia dos movimentos revolucionários tradicionais. Ou seja, “em fins do século XX, as ‘massas’ retornaram à cena em papéis principais que coadjuvante”²³⁸. Como exemplo, em 1987, surgiu o movimento de não-cooperação em massa da Intifada nas partes ocupadas da Palestina²³⁹. Hobsbawm ressalta ainda que o que estimulou as populações inertes a entrar em ação foi a disposição das massas de se manifestar para decidir suas próprias questões²⁴⁰. Essas ações populares não derrubaram regimes, mas conseguiram demonstrar a perda da legitimidade de um governo²⁴¹.

A “Revoltas dos Suburbanos” na grande São Paulo e Rio, entre os anos de 1974 e 1976; e o nosso próprio objeto de estudo neste primeiro capítulo, a “Revolta do Pincel”, ocorrido em 1987, são caracterizados por agitações populares que não intencionavam derrubar regimes ou governos, mas, como já foi salientado, promoveram a deslegitimação das autoridades estabelecidas e forçaram o Estado a tomar medidas. No caso de Castanhal pós-revolta, o governo estadual se viu obrigado a substituir o corpo de segurança do município, devido a dimensão do quebra-quebra.

Para facilitar a compreensão sobre levantes populares, a historiografia social inglesa apresentou a concepção dentro das perspectivas dos vencidos, a “história vista de baixo”. Essa perspectiva trouxe, ou melhor, buscou conhecer a experiência de grupos de pessoas comuns que estavam destinadas à sombra do desconhecimento do passado.

²³⁶ Idem.p.85.

²³⁷ Idem.p.87.

²³⁸ HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.p.443.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.p.444.

²⁴¹ Idem.

Deste modo, de acordo com E.J. Hobsbawm, a George Rudé corresponde o mérito de ter sido um dos primeiros que se dedicou a estudar a história de pessoas comuns²⁴². Contudo, nem sempre os historiadores se preocuparam em estudar ou investigar o povo, porque, até os fins do século XIX, a historiografia produzida destinava a exaltação dos governantes e para “a história das grandes decisões e eventos políticos” e as ações dos pobres era tratadas de maneira secundária²⁴³.

Hobsbawm comenta que a história do povo comum se inicia no século XVIII, através dos estudos de Michelet que escreveu sobre os movimentos de massa ocorrida na França Revolucionária (1789-1799)²⁴⁴. Outro historiador que realizou uma pesquisa ampla sobre as revoltas populares foi George Lefebvre²⁴⁵. Em suma:

“Foi a tradição francesa de historiografia como um todo, mergulhada na historiografia não da classe dominante francesa, mas do povo francês, que estabeleceu a maioria dos temas e mesmo dos métodos da história feita pelo povo, às mãos de não só George Lefebvre mas também de Marc Bloch”²⁴⁶.

Entretanto, a “história vista de baixo” ganhou grande impulso em outras nações depois da Segunda Grande Guerra Mundial, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950²⁴⁷. Esse interesse se ampliou porque o marxismo conferiu atenção “pela história feita pelo povo”, uma vez que estava se ampliando o movimento trabalhista²⁴⁸.

Mas é importante saber que os marxistas partiram do pressuposto do homem comum sindicalista e militante²⁴⁹, somava-se isso à crença de que as histórias dos movimentos organizados poderiam retirar a história da gente comum da marginalidade do processo histórico²⁵⁰. Assim, somente na década de 1960 que a escrita da história do povo se tornou autônoma do marxismo ortodoxo que priorizava a “interpretação econômica da história” para compreender o funcionamento da sociedade como o “interesse de classe e a luta de classe”²⁵¹.

²⁴² HOBBSAWN, E.J.. A Outra História-Algumas Reflexões. IN: KRANTZ, Frederick (org.). *A Outra História. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Tradução: Ruy Jungmann, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1990.p.19.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem.p.20.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Idem.p.21.

Essa escrita da história dos vencidos tem como um dos principais representante Edward Paul Thompson, este realizou diversos trabalhos que abrangem desde a criação do cotidiano dos pastores medievais dos Pireneus, até aos primeiros trabalhadores industriais²⁵²; dessa forma, mostrando a preocupação do historiador em registrar para posteridade, a prática da vida e o cotidiano de homem e mulheres²⁵³.

Thompson realizou também estudos sobre motins populares na Inglaterra do século XVIII, sendo que em relação a esse período, ele faz uma discussão a respeito dos “motins da fome”, buscando entender como o ressentimento de pessoas comuns explodia quando alterava as práticas tradicionais de mercado²⁵⁴. O historiador inglês, além de buscar entender as relações populares, visava desconstruir o conhecimento formado em torno deles, ou seja, criticou diversos estudos que explicavam a origem dessas perturbações sociais terem sido motivados exclusivamente pelos estímulos econômicos²⁵⁵.

Não obstante, Thompson não descarta totalmente dos elementos estruturais. Concordava que os “motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome”²⁵⁶, mas essas lamentações se processavam dentro do consenso popular, a qual considera que “eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão”²⁵⁷. Frente a essas considerações, Thompson denominou essa relação de economia moral dos pobres e a fuga desses procedimentos morais resultava a ação direta²⁵⁸. Deste modo, camponeses, mulheres, mineiros, artesãos- com apoio frequente de magistrados de várias paróquias- promoviam motins para forçar moleiros, padeiros e outros comerciantes a reduzir o preço do trigo²⁵⁹.

No entanto, nem sempre ocorria ato de violência contra os responsáveis pela alta dos preços. Por outro lado, os produtores e/ou os fornecedores por insistirem na venda do pão com preços elevados sentiam a pressão dos amotinados; geralmente os populares depredavam ou saqueavam as padarias, destruíam moinhos e toda mobília da residência dos grandes

²⁵² SHARPE, Jim. A história vista de baixo. IN: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo. UNESP, 1992.p.42.

²⁵³ HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre História*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo. Companhia da Letras, 1998.p.159.

²⁵⁴ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Revisão Técnica: Antônio negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.p.152.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem.153.

proprietários de terra²⁶⁰. Mas também poderiam confiscar o trigo do proprietário ou pão das padarias e vendê-los pelo preço considerado justo para comunidade e, depois da venda, o dinheiro era entregue aos proprietários rurais e das padarias²⁶¹.

Esses “motins da fome” não agiam de maneira irracional e a reação imediata poderia ocorrer no momento da recusa de baixar os preços dos alimentos básicos²⁶², mas mesmo assim, eles possuíam uma lógica moral, porque, a partir do consenso de vários grupos da comunidade, quem recebia o impacto popular eram aqueles que eram associados pelo aumento do preço e da escassez do trigo no mercado.

O ensaio de R.B. Rose reforça o aspecto não irracional ou “atitudes selvagens” dos motins populares, tendo como base a ação dos camponeses na Revolução Francesa, principalmente no momento de grande radicalismo dos *menupeuple* contra às propriedades e às aristocracias, na fase conhecida como o Grande Medo²⁶³, em 1789. Nesse episódio, o autor argumenta que a França não foi tomada completamente por uma onda de violência camponesa como assassinaram os senhores feudais²⁶⁴.

No entanto, Rose lembra que os casos relacionados com invasão seguida de mortes, explica-se pelas espoliações feudais sobre as comunidades de aldeões, os quais sofriam com a fome às vésperas da Revolução²⁶⁵. Dessa forma, a violência a que foram submetidos os aristocratas foi motivada por um crescente sentimento de ódio de classe²⁶⁶. Por isso, durante o processo revolucionário, inúmeros nobres experimentaram a reação dos *jacqueries*²⁶⁷.

Nesse sentido, segundo Rose, muitos autores conservadores argumentam que inúmeros aristocratas foram vítimas de assassinatos por camponeses criminosos²⁶⁸. Nisso, o historiador R.B. Rose discorda desta consideração e ressalta que na verdade houve particularidade de ação dos *menupeuple* em diferentes aldeias por toda França²⁶⁹.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.p.155.

²⁶² Idem.

²⁶³ ROSE, R.B. *Jacquerie* em Davenescourt em 1791: Uma Revolta de Camponeses na Revolução Francesa. IN: KRANTZ, Frederick. *A Outra História. Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVII aXIX*. Tradução: Ruy Jungmann. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.p.131.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem.p.140.

²⁶⁹ Idem.p.141.

Dessa forma, havia muitos casos de senhores que aceitavam abrir mão de seus privilégios feudais e consequentemente não sofriam o peso da turba²⁷⁰, portanto, R.B. Rose defende que os protestos populares – nos anos iniciais da Revolução Francesa- não ocorriam de maneira arbitrária e nem se limitavam a violência²⁷¹. Em situações em que aconteceram conflitos acompanhado de agressividade, foram motivados por todo processo histórico de exploração e pressão que a aristocracia exerceu sobre os camponeses²⁷².

A multidão revoltada de Castanhal, a partir das fontes periódicas e orais, não praticou uma ação de maneira irracional e sem lógica, como já foi narrado. Os amotinados se expandiram por nove bairros com o propósito de punir os envolvidos na tortura do menor.

Lembrando que alguns casos a “punição popular” não se concretizou porque um dos funcionários de uma das delegacias destruídas era portador de necessidades especiais²⁷³. Por isso, sua residência não foi arrasada pela multidão enfurecida²⁷⁴. e no deslocamento da turba pela cidade não há registros – com base fontes jornalísticos e nos relatos orais- se os rebelados se utilizaram do momento para cometer delitos contra outras moradias ou de qualquer outra forma de violência. Percebendo assim, há evidência de uma ética entre os revoltosos e não simplesmente de uma reação desorganizada de criminosos.

Ao analisar a resistência operária francesa às máquinas, no período dos séculos XVIII até a metade do século XIX, Michelle Perrot argumenta que elas não foram reações instantâneas e cegas²⁷⁵. Constituíram “muitas vezes organizadas (...), seletiva” e procuraram distinguir “os diversos tipos de máquinas”²⁷⁶.

Isso se explica porque a industrialização da França se caracterizou por um processo lento, gradual e predominantemente manual²⁷⁷. No momento que houve o crescimento da presença de maquinarias nas indústrias – coincidindo com crises econômicas- iniciaram-se inúmeras “ações coletivas que têm por fim a supressão ou a retirada das máquinas”²⁷⁸.

²⁷⁰Idem.p.142.

²⁷¹Idem.143.

²⁷² Idem.

²⁷³ A Província do Pará. Belém, 30/03/1987. “Vizinhos salvam escrivo”.p.7.

²⁷⁴Idem.

²⁷⁵ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p.25.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷Idem.p.20

²⁷⁸Idem.p.25.

Os protestos populares ocorreram por várias regiões da França como no Norte Algodoeiro, onde incidiu resistência à mecanização da fiação; e no Sul lanífero, onde houve reação contra grande Tosadeira²⁷⁹.

No entanto, os trabalhadores não visavam aniquilar todas as máquinas que encontravam nas fábricas²⁸⁰. As reações populares foram de encontro aos grandes aparelhos porque interferiram na organização da produção, como, por exemplo, o desaparecimento de pequenas oficinas, onde atuavam os operários de ofício²⁸¹. Por outro lado, os trabalhadores aceitaram instrumentos mecanizados menores que poderiam ser adequados às atividades domésticas²⁸²; assim, “eles são muito receptivos aos instrumentos que os trabalhadores a domicílio ou em oficinas esforçaram-se e melhorar, para reduzir a labuta ou valorizar seu trabalho”²⁸³.

Diante dessa consideração, percebemos que os protestos dos operários franceses possuíam uma lógica de ação e suas reações eram acompanhadas por uma organização e de uma instrução, uma vez que recorriam a outros métodos de resistência como “uso de petições, cartazes, correspondências” e possuíam porta-vozes para intermediar as suas reivindicações perante o patronato²⁸⁴. As mulheres operárias também foram ativas e saíram às ruas para defender o direito ao emprego:

“Na maioria jovem e bonita, elas mantinham os olhos timidamente baixos, justificaram-se balbuciando e nenhuma delas nos apresentava aqueles traços másculos e marcados, aquela voz forte e rouca, enfim, aquele conjunto de gestos, vozes, aparências e movimentos que os parecia deve ser o tipo constituído de mulher-motim”²⁸⁵.

Elas se dirigiam contra máquinas que suprimia funções que “era serviço das mulheres”²⁸⁶, mas pouparam as máquinas de costuras que foram primeiras instaladas nas oficinas e somente depois esses instrumentos ocuparam o espaço doméstico familiar²⁸⁷.

²⁷⁹Idem.p.26-27.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹Idem.p.29-30.

²⁸²Idem.p.30.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵Idem.p.34.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

Portanto, nem todos os aparelhos representavam ameaças para o operariado francês e às reações contrárias às máquinas não se limitaram a violência, porque havia todo um processo de organização e reivindicação perante as autoridades²⁸⁸.

Em conformidade com a análise de Michelle Perrot, durante a expansão da “Revolta do Pincel” pela cidade não há registros – com base fontes jornalísticas e nos relatos orais- se os rebelados se utilizaram do momento para cometer delitos contra outras moradias ou de qualquer outra forma de violência. É ressaltado que a casa do comissário de polícia de Castanhal, não foi incendiada porque ficava adjunta de outras residências. Assim, a turba retirou os móveis e outros utensílios da casa do comissário e queimaram no meio da rua, percebendo assim que há evidência de uma escolha moral entre os revoltosos e não simplesmente de uma reação desorganizada de criminosos.

Diante dessa coerência de atuação, o coordenador da polícia civil do Estado ressaltou que o quebra-quebra teve uma direção ou um grupo que direcionou os manifestantes contra o setor de segurança pública. Semelhante ao que ocorreu com a “Revolta dos Suburbanos”. Moisés e Martinez-Alier ressaltam que a escolha dos alvos da população revoltada não era arbitrária, já que o alvo dos quebra-quebras era dirigido contra os trens e quando ganhava intensidade passava a depredar as estações, mas não extravasa o âmbito da própria ferrovia²⁸⁹. Diante do tamanho das revoltas e das escolhas dos alvos, as autoridades políticas e militares defenderam que houve elementos “agitadores” entre as massas populares que incentivaram as rebeliões e negando que os populares revoltados possuíam capacidade e reação coletiva²⁹⁰. Retornando ao Pedro Castro, quando trata sobre aspecto momentâneo de luta, este nos lembra de o movimento de esquerda ficou perplexo com os quebra-quebras.

Com frequência, os levantes populares do espaço urbano ganham dimensões significativas, como observamos na “Revolta do Pincel”. Retomando as *émeutes*, Angelina Peralva ressaltam que esses levantes surgem nas periferias das cidades francesas e depois se deslocam para o centro ou para outras cidades próximas²⁹¹. De acordo com autora, esse

²⁸⁸ Idem.p.35.

²⁸⁹ MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. *op. Cit.*p.33-35.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ PERALVA, Angelina.*Op. Cit.*p.84.

conflito social, na maior parte das vezes, se inicia com a morte de um jovem descendente de imigrante e está associado com o procedimento malsucedido da polícia²⁹².

Por essa razão, os protestos violentos são realizados em resposta a esse fato. Em Castanhal, o levante se processou a partir do bairro onde residia a vítima e, em seguida, surgem vários focos de agitação em outros bairros, o que levou à formação de uma multidão de amotinados que caminharam para o centro da cidade²⁹³. Segundo Peralva, os *émeuteurs* atingiram outras cidades porque havia a participação dos *casseurs* (“quebradores”) que consistiam em “grupos de grande mobilidade e constituídos de anarquistas que buscavam aglomerar jovens descendentes de imigrantes descendentes de imigrantes provenientes das periferias urbanas”²⁹⁴, que visavam encaminhar o levante a uma finalidade política²⁹⁵. Não obstante, diante do envolvimento dos *casseurs*, os *émeuteurs* procuraram se distanciar das depredações efetuadas pelo grupo anarquista e, assim, possuindo uma lógica de autolimitação voluntária²⁹⁶. Por fim, esses levantes das periferias urbanas francesas se caracterizaram por seus prolongamentos, pois duraram semanas e até meses, mas tendo sempre intervalo de confronto contra as autoridades e sempre ocorrendo de maneira imediata²⁹⁷.

Quando George Rudé analisa os motins da França e da Inglaterra no século XVIII e XIX, não deixa de mencionar as dimensões dos levantes populares violentos que desafiaram a ordem social. O autor ressalva:

“De uma coisa podemos estar razoavelmente certos: essas perturbações, qualquer que tenha sido seu ponto de origem, estavam rigorosamente relacionadas com a escassez e o custo crescente dos cereais. Nenhum dos manifestantes, nem mesmo os mais violentos, disse (...) que era motivado por facções políticas interessados”²⁹⁸.

Como a França consistia em uma grande comunidade agrária, os motins ocorreram em períodos de más colheitas e penúria, entre os períodos e a crise revolucionária pré-revolucionária de 1785, os de 1725, os de 1740, 1749, 1768, 1775 e 1785. Todos esses levantes se prolongaram por mais de uma semana e abalaram aldeias, cidades mercados. Paris

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.p.86.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ RUDÉ, George. *Op. Cit.*p.39

e as demais províncias francesas tremeram diante dessas agitações populares e, dessa forma, muitos governadores de cidade tomaram a iniciativa em reduzir o preço do trigo²⁹⁹.

Na Inglaterra, no século XIX, onde se havia superado muito dos aspectos feudais, trabalhadores desprovidos de terras constituíam uma “uma população rural muito mais elevada do que na França e, mais ainda porque ali, dedicavam-se à fiação e tecelagem da indústria doméstica”³⁰⁰. Nessa nação, as “classes inferiores” ou os “trabalhadores pobres” sem direito político, utilizavam-se do motim tradicional contra a alta dos preços do trigo e de sua escassez³⁰¹. Assim, não somente Londres, mas também a maior parte das cidades inglesas de outras regiões testemunharam a ação dos manifestantes³⁰².

Rudé comenta no seu trabalho três grandes motins: os motins contra os irlandeses, os quais eram acusados de causar desemprego; os motins wilkitas, eram levantes em apoio à personalidade política de John Wilkes, entre as décadas de 1760 e 1770; pois sua atuação política representava contra as medidas do Parlamento; os motins Gordon, de 1780. Assim, todas essas revoltas duraram dias, meses e até anos e não foram movimentos meramente sem lógica ou com a predominância de criminosos³⁰³. Portanto, tanto na França como na Inglaterra, as “classes inferiores” ou *menu peuple* –como eram denominados na França-, buscaram realizar uma “justiça natural”, violenta e imediata e, para isso, não pouparam em devastar máquinas, mercados, janelas, cercas, casas moinhos ou tavernas e “mas raramente fazendo mortes” ou destruíam aquilo que representassem os responsáveis pela dificuldades materiais³⁰⁴.

Na História Social Brasileira, Nicolau Sevcenko desenvolveu um importante trabalho sobre o motim popular no espaço urbano do Rio de Janeiro do início do século XX, denominada de a “Revolta da Vacina”. Nesse contexto, desde o final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro vinha passando por um processo de reforma urbana e higienização para atender os anseios da burguesia cafeeira e também de construir uma capital que expressasse

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem.p.55-62.

³⁰⁴ Idem.p.19-64.

progresso e civilização, porque o Brasil estava se enquadrando na “nova ordem econômica mundial instaurada pela Revolução Científico-Tecnológico, por volta de 1870”³⁰⁵.

O estopim para promover a “Revolta da Vacina” foi a divulgação, no dia 9 de novembro de 1904, da obrigatoriedade da vacina para erradicar a epidemia de varíola que assolava o Rio de Janeiro³⁰⁶. Esse levante urbano alcançou uma significativa dimensão porque envolveu, além da insatisfação popular, interesses de grupos políticos que disputavam o controle do poder federal³⁰⁷. Os violentos conflitos começaram quando a força policial tentou dispersar uma enorme multidão que se concentrava em determinadas praças, onde ouvia oradores populares que criticavam a obrigatoriedade da vacina³⁰⁸.

A grande amplitude da rebelião e os constantes confrontos com a população revoltada promoveram uma completa desestruturação da ordem social e política do Rio de Janeiro. Pressionados perante a multidão enfurecida e mergulhado nesse caos da desordem, o governo foi forçado a convocar o Exército e a Marinha para conter os agitadores populares e até a corporação de bombeiros foram armados e deveriam agir contra os rebelados³⁰⁹. A medida alcançou o ponto extremo quando se autorizou o bombardeio sobre os bairros e regiões costeiras, disparados de embarcações de guerra³¹⁰.

Perante a significativa extensão da revolta popular, o governo revogou, no dia 16 de novembro, a vacina obrigatória contra a varíola³¹¹, com o aprofundamento da repressão e o anúncio do cancelamento da imposição da vacina, a revolta gradativamente refluíu até se dissolver completamente³¹².

Para ampliar a compreensão da “Revolta da Vacina”, Sidney Chalhoub afirma que se torna necessário conhecer um conjunto de crenças religiosas afros brasileiras que não

³⁰⁵ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo. Editora Scipione.1993.p.9-10.

³⁰⁶ Idem.p.13.

³⁰⁷ A vacinação obrigatória era de grande interesse do poder federal e tinha em seu favor uma “uma ampla maioria no Congresso e que lançou todos os seus organismos técnicos e burocráticos na sua defesa. Contudo, os parlamentares de oposição e a imprensa não governista tentaram desqualificar a relevância da vacina e tentaram se utilizar da insatisfação popular para “ambição pessoal e a de seus correligionários.p.13-15.

³⁰⁸ Idem.p.18.

³⁰⁹ Idem.p.21

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem.p.34.

³¹² Idem.

aceitaram a obrigatoriedade da vacina³¹³. O grupo social que compartilhou desses cultos de matriz africana acreditava que determinadas doenças e epidemias representavam uma manifestação sobrenatural e essas enfermidades podem ser resultado de algum poder de feiticeiro³¹⁴.

Por isso, de acordo com Chalhoub, a cura da cólera e da febre amarela e outros males deveriam ser tratados com rituais mágicos, porque muitos devotos³¹⁵ de entidades afro-religiosas compartilham da concepção que os santos possuem, além de enviar as epidemias, o poderiam curar ou proteger os seus devotos contra as doenças³¹⁶.

Diante disso, não era necessária à intervenção dos médicos e sua atuação não era reconhecida para curar, já que os afrodescendentes, dentre a população pobre, mestiça, habitantes dos cortiços interpretavam determinadas doenças, em especial a varíola, como parte da purificação de um indivíduo da uma determinada comunidade³¹⁷. Portanto, entende-se a resistência contra os médicos e a obrigação da vacinação, no Rio de Janeiro, em 1904, para evitar uma intervenção que poderia prejudicar um processo sobrenatural³¹⁸.

Portanto, Sidney Chalhoub buscou estudar os costumes e as práticas cotidianas de homens e mulheres que partilhavam e viviam coletivamente. Isso a levou a entender melhor a tradição *vacinophobica* dos afrodescendentes do final do século XIX; contribuindo para surgir o levante popular contra a obrigação da vacina no Rio de Janeiro do início do século XX.

Estudos sobre multidão amotinada na França e na Inglaterra no século XVII e XVIII, dos “motins da fome” com base na concepção de E.P. Thompson; dos *émeutes* na França nos anos de 1990 e 2005, dos movimentos momentâneos na grande São Paulo e Rio, nos 1970 e 1980 e a extensão da “Revolta da Vacina”, em 1904; ajuda-nos aperceber o quanto da importância dos protestos populares em – mesmo demonstrando que essas ações não eram simples ações de facções ou grupos políticos que pretendiam derrubar ao algum governo-interferir na ordem social e política e de suas amplitudes de atuação em determinados espaços.

³¹³CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.p.134-151.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Constituídos de adeptos do candomblé vindo da Bahia para o Rio de Janeiro, depois da Revolta do Malês, em 1835; escravos negros e libertos procedentes da África Centro-Occidental, da África Occidental, onde há praticantes de religiões voduns e de orixás; e religiões da África Sul-Occidental. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.p.140-149.

³¹⁶ Idem.p.139-151.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem.

Por seu turno, a “Revolta do Pincel” não foi em motim que se prolongou por semanas, meses e, muito menos, por décadas. Constituiu uma revolta que durou oito horas³¹⁹. A rebelião iniciou por voltas das onze da manhã e foi dispersa pela repressão próximo das sete ou oito horas da noite³²⁰. Apesar de durar menos de um dia, a multidão foi capaz de se expandir por nove bairros e se deslocou utilizando bicicletas, carros e um caminhão basculante³²¹. Os amotinados destruíram e incendiaram todas as delegacias, as residências dos policiais acusados pela tortura e o Fórum. No início da noite, a população enfrentou a Tropa de Choque de Belém que veio para auxiliar a polícia militar de Castanhal, que somente reagiu contra o protesto com a chegada do reforço da capital³²².

A partir das imagens exibidas nos periódicos, percebemos que o motim popular de Castanhal levou centenas de pessoas para as ruas da cidade. Elas se dispuseram principalmente nos locais da concentração dos focos da rebelião, onde curiosos e rebelados se misturaram³²³. Elias Canetti reforça a ideia do surgimento da massa instantânea e ressalta que, como Eric J. Hobsbawm, ela é “um fenômeno tão enigmático quanto universal” e possui um caráter surpreendente e violento³²⁴. A partir de um pequeno grupo se forma uma massa espontânea que atrai um número significativo de pessoas para ruas³²⁵. Interessante perceber que Canetti traz uma reflexão de que o homem sempre buscou evitar contato de tudo aquilo que é estranho ou desconhecido e mesmo próximo de outras pessoas, mesmo sendo observado, o contato é ainda evitado³²⁶.

No entanto, essa representação do medo do contato é dissolvida na massa, e em seu lugar, agora existe a identificação, independentemente da diversidade e do sexo³²⁷. Dessa forma, a massa se concentra de maneira densa porque perdeu o “temor individual do contato” e isto é uma característica da massa³²⁸.

³¹⁹ O Liberal, Belém, 30/03/1987.p.15.

³²⁰ Idem.p.16.

³²¹ Idem.p.15.

³²² A Província do Pará, 30/03/1987. Capa.

³²³ Consultar os periódicos pesquisados para ter acesso às imagens citadas: O Liberal, Diário do Pará e A Província do Pará.

³²⁴ CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Tradução: Sérgio Tallaroli. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.p.13-14.

³²⁵ Idem.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Idem

³²⁸ Idem.

O escritor destaca que os muitos que participam da multidão não sabem o motivo da concentração das pessoas, apenas desejam estar no local onde se aglomera o movimento³²⁹. Nos periódicos que fizeram a cobertura da Revolta do Pincel, há, ao longo da notícia, um rico material de imagens sobre a o quebra-quebra. Nelas notamos uma grande concentração de pessoas nos lugares onde ocorreu o foco da rebelião, como exemplo, segue a imagem abaixo.

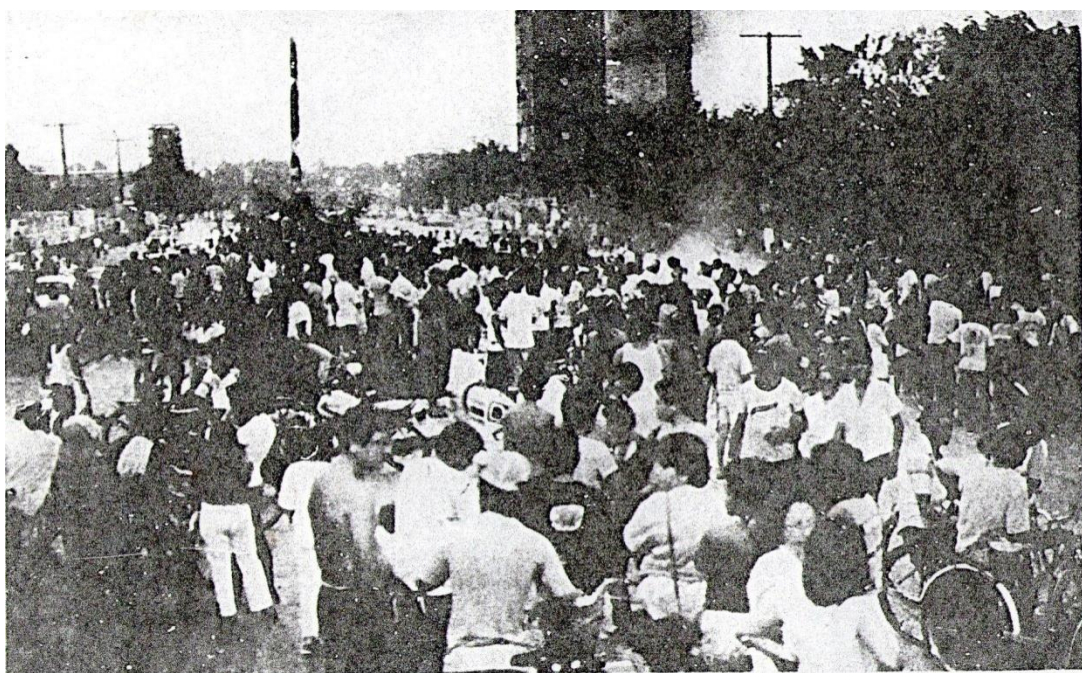


Foto 2 - Multidão concentrada no centro da cidade.

(O Liberal, 30/03/1987.p.16.)

A imagem acima nos permite deduzir, tendo como base no argumento de Canetti, que nem todas essas pessoas presentes na fotografia estavam participando do quebra-quebra, porque notamos que elas se limitavam a observar o incêndio e outras conversavam entre si. É importante também supor que nem todas sabiam as razões da ação violenta dos participantes da “Revolta do Pincel”, pois, conforme Canetti, muitos dos membros da massa não sabem o que está acontecendo e “se perguntado, nada têm a responder”³³⁰.

Deste modo, com a formação da massa espontânea tem-se, de acordo com Elis Canetti, a “massa aberta” e a “massa fechada”, a primeira se caracteriza por uma reunião de

³²⁹ Idem.

³³⁰ Idem.

pessoas sem limites e não há nenhuma fronteira que impeça sua expansão, porque segue por todas as direções³³¹. Semelhante àquilo que George Rudé chamou de movimento “frente a frente”. Contudo, da mesma forma que se forma, tende também a se dissolver, ou seja, a “massa aberta” se desintegra quando para de crescer³³². Já a segunda possui um limite de concentração de indivíduo e visa à durabilidade e edifica um espaço que será preenchido, ocupando toda a área e a ninguém mais é permitida a entrada³³³. Dessa forma, encontra-se protegida do grupo – que pode ameaçar sua estabilidade - que ficou no espaço exterior. A principal marca da “massa fechada” é a repetição e, por isso, cria a expectativa de retomada da concentração no mesmo lugar, no mesmo prédio e, como exemplo tem a natureza religiosa, festejos ou militar³³⁴.

Elias Canetti reflete também sobre o potencial de destruição da massa. Tal habilidade é encontrada em diversas culturas e esse comportamento é inexplicável³³⁵, porque todas as coisas que possam ser quebradas se tornam alvo da massa violenta, especialmente prédios e objetos³³⁶.

O som da depredação serve de estímulo para a multidão e, antes de tudo, essa espécie de barulho está no momento da gestação da turba, quando há um reduzido número de pessoas e a emissão de voz, de gritos serve de atração para o tumulto³³⁷. Formada essa “massa aberta” de destruição, os homens se lançam sobre edifícios ou a qualquer algo sólido e somente cessam quando está completamente destruído³³⁸.

Essa ação possuía um significado de rompimento das fronteiras que sustenta uma hierarquia³³⁹. Quando se derruba portas e janelas o prédio se abre para o ambiente externo e qualquer indivíduo que faz parte da massa, tem a liberdade de adentrar no interior daquilo que, aparentemente, estava se conservando longe da multidão³⁴⁰. Assim, “o próprio indivíduo tem a sensação de que, na massa, ele ultrapassa as fronteiras de sua pessoa”³⁴¹.

³³¹Idem.p.15.

³³² Idem.

³³³ Idem.

³³⁴Idem.15-19.

³³⁵Idem.p.17.

³³⁶Idem.p.18.

³³⁷ Idem.

³³⁸ Idem

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem

Com essa reflexão, podemos perceber esse comportamento quando nos deparamos com algumas fotos da “Revolta do Pincel” nos jornais consultados, como, por exemplo, do jornal o Liberal que nos mostrou um pequeno grupo terminando de demolir a Delegacia Central de Castanhal e se observa que eles não se importaram com a presença do fotógrafo. Vejamos a imagem:

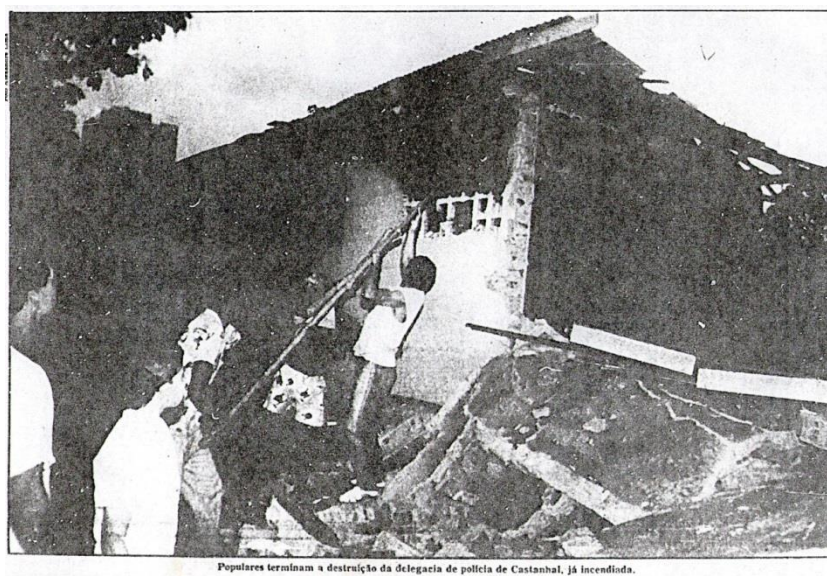


Foto 3 - Alguns dos revoltosos destruindo a Delegacia Central de Castanhal.

(O Liberal, 30/03/1987.Capa.)

Na foto, há o destaque para três pessoas que, com movimento conjunto, manuseiam um utensílio longo de madeira para tentar derrubar o que resta da parede do distrito, e o espaço em torno deles e de outros está completamente destruído³⁴². Ou seja, os amotinados avançaram sobre o terreno institucional de segurança sem temer o seu valor de autoridade, destacando-o sem piedade.

Outra imagem interessante está numa foto que mostra um homem sozinho no interior da delegacia central, em plena ação³⁴³. Observemos a fotografia:

³⁴² O Liberal, Belém, 30/03/1987. “Revolta faz 16 feridos em Castanhal”. Capa.

³⁴³ Diário do Pará, Belém, 30/03/1987. “Revolta em Castanhal”.



Foto 4 - Um dos rebelados destruindo a Delegacia Central de Castanhal.

(Diário do Pará, 30/03/1987.p.2.)

Na imagem acima, o participante da “Revolta do Pincel” parece não se importar com o fotógrafo e também não se preocupa em esconder seu rosto. Segurando um instrumento muito parecido com uma picareta, o amotinado se esforça em derrubar umas das divisórias da delegacia³⁴⁴; está lá, destruindo, ultrapassando sua fronteira individual, porque tem plena consciência que faz parte de uma multidão rebelada, a qual estaria fora do edifício ou em outros compartimentos. Canetti ressalva que a massa tem fascínio pelo fogo porque tem o poder de devastação e, além disso, atrai mais pessoas para junto da massa³⁴⁵. Conforme os documentos jornalísticos, as imagens mostram fogueiras feitas de pertences das casas dos policiais atingidos pela massa furiosa e ao redor do fogo se encontram pessoas reunidas que podem ser tanto curiosos como também os participantes diretos da ação.

O crescimento da populacional e das cidades contribui para formação de uma massa rebelde e que pouco tempo depois não se limitará ao local da origem, porque ganhará outros espaços como praças, ruas e avenidas de um espaço urbano³⁴⁶.

Para compreender a extensão e a lógica de protestos populares nas cidades, devemos perceber que o espaço urbano se caracteriza como lugar de conflitos sociais, pois são

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ CANETTI. Elias.*op. Cit.*p.19.

³⁴⁶ Idem.p.20.

ambientes onde constantemente ocorrem greves operárias, barricadas e surgimentos de diversos movimentos sociais, tornando a cidade um campo de luta³⁴⁷.

Dessa forma, ao longo da história, as cidades sempre foram palcos de motins e insurreições e a população que vive nesses espaços sempre irromperam sublevações que causaram intranquilidade³⁴⁸. Deste modo, os “protestos urbanos são quase universais e típicos movimentos que periodicamente irrompem-levando uma intranquilidade- e depois acalma sem produzir qualquer consequência sobre a estrutura do poder”³⁴⁹.

Com isso, Hobsbawn nos apresenta três aspectos da estrutura urbana para a eficácia de um motim ou insurreição: “a facilidade de mobilizar os pobres, a vulnerabilidade dos centros de autoridade a este e a facilidade com que podem ser reprimidos”³⁵⁰.

Com base nesse pressuposto, Castanhal apresenta esses três aspectos. Os bairros que foram tomados pela multidão de três mil pessoas ficam próximos um dos outros e todas essas imediações estão adjuntas do centro da cidade, facilitando à revolta. E essa dimensão urbana castanhalense facilitou também a ação da Polícia Militar e da Tropa de Choque para reprimir a turba, porque —semelhante ao que fizeram os agitadores- se deslocaram por toda cidade para dissolver os amotinados e também para persegui-los³⁵¹.

Depois da extinção da revolta, os periódicos informam que houve 16 feridos e dezenas de presos. Dos feridos, apenas dois eram soldados³⁵². Assim sendo, o motim não corresponde a um movimento irracional que buscava promover mortes a esmo³⁵³.

Essa ação coletiva e violenta que Castanhal testemunhou, em 1987, está inserida dentro de um contexto histórico urbano da Amazônia e do Brasil contemporâneo. Como veremos no próximo capítulo, uma série de projetos de desenvolvimento elaborados pelo Governo Federal serão impostos sobre a Região Amazônia entre final dos anos de 1950 e os anos de 1980. Entre os empreendimentos, destaca-se a abertura das estradas de rodagem como

³⁴⁷ CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ªed. São Paulo. Ática, 1995.p.9.

³⁴⁸ HOBBSAWN, E.J. *Revolucionários*. Trad. João Carlos Victor Garcia e Adelângelo Saggiaro Garcia. Rio de Janeiro. Paz e Terra.p.221

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ O Liberal, 30/03/1987.p.15.

³⁵² Idem.p.16.

³⁵³ RUDÉ, George. *op. Cit.*p.275 a 276.

a construção rodovia Belém-Brasília que passa bem no meio da cidade de Castanhal, contribuindo para sua expansão urbana.

Diante dessas considerações, no segundo capítulo faremos uma análise dos processos de reforma urbana de Castanhal, entre os anos de 1960 e o início de 1980, examinando o discurso de progresso da imprensa local e de alguns legisladores da Câmara Municipal de Castanhal. Ainda nesse capítulo, trataremos sobre escassez dos serviços básicos que afetam as periferias da cidade, principalmente o Bairro do Milagre. Deste modo, a ausência de infraestrutura nessas áreas citadinas ocorreu porque a reforma urbana se limitou no centro da cidade; com isso, as péssimas condições de moradia, a falta de pavimentação das ruas e precário abastecimento de águas serão umas das realidades enfrentadas pelos moradores do Bairro do Milagre.

Perante a essa realidade, perceberemos que a propaganda de desenvolvimento, explorada por jornais e legisladores municipais, foi construída a partir das reformas ocorridas no centro da cidade castanhalense. Assim sendo, o discurso de progresso não correspondeu uma realidade para as demais áreas urbanas de Castanhal. Portanto, a “Revolta do Pincel” representou a maior expressão dessa contradição social, pois centenas de pessoas tomaram as ruas e questionaram a ordem social municipal.

CAPÍTULO 2 - A “CIDADE MODELO”: A UTOPIA DO PROGRESSO SEM CONFLITO SOCIAL

A “Revolta do Pincel” deixou explícito que violência policial afligia a cidade de Castanhal. Tal acontecimento, mesmo com as distintas representações sobre a rebelião, vai de encontro a uma imaginada cidade construída por um discurso oficial a partir dos anos de 1960 que perdurou até as décadas de 1970: que Castanhal consistia num modelo de desenvolvimento para o estado do Pará.

Assim, acompanharemos, neste segundo capítulo, as evidências que se construíram em torno do ideal de que Castanhal testemunhava um momento de “desenvolvimento” e de “progresso”. Não obstante, neste mesmo tópico, saberemos que a “evolução” – segundo o discurso dos gestores públicos e da imprensa castanhalense – da cidade se limitou ao centro, ficando os demais bairros, como o do Milagre, com péssimas condições de vida para os seus moradores.

2.1. “Transformações de uma cidadezinha numa cidade progressista”

Na ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, em 1961, constatamos que os vereadores tentaram atrair para cidade “indústrias novas”. Desse modo, os legisladores lançaram uma política de incentivos fiscais para esse setor:

“Camara Municipal concede isenção de impostos a Industrias Novas neste município. A Camara Municipal sancionou e publicou a seguinte:

Art.I- O poder executivo de Castanhal autorizado pela presente lei, a conceder isenção de impostos de indústrias e Profissão como vinte anos (20 anos), à qualquer indústrias novas que queiram instalar-se neste município, que cujo capital seja superior a Cem Milhões de Cruzeiros (Cr\$100.000.000, 00).

Art. II- As indústrias que seu capital for menos de Cem Milhões e superior a Cinquenta Milhões (Cr\$50.000.000, 00), gozarão da mesma da mesma isenção por 10 anos.

- I- Desde que as indústrias beneficiada obriga-se a construir escolas para a educação dos filhos os operários e ambulatórios com assistências médicas para seus familiares.

- II- Só gosarão destes direitos, as indústrias que aqui só instalem com maquinários novos.

Art. III- Isenta também por 10 anos do imposto predial qualquer indústria nova que o seu prédio seja totalmente de alvenaria e que seu valor seja superior a Dez Milhões de Cruzeiros (Cr\$10.000.000,00).

ÚNICO- Não gosarão desta isenção as indústrias por que ventura venham adquirir prédios por compras aqui já edificadas.”³⁵⁴

Apesar dessa intenção do poder público de atrair o setor industrial para Castanhal, não sabemos se essa medida da Câmara Municipal- com aprovação do prefeito- surtiu efeito. Isto é, não temos documentos que comprovam vinda de qualquer indústria do porte exigido das autoridades legislativa. No entanto, essa decisão seria um desejo de transformar Castanhal em um pólo industrial diante da abertura da Rodovia Belém-Brasília e da instalação das multinacionais no país.

Na administração do prefeito Máximo Porpino Filho (governo de 1963 a 1965), os moradores castanhalenses foram envolvidos por uma propaganda de que Castanhal seria um modelo de desenvolvimento do Pará, resultando no surgimento da expressão “Cidade Modelo”. Quem nos explica sobre a origem desse termo é Manoel Francisco da Silva, Seu Moacir:

“Essa expressão Cidade Modelo foi na administração do Máximo Porpino Filho, o Mimo, né. É...que muita gente confunde...daí versão errada dessa história...e eu acompanhei isso de perto...porque eu trabalhava com ele, com Máximo Porpino, na Prefeitura. Tinha um órgão federal chamado I.N.D.A. ele imaginou...imaginaram que eles podiam criar, determinadas cidades de cada Estado...é uma cidade que poderia servir de modelo pra outras cidades que quisesse fazer isso igual...modelo, bonito...então no Pará...a cidade que foi escolhida pra ser a cidade modelo...que I.N.D.A. [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário], o Governo Federal ia dar recurso, pra fazer um negócio bem bacana, pra modelar mesmo, foi Castanhal. Foi justamente na administração do Mimo, do Máximo Porpino Filho...e ele explorou isso muito bem...quando surgiu logo a coisa...aí ele detonou logo...que ele gostava muito de divulgação...e começou logo a divulgar pra todo mundo estado, pra todo canto...usa mais rádio, jornal e botou pra frente: ‘Cidade Modelo Castanhal, Cidade Modelo Castanhal, Cidade Modelo Castanhal’...explorou bem...foi ficando aquilo: ‘Cidade Modelo’. Sei que essa ideia do I.N.D.A. fracassou...eles não fizeram nada. Eu cheguei acompanhar o Mimo numa reunião lá no Rio de Janeiro...reunindo todos os prefeitos da futura cidade modelo. (...) Mas aí o que aconteceu...o I.N.D.A. não mandou recurso de nada...única coisa que fez pra cá foi...mandou um caminhão...e não veio mais nada...nem verba...I.N.D.A. imaginou fazer...é essa colonização da Amazônia...trazendo nordestinos e tal...a Transamazônica...fracassou...assim como foi a história da cidade modelo. (...) Era pra ser...era ter tudo...arte urbana...não

³⁵⁴ Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, dia 09 de junho de 1961.p.307.

fizeram nada. Mas ficou: ‘Cidade Modelo’. Mas acabou (risos)...os particulares...logo..foram colocando nomes: Colégio Modelo...tudo modelo...Expresso Modelo...um amigo meu em Belém, chateado: ‘Tudo em Castanhal é modelo?’...e eu: ‘é’ (risos).”³⁵⁵

Com base nesse relato imaginamos como Máximo Porpino Filho se empenhou e se utilizou dos meios de comunicação possíveis para divulgar, não somente para a cidade, mas para todo Estado do Pará, de que Castanhal serviria de modelo de um projeto urbano idealizado pelo Governo Federal. Apesar de ter sido um fracasso, alguns empreendimentos do município acabaram assimilando a propaganda e inserindo o termo “modelo” para seus negócios. Talvez, por essa escolha ou pelo excesso de propaganda que usou ou sabendo que o empreendimento federal não seria concretizado, Mimo- como era conhecido o prefeito Máximo Porpino Filho- resolveu promover uma modificação na paisagem urbana de Castanhal naquela primeira metade da década de 1960: organizou o primeiro bairro planejado da cidade. Tal atitude é reforçada novamente pelo nosso entrevistado, Manoel Francisco da Silva:

“(...) o bairro do Estrela foi criado pelo Mimo. Como foi que surgiu essa história de Estrela. É porque ele tinha uma visão bem futurista. Ele achava que ali...o espaço que podia ser...feito uma grande praça...que dava pra pegar quatro quarteirões quadrado...tinha umas casa...umas coisas lá que depois foi indenizados...então pra ele começar a história, ele mandou construir uma estrela e ficou lá...no centro da rua...da rua do meio...na praça do Estrela. A ideia dele é assim: ‘quem passar aqui de longe ia vê...aquela iluminação, chamando atenção...aquela curiosidade: ‘é estrela, é estrela’...por isso ia ficando: ‘lá no Estrela’. Depois ele mandou abrir as ruas, porque ali era só mato e loteou os lotes da frente...da futura praça da Estrela. Doou pra pessoas que tinha mais recursos...pra fazer coisa boa...ficou o Bairro da Estrela...um bairro planejado...tudo medido...as ruas.”³⁵⁶

Essa “visão futurista” de Mimo seria uma busca de solução depois de ter excedido na propaganda de que Castanhal seria uma “Cidade Modelo”? Independente qual seja a resposta, essa decisão do gestor executivo municipal levou uma expansão urbana que marcou algumas memórias. Como a de Açuélio Botelho Porpino:

“Quem primeiro começou a mudança foi o Mimo, né. Ele abriu ali, o Bairro da Estrela, abriu a Estrela com os trator dele mesmo. Quando abriu o Bairro da Estrela...esses terrenos foram tudo dado, nenhum vendido”³⁵⁷.

³⁵⁵ Manoel Francisco da Silva, aposentado. Entrevista realizada no dia 30 de agosto de 2012, em sua residência.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2012, em sua residência.

Nas lembranças de Açuélio Porpino a “mudança” do espaço urbano de Castanhal partiu das iniciativas de Máximo Filho e isso fica evidente para o nosso entrevistado quando ressalta o desmatamento promovido pelo próprio prefeito:

“(...) na mesma época que abriram o Bairro da Estrela ele mandou derrubar as mangueiras e mandou plantar as acácias, porque as mangueiras...tinha mangueiras em tudo quanto rua...bem arborizado, só que era bem no meio da rua. Então...tu sabe, as mangueiras cresce a raiz, né. Não tinha como fazer terraplanagem...e tirou. E plantou acácia...plantou acácia na beira...nas calçadas, né. Foi tirando tudo, principalmente no centro. (...) Tudo isso aqui tinha mangueira na rua”³⁵⁸.

Como vimos, para criação do bairro planejado, Máximo Porpino Filho não mediu esforços: removeu uma cobertura vegetal que atingiu até o centro de Castanhal. Nessa remoção ficaram destacadas as derrubadas das mangueiras, as quais foram substituídas por acácias, talvez para edificação de uma estética urbanística pensada pela administração municipal. As mangueiras também estão presentes nas memórias de Tereza Azevedo da Silva:

“...muita mangueira...tudo escuro de tanta mangueira...muito mangueirão enorme (...). Se desenvolveu muito, não foi. Mas também foi cinquenta anos, de lá pra cá...já deu cinquenta anos. Em 1963 eu me casei.”

Para Tereza Azevedo da Silva, a memória sobre as mangueiras está localizada em tempo distante. Isso se revela pelas palavras “desenvolveu muito” e tendo como referência o ano do seu próprio casamento. Ou seja, a Castanhal reportada em sua fala é de um tempo que não resistiu ao desenvolvimento. As remoções das derrubadas são citadas na Câmara Municipal:

“(...)...o senhor Elpídio Saraiva da Costa (...), no plenário requereu fosse oficiado ao exm. Sr. Prefeito Municipal, solicitando ao mesmo mandar retirar os troncos de mangueiras existentes na Av. Senador Antônio Lemos, os quais estão prejudicando aquela rua, bem assim mandar abrir valas na mesma para evacuar as águas que ficaram retidos, cujo requerimento foi unanimemente aprovado”³⁵⁹

Quando dialogávamos sobre as mudanças que Castanhal viveu nos anos de 1960 e sobre existência de muitas mangueiras na cidade, a aposentada Teresinha de Jesus da Costa Melo ressaltava:

“Mimo derrubou mangueiras para plantar as acácias, porque ele descobriu uma cidade lá no sul que era muito bonito...e ele queria fazer aqui em castanhal tal como ele tinha visto nessa cidade...e aí...derrubou as mangueiras e trouxe as acácias pra plantar em Castanhal, foi plantada muito acácia (...) todo canto tinha pé de acácia.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 16/12/1964.p.21.

Na rua da frente até ali pela...Senador Lemos tinha mangueira, na Magalhães Barata...lembrando que no HSBC, bem naquele cruzamento ali, bem no meio tinha uma mangueira, no meio da rua, bem na frente da casa do Jóca Vicente. (...) Mas o Mimo foi caçado logo, ele não completou o mandado dele, antes de terminar, caçaram o Mimo por causa dessa viagem, tinha muita viagem pra Brasília, né. Mas o povo...foi muito ignorante, porque foi ele que começou a trazer o progresso pra Castanhal (...)³⁶⁰.

A decisão do Máximo Porpino Filho de derrubar as mangueiras também consta no livro de memória e crônica do jornalista castanhalense de Holanda Guimarães:

“Jovial, viajando constantemente para o Sudeste, Centro e Sul, Máximo Filho tinha ideias de progresso válidas e era um entusiasta de Castanhal. (...). Voltou de uma das suas viagens desesperadamente empenhado em plantar acácias no lugar das mangueiras e iniciou a derrubada indiscriminada das árvores plantadas no início da vila. Com isso lançou, água baixo, um século de história, pois as mangueiras que reverdejavam nossas ruas e avenidas, ostentando a copa frondosa e acolhedora, amenizando nosso clima tórrido, não nasceram por acaso: foram plantadas sob premonição de sentido ecológico, seguindo o bem traçado mapa original de nossas ruas, travessas e avenidas, no final do século passado [século XIX]”³⁶¹.

Com base na narrativa de Teresinha de Melo e das memórias do Raimundo Holanda Guimarães, Máximo Filho ao conhecer as cidades do sul do Brasil, possivelmente, se inspirou para transformar a área citadina de Castanhal. Essa viagem ao sul do Brasil, talvez seja a que está registrado no livro ata da Câmara Municipal de Castanhal. Em abril de 1963, é apresentado um ofício datado de 14 de março do referido ano, encaminhado pelo prefeito em que “solicitando licença para viajar ao sul do país a fim de participar do 6º Congresso dos Municípios em Curitiba-Paraná”³⁶². Então, essas mudanças da paisagem castanhalense são lembradas por Teresinha de Jesus como atitude de “progresso”. Mas para ela esse “progresso” foi interrompido por causa da cassação do prefeito Máximo Porpino Filho³⁶³. Para Holanda Guimarães a visão de progresso do prefeito Máximo Filho levou a destruição da parte da história de Castanhal, pois as mangueiras seguiam “o bem traçado” das primeiras ruas da cidade.

³⁶⁰ Teresinha de Jesus da Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2012, em sua residência.

³⁶¹ GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *A cidade perdida: a saga de tarimbeiro*. Belém. Cejup, 1999. p.205-206.

³⁶² Ata da segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, dia 16 de abril de 1963. p.373.

³⁶³ Sobre o projeto da criação do primeiro bairro planejado, da intenção do governo federal de transformar Castanhal numa “cidade modelo” e o processo de cassação contra o próprio prefeito não foram encontradas nas sessões ordinárias e extraordinárias do período da administração de Máximo Porpino Filho, esse fato ocorreu no ano de 1965, um depois do Golpe Civil-Militar no Brasil. É importante salientar que Máximo Porpino Filho foi eleito em outubro de 1962.

Para melhor compreender as transformações urbanas em Castanhal, devemos conhecer o cenário de mudanças socioeconômicas e políticas que o Brasil vinha passando a partir da segunda metade do século XX. E também entender como essas alterações influenciaram no processo de expansão da urbanização do território da Região Amazônia e do aparecimento dos discursos sobre “desenvolvimento”/“progresso”, presente em alguns depoimentos visto acima e de determinados vereadores municipais castanhalenses que veremos mais adiante.

Nesse sentido, com base nos estudos do historiador Pere Petit Peñarrocha, através de uma extensa pesquisa sobre o processo de ocupação territorial, político e econômico na Amazônia Brasileira pós-1964, podemos observar que a partir da década de 1960, ocorreu um relevante processo de mudanças sociais e econômicas na Amazônia Brasileira. Tais transformações foram provocadas pelas intervenções do Governo Federal, auxiliado por diferentes instituições com objetivo na exploração dos recursos naturais da Amazônia, especialmente florestal e mineral³⁶⁴. Diante disso, Peñarrocha assinala que o Regime Civil-Militar, instaurado em 1964, não promoveu alterações do “modelo econômico nacional-desenvolvimentista dos anos 1950 na gestão do JK”³⁶⁵.

Em relação ao governo do Juscelino Kubitschek (1956-1960), o Brasil viveu um intenso “discurso desenvolvimentista e moderno dos 50 anos em 5” e isso teve como base o seu plano econômico projetado “através do Plano Nacional de Desenvolvimento ou Plano de Metas”³⁶⁶. Este consistiu uma estratégia econômica de priorizar a produção de consumo duráveis sofisticados como, por exemplo, de fabricação de automóveis e de televisão³⁶⁷.

Diante disso, o Brasil passou por um significativo crescimento do setor industrial, com “sucesso econômico real e marcante” e, tudo isso, favorecido por um grande mercado interno, importante capacidade produtiva de ferro e aço, e disponibilidade de investimentos estrangeiros³⁶⁸. Devemos acentuar que o Programa de Metas foi possível porque o Governo Federal se utilizou dos investimentos estrangeiros que estavam em expansão, os quais foram

³⁶⁴ PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*, Belém: Paka-Tatu, 2003.p.23.

³⁶⁵ Idem.p.25.

³⁶⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2004.p.94.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo, 1930-1964*. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.p.205.

fornecidas tanto pelos Estados Unidos da América quanto pelas instituições financeiras internacionais:

“Essas fontes eram importantes porque ajudavam a manter o equilíbrio no uso dos fundos externos do Brasil. Enquanto o Brasil ganhava investimentos privados externos para o seu setor privado interno, também obtinha investimento públicos externos o seu setor público interno”³⁶⁹.

Desse modo, JK pôde estimular e priorizar o crescimento da indústria no território brasileiro, mas é válido ressaltar que não houve introdução prática dessa política de desenvolvimento para “agricultura e a educação, apenas nominalmente incluídas no Programa de Metas”³⁷⁰. Temos que destacar que esse plano deve ser considerado na inserção do discurso “nacionalismo desenvolvimentista”, pois os empreendimentos incentivados pelo Governo Central possuíam “um apelo ao senso de nacionalismo” e JK transmitia que para superar “o subdesenvolvimento nacional” era de urgência necessidade industrializar o Brasil. Para reforçar essa ideia afirmava que o país possuía um “destino” que era “o caminho do desenvolvimento”³⁷¹.

E uma das representações máximas dessa política foi a construção da nova capital federal, Brasília³⁷², que além de carregar a concepção que a nação seguia para o desenvolvimento, JK intencionava “gerar um senso de confiança própria entre os próprios brasileiros” e buscou “assegurar o seu lugar na história” como um líder que industrializou o Brasil³⁷³.

É importante comentar que a construção de Brasília, na visão de Thomas Skidmore, se destinava para desviar a atenção da população dos problemas sociais e econômicos como a questão agrária e educação³⁷⁴. E também é pertinente lembrar que a “ideologia desenvolvimentista e nacionalista” buscou ocultar que o processo de modernização subordinava a economia brasileira ao capital internacional³⁷⁵.

Por isso, JK recorria mais ao “discurso sobre ‘desenvolvimento’ do que ao discurso sobre ‘nacionalismo’”, pois o presidente compartilhava “na relação país desenvolvido/país

³⁶⁹ Idem.p.207.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem.

³⁷² Idem.p.200.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. Tudo é História. 6ª edição. Brasiliense, 2010.p.66.

subdesenvolvido como uma relação de ‘inferioridade’ e não de exploração”³⁷⁶. Quanto ao segmento nacionalista o discurso era utilizado para intencionar um enfrentamento ao capital estrangeiro, mas na verdade o governo central tentava ocultar as disparidades sociais e regionais³⁷⁷.

Dentro desse contexto surgiram os primeiros planos de desenvolvimento para a Região Amazônica, através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A criação dessa instituição, em 1953, está relacionada com a conjuntura de “crise econômica e as mudanças políticas ocorridas em alguns países latino-americanos na década de 30”³⁷⁸ que levaram as principais nações dessa região, como o Brasil, a adotarem a intervenção do Estado nas economias nacionais. Portanto, “estimulando o processo de industrialização pela via de substituição de importações”, ou seja, os Estados Nacionais incentivariam, nas suas economias internas, a produção de manufaturadas que eram importadas das principais potências capitalistas³⁷⁹.

Essa política econômica de intervenção estatal na organização, produção e distribuição de mercadorias para o mercado interno brasileiro, segundo Bertha K. Becker, interage com as mudanças na estrutura espacial³⁸⁰. Isso se caracterizou, ao longo das décadas de 1930 a 1960, pelo “abalo da economia agrícola tradicional de exportação e o desenvolvimento paralelo da

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ PETIT, Pere. op.Cit.p.66.

³⁷⁹ O historiador Pere Petit Peñarrocha ainda destaca a importância dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entidade idealizada, em 1948, pelas Nações Unidas. Com isso, Peñarrocha ressalta que o “modelo cepalista” aponta que os países latino-americanos não avançaram suas economias ao mesmo patamar “econômicos comparáveis aos países que já tinham feito sua Revolução Industrial” e das disparidades desiguais de trocas comerciais entre as nações consideradas do “centro” e que exportavam manufaturas e tecnologias para nações classificadas “periféricas”. Por essa razão, CEPAL defende que os países econômica e socialmente subdesenvolvidos deveriam incentivar ainda mais a política de substituição de importações, especialmente “incentivando à indústria nacional”, priorizar e “fortalecer o mercado interno”. Essa análise da CEPAL, de acordo com historiador, faz aprimorar, no Brasil, a elaboração da intervenção do estado na economia nacional e foi fundamental para a construção de um “modelo econômico que se convencionou chamar de nacional-desenvolvimentista”, buscando modernizar a economia brasileira para “superar o atraso e a situação periférica do país no mundo”. E Peñarrocha destaca: “É preciso dizer ainda que os estudos e propostas da CEPAL não somente orientaram as políticas desenvolvimentistas de alguns países latino-americanos, mas também estimularam as discussões a respeito das desigualdades sócio-econômicas inter-regionais no seio de alguns deles, especialmente no Brasil, e da validade da utilização de conceitos cepalinos, como os de centro e periferia, com intuito de propor as alternativas para mudar essa situação”. Ver PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*, Belém, Paka-Tatu, 2003.p.67-68.

³⁸⁰ O processo de crescimento econômico se relaciona com a estrutura espacial e permite entender o espaço como sistema de regiões interdependentes, pois o “processo de desenvolvimento tem uma dimensão espacial”, ou seja, o desenvolvimento incide sobre o espaço, esta tem uma estrutura coerente junto com o estágio do desenvolvimento e inovação levando transformações da estrutura, mas não havendo mudanças na estrutura. No entanto ocorre a expansão da estrutura, ou seja, o crescimento, mas não o desenvolvimento. Ver. BECKER, K. Bertha. *Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.16.

moderna economia industrial” e essas alterações quebrou a predominância da “exploração de recursos”, imposta desde a colonização, que visava a exportação³⁸¹.

A estrutura espacial brasileira do período colonial se constituía, de acordo com Bertha K. Becker, pela existência de “regiões agrícolas situadas ao longo da fachada atlântica estabelecida” e pela produção de gêneros tropicais e esses espaços “eram as diversas regiões desarticuladas entre si”. Desta maneira, a pesquisadora sugere “a ideia de ‘ilhas’ econômicas e de uma estrutura espacial em ‘arquipélago’”³⁸². Essa padronização espacial se alterou profundamente:

“Com a implantação da economia industrial, segundo modelo de substituição das importações, que iniciou uma segunda etapa no processo de crescimento do país. Delineado durante o primeiro conflito mundial, acentuado em decorrência da crise de 1929 e cristalizado no segundo pós-guerra, o processo de industrialização, altamente inovador, impôs no espaço econômico uma estrutura polarizada tipo centro-periferia, dando início à elaboração do sistema espacial nacional”³⁸³.

Esse “sistema espacial nacional”, que Milton Santos denomina de integração territorial³⁸⁴, estabelece a relação centro-periferia. O centro se caracteriza pela região onde há maior concentração da indústria e do capital, São Paulo e Rio de Janeiro; a periferia seria a região onde se reproduz - “o resto do país obsoleto”, como destaca a Bertha K. Becker - capital e também fornecedora de matérias primas³⁸⁵.

Diante dessas considerações, elaborou-se, a partir da SPVEA, o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1955-1959) que entre suas prioridades estariam a “ampliação da rede rodoviária, conseguindo a ligação terrestre entre a região Sul e Oeste do país, além da construção da estrada para unir o Pará e o Maranhão”³⁸⁶. A abertura da Rodovia Belém-Brasília, no início de 1960, não somente se tornou um empreendimento de significativa importância para Administração Federal do Governo Juscelino Kubitschek, mas objetivava a integração da “Amazônia ao projeto nacional-desenvolvimentista”³⁸⁷. Com isso, a

³⁸¹Idem.p.17.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Milton Santos realiza uma intensa análise dos processos e das contradições da urbanização do espaço e do território brasileiro. Ver. SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, 5. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

³⁸⁵ BECKER, K. Berta. *op.cit*.p.17.

³⁸⁶PETIT, Pere.*op.cit*.p.72.

³⁸⁷ Idem.

“construção das grandes rodovias”, de significativa relevância para edificação do “sistema espacial nacional” e/ou da “integração territorial brasileiro”, facilitou a intensificação da circulação dos produtos no mercado interno ³⁸⁸. Ou seja, para melhor entender essa conexão:

“É apenas após a Segunda Guerra Mundial que a integração do território se torna viável, quando as estradas de ferro até, então desconectadas na maior parte do País, são interligadas, constroem-se estradas de rodagem, pondo em contato as diversas regiões entre elas e com região polar [centro] do país, empreende-se um ousado programa de investimentos em infra-estrutura”³⁸⁹

Com a construção da Rodovia Belém-Brasília, completada em 1961, não somente se facilitou a “circulação de serviços e fluxo em geral”, mas também se estimulou outra onda de migração ao longo das margens dessa estrada de rodagem ³⁹⁰. Deste modo, foram implantados “pólos de desenvolvimento nos Estados cortados pela rodovia”; assim, no Estado do Pará, Castanhal se tornou esse pólo de desenvolvimento e passou a “polarizar os serviços na sua zona de influência” ³⁹¹.

É importante ressaltar que o comércio das cidades que receberam influência da rodovia, adquiriu outra dinâmica, porque passou a circular uma variedade de mercadorias vindas do sul, como também foi incentivada pela exportação dos produtos agrícolas da região ³⁹².

Portanto, acreditamos que a BR-316, como também é conhecida a Rodovia Belém-Brasília e que corta exatamente o centro de Castanhal, provocou, a partir de 1960, uma intensa metamorfose do espaço urbano castanhalense como crescimento citadino, ou seja, a estrada de rodagem alterou o cotidiano das cidades cortadas por essa via federal como: maior migração e se formou um setor terciário precário, pois muitos sujeitos sociais exerceram atividades como “arrumadores, motoristas de táxi, engraxates e outros” ³⁹³. E deve ser destacado que muitos projetos agropecuários se instalaram próximo desses centros urbanos

³⁸⁸ BECKER, K. Berta. *op. Cit.* p.20.

³⁸⁹ MILTON, Santos. *op. Cit.* p.38.

³⁹⁰ CONCEIÇÃO, Maria de Fátima & OLIVEIRA, Aline Reis de. Políticas Agrárias e estrutura fundiária na Zona Bragantina: Nordeste Paraense. IN: ALENCAR, Décio de & BEZERRA NETO, José Maia. *Terra Matura*. Belém, Paka-Tatu, 2002.p.236.

³⁹¹ Idem.

³⁹² Idem.p.237.

³⁹³ Idem.

por causa das “vantagens locacionais”, isto é, essas áreas possuíam inúmeros serviços como: “presença de estradas, bancos, água, energia, topografia plana, clima propício e mão de obra abundante”³⁹⁴.

O surgimento de inúmeras vias e outros empreendimentos na área urbana castanhalense é constatado em atas de sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Castanhal. Deste modo, na primeira sessão ordinária da câmara de 1960, notamos que o vereador Braz do Amaral criticou o prefeito Lourenço Alves Lemos (esse governo foi de 1959 a 1963) porque este comentou que ocorreu uma “restrita cooperação do Governo do Estado com este município” e, assim, o vereador contra argumentou o poder executivo: ressaltou se Castanhal possui “estradas de rodagens, educação pública e muito outros empreendimentos devemos agradecer o Governo do Estado”³⁹⁵ e ainda apontou mais crítica ao prefeito dizendo que as inúmeras ruas se encontram em situação de abandono. Em outra sessão, o vereador Magalhães Filho:

“requereu que fosse oficializado ao Senhor Prefeito Municipal solicitando a informação ao mesmo sobre qual a situação do caminhão da prefeitura se está no prego ou não, pois que as principais ruas desta cidade estão intransitáveis com boeiros, lamas e etc. Quando deveria o poder executivo municipal está utilizando o caminhão no concerto de pelo menos o boeiro existente na esquina da residência do Senhor Prefeito”³⁹⁶.

Percebemos nesses trechos que a expansão de vias não é acompanhada de estruturas eficientes ou as obras urbanísticas se encontravam incompletas. Desta forma, o vereador Armindo Miranda sugeriu que “fosse oficializado ao senhor Prefeito solicitando seu pronunciamento com referência a um baixo assinado pedindo luz para o prolongamento da Avenida Barão do Rio Branco margem da E.F.B.”³⁹⁷, essa avenida substituíra a Estrada de Ferro de Bragança. Diante do pronunciamento do vereador Armindo Miranda, nessa mesma sessão, o vereador Jaime Rocha advertiu ser desnecessário o requerimento “do seu colega” porque prefeito já “estava cogitando as providências necessárias (...), o problema de luz o mesmo estava economizando dinheiro para pagar o débito (...), para então requisitou o material necessário extensão da rede elétrica onde é necessário”.

³⁹⁴ Idem.p.238.

³⁹⁵ Ata da Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal para o exercício de 1960 e 1961.p.200.

³⁹⁶ Ata da quinta sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, no dia 04 de maio de 1960.

³⁹⁷ Ata da décima terceira sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, no exercício de 1960, 02 de junho de 1960.p.230.

A expansão urbana de Castanhal fez surgir o serviço de telefonia. Diante disso, o prefeito enviou ofício para Câmara Municipal que se avaliasse:

“um projeto de contrato a ser formado pela Companhia Telefônica Castanhalense Limitada e a Prefeitura Municipal e para esclarecer o contrato, esteve presente um funcionário da companhia na Câmara, o senhor Gabriel Filho. Depois da exposição de alguns vereadores, o presidente da casa legislativa convidou o funcionário da Telefônica Castanhalense Limitada e o convidado leu todo conteúdo do projeto e finalizou ressaltando ‘a necessidade bem como os benefícios que virá trazer para esta cidade’; em seguida, a proposta foi debatida e aprovada pela Comissão de Justiça e Finanças”³⁹⁸.

Os novos serviços a serem instalados na cidade e outras alterações urbanas provocadas pela rodovia, provavelmente estimulou os legisladores municipais de Castanhal, como colocamos no início deste segundo capítulo, a lançarem uma política de incentivos fiscais para atrair o setor industrial. Ou talvez se inspirando na iniciativa do presidente João Goulart (1961-1964) que concedeu políticas de incentivos fiscais para os projetos econômicos na Amazônia Brasileira³⁹⁹.

Outra evidência de transformações que vinham ocorrendo na cidade é constatada na declaração do então gerente do Banco do Crédito da Amazônia, José da Costa Guimarães, em fevereiro de 1963. Em visita a Câmara Municipal de Castanhal, o diretor disse que “conhece muito bem o que é Castanhal, através de relatório de agência local, bem como através de visitas pessoais que tem feito a esta cidade”⁴⁰⁰. Por esse motivo solicitava a Câmara Municipal a concessão de um terreno para implantação de uma cooperativa agrícola, o que foi aprovado pela casa legislativa, demonstrando, assim, claro interesse financeiro na cidade.

Mas precisamos retomar ao debate sobre, a partir dos estudos da geógrafa Bertha Becker, a construção das rodovias e dos seus impactos sobre a Amazônia Legal e da cidade de Castanhal. A pesquisadora comenta que a estrada de rodagem insere a Amazônia a áreas de

³⁹⁸ Ata da décima quarta sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 09 de junho de 1960.p.232-234.

³⁹⁹ Mas somente com a instauração da Ditadura Militar (1964-1984) que os primeiros projetos econômicos foram implantados na Amazônia Brasileira. Ou seja, com o Governo Civil-Militar as políticas de incentivos fiscais foram reformulados, porque antes eram destinados para as atividades industriais na região, principalmente “na área metropolitana de Belém, sendo os mais favorecidos as elites locais. Ver. PETIT, Pere. *op.Cit*.p.89-90.

⁴⁰⁰ Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Castanhal, dia 19 de fevereiro de 1963.p.6.

fronteiras agrícolas⁴⁰¹ que por sua vez se insere na “incorporação de novos espaços ao sistema nacional”⁴⁰² e essa “fronteira agrícola caracterizava-se pelo avanço de frentes pioneiras ativas sobre terras despovoadas e matas por desbravar” e esse espaço “têm papel fundamental nesse processo de integração horizontal”⁴⁰³.

Entretanto, dentro dessa lógica do avanço pioneiro, destaca Becker, que a “Amazônia constitui uma fronteira não integrada”, pois a frente pioneira limitou sua expansão ao longo da área que foi construída a rodovia Belém-Brasília⁴⁰⁴. Nesse sentido, a estudiosa comenta que a relação estabelecida centro-periferia foi marcada pelas “grandes disparidades regionais”⁴⁰⁵.

Entre essas contradições regionais se destacam a periferia deprimida, em especial o Nordeste; onde provem a produção tradicional agrícola que não mais desperta grande interesse para o centro. Levando ao aprofundamento da miséria da população localizada nas áreas rurais. Outra região que faz parte do contraste é a periferia não-integrada, tendo como referência a Amazônia, sob a qual se estabelece uma nova fronteira agrícola para investimento do capital estatal e privado e incentivar sua ocupação⁴⁰⁶. Em suma, na primeira região havia uma “pressão demográfica”, era necessário amenizar “a tensão econômica, social e política”. Quanto à segunda, era necessário povoar urgentemente⁴⁰⁷.

É importante enfatizar que o processo de integração nacional da segunda metade do século XX visava promover a manutenção do desenvolvimento nacional, uma vez que em 1960 ocorreu uma redução da industrialização, ou seja, “os esgotamento do modelo de substituição das importações e a necessidade de racionalizar a produção industrial”⁴⁰⁸. Diante disso, o Governo Federal se deparou com a necessidade de “ampliar o mercado interno e

⁴⁰¹ Fronteira Agrícola: inserida em fronteiras de recursos ou regiões de novas oportunidades de investimentos “em virtude do alto valor de seus recursos naturais e do seu despovoamento”. Ver. BECKER, Bertha K.op.Cit.p.25.

⁴⁰² Bertha K. Becker classifica regiões segundo a interação espacial. Regiões Periféricas Dinâmicas ou em Desenvolvimento, constitui “à grande da Região Sudeste e à maior parte da Região Sul”, possuidora das “condições estruturais e naturais vantajosas”; Regiões Periféricas ou em Lento Crescimento”, região de influência do Rio de Janeiro e “emite impulso de desenvolvimento muito menos intensos que os da capital paulista”; Regiões Periféricas deprimidas, constituída principalmente do Nordeste, especialmente de “áreas agrícolas tradicional” voltada, principalmente, para produção canavieira e de algodão; e “com grande concentração demográfica” que se tornou de menor interesse ao “centro”. Ver. BECKER, Bertha K.op.Cit.p. 23-24.

⁴⁰³ Idem.p.26.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ Idem.p.26-27.

⁴⁰⁷ Idem. p.27.

⁴⁰⁸ Idem.

mobilizar recursos mediante recuperação da área deprimida e a ocupação da Amazônia”⁴⁰⁹. Tal situação levou o poder central, a partir dos anos de 1959 ou 1960, ainda sob a Administração de JK, a inserir o Brasil em um novo processo de crescimento e teve como ponto de partida a criação da SUDENE (1959) e de Brasília (1960)⁴¹⁰.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada com objetivo de “solucionar as dificuldades socioeconômicas do Nordeste”, pois essa região se tornou, como foi explicitado antes, numa área deprimida, ou seja, numa região sem importância econômica para o “centro”⁴¹¹. Perante essa realidade, Bertha K. Becker comenta que o Governo Federal concede incentivos fiscais aos empresários para que criassem empreendimentos na região como forma de reestruturar a “periferia”⁴¹².

Contudo, essa política de incentivos fiscais beneficiou o “centro” porque seus empreendedores receberam “espaços amplos e baratos, em contraposição aos terrenos já saturados e altamente valorizados do sudeste, além da perspectiva de ampliação do mercado interno para o consumo das manufaturas produzidas”⁴¹³.

Não obstante, toda essa política não solucionou a situação social e econômica do Nordeste já que houve uma industrialização concentrada nas cidades de Salvador e Recife, as quais absolveram, até 1967, maiores investimentos industriais dessa região, provocando a concentração demográfica em torno dessas duas capitais e a população migrada para essas áreas viviam em péssimas condições de vida e outras áreas do Nordeste continuaram na precariedade agrícola e social; o que então não solucionou o problema regional⁴¹⁴.

Diante de tudo isso, no início da década de 1970, já sob o Regime Civil-Militar, houve a necessidade do Estado Militar de promover uma integração efetiva da Amazônia ao resto do Brasil. Nisso, Bertha K. Becker comenta esse projeto:

“É para a Amazônia que deverão ser distribuídos os excedentes demográficos nordestinos, permitindo simultaneamente aliviar as tensões sociais da periferia deprimida, conter a migração para o ‘centro’, que já mostra indícios de saturação,

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Idem.p.28.

⁴¹⁴ Idem.p.29.

criar condições para novos investimentos do ‘centro’ e garantir a soberania nacional na área”⁴¹⁵.

Em relação à construção de Brasília, para Becker, ela representa “a ânsia de integração de uma nação que, secularmente concentrava na faixa costeira, voltava os olhos para o imenso interior” e essa região era considerada, para o Estado Nacional, áreas desabitadas que ganhava relevância no contexto de um novo modelo econômico⁴¹⁶. Por isso, houve a construção da rodovia Belém-Brasília com a finalidade de integração; e, no contexto da Ditadura Militar, a estratégia da edificação da Transamazônica que, além de ampliar a conexão da Amazônia ao Brasil, visava também garantir a segurança nacional⁴¹⁷.

A Rodovia Belém-Brasília, segundo Bertha K. Becker, correspondeu “a primeira artéria estabelecida para ligar a Amazônia ao centro do sistema espacial nacional”⁴¹⁸. A construção dessa estrada de rodagem favoreceu a expansão agropastoril e “atraiu imediatamente a frente pioneira baseada na produção de arroz, milho e gado”⁴¹⁹. Pere Petit Peñarrocha reforça essa colocação:

“Uma das principais consequências da construção da Belém-Brasília foram o incremento do interesse pelas terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definidas como terras devolutas, por parte de setores das elites locais e de outros estados do país”⁴²⁰.

Diante dessa formação econômica, reuniu um grupo de grandes proprietários de terras “provenientes dos Estados do Leste do país” que moldaram suas fazendas de maneira tradicional e utilizaram uma “considerável montante de mão de obra originária principalmente dos Estados pobres do Nordeste”⁴²¹. Por sua vez, muito desses imigrantes nordestinos pobres, ao longo das margens da rodovia Belém-Brasília, se apossaram de pequenos lotes onde passaram a cultivar “produtos alimentícios, especialmente o arroz”⁴²². A geógrafa Bertha K. Becker expõe que a rodovia percorre regiões distintas no sentido Norte para Sul e do Sul ao Norte:

“Devido ao seu traçado, contudo, a estrada atravessa áreas diversas. De Norte para Sul, sucedem-se a área deprimida em torno de Belém (até a cidade de Castanhal), a

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem.p.29-30.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ PETIT, Pere.*Op.Cit.*p.72.

⁴²¹ BECKER, Bertha K. *Op.Cit.*p.112

⁴²² Idem.p.112-113.

floresta virgem, a savana, com seu tradicional *open range system*, e, finalmente, próximo a Brasília, uma área dinâmica, antiga frente pioneira povoada desde 1945. O trecho em estudo é a floresta, um trecho efetivamente pioneiro, localizado entre as cidades de Castanhal (PA) e Imperatriz (MA), onde, por sua vez, três áreas são identificáveis, de Sul para norte: (a) a pré-amazônica, centralizada em Imperatriz; (b) a amazônica virgem, onde surgiu uma nova cidade, Paragominas; (c) a amazônica, próxima a Castanhal, no contato com a área deprimida supridora de Belém (...)⁴²³.

Com base nas observações colocadas acima pela pesquisadora, as áreas, do sentido Sul para Norte, constituíram as primeiras regiões, ao longo da rodovia, onde foram se fixando os trabalhadores imigrantes nordestinos na Amazônia, especialmente em Imperatriz (Maranhão), Paragominas (Pará) e Castanhal (Pará). Todas essas localidades tiveram na produção agrícola e na pecuária a base de sustentação econômica, com exceção de Castanhal, onde a pecuária não obteve uma grande expansão porque “dada a proximidade com a área de influência de Belém”, mas houve o surgimento de inúmeros “pequenos e médios proprietários policultores de pimenta, malva, arroz, mandioca e tabaco”⁴²⁴.

No entanto, Becker explica que essa organização socioeconômica, em torno da pré-amazônica, amazônica virgem e amazônica, foi desestruturada porque houve os incentivos fiscais acompanhada com a pavimentação da Rodovia Belém-Brasília, em 1973, “que provocou enorme valorização das terras, grandes empresas sediadas em São Paulo adquirem terras, substituindo o fazendeiro individual”⁴²⁵. Com a modificação de apropriação de propriedades, explodem conflitos entre as empresas e posseiros pelas terras ao longo da rodovia⁴²⁶.

Castanhal, como Imperatriz (MA), de acordo com Bertha K. Becker, foi a cidade que mais cresceu com a rodovia, uma vez que estabeleceu “laços mais diretos com São Paulo, graças a sua função distribuidora”⁴²⁷. A geógrafa segue explicando que:

“Castanhal, que antes da estrada também era pequena e estagnada, cresce rapidamente, graças à sua localização em entrocamento rodoviário; em lugar de apenas coleta mandioca, fumo, milho e arroz para Belém, como outrora, agora é centro redistribuidor para a fronteira, e sua população é de quase 40 mil habitantes”⁴²⁸.

⁴²³ Idem.p.113.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Idem.115.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Idem.

Esses dados demográficos de Castanhal são baseados no contexto da produção da obra da pesquisadora Bertha K. Becker, em 1982. Os seus estudos não deixam dúvida que Castanhal, a partir de 1960, passou por uma profunda transformação urbana devido a abertura da estrada de rodagem que integrou o nordeste paraense aos principais centros econômicos do país. E a modificação se aprofunda com a pavimentação da rodovia, pois, como veremos mais adiante, a partir da segunda metade da década de 1970, o centro urbano de Castanhal passou por intensa alteração da paisagem como reestruturação, expansão e pavimentação da principal avenida, isso ocorreu depois da demolição da antiga estação de trem; edificação de inúmeros prédios e instalação de serviços bancários e outros. Tudo isso levou a imprensa local a construir um discurso de que Castanhal vivia um momento de progresso.

O estudo de Bertha Becker nos ajuda a entender que além do fato de Castanhal ter se tornado uma referência como redistribuidor das mercadorias que vinham do “centro”, o que contribui para a também para a sua urbanização foi o surgimento de povoados em torno da área da cidade, como também ao redor de Paragominas e Imperatriz⁴²⁹. Segundo a geógrafa, esses povoados se originaram pela “concentração de mão-de-obra mobilizada para abertura da área”, onde se fixaram, se apropriaram de terras e produziram e forneceram gêneros agrícolas para cidades próximas⁴³⁰. Por essa razão, o povoado tem como base econômica a produção agrícola, como por exemplo, o cultivo do arroz, milho, malva, mandioca e entre outros; e, destacando também, o pequeno comércio⁴³¹. É relevante informar que esses povoados, na época que estudiosa se realizou a pesquisa, tinham em média entre 115 mil a 4 mil habitantes⁴³².

Os povoados próximos de Imperatriz e Paragominas, depois de suas organizações agrárias, passaram por um processo de desestruturação por causa da expansão do gado promovido por grupos empresariais que foram atraídos pelos incentivos fiscais. Esses grupos econômicos absorvem “as terras dos posseiros e provocando a sua evasão, contribuindo para o declínio dos povoados”⁴³³.

Até encerramento da pesquisa de Bertha Becker, no início da década de 1980, os povoados em torno de Castanhal eram mais estáveis porque as empresas agropastoris, até

⁴²⁹Idem.p.116.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹Idem.p.117.

⁴³² Idem.

⁴³³Idem.p.119.

então, não ameaçaram o funcionamento desses núcleos. Assim, contribui-se para que houvesse uma estruturação agrícola diversificada e isso foi facilitado porque se localizavam ou eram próximas de áreas de povoamento antigos⁴³⁴. E a autora reforça:

“Essa área contém povoado de mais alta categoria e um dos de segunda, além de contar com povoados de 500 e mesmo menor número de habitantes, que apresentam funções como dentista e sindicato de trabalhadores, vinculadas ao nível médio de renda e estabilidade da população”⁴³⁵.

Por fim, entendemos que essas comunidades contribuíram para a expansão urbana de Castanhal, uma vez que esses povoados são núcleos de concentração e circulação de mercadorias e pessoas, ou seja, os povoados constituem “uma manifestação do fenômeno urbano”⁴³⁶.

Retomando os estudos de Peñarrocha, o Regime Civil-Militar (1964-1985) teve forte influência no processo de integração da Amazônia. Com isso, a SPVA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da Operação Amazônia (1966/1967) e formulou-se o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971) que serviria de base para atuação da SUDAM⁴³⁷.

As razões da substituição da SPVEA pela SUDAM, expostas pelos interventores nomeados pelos militares, foram de que os governos federal, estadual e municipal não exerceram suas responsabilidades de “repassar as verbas definidas para Amazônia Legal”⁴³⁸. E quando encaminhavam tais recursos, eram destinados para “áreas distantes e isoladas”, sem possuir facilidade de acesso “a qualquer mercado”. Seguiu-se que na SPVEA “predominava “clientelismo político sobre as atividades técnicas na aprovação e efetivação dos projetos, a corrupção, a falta de continuidade na aplicação dos recursos e o empreguismo”⁴³⁹.

A instauração da SUDAM vem sustentada pelo o que o Marechal Humberto Castelo Branco pronunciou, em Manaus no dia 3 de dezembro, de que a Amazônia se constitui de um espaço vazio e como tal precisava ser conquistada e/ou ocupada⁴⁴⁰. Diante disso, “para a cúpula das Forças Armadas, a Amazônia era também, ou principalmente um *problema*

⁴³⁴Idem.p.118-119.

⁴³⁵Idem.p.118.

⁴³⁶Idem.122.

⁴³⁷PETIT, Pere. *op.Cit.*p.75.

⁴³⁸Idem.p.75.

⁴³⁹Idem.p.77.

⁴⁴⁰Idem.p.79.

geopolítico[grifo do autor]”, ou seja, ocupar a região para evitar surgimento de focos guerrilheiros e da “cobiça internacional”⁴⁴¹.

Assim sendo, a Amazônia Legal viveu três momentos distintos desde a criação da SUDAM à derrocada da Ditadura Civil-Militar, e todas acompanhadas de diferentes planos:

“A primeira foi pautada pela mudança, ocorrida em 1966, na política de incentivos fiscais que ampliava a política de substituição de importações, até então restrita às atividades industriais, para os projetos agropecuários. Incentivava-se as atividades agrícolas destinadas ao mercado regional, nacional e internacional, com intuito de diminuir na região a preponderância das atividades extrativas e da agricultura de subsistência, ambas consideradas, junto ao sistema de aviação, como principais responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico da região e da sua escassa integração ao mercado nacional. Na segunda fase, entre 1970 e 1974, durante o mandato na presidência da República do general Garrastazu Médici, foi dada prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre, entretanto diminuíram, especialmente entre 1972 e 1974, as ajudas econômicas do governo federal para projetos agropecuários e, sobretudo, industriais. Na terceira fase, a partir de meados dos anos 70, o governo federal, em substituição ao modelo cepalista que inspirou as práticas da SPVEA e parte das desenvolvidas nos primeiros anos de existência da SUDAM, orientou sua intervenção econômica com base nas vantagens comparativas de que dispunham a Amazônia, em relação a outras regiões do país, para contribuir ao desenvolvimento econômico nacional.”⁴⁴²

As políticas de incentivos fiscais para a Amazônia Brasileira foi aprovada, como já ressaltamos, ainda no governo de João Goulart, mas somente com a instalação do Regime Militar que os primeiros projetos econômicos foram implantados⁴⁴³. Ou seja, de acordo como historiador Petit, foi com o Governo Civil-Militar que as políticas de incentivos fiscais foram reformuladas, porque antes eram destinados para as atividades industriais na região, principalmente “na área metropolitana de Belém, sendo os mais favorecidos as elite locais”⁴⁴⁴.

Portanto, o principal motivo para adotar as políticas de incentivos fiscais tanto na Amazônia Legal como no Nordeste “era a falta de capital nessas regiões para a modernização das suas economias”⁴⁴⁵. Por sua vez, o Estado Civil-Militar priorizou os projetos agropecuários até atingir o setor de mineração⁴⁴⁶.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² Idem.p.89.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Idem.p.90.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem.p.92-24.

Diante dessas considerações, o poder público municipal de Castanhal, prefeitura e vereadores, na administração do Pedro Coelho da Mota (governou de 1967 a 1970), concederam incentivos fiscais para setores estratégicos como indústria e a energia elétrica. Em março de 1968, foi aprovada com unanimidade a lei que autorizava isentar todos os impostos municipais para facilitar a instalação da Companhia Têxtil de Castanhal- C.T.C.; com exceção do imposto destinado a educação e saúde ⁴⁴⁷. Alguns meses depois, foi aprovado um anti-projeto de lei do poder executivo que isentava imposto de prestação de serviço de qualquer natureza os “elementos ligados à construção da fábrica da C.T.C.” ⁴⁴⁸. Antes, em agosto de 1967, um projeto de lei do executivo municipal que requereu aos vereadores a doação ao Serviço de Águas e Esgoto lotes de terra para edificação de sua sede ⁴⁴⁹.

Com base nesses incentivos, o poder público municipal castanhalense, provavelmente, se inspirou na política de incentivos fiscais estabelecida pelo Regime Civil-Militar, através do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971), como estratégia de atrair investimentos e serviços básicos para Castanhal. Talvez essa iniciativa esteja relacionada a pouca ou nenhuma influência que os poderes municipais têm sobre os projetos e/ou recursos aprovados pelo Governo Central, uma vez que, como já foi comentando, para o Estado Civil Militar as administrações locais não contribuíram e nem exerceram competência para o desenvolvimento da região ⁴⁵⁰. Perante essa reflexão, Milton Santos nos apresenta uma contribuição:

“A ideologia desenvolvimentista dos anos de 1950 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil potência justificam a legitimam a orientação do gasto público em benefício de grandes empresas, cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações para poder equipar-se mais depressa e melhor...As administrações locais viam reduzidos os seus recursos próprios e, ainda por cima, perdiam o poder de decisão sobre os recursos que lhe eram alocados. O essencial dos meios com que contavam era (e ainda é) destinado aos gastos com a economia, e a própria indignação dos cofres municipais aconselhava a atração de atividades capazes de pagar impostos e, desse modo, ampliar as receitas locais” ⁴⁵¹.

Essa reflexão do pensamento de Milton Santos, os administradores públicos de Castanhal possivelmente desejavam atrair “atividades capazes de pagar impostos”. Por isso, através de incentivos fiscais, conseguiram a instalação da empresa paulista Companhia Têxtil de Castanhal-C.T.C. Talvez, seguindo essa preocupação em buscar outras atividades para

⁴⁴⁷ Ata da 4ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Castanhal, realizada em 06/03/1968.p.36.

⁴⁴⁸ Ata da 15ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, realizada em 07/06/1968.p.60.

⁴⁴⁹ Ata da 2ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 03/08/1967.p.26.

⁴⁵⁰ PETIT, Pere.*op.Cit.*p.70-77.

⁴⁵¹ SANTOS, Milton.*op.Cit.*p.113.

cidade, o prefeito Pedro Coelho da Mota, ao longo da sua gestão, apresentou projeto de a prefeitura fazer convênio e outras utilidades:

“O senhor secretário procedeu a leitura do expediente que se achava a mesa, consta a seguinte: Ante-projeto de lei, oriundo do Poder executivo, autorizando a Prefeitura Municipal a celebrar convênio com a empresa Construtora Planície Limitada-COPLAN e de outras providências. Ante-projeto de lei que autoriza a Prefeitura Municipal de Castanhal a celebrar convênio cm o Instituto Nacional de Desenvolvimentos Agrário-I.N.D.A. e dá outras providências e Ante-projeto de Lei que isenta a COHAB-PA do imposto territorial que incide sobre duas áreas de terras de sua propriedade nesta cidade. Todas as matérias acima mencionadas se fizeram acompanhadas de justificativas de motivos”⁴⁵².

Interessante notar que a prefeitura propôs parceria com I.N.D.A., a mesma que havia proposto para algumas prefeituras do Brasil um modelo de cidade, na primeira metade de 1960. Mas depois, como sabemos, o projeto não foi concretizado. Será que Pedro Coelho da Mota intencionava retomar esse empreendimento tão sonhado pelo Máximo Porpino Filho?

Esses projetos foram debatidos entre os vereadores de maneira urgente, inclusive o vereador José Reinaldo “Solicitou (...) a dispensa das demais formalidades e o julgamento de toda matéria em tela, no que foi atendido pelo senhor Presidente e demais vereadores” ⁴⁵³. Com isso, foram aprovados pelas comissões responsáveis em analisar projetos acima. Sobre a instalação de energia elétrica e abastecimento de água, Manoel Francisco da Silva nos informa:

“(...) Quando Pedro Coelho da Mota era prefeito e o governador era o coronel Alacid Nunes, conseguiu fazer essa ligação da CELPA...direto...pra trazer a energia direta pra Castanhal. (...) Depois teve a parte do abastecimento de água na cidade, que era muito precário...era só aqui no centro...também era uma bomba que jogava água.”⁴⁵⁴

Entende-se que a energia elétrica e o abastecimento de água foram instalados no momento da expansão urbana de Castanhal. A chegada da energia elétrica foi considerada, pelo nosso entrevistado José Lopes Guimarães, o início do desenvolvimento de Castanhal:

“A partir da década de 60 que começou o desenvolvimento econômico de Castanhal com a vinda de energia elétrica 24 horas, a partir de 64 e 65 começou...entrou aqui um grupo de castanhalense que fundaram a Hiléia...que eles chamavam de IMPASA de Produtos Alimentícios e esse grupo fundou a Hiléia e também foi...chegou a

⁴⁵² Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 04/08/1967.p.27.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ Manoel Francisco da Silva, aposentado. Entrevista realizada dia 30 de agosto de 2012, em sua residência.

C.T.C., no meado da década de 60. É porque já tinha energia, né. Foi feito...essas fábricas. Aí começou a produção proliferar e o comércio começou a evoluir.”⁴⁵⁵

Em maio de 1968, a Câmara Municipal aprovou com unanimidade concessão de uma nova área de terra para construção da subestação da CELPA, pois o terreno adquirido pela central elétrica, em 1965, não era adequado. Mostrando que a instalação desse serviço energético já estava presente em Castanhal antes mesmo do início da gestão de Pedro Coelho da Mota. Ou seja, logo após a saída do Máximo Porpino Filho⁴⁵⁶. Como nos narrou José Lopes Guimarães, a instalação definitiva da energia elétrica fez atrair empresas de diferentes setores.

Em suma, a partir da década de 1960, Castanhal começou a receber uma série de empreendimentos e serviços. E justamente com a iniciativa da administração pública se faz a cidade sentir uma cadeia de alteração em sua área citadina. Dessa forma, na segunda metade de 1960, encontramos discursos sobre “desenvolvimento” e “progresso” na Câmara Municipal de Castanhal. Encontramos essa prelação na sessão que se discutia a isenção de imposto a Companhia Têxtil de Castanhal:

“(...) Colocados pela presidência em última discussão aos projetos acima supra citados receberam ainda os mesmos as considerações do vereador Lira que mostrou aos seus pares as vantagens, o desenvolvimento, o progresso que a C.T.C. representava para o nosso município”⁴⁵⁷.

A instalação da Companhia Têxtil de Castanhal, como estar bem claro no trecho acima, representa – para o vereador José Ribamar de Souza Lira – que a “Cidade Modelo” passava por um momento de “Desenvolvimento” e “progresso”, no final de 1960. No encerramento das sessões do ano de 1968, depois de uma série de elogios a administração do Pedro Coelho da Mota, novamente José Lira destacou:

“(...) A maneira como se conduziram todos os vereadores que deixando de lado a politicagem e pensando unicamente no povo e no progresso deste querido município”⁴⁵⁸.

No ano seguinte, o termo “progresso” volta aparecer no discurso dos vereadores Pismel e Almir Lima, no encerramento do primeiro semestre de 1969:

⁴⁵⁵ Jose Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada dia 9 de agosto de 2012, em sua residência.

⁴⁵⁶ Ata da 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, dia 08/06/1968.p.62.

⁴⁵⁷ Ata da 4ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 06/03/1968.p.36.

⁴⁵⁸ Ata da 15ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 15/12/1968.p.78-79.

“Disse ainda ter ele [Almir Lima] e o seu colega [vereador Pismel] de partido, firmando um propósito ao assumirem as cadeiras de vereadores nesta casa, o qual foi e continua a ser, de apoiar todas as iniciativas, todos os trabalhos que vizessem o bem estar do povo e do município. E não tinha sido outra senão este comportamento seu e de seu colega, que desejam ardentemente progresso dessa terra querida que lhe servido de berço”⁴⁵⁹.

Na primeira sessão do segundo período de trabalho legislativo, 1969, José Lira e Almir Lima retomam ao uso do “progresso”:

“Com a palavra o vereador José Lira que em nome de seus colegas de bancada destacou o surto de progresso que Castanhal vem atravessando nos últimos tempos, graças a um planejamento administrativo bem orientado pelo Dinâmico Prefeito Pedro Coelho da Mota, que vem possibilitando a transformação de uma cidadezinha numa cidade progressista e de grande futuro. (...) Em seguida, usou a palavra o vereador Almir Lima, situando a posição de sua bancada, como a de sempre, apoiar as iniciativas sadias, progressistas e altaneiras, as iniciativas enfim que visassem o bem coletivo, o bem municipal”⁴⁶⁰.

Em sessão de setembro de 1970, novamente os dois vereadores acima retomam a razão do “desenvolvimento” e “progresso” que Castanhal está presenciando:

“(...) José Lira que entre outras causas, disse que de fato o comportamento dos vereadores de Castanhal causava as melhores das impressões a todos aqueles que nos visitaram e que, procuravam saber como nós agimos, qual a nossa posição diante do executivo, e tinham como resposta a afirmação deque na Câmara não havia política, mas sim o fim, o propósito, o desejo de servir, de ajudar o Sr. Prefeito, no seu trabalho dinâmico de soerguer Castanhal, pois agindo assim, estaríamos contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do nosso município e bem estar de nosso povo. Por fim falou o vereador Almir Lima, que enalteceu a administração de Pedro Coelho da Mota e a atuação do Sr. Presidente a frente dos trabalhos da Câmara, o qual sempre procurou se conduzir como um autêntico juiz (...). Salientou, que a bancada do seu partido não poderia se manter de outra forma, pois se assim o fizesse, estaria indo de encontro a justiça, a honestidade, ao trabalho, ao progresso, ao desenvolvimento, e finalmente ao povo (...)”⁴⁶¹.

Os dois vereadores destacam que os conflitos políticos na Câmara Municipal de Castanhal seriam superados pela preocupação com “desenvolvimento”, com “progresso” e com “povo”. Na última sessão ordinária do ano de 1970, é reforçada essa ideia da unidade política para o bem da cidade do povo:

“(...) todos os vereadores, cada um de uma vez, usaram da mesma para congratularem-se uns com os outros pela maneira, pela compreensão e pela harmonia que sempre existiu na Casa entre estes, o que, sem via de dúvida

⁴⁵⁹ Ata da 13ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 15/06/1969.p.94.

⁴⁶⁰ Ata da 1ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 2º Período, 6ª Legislatura.p.1.

⁴⁶¹ Ata da 1ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 2º período, 6ª Legislatura, 15/09/1970.p.52.

contribuiu decisivamente para o progresso do município e para o bem estar do Povo”⁴⁶².

A aprovação dos empreendimentos e a “harmonia” entre os vereadores da ARENA do MDB representava para poder executivo e para o legislativo que a comuna castanhalense seguia para melhoria estrutural e para o “povo”.

Em relação ao uso das categorias “desenvolvimento” e “progresso” nas plenárias da Câmara Municipal de Castanhal por alguns vereadores e pelos nossos entrevistados, teriam eles herdado a ideologia desenvolvimentista surgida através dos Planos de Metas do Governo Juscelino Kubitschek? Tal projeto, como era divulgado pelo Governo do JK, objetivava suplantar o subdesenvolvimento do Brasil, uma vez que esse país estava destinado para o progresso. Ou teriam associados aos discursos dos agentes que defenderam ou criticaram os projetos de modernização da economia da Amazônia pós-1964? O historiador Pere Petit Peñarrocha explica que essas explicações partiam das:

“Elite política, empresários e intelectuais paraenses, principalmente os que foram dirigidos a avaliar, defender, criticar ou propor alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico implementado na Amazônia durante a vigência do Regime Militar”⁴⁶³.

Através dos seus estudos, Peñarrocha utiliza duas categorias para caracterizar os grupos políticos e/ou empresários que manifestaram distinta opinião sobre a forma como a Amazônia vinha sendo integrada ao mercado nacional e internacional: regionalismo conservador e regionalismo progressista ou pró-amazônida ou pró-paraense. Diante disso, os governadores do Estado do Pará que exerceram o executivo de 1964 até o final dos anos de 1970, mesmo tendo uma reduzida autonomia política diante das decisões do poder central sobre a região, compartilhavam do modelo de desenvolvimento da “cúpula das Forças Armadas e tecnocratas da Administração Federal para Amazônia”⁴⁶⁴.

Desta forma, conforme o historiador, o exemplo dessa submissão era o ex-governador Alacid Nunes, na época deputado federal, pois ressaltou no Congresso que os projetos inseridos na Amazônia pelo Governo Federal objetivavam superar o subdesenvolvimento da região, porque esta estava historicamente legada às margens da integração brasileira⁴⁶⁵. Ou seja, considerava essenciais as metas do Estado Militar para o desenvolvimento da Região da

⁴⁶² Ata da 18ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal realizada em 15/12/1970.p.75.

⁴⁶³ PETIT, Pere.*op.Cit.*p.249.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Idem.p.250.

Amazônia; nesse sentido, Peñarrocha classifica Alacid Nunes como exemplo de político regionalista conservador.

Ao contrário da concepção acima, estavam aqueles que questionavam o modelo de desenvolvimento organizado pelo Governo Militar para Amazônia, uma vez que a imposição do programa modernizador da economia na região causou problemas socioeconômicos como desmatamento predatório e abandono dos imigrantes pelo Governo Federal. Essa crítica ao método de inserção da Amazônia nos mercados interno e externo é denominada de um discurso regionalismo progressista⁴⁶⁶.

Em presença das distintas opiniões acima, os vereadores da Câmara Municipal de Castanhal que recorreram aos termos “desenvolvimento” e “progresso” em suas explanações, acreditamos que se aproximam ou compartilham do discurso regionalista conservador. Isso fica evidente com pronunciamento do vereador José Lira na ocasião da visita do General Emílio Garrastazu Médici ao Estado do Pará, em 1970:

“Usou a palavra o vereador José Lira que se reportou sobre a visita a Amazônia do senhor Emilio Garrastazu Médici, exmo. Presidente da República. Ressaltou o sr. Vereador que o Pará recebia pela primeira vez a visita de um presente da República e que este aqui chegando, procurou ouvir todos os Prefeitos de nossos municípios, com o fim de sentir de perto os nossos problemas, dando-nos assim uma demonstração de seu interesse pelo desenvolvimento de nossa região”⁴⁶⁷.

Como percebemos o elogio do vereador José Lira ao general presidente, carrega a crença que os projetos de desenvolvimento do Governo Civil-Militar seriam benefício para superar as dificuldades que as cidades da Amazônia paraense passavam. Assim, tanto ao discurso favorável aos empreendimentos do Governo Militar, quanto às transformações urbanas que Castanhal testemunhava, se reforçava a construção da ideia que a cidade convivia com um processo de desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, acreditamos que imprensa castanhalense se apropriou, no final da década de 1970 e o início de 1980, desse discurso de progresso da cidade.

Voltando novamente ao discurso do vereador José Ribamar Lira de Sousa, quando diz que Castanhal não era mais “cidadezinha”, e sim, uma “cidade progressista”; essa

⁴⁶⁶ Idem.p.252.

⁴⁶⁷ Ata da 8ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal-6ªLegislatura. 2º Período-14/10/1970.p.60.

afirmação se aproxima do depoimento de Teresa Azevedo da Silva ao se referir o crescimento da cidade:

“(...) Castanhal pequeno, pobrezinho. Era só a Barão [Avenida Barão do Rio Branco]...era só ali....aquela bolinha. Aquelas outras ruas era só mato (...). Castanhalzinho daquele tempo...já era...foi embora”⁴⁶⁸.

Assim sendo, como já notamos em algumas fontes acima, nos anos de 1970 identificamos a atitude dos vereadores em recorrer os termos “desenvolvimento” e “progresso”. Entretanto o “progresso” que a cidade passou levou a demolição da Estação de Trem de Castanhal:

“(...) acharam que deviam acabar...acabaram...acabaram...a estação, eu, que no ponto de vista, que eu sempre combati e sempre que escrevi em jornal...dando sugestão para que a estação permanecesse...lá, em pé...com a Maria Fumaça que é...era nossa...era de Castanhal...ficasse lá dentro....servindo como museu ferroviário (...). Mas aí não houve essa sensibilidade na época dos administradores. O governador do Estado na época também pressionou porque era federal, porque quando desativou passou a responsabilidade para o Estado...o governo do Estado não quis saber...não era de Castanhal mesmo...e pressionou até que o prefeito da época...até não curto muito ele, era Almir Lima, ele foi pressionado e ele também queria fazer seu trabalho...o plano do governo dele era...dar o progresso para o município...pensou também: ‘Vou ajeitar a Barão do Rio Branco’. E colocou na cabeça que pra ajeitar a Barão do Rio Branco tinha que tirar a estação que estava impedindo. Mas ela não tava dando empecilho nenhum...passava a Barão por baixo...pelos lado, né. E deixa essa estação...também na época do seu Pedro Coelho da Mota ainda conservou, ainda na época dele a estação...em pé, conservou a Maria Fumaça, porque era de Castanhal e lutou até conseguiu, até adquirir através do governo do Estado a seção da máquina pra ficar pra ficar em Castanhal, né. E ficou, mas depois o prefeito seguinte, que eu falei, foi que...com essa pressão toda, demoliu a estação. Aí nós...perdemos um prédio (...), um prédio histórico...símbolo de Castanhal (...)”⁴⁶⁹.

Notamos a indignação do José Lopes Guimarães por causa da demolição da Estação de Trem de Castanhal, e esta poderia, como o próprio entrevistado sugeriu, ser convertido em museu. A remoção dessa estrutura ocorreu na primeira administração de Almir Tavares Lima (1971 a 1972), o qual José Lopes Guimarães “não curte muito” porque o responsabilizou pela demolição da estação de trem. Mas mostrou simpatia a Pedro Coelho da Mota, por ter conseguido garantir em Castanhal uma locomotiva.

⁴⁶⁸ Teresa Azevedo da Silva, 68 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 15 de outubro de 2012, em sua residência.

⁴⁶⁹ José Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 9 de agosto de 2012, em sua residência.

Ainda com referência a essa narrativa de José Lopes, percebe-se que o prefeito Almir Lima desejava ampliar a Avenida Barão do Rio Branco, rua que substituiu a antiga estrada de ferro. Desta maneira, a continuidade da construção da avenida, na interpretação da prefeitura, passaria por dificuldade com a existência da estação de trem; mas José Lopes Guimarães ressalta que poderiam ampliar a obra sem a necessidade da destruição do antigo edifício. A declaração de Manoel Francisco da Silva nos deixa mais claro que demolição ocorreu devido o momento de reforma urbana que cidade passava:

“A demolição da estação foi na administração de Almir Lima porque ele queria abrir avenida Magalhães Barata...pra passar por outro lado...quando chegava ali não podia por causa da estação (...). Ele demoliu mesmo...demoliu todinha...e aí abriu rua...depois abriu uma outra na rua, Irmã Adelaide...teve uma expansão. Hoje tem gente que protesta, acha que não devia ter tirado. Mas diante da evolução que teve a cidade...talvez justificasse que realmente...seriam um transtorno...uma coisa que ficava ali, mas não, não, não podia expandir nada aquilo que hoje em dia já existe.”⁴⁷⁰

Esse relato do Manoel Francisco deixa bem claro a razão da demolição da estação de trem: a destruição foi inevitável “diante da evolução”, ou seja, da expansão urbana. Sua permanência causaria, segundo Manoel Francisco, transtorno para as obras públicas do município, não somente a ampliação da principal avenida, mas também de abertura de outras ruas no centro da cidade de Castanhal.

Retomando a narrativa de José Lopes: ele ressaltou que Pedro Coelho da Mota buscou a conservação das estruturas da extinta Estrada de Ferro de Bragança. Uma sessão ordinária de outubro de 1967 ratifica essa afirmação:

“Expediente: O senhor secretario lê o seguinte expediente: ante projeto de lei nº000095/67, oriundo do Poder Executivo, acompanhado de justificativa de motivo que autoriza abertura de Crédito Especial de ncr\$12.000,00 para instalação do ‘Museu da Extinta Estrada de Ferro de Bragança’ nesta cidade e da outras providências”⁴⁷¹.

Entendemos que esse museu seria a conservação da Estação de Trem de Castanhal. Esse projeto foi aprovado com unanimidade pelas comissões de Finança, Justiça e Legislação da Câmara Municipal e inclusive Almir Lima, vereador nessa época, foi um dos legisladores favoráveis a essa decisão:

⁴⁷⁰ Manoel Francisco da Silva, aposentado. Entrevista realizada no dia 30 de agosto de 2012, em sua residência.

⁴⁷¹ Ata da 27ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal realizada em 14/10/1967.p.63.

“Pronunciaram-se a respeito do mesmo os senhores vereadores Antônio Pereira e Almir Lima todos sendo unânimes em considerar feliz a ideia do senhor Prefeito, pois não serviria no futuro apenas decoração, mas também, uma oportunidade que os novos teriam, em saberem que aqui existia uma estrada de ferro”⁴⁷².

Com isso, sabemos que Almir Lima mudou sua visão sobre a cidade e especialmente sobre a estação. Contudo, mesmo com aprovação do museu da extinta Estrada de Ferro de Bragança, parece que a Estação de Trem não recebia devidos cuidados:

“Liberada a palavra pelo sr. Presidente, usa o vereador Elias Cordeiro que tendo os bons serviços prestado pelo sr. Prefeito, requereu que este providenciasse a evacuação de água que se encontra há dias estagnada nos fundos da Estação da extinta estrada de ferro, a qual é uma ameaça à saúde da população uma vez que se constitui num foco de carapanãs, e ainda depõe contra a administração, pois com tristeza ouvimos observações de pessoas locais e de muitos que nos visitam”⁴⁷³.

Observe que o trecho da ata não se refere ao museu e sim a “fundos da estação da extinta estrada de ferro” evidenciando, assim, que o projeto do museu somente existia em documentos. Dessa maneira, a Estação de Trem, sem manutenção da prefeitura, servia para acumular água da chuva, levando à reprodução de insetos.

Percebe-se que a Câmara Municipal foi favorável pela demolição da estação de trem. Parece que a dúvida estava em saber quem seria responsável pela destruição: Estado ou Município.

“(…) o vereador Raimundo Camara da Lima falou com referência a demolição da Estação da Antiga Estrada de Ferro de Bragança explicando que... [ilegível] da demolição motivou-se pelo fato de ser constatado que o prédio é propriedade do Governo do Estado e não do município (...). Solicitou portanto ao plenário que enviasse ofício ao Exmo. Sr. Governador se definisse a respeito do assunto. (...) O vereador José Ribamar Lira de Souza, explicou que o senhor Prefeito Municipal, tem plenos poderes para com a demolição”⁴⁷⁴.

É importante saber que o ofício seria debatido na próxima sessão. Entretanto, nas sessões que seguem, não é retomado esse debate. A professora aposentada Arlinda Ferreira Oliveira Marques contribuiu com sua narrativa sobre período pesquisado. Sobre a derrubada da estação de trem ela nos narra:

“Causou uma polêmica muito grande com a destruição dessa estação, porque foi uma maneira impensável de um governo, né. Com ânsia de desenvolver, transformar, avenida, já que não tinha trem. Ele não pensou no futuro histórico da cidade. E não teve alguém que segurasse. Aí o dinheiro falou mais alto. A desculpa

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ Ata da 9ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 6ª Legislatura, 17/04/1970.p.39.

⁴⁷⁴ Ata da 9ª sessão ordinária a Câmara Municipal de Castanhal, realizada no dia 24/05/1971.p.90.

era justamente condições de preparar a avenida que é a Barão do Rio Branco e demoliram a estação, com muita tristeza. Nós temos um colega...ele, nesse tempo, era um rapazinho, um jovem, o último trem que passou ele se apegou na plataforma do trem e saiu sendo arrastado, aquele desespero (...). Colocaram a estação no chão e hoje agente tem uma grande mágoa disso porque nós não temos história. Nós não temos nada que conte nosso passado, só através das fotos, através da história das pessoas que viveram...é que agente relembra e vai passando para as futuras gerações...nada ficou. (...) Mas infelizmente é...a mentalidade era muito pequena. Os nossos governos eram muito político, da hora, do momento...não tinha uma visão do futuro”⁴⁷⁵.

Professora Arlinda Ferreira comenta essa ânsia da administração local em reformar a cidade. Será que para ela a Estação de Trem de Castanhal representava história da cidade? Ou a destruição da Estação de Trem de Castanhal representou uma perda material daquilo que simbolizava identidade para alguns daqueles, como caso do jovem amigo da professora que se lançou ao trem, que viveram numa cidade que tinha seu cotidiano marcado pela passagem da locomotiva? O entrevistado Açuélio Porpino fala sobre a última passagem do trem:

“Foi em 68, [Refere-se à desativação da estrada de ferro de Bragança]...agente deu pra vê lá da rua ...nós fomos lá pro barranco, ficamos vendo, né. O trem vinha e passava. E apitando de lá da estação...pessoal por trás já vinha tirando o trilho...não passava mais nada (...). Poxa...foi tristeza (...). Mas a única coisa que chocou agente mesmo foi a demolição desse bicho aqui [Apontando para a fotografia da estação de trem]. Não tinha necessidade de demolir isso aqui...entendeu”⁴⁷⁶.

Num tom de tristeza Tereza Azevedo de Melo suspira esse episódio da derrubada da estação de trem:

“Não é pra ter acabado, de jeito nenhum. Do jeito que a multidão aumentou, né. A população cresceu...então era gente na estrada, gente no trem, de todo jeito, né. Não sei por que acabaram...Ferrovia, né....Belém-Bragança”⁴⁷⁷.

Portanto, o processo da reforma citadina acabou atingindo a Estação de Trem de Castanhal e sua demolição tinha como objetivo, de acordo com os relatos acima, ampliar a principal avenida da cidade: Avenida Barão do Rio Branco. Com isso, o poder público municipal apresentou proposta que estabelece medidas para obter controle de ocupação dessa via em 1969:

“f) Ante-projeto de lei nº000254/69-que estabelece normas para construção de casas, nas avenidas Presidente Vargas e Barão do Rio Branco nesta cidade”⁴⁷⁸.

⁴⁷⁵ Arlinda Ferreira Oliveira Marques, 72 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 5 de outubro de 2012, em sua residência.

⁴⁷⁶ Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2012, em sua residência.

⁴⁷⁷ Tereza Azevedo de Melo, 68 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 15 de outubro de 2012, em sua residência.

Esse projeto- aprovado com unanimidade e sem observações - nos leva a refletir como a administração pública pensava sobre a cidade. Isto é, como organizava a ocupação do espaço urbano, principalmente se tratando das proximidades das duas principais avenidas da cidade. No mesmo mês que se aprovou o projeto acima, a Câmara Municipal consentiu em outro que parecia tratar sobre o espaço da cidade:

“(....) O vereador José Reinaldo para num rápido improviso, exalta a atitude corajosa do poder executivo, quando solicita dos vereadores apoio para criação de (prédios) leis que só permitia construções no mínimo com dois pavimentos nas principais avenidas da cidade, sendo apoiado pelos colegas da Câmara”⁴⁷⁹.

Essa solicitação do prefeito Pedro Coelho da Mota- aprovada por todos os vereadores- supomos que tinha a intenção de edificar um aspecto de “cidade grande” ou “desenvolvida” para Castanhal e, conseqüentemente, limitando a ocupação da área central por pessoas de baixo poder aquisitivo, uma vez que se deveria construir prédios com “no mínimo com dois pavimentos”.

No final os anos de 1960 e o início de 1970, a expansão urbana de Castanhal, acompanhada pelo prolongamento da Avenida Barão do Rio Branco provocou o aterramento do Igarapé Castanhal, um rio que corta o centro da cidade.

“Com a palavra o vereador Clóvis Neves, que depois de tecer considerações sobre o percurso a que eram obrigados a fazer os moradores do Bairro Nova Olinda, devido obstrução no prolongamento da Rua Paes de Carvalho, provocada pelo Igarapé Castanhal. Requereu o encaminhamento de ofício ao sr. Prefeito, no sentido de que este estudasse as possibilidades de colocar na referida passagem, tubos de concretos sob aterros. Aproveitando a oportunidade, o vereador José Lira apresentou requerimento no mesmo sentido, na passagem do prolongamento da av. Barão do Rio Branco”⁴⁸⁰.

A Rua Paes de Carvalho fica paralela à Avenida Barão do Rio Branco, ambas cortadas pelo Igarapé Castanhal, o qual era visto como obstáculo para ampliação das vias. Dessa forma, tanto Clóvis Neves quanto José Lira sugeriram ao poder executivo colocar “tubos de concreto sob aterro” para facilitar o deslocamento das pessoas. Na sessão seguinte, novamente vereador Clóvis Neves tratou sobre Igarapé-Castanhal:

⁴⁷⁸ Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal-2º período, 6ª Legislatura, 10/11/1969.p.16.

⁴⁷⁹ Ata da 14ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 2º período – 6ª Legislatura, realizada 19/11/1969.p.19.

⁴⁸⁰ Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Castanhal-2º período, 6ª Legislatura, realizada 10/11/1969.p.16.

“Usou da palavra o vereador Clóvis Neves que depois de justificar apresentou requerimento no sentido de que fosse endereçado ofício ao Sr. Prefeito apelando a este para que construísse uma ponte na Rua Coronel Leal, trecho compreendido entre a rua 1ª de Maio e av. Altamira”⁴⁸¹.

A Rua Coronel Leal também fica paralela à Avenida Barão do Rio Branco e por sua vez, é cortada pelo Igarapé-Castanhal. Clóvis Neves apelou para que se fizesse uma ponte no trecho descrito por ele. No testemunho da professora Filomena Paiva, descreve as ocupações próximas ao igarapé:

“Pra lá não tinha asfalto (...) era só chão batido. Tinha uma vila de casa, casa de taipa, né. Logo assim, na Sete de Setembro, tinha um riacho que até lavava roupa lá...ia todo mundo, cada qual pegava sua trouxa, agente ia lavar a roupa. Tinha casinha e outra. Ave Maria, Deus me livre! A barraca, né. Aquelas casas humildes (...)”⁴⁸².

Esse relato de Filomena é baseado no início dos anos de 1980, período que ela veio morar em Castanhal. Ex-moradora de Belém, Filomena Paiva nos descreve que havia casas humildes às margens do Igarapé-Castanhal e que muitas vezes, junto com outras mulheres, iam lavar roupas no “riacho”, termo utilizado por ela para se referir ao igarapé. Chama-nos atenção o momento que se lembra das barracas, “Ave Maria, Deus me Livre!”, seriam casas com péssimas condições de moradia que espantou a professora Filomena Paiva?

Esse fato nos leva a pensar que ocorria uma ocupação desordenada às margens do igarapé. Além disso, essa área urbana era acompanhada de obras públicas que não mediram esforço para estender as vias através da utilização de aterros e tubulação sobre Igarapé-Castanhal. Nessa lógica, a narração do João Marinho de Barros, conhecido como “Seu Touro”; reforça essa atitude da prefeitura:

“(...) Os prefeitos não tinha trator, não tinha nada, pedia pro caminhão trazer aterros e aterrar lá, de um lado, e de outro, aterras o gapó, e quem tinha caminhão e trazia aterro, o prefeito pedia pra jogar pra onde a rua passar. Teve gente que ignorou, digo, não tava certo. Tava fazendo certo. Os caminhões iam de ré e derramava dentro do gapó. Os garis trabalhavam até meterem tudo e terra no direitinho. Foi dando certo, agente atravessa por dentro d’água. Aí pediu pros caminhões que tivesse aterro pra jogar, que vinha de lá pra jogar na beira, e daqui lá jogar, foi

⁴⁸¹ Ata da 13ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal -2º Período, 6ª Legislatura, realizada 14/11/1969,p.17.

⁴⁸² Filomena de Paula Paiva, 69 anos, professora. Em entrevista realizada no dia 9 de novembro de 2012, em sua residência.

aterrando o gapó (...). 1970, já tinha isso, achei que era uma boa...ficou bom. Facilitou as pessoas andar de pé”⁴⁸³.

Essa descrição de João Marinho de Barros nos traz uma noção de como a prefeitura tratou o Igarapé-Castanhal no contexto da reforma urbana: despejando aterros trazidos por caminhões dos lados da margem do igarapé. Com base nesse depoimento, a prefeitura incentivou quem tivesse entulho que despejasse no rio. Tal atitude foi vista como positiva para João Marinho, mesmo com protesto dos outros. As memórias de Teresinha de Jesus também descrevem esse processo de aterramento do igarapé:

“Agente viu, né. Porque foram fazendo estradas, abrindo estradas, a estrada de Belém...pra ir pra Belém (...). abriram estrada pela Barão do Rio Branco e ia embora. Faziam ponte e tudo. Aí foram se acabando o igarapé. Também tudo cheio de casa, não tinha mais condições, o igarapé começa a poluir (...)”⁴⁸⁴.

A ocupação desordenada, aberturas de vias e aterramento foram provocando a poluição do Igarapé-Castanhal, como nos relata Teresinha de Jesus. Outro entrevistado, Açuélio Porpino nos fala com nostalgia e indignação sobre o Igarapé-Castanhal:

“(...) Da li...pra lá era Castanhal...pouquinha casa, não tinha acesso, a não ser pela estrada de ferro. (...) Era Igarapé, né...agente tomava banho. Do canal pra cá era mato, que era colônia. Pra lá, da Primeira de Maio ora lá [Centro]. A Sete de Setembro já existia, ali que as lavadeiras de roupas todinhas. Era muito fundo (...). Pra tomar banho era uma beleza. Agente chamava de açude. Agente terminava de jogar futebol na rua, de lá vinha pra se jogar pra dentro do açude. Depois que o Mimo [ex-prefeito Máximo Porpino Filho] tomou conta, aí...avacalhou...era açude mesmo, água limpa, limpa, limpa. Fez a barragem e acabou com igarapé...Igarapé Castanhal. (...) Aí se expandiu...começou a se desenvolver...foi Almir Lima mesmo. Essa Barão foi só concreto, de uma ponta a outra, foi Almir Lima...depois que tiraram o trilho, né”⁴⁸⁵.

As lembranças de Açuélio Porpino nos permitem entender que o Igarapé-Castanhal funcionava não somente como espaço de trabalho das lavadeiras de roupa, mas também como espaço de lazer e sociabilidade. O “açude” é uma parte do igarapé próxima da nascente. Dessa forma, não foi somente a abertura de ruas que prejudicou o rio Castanhal, a barragem erguida por Máximo Porpino Filho sobre igarapé contribuiu para obstruir ainda mais o escoamento das águas do rio. A intenção de Mimo em edificar uma barreira era para construir um balneário dentro da cidade e esse recinto foi chamado de Camping Ibirapuera, inaugurado em

⁴⁸³ João Marinho e Barros, 79 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2011, em sua residência.

⁴⁸⁴ Teresinha de Jesus da Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2012, em sua residência.

⁴⁸⁵ Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2012, em sua residência.

1977. Uma obra reprovada pelo nosso colaborador que diz que essa barragem “avacalhou” com Igarapé-Castanhal.

Em suma, com a desativação da estrada de ferro, e a demolição da Estação de Trem de Castanhal, a “rua da frente”- parte da via férrea que passava pelo primeiro conjunto arquitetônico de Castanhal – foi transformada na Avenida Barão do Rio Branco, devido à metamorfose da área citadina. Desta maneira, com o processo de urbanização, acompanhado de uma ocupação desordenada, se promoveu o assoreamento do Igarapé- Castanhal e o desaparecimento de outros.

Diante de todo esse debate, observamos que na década de 1970 houve um aprofundamento da remodelação e da expansão urbana de Castanhal, isso fica mais evidente na imprensa local, especialmente pelo jornal Novo Horizonte que era publicado na cidade na segunda metade dos anos de 1970, que destacava muitos empreendimentos da prefeitura e de particulares.

O próprio nome do periódico corresponde, possivelmente, a um reflexo dos discursos sobre a cidade passava naquele momento, e essa evidência é encontrada em um texto publicado pelo próprio órgão de comunicação, como título “Início da Jornada”⁴⁸⁶. O referido texto argumenta a necessidade de uma construção de um veículo de comunicação impresso para contribuir a descrever o significativo “desenvolvimento” que alcançou o município:

“Enquanto Castanhal crescia, num ritmo acelerado a cada vez mais justificando o seu conceito de ‘Município Modelo’, sentíamos a ausência de um órgão de comunicação que nos permitisse fazer chegar ao Brasil inteiro o ‘recado castanhalense, dando-lhe contas do desenvolvimento atingido em curto espaço de tempo, em nossa Cidade, hoje despontando com características de um dos mais simpáticos Municípios do Estado do Pará. (...) Aqui estamos caros leitores, no início da jornada apresentado-lhes ‘Novo Horizonte’, o jornal de Castanhal, órgão de comunicação independente que estará em nossos lares quinzenalmente, para gáudio dos brasileiros que ajudaram a nossa expansão progressita, com otimismo e perseverança, colocando-nos, hoje, em oposição destacada no cenário econômico do Estado do Pará”⁴⁸⁷.

“Município Modelo”, “desenvolvimento” e “progresso”- acompanhados de um discurso ufanista - são aspectos que o jornal Novo Horizonte utilizou para definir os momentos que Castanhal passava naquela segunda metade da década de 1970. Ainda destaca que houve participação de vários brasileiros para esse acontecimento de mudanças; talvez seja

⁴⁸⁶ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, Ano I, nº1, 29/08/1977.Capa.

⁴⁸⁷ Idem.

indicativo da chegada de imigrantes de várias partes do Brasil. O periódico utiliza a expressão “modelo” para caracterizar o crescimento da cidade e/ou para destacar as obras urbanísticas que ocorria no centro de Castanhal que estavam modificando a paisagem central. Isso fica claro em trecho de entrevista que o prefeito Almir Tavares Lima –na ocasião do seu segundo mandato que exerceu entre os anos de 1978 a 1982- concede ao jornal:

“Minha empolgação é pelo aspecto urbanístico de nossa cidade. Espero melhorar o sistema viário, onde nesses seis meses já temos um bom lastro de serviços executados e que terá como coroação a pavimentação da Barão do Rio Branco”⁴⁸⁸.

Em outra edição do mesmo jornal, uma nota reforça realização obras públicas na parte central da cidade:

“CASTANHAL CRESCENDO MAIS

O aspecto urbanístico da cidade cada vez mais se aprimora, não somente com o grande surto de belíssimas construções civis, como também em razão das obras de ajardinamento que estão sendo executadas pela Prefeitura, na Avenida Barão do Rio Branco, nossa principal via artéria que, dentro de alguns dias será inaugurado o seu novo sistema de iluminação à base de luz iria e modernos jardins ao leito central da garbosa avenida. No que diz respeito às construções, a LINDACASA, empresa construtora comandada pelo engenheiros Raul Amaral e Nelson Kataoka, prossegue em seu ritmo dinâmico de fazer erguer arrojados imóveis em nossa comunidade, principalmente residências, cujas linhas, das mais modernas, revelaram a capacidade imaginativa desses dois conceituados engenheiros”⁴⁸⁹.

Notemos que o embelezamento da Avenida Barão do Rio Branco se limita no centro da cidade. Além disso, faz elogios a uma empresa de construção civil. Percebe-se até o momento que o periódico faz claro apoio a administração pública municipal. Ou seja, uma adesão da gestão do prefeito Almir Lima.

Os empreendimentos privados faziam propaganda no jornal através de pequenos textos e se apropriavam do discurso de “cidade modelo”, “desenvolvimento” e “progresso”, incluído na sua propaganda. Observemos:

“HILÉIA-UM ORGULHO CASTANHALENSE

A nossa história de produtos Alimentícios S/A- a conceituada IPASA, inteligente dirigida por três valores empresarias desta comunidade, Odilado Ramos de Aragão, Hélio Moura Melo e Inácio Cury Gabriel Filho está num ritmo crescente de expansão industrial, haja vista a diversificação em sua linha de produção, atualmente, com o lançamento de bala e caramelos de excelente qualidade;

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 13/01/1978.p.4.

completando, assim, um elenco de produtos de primeiras categorias, cuja penetração nos mercados do Pará, Maranhão e Amapá e agora invadindo a Amazonas e Território Federal de Rondônia, evidencia Castanhal como um pólo irreversível de desenvolvimento econômico. Os produtos da marca ‘Hiléia’, na verdade, são motivos de orgulho para quantos vivem e labutam no Município Modelo.

(...)

ALUMÍNIO CRUZEIRO EM EXPANSÃO

Em termos econômicos, a comercialização dos produtos de fabricação a empresa dirigida pelos amigos José Franco Espinheiro de Oliveira e Luis Celestino Flambot da Cruz, hoje penetrando, em larga escala, nos mercados regionais, inclusive na praça de Belém, é um verdadeiro atestado da excelente qualidade do Alumínio Cruzeiro, um dos esteios da nossa expansão industrial, revelando aos nossos vizinhos a capacidade criadora dos nossos homens de negócios”⁴⁹⁰.

Nessa última propaganda, a empresa anuncia que cresceu junto com a “expansão industrial” de Castanhal, ou seja, associam que o “progresso” da cidade reflete nos empreendimentos privados. Tal estratégia também usada por outra empresa local, a metalúrgica FAMOGEL. O anúncio do empreendimento, que segue um fragmento logo abaixo, relaciona que a “evolução econômica” de Castanhal é fundamental para o crescimento da empresa. Vamos observa o anúncio:

“FAMOGEL CRESCE COM CASTANHAL

O nosso parque industrial atravessa uma fase dinâmica, com fluxo produtivo bastante significativa, acompanhado, por via de consequência, o desenvolvimento de Castanhal. Nas raias dessa evolução econômica, é marcante a presença da Metalúrgica ‘FAMOGEL’, do industrial Francisco José da Silva, pois a atuação dessa empresa, no mercado regional, com excelente colocação dos produtos de sua linha de fabricação, revela de maneira insofismável, o surto do progresso que atravessa o município modelo. [ilegível]... mostrando a inteligência e criatividade dos homens de negócio (...)”⁴⁹¹.

O anúncio de uma inauguração de um “majestoso edifício ‘Masao Okajima’, localizado à Avenida Presidente Vargas”, vem reforçar que as obras privadas, como as públicas, se limitam ao centro da cidade e, numa cerimônia restrita, o vice-prefeito Dr. Carlos Barbosa Pereira Lima ressalta a importância da “obra para o município de Castanhal, procurando mostrar que o desenvolvimento não se faz só com palavras, mas sim com trabalho e sacrifício”⁴⁹².

⁴⁹⁰ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, Ano I, 13/12/1977.p.8.

⁴⁹¹ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 23/12/1977.p.4.

⁴⁹² Novo Horizonte: 10 e 14/06/1978.p.3.

O Novo Horizonte produziu uma matéria que trata da implantação do atualizado Sistema Tributário Municipal, com base no Cadastro Técnico; juntamente com o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano⁴⁹³. Essa matéria ressalta que em 15 de agosto de 1977, o Governador do Estado, Alacid Nunes, acompanhado da Secretaria do Estado de Planejamento e de outras autoridades fez uma visita de caráter oficial a Castanhal. Acompanhado do prefeito Almir Lima. A presença do governador tinha como objetivo dar efetivação da entrega do Cadastro Técnico Municipal de Castanhal e assinatura do convênio de assistência técnica para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Castanhal.

Segundo o periódico, esse acontecimento foi de significativa importância porque o Cadastro Técnico iria aparelhar- na administração local- a máquina de arrecadação municipal, especialmente quando à cobrança do IPTU. Assim, sendo, esse acontecimento, de acordo com jornal, foi um marco histórico para o “desenvolvimento de Castanhal”. O jornal ainda destacou o comentário do prefeito Almir Lima sobre a relevância desses trabalhos “para sua administração e para o bem do município” e ainda fez observações, sem especificar detalhes, da estrutura socioeconômica de Castanhal em relação a Belém e também fez comparações com outras cidades.

Na mesma edição, o órgão de comunicação salientou que, os anos de 1976 e 1977 foram marcados pelo lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, em Castanhal. Isto está colocado na matéria que tem como título “Prefeitura Lança o Imposto Predial”, o qual argumenta que esses serviços seriam a preocupação da administração municipal e da secretaria de planejamento estadual em, além de recadastrar as antigas propriedades, cadastrar e avaliar os novos imóveis que surgiram no espaço urbano de Castanhal. Deste modo, essas informações demonstram o crescimento da cidade que vinha se expandindo desde os anos de 1960. E na segunda metade da década de 1970, perante o surgimento de novas áreas habitadas e edificação de outros imóveis, a administração municipal vê nesses serviços a oportunidade de arrecadação para que seja possível oferecer melhorias urbanas e recolher regulamente o lixo, como expõe o Novo Horizonte. Assim garantia-se para Castanhal “a sua posição real de principal cidade do interior do Estado”.

Nessa última afirmação, a imprensa buscava reforçar o discurso que vinha sendo utilizado pelas autoridades municipais desde os anos de 1960: que Castanhal estava vivendo

⁴⁹³ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 29/08/1977.p. 2

um processo de “desenvolvimento” e “progresso”. Nesse mesmo texto sobre IPTU, o economista Lenilson Sá de Holanda expressava muito bem essa mentalidade, comentando que o aprimoramento da arrecadação consistia num avanço e isso seria essencial, pois “uma cidade moderna requer métodos modernos da administração” e será indispensável “para acompanhar o ritmo de desenvolvimento da cidade”.

Em mais uma edição do Novo Horizonte, um editorial veio em defesa da “cobrança dos impostos predial e territorial”:

“(…) O significado social que representa a cobrança dessas fontes geradoras da receita do Município, pois, na verdade, esses critérios de tributação representam um marco decisivo na evolução econômica e social da comunidade (...), a força expressiva do desenvolvimento de uma cidade do porte de Castanhal (...). Não procuraremos saber o que poderia o prefeito Almir Tavares de Lima fazer por Castanhal, com os minguados recursos de que dispõe a Municipalidade, mas, isto sim, vamos procurar arregaçar as nossas mangas e ajudar os dirigentes do Município a transformar a nossa cidade numa pequena Metrópole que possa, de fato e de direito, merecer o tratamento que lhe legamos, de Município Modelo”⁴⁹⁴.

Fica bem claro, nesse fragmento, que o editorial convida os castanhalenses ao pagamento dos impostos para que a administração municipal possa dar continuidade a “evolução” e ao “desenvolvimento” da cidade, para garantir o título de “Cidade Modelo”. Ou seja, o texto prega a união de todos os cidadãos da cidade porque

“Castanhal foi escolhida para receber todas experiências porque, além de ser a cidade interiorana importante mais próxima de Belém, uma pesquisa indicou que ela possui mais casas de alvenaria do que Santarém, o segundo centro urbano do Estado. Ela é assim suficiente dinâmica para servir de modelo às demais cidade que foram beneficiadas por um planejamento urbano quando ainda são sanáveis seus principais problemas”⁴⁹⁵.

Em mais outra edição do Novo Horizonte, se destaca o comentário do prefeito Almir Lima de que a cidade já se preparava para seu 50^a aniversário de emancipação, uma vez que Castanhal seguia um “ritmo vertiginoso” e “não tem força para modificar os acontecimentos”⁴⁹⁶. Na sessão de opinião do jornal, todos os leitores que enviaram carta ao periódico compartilhavam da ideia do “desenvolvimento” e do “progresso” que a cidade estava vivendo e testemunhavam que Castanhal se “agiganta através do insofismável desenvolvimento que impulsiona o progresso”⁴⁹⁷.

⁴⁹⁴ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 18/09/1977.p.1

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 28/01/1978.Capa.

⁴⁹⁷ Idem.

Nessa mesma edição há um mapa de Castanhal que representa o macrozoneamento da cidade e acompanhado da divisão especial como se fosse resultado do “desenvolvimento” e do “progresso” ⁴⁹⁸. Sendo que na mesma página, há um texto, intitulado “Aqui Castanhal”, que se inicia apresentando a lei que concedeu a autonomia municipal à cidade, a lei 600 de 28 de janeiro de 1932. A matéria afirma que desde a emancipação, Castanhal já mostrava a “vocação” e a “disposição para o desenvolvimento”.

Desde modo, o documento elogia a disposição pioneira nordestina “que aqui chegaram e iniciaram a sua colonização”, a qual correspondia uma “comunidade dinâmica” e “atuante” e legou aos “seus sucessores a fibra e a raça própria do homem do nordeste”. Ou seja, o texto buscar forjar um discurso que desde o processo de colonização nordestina na região, no final do século XIX, Castanhal já nasceu destinado para o “desenvolvimento” e “progresso”.

Recorrendo a outros periódicos locais, também constatamos a construção de um discurso que Castanhal passava por um momento de “desenvolvimento” e de “progresso”. Esses órgãos de comunicação são o Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior. Como já foram explicitados na introdução, esses meios impressos fazem constantes críticas ao prefeito Almir Lima.

Apesar disso, os jornais mencionados acima compartilhavam a ideia que Castanhal vivia um momento de “desenvolvimento” e “progresso”. Como exemplo, apresentamos uma fotografia, extraída do Jornal de Castanhal, que expressa esse discurso:

⁴⁹⁸Idem.p.4.



Foto 5 - Centro de Castanhal.

(Jornal de Castanhal, Nº9, Segunda Quinzena de Dezembro, 1978.p.13.)

A foto acima nos mostra o centro da cidade, cortada pela Avenida Barão do Rio Branco, por onde passava o trem, e nessa mesma imagem de destacam dois edifícios denominados “Costa e Silva”. A antiga estação de trem se localizava ao lado desses dois prédios. Sendo uma fotografia aérea, provavelmente o jornal queria mostrar para aos leitores a grandiosidade da transformação e da expansão urbana de Castanhal, constituindo, assim, mais uma forma de linguagem utilizada para reforçar o discurso de desenvolvimento da cidade. Mas é sempre importante lembrar que existem diversas fotografias dessa área da cidade que foram bastante explorados pela imprensa local.

Na capa de outra da mesma edição do Jornal de Castanhal, há exposição de um título, “O Município Modelo de 1979”, acompanhado de outra fotografia do centro e seguida de um texto:

“ (...) seu imenso progresso nos últimos anos, pelo seu crescimento, pelo seu desenvolvimento e pelos diversos aspectos promissores no setor econômico. Para os que passam anos sem rever a Cidade quando aqui chegam, a primeira vista, Castanhal lhe parece irreconhecível. Porém a transformação foi fruto de um trabalho lento e gradual no qual se integrou casa castanhalense. E hoje Castanhal só perde para a cidade de Belém! E o crescimento populacional é assustador: agora constamos com cerca de setenta mil habitantes”⁴⁹⁹.

⁴⁹⁹ Jornal de Castanhal, segunda quinzena de dezembro de 1978.Capa.

Nessa mesma edição, nos deparamos com três fotografias que mostram o que seria para o jornal esses “aspectos promissores”, “desenvolvimento”, “crescimento” e “transformação”: são algumas imagens que exibem construções de edifícios com vários andares e outros já prontos. Abaixo, exibimos uma fotografia de um desses prédios em processo de edificação:

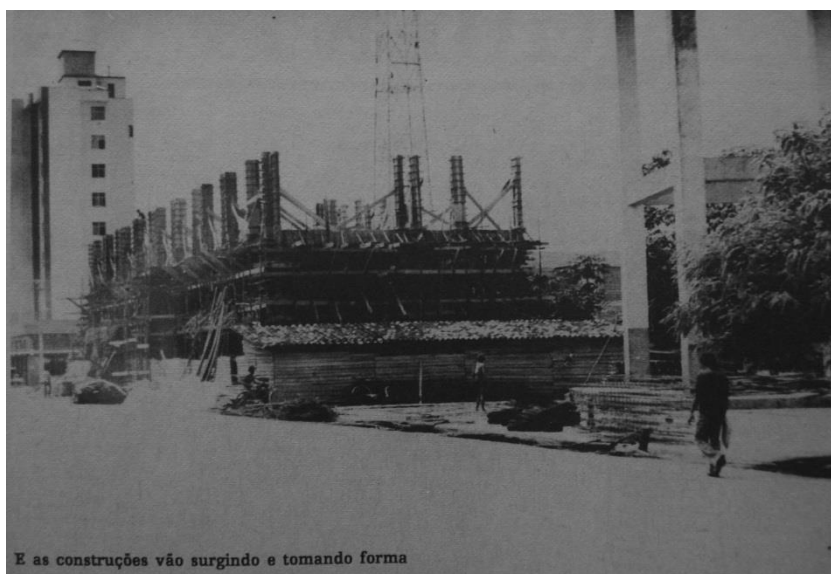


Foto 6 - Construção da Loja Radisco.

Construção da Loja Radisco, do proprietário Herbert Veríssimo. Exemplo de empreendimentos privados no centro de Castanhal.(Jornal de Castanhal, 23/12/1978,p.6.)

Diante da imagem acima, a construção em destaque representa, para a imprensa local, um dos exemplos de que Castanhal progredia. No entanto, correspondiam empreendimentos privados que, em sua maior parte, se erigiam no centro da urbe. Assim sendo, o jornal Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior consideravam que os empreendimentos da administração municipal e do setor privado, realizados – como já salientamos- na parte central da cidade, significavam uma “evolução urbana” para toda área citadina e serviria como “modelo de desenvolvimento” para outros municípios. Isso é percebido no fragmento que se segue:

“Sem dúvida nenhuma que Castanhal ocupa lugar de destaque na Zona Bragantina, liderando inclusive outras zonas como a Guajarina e a do Salgado. Suas ruas bem pavimentadas, seus prédios recém-surgidos de original arquitetura e desenvolvimento global que Castanhal vem atingindo faz jus ao título (...) ‘Município Modelo, 1979. Porém o que mais nos empolga é o bom gosto

arquitetônico que não deixa nada a dever para a Capital do Estado. Aliás, com a conquista do recente título, Castanhal sobre para a segunda melhor cidade do Pará, sendo Belém a primeira. É o desenvolvimento que surge como a única opção para Castanhal (...). Órgãos de apoio a indústria e ao comércio estão sendo implantados, SENAI e SESI, já estão em franca atividade. A CEASA virá a Castanhal, possivelmente a ser instalada em outro local para que não venha a prejudicar o centro da cidade. O comércio vem sendo visivelmente ampliado e a possibilidade de aquisição do castanhalense tem aumentado com as novas perspectivas de empregos e de negócios. Castanhal vem representar, como a cidade progressista, um desafio para o ano de 1979, que só benefícios poderá trazer. Resta aos castanhalenses ajudarem este progresso e honrarem o título que sua cidade acaba de conquistar. Naturalmente todos estarão empenhados em elevar mais e mais o nome de Castanhal e provar que temos garra e somos, de fato, batalhadores do progresso”⁵⁰⁰.

A mensagem excessivamente ufanista busca passar para seus leitores que a cidade avança continuamente e caberia a todos os castanhalenses e ao poder público do município o esforço conjunto para garantir a Castanhal a marcar de “Município Modelo”, assim como poderia servir de exemplo de empreendimento urbanístico para as demais cidades paraenses. Mas o texto que não trazem dados e/ou fontes que confirmem como Castanhal havia se destacado na região nordeste paraense ou se “é a segunda melhor cidade do Pará” e se um era lugar real de “novas perspectivas de emprego e negócio”.

Provavelmente os diretores do Jornal de Castanhal ou o autor do texto pretendiam construir um discurso de desenvolvimento e progresso, inspirados, assim, na mesma finalidade da construção de Brasília. Esta nova capital brasileira, de acordo com James Holston, foi projetada para “servir de exemplo de progresso para o restante da nação” e, para isso, o governo JK desejava a edificação de uma cidade que apresentasse distinção de forma e organização em relação as já existente no país⁵⁰¹. Esses aspectos consistiam em construir uma “nova cidade que venha a ser um modelo de práticas sociais radicalmente diferentes”⁵⁰².

Nesse sentido, JK idealizava que a criação de Brasília representasse o desenvolvimento econômico brasileiro que se expandia para interior do país e, além de dinamizar a economia do centro-oeste que integraria toda a nação, a construção de um novo centro político administrativo estimularia “uma nova mentalidade”, “espírito de realização” e levaria a um “grande salto rumo ao crescimento auto-sustentado”⁵⁰³. Portanto, materializaria “uma cidade-modelo, uma imagem construída, não a partir das condições brasileiras

⁵⁰⁰ Idem.p.6.

⁵⁰¹ HOLSTON, James. *Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.p.

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ Idem.p.90-91.

existentes, mas do futuro do país”⁵⁰⁴. Assim sendo, essas imagens sobre a nova capital federal, talvez tivessem inspirado a elite política e econômica castanhalense a forjar que a “Cidade Modelo” poderia ser uma referência, como já destacamos, para outras cidades da região nordeste paraense e adjacentes. Por isso, a imprensa castanhalense não deixava de informar os empreendimentos da prefeitura:

“1979: Ano do Município Modelo

Prefeitura começa a asfaltar pontos da cidade. Esperamos que o inverno não chegue logo para não interromper este ritmo de trabalho que o prefeito Almir começou a imprimir em sua administração. Providências, também, já estão sendo tomadas no sentido da recuperação das ruas e o devido fechamento de suas crateras, como era o caso de parte da Senador Lemos. E como a meta programada por Almir é a urbanização a cidade fazemos votos que ele já possua infraestrutura necessária para aguentar os próximos dois anos que lhe faltam de mandato, por sinal bastante tempo para se asfaltar todo centro da Cidade Modelo. A 1ª de Maio também e outra rua asfaltada no perímetro compreendido até a Comandante Assis. Estas obras de pavimentação vêm concretizar um verdadeiro sonho da população em ver o centro de sua cidade transformada (...)”⁵⁰⁵.

Rua Senador Lemos e 1ª de Maio são vias localizadas no centro de Castanhal, porque essa “urbanização”, como trata o texto, se destinava ao asfaltamento de “todo centro da cidade”. Na Gazeta do Interior também encontramos essa “urbanização”:

“AVENIDA CENTRAL ESTÁ PARA RECEBER ASFALTO

Homens da prefeitura já estão trabalhando ativamente na pavimentação da Av. Barão do Rio Branco que, conforme intenção do prefeito Almir Lima, será concretizada desde a trav. 1º de maio até a Rodovia Transcastanhal a altura do Centro Social Urbano. Vários milhões serão gastos pois a pavimentação vai ser toda em ‘sand-asfalt’ (farofa aplicada grossa camada) para que seja uma obra definitiva e que o castanhalense possa usufruir por muitos anos. A pavimentação desta grande parte da Barão do Rio Branco faz parte de um programa, o prefeito vem desenvolvimento em toda a cidade, primeiro com a pavimentação, também em ‘sand-asfalt’ das ruas Quintino Bocaiúva”⁵⁰⁶.

O prolongamento da Avenida Barão do Rio Branco, como já foi comentado anteriormente, contribuiu para a expansão urbana da cidade porque se estendeu, principalmente na década de 1970, muito além do centro. Na fotografia abaixo mostra a expansão da avenida:

⁵⁰⁴ Idem.p.92.

⁵⁰⁵ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena, dezembro de 1978.Capa.

⁵⁰⁶ Gazeta do Interior, 17/12/1979.p.12.



Foto 7 - Prolongamento e preparação para pavimentação da Avenida Barão do Rio Branco.

(Gazeta do Interior, Nº10, 17/11/1978,p.12.)

A foto acima talvez buscasse passar, para seus leitores, a ideia de movimento, de “evolução da cidade”, do avanço das obras públicas para outras áreas urbanas de Castanhal. Contudo, as principais reformas urbanísticas se limitam ao centro da cidade. Como percebemos o trecho jornalístico acima informa que - além da avenida principal - a Rua Quintino Bocaiúva (centro) estava recebendo asfalto.

Paralelamente a essas notícias das obras públicas, constantemente encontramos a exibição do centro da cidade, destaque maior para a Avenida Barão do Rio Branco com seus edifícios em construção ou erguido, com provável intenção dos jornais para exibir aos leitores a expansão e as mudanças da paisagem citadina de Castanhal⁵⁰⁷. E o anúncio publicitário da prefeitura não deixou de exibir o centro de Castanhal⁵⁰⁸. A empresa de ônibus Expresso Modelo, fundada em Castanhal, se utiliza do discurso de “progresso” na sua propaganda:

“Expresso Modelo
Participando do progresso
Castanhalense traz
Em seu bojo o pioneirismo
Impulsionados do progresso desta terra. Ansiando pelo
progresso cada vez mais
acelerado de Castanhal
o diretor da Empresa de Ônibus Modelo

⁵⁰⁷ As notícias e as exibições do centro da cidade encontraram nos seguintes jornais: Jornal de Castanhal, 23/12/1978 e 27 a 28/01/1979; Gazeta do Interior, 26 e 27/05/1979.

⁵⁰⁸ Gazeta do Interior, primeira quinzena de 1979.p.7.

se une a todos na Alegria dos festejos dos
48 anos de emancipação política.

Expresso Modelo
28 anos participando
Do Progresso de Castanhal”⁵⁰⁹

Esta propaganda divulgada na ocasião da comemoração do aniversário de Castanhal fica notória assimilação do discurso do “progresso” pelos empresários particulares. Ou talvez a elite castanhalense estivesse em parceria com administração municipal na divulgação dessa ideia.

Diante dessas reformas urbanas do centro da cidade, o Jornal de Castanhal exibe fotografias de Castanhal do tempo da estrada de ferro com seu primeiro conjunto arquitetônico e, ao lado dessas imagens, são mostradas retratos da Castanhal dos anos de 1970. Vejamos uma dessas fotografias:



Foto 8 - A Estação de Trem e o Terminal Rodoviário de Castanhal.

A antiga Estação de Trem de Castanhal (à esquerda) e o Terminal Rodoviário de Castanhal (à direita).
(Jornal de Castanhal, 27 e 28/12/1979.p.6.)

A possível intenção do jornal, com a imagem acima – da Estação de Trem de Castanhal (à esquerda) e do Terminal Rodoviário de Castanhal (à direita) –consistem demonstrar o quanto a cidade se “desenvolveu”, se “modernizou” e “evoluiu”. Por isso, supomos que o periódico convida os seus leitores para observarem a cidade do ontem: do transporte ferroviário a vapor e da pequena cidade; e a cidade do hoje – nesse caso seria a do final da década de 1970 –atendida pelo transporte rodoviário, a maior integração com o resto

⁵⁰⁹ Gazeta do Interior, 28/01/1980.p.7

do país e o “progresso”. Em outra página dessa mesma edição, o periódico expõe outras iniciativas que seriam a representação do “desenvolvimento” e do “progresso”: novamente o centro da cidade, uma área industrial e o balneário campestre Camping Ibirapuera⁵¹⁰.

Todo esse discurso se refletiu para a criação do Hino Municipal de Castanhal. A escolha do hino foi através de um concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Castanhal, sob a administração de José Espinheiro de Oliveira (governo de 1973 a 1977). A letra vencedora foi da autoria da professora Arlinda de Oliveira Marques:

I
Castanhal terra boa e hospitaleira
Em progresso ninguém pode te igualar
Legou-te nome frondosa castanheira
Por isso cresces, cresces sem parar

ESTRIBILHO
Município Modelo
Do Estado do Pará
Cidade Altaneira
Nós queremos te saudar

II
Coração do Torrão a que pertences
Integração do norte do país
Deposita confiança em um povo
Que ao conhecer-te venturas prediz

III
Nos teus filhos irmanados em amor
Aos que imigram ai teu solo amigo
Te exaltamos com todo o ardor
E nos acolhemos ao teu doce abrigo”⁵¹¹

O hino concebe o discurso hegemônico sobre as transformações que Castanhal estava vivendo: as obras e a expansão urbana acompanhadas de um discurso de “desenvolvimento” e “progresso”. Expressa o hino um sentimento que a cidade é o símbolo da “integração do norte” ao restante do Brasil.

No início de 1980, tendo como base as narrativas de Teresinha de Jesus da Costa Melo, ocorreu um concurso de poesias, também organizadas pela prefeitura, destinadas para comemoração do cinquentenário de Castanhal. A nossa entrevistada participou desse evento e nos recitou a poesia que escreveu:

Oh, terra dos meus encantos
Cidadezinha querida

⁵¹⁰ Jornal de Castanhal, 27 e 28/12/1979.p.10.

⁵¹¹ Esse hino foi revisado em 1977 e essa revisão se limitava a correção gramatical e musical. Jornal de Castanhal, 27 e 28/01/1979.p.4.

A te dedico meus prantos
E os sonhos de minha vida
Frondosa altina altaneira
Cativa teus visitantes
Que nas saudosas mangueiras
Descansaram imigrantes

Como filho recebestes
Os cansados viajantes
Em teus seios acolhestes
Os humildes visitantes
Jamais negastes pousada
Aqueles aqui chegaram
Com carinho recebestes
Todos aqueles que te procuraram
Quando nasci já tinha quatro
Anos de idade

De rica e bela vila
Tinha passado a cidade
oh, terra de minha infância
Tenho orgulho em te querer

Nessa vida fui crescendo
Te vendo também crescer
Mas a saudade são muitas
Nos tempos já passou
No coreto lá na praça
Onde uma banda tocou
Do sino da matriz
As seis horas repingava

Do apito do velho trem
Quando na estação chegava
Oh, tudo isso saudade
Do tempo que já passou

Chegou então o progresso
E a cidade transformou
Altos prédios
Belas praças
Ônibus de todos os lados
Parando no terminal
Gente de todo Brasil
Para a nossa capital
Tem que passar aqui
E Conhecer Castanhal”⁵¹².

Observando esse poema, que ficou em segundo lugar, percebemos a construção da metáfora da vida de sua autora com a história de Castanhal. O poema se desenvolve deste o processo de colonização dos primeiros nordestinos que fundaram a Vila Castanhal, passando por aspecto cotidiano que tinha como base a chegada e a partida do trem e se finaliza com as transformações urbanas ocasionada com abertura da rodovia, a edificação dos prédios e do

⁵¹² Teresinha de Jesus da Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2012 em sua residência.

aumento de fluxos de veículos motorizados nas ruas de Castanhal. Ao falar dessas mudanças que cidade passou, João Marinho de Barros repassa um pouco dessa experiência:

“Foram comprando, comprando, foram fazendo casa de comércio. Antes não tinha rua...eram caminhos...os postes no meio da rua (...). Os trens se acabam, 1964. Botaram ônibus...foram tempo que rascaram estrada pra Belém. Aqui, acolá, tiravam o trilho, passava o trator e ia fazendo a estrada...sem asfalto e sem nada...até que 1970, ainda tinha pouco carro...aqueles carros antigos...começou aparecer fusca, motor 1200, agente chamava ‘casco de burro’, ‘casquinha de burro’, alemão, fusca alemão, 1200 (...)”⁵¹³.

Sendo um pouco semelhante a poesia de Teresinha de Jesus, João Marinho foi também buscar referência da cidade do tempo do trem, passando por sua desativação, aberturas de outras vias e surgimento de outros veículos. Mas o que nos chama atenção é a forma que contribui para as mudanças na cidade, porque ele ressalta que “Foram comprando, comprando, foram fazendo casas de comércio”. Seria talvez a presença de agentes financeiros que estavam comprando imóveis e instalavam outras atividades comerciais? Em 1979, uma filial do banco Bradesco se instalou em Castanhal:

“Recentemente inaugurada a agência do Bradesco em Castanhal. Representa mais um passo no desenvolvimento da economia do município e novas opções de crédito. O povo de Castanhal está de parabéns.”⁵¹⁴

A chegada do Bradesco nos trouxe essa confirmação da presença do capital financeiro que contribuiu, não somente para reforçar a concepção de avanço, mas também na alteração da paisagem urbana. Alguns anos depois essa agência bancária adquiriu e demoliu o antigo Mercado Municipal, que se localizava no centro da cidade, próximo da praça principal e de frente para prefeitura.

No depoimento de Açuélio Porpino encontramos comentário sobre a chegada do Bradesco em Castanhal. Ele questionou como o banco conseguiu adquirir um patrimônio público e o destruiu:

“(...) o Bradesco, onde era o Mercado (...). Aí, na época, na década de 70, não vi a demolição do mercado, porque o Bradesco comprou aquela área, não sei como

⁵¹³ João Marinho de Barro, 79 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2011, em sua residência.

⁵¹⁴ Gazeta do Interior, nº2, dezembro de 1979.p.6.

conseguiu porque ali pertencia a prefeitura, era público, não sei como conseguiu (...)”⁵¹⁵.

A professora Arlinda Ferreira expressa indignação com a demolição do Mercado Municipal:

“Outro ponto que destruíram foi o Mercado Municipal, mercado antigo...e vem a ganância do dinheiro. Bradesco compra (...). A cidade vai crescendo (...). Qualquer coisa ela, ela evolui. Mas que ficasse aquele prédio como parte da história”⁵¹⁶.

Na sua narração a professora reconhece que a cidade “evoluiu”, mas acreditava que a prefeitura deveria ter conservado o Mercado Municipal. Outro colaborador, José Lopes Guimarães expressa uma opinião que se aproxima da professora Arlinda Ferreira:

“(...) Perdemos o Mercado Municipal também...que foi demolido...já na década de 70 (...). O município foi fundado em 28 de janeiro de 1932. Um ano depois...foi demolido também. Por questão de quê? De um...nem digo de descaso...na época...nem pensava em preservar...certamente a memória...acha o prefeito que tinha que fazer a parte dele...pra dar progresso pro município...quando não era assim, né”⁵¹⁷.

Em nome do “progresso” o prefeito Almir Lima, no segundo mandato, demoliu o Mercado Municipal, e isso deveria ter sido evitado, como expressa a angústia de José Lopes Guimarães. Nossa entrevistada Damiana Barros traz também relatos sobre a alteração do espaço urbano:

“O que ainda peguei aqui em Castanhal...foi ali...onde é o Costa e Silva [prédio erguido no centro da cidade, próximo da área onde se localizava a Estação de Trem de Castanhal]...era uma usina...bem grande, né. De arroz (...). Quando ia pra missa na Matriz, todo domingo...aí agente passava ali pela usina. Outra coisa que tinha muito medo...que uma pessoa tinha se matado na usina...oh, coisa linda era a usina...destruíram, né. Agente tinha que passar pela usina...destruíram para construir Costa e Silva...isso aí ainda peguei...e também tinha os blocos que chamavam, né, aquele lado de lojas que tem hoje de frente pra Esplanada...o que era pessoal que moravam ali. Peguei ainda a estrutura da estação...a estação coberta não tenho lembrança...tenho lembrança, tinham aquelas duas calçadas altas. Peguei ainda aquele final. Quando agente vinha da missa passava por ali também...acho que estava descoberta...ficou o chão, a calçada, o concreto, parece que em cima já era destelhado...eu lembro que agente passava por cima desses negócios...até porque de depois que construíram o Costa e Silva [prédio com sete andares]...tudo ali ficou pra trás, né.”

⁵¹⁵ Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2012, em sua residência.

⁵¹⁶ Arlinda Ferreira Marques, 72 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 5 de outubro de 2012, em sua residência.

⁵¹⁷ José Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 9 de agosto de 2012, em sua residência.

Damiana Barros, durante a sua adolescência, final dos anos de 1970 e o início de 1980 se deslocava pelas construções em obras e pelos escombros da antiga estação de trem quando ia missa. Nesse sentido, a nossa entrevistada foi uma das castanhalenses que testemunhou de perto a montagem de um novo cenário urbano da cidade e para ela esses acontecimentos foram considerados um novo começo, porque tudo aquilo que pertencia há outro tempo “tudo ali ficou pra trás”. Arquimimo de Oliveira Cardoso descreve a mutação desse ambiente citadino:

“Foi um período de grandes transformações no município, os dois prédios residências de oito andares Costa e Silva foram inaugurado em agosto de 1976, o novo prédio da Telepará foi inaugurado em 1978, reurbanização da transapeú, Marechal Deodoro, inauguração da AABB, em 1976; e o Camping Ibirapuera em 1977”⁵¹⁸.

Portanto, observamos que a reforma urbana – infraestrutura, estética urbanística e concentração de serviços básicos e de edificação de prédios – de Castanhal se limitou ao centro da cidade. Tais realizações fizeram com que o poder público municipal e a imprensa local forjassem um discurso que Castanhal passava por um momento de “evolução”, “desenvolvimento” e de “progresso”. Diante de tudo isso, toda essa metamorfose e expansão da cidade causou certa angústia para alguns dos nossos entrevistados. Isso é percebido no fragmento do relato de Damiana Barros:

Muita gente ficou com pedaço dos trilhos. Por exemplo, o apito do trem, né, da Maria Fumaça, foi doado para C.T.C [Companhia têxtil de Castanhal].... então fomos criados ouvindo o apito da C.T.C. Quando foi recentemente, uns dois anos, extinguiram. A C.T.C. não apita mais, não sei o que aconteceu...os vizinhos...não sei que foi...só sei que ela não apita mais (...). Apitava 6:30, 10:30, 11:30...04:30 da tarde...era um relógio da cidade...aquele apito era o apito da Maria Fumaça....a Maria Fumaça apitava daquele jeito...tu imagina aquele pessoal antigo...tiveram o prazer de ouvir o apito da Maria Fumaça”⁵¹⁹.

Por fim, todo esse “desenvolvimento” e “progresso” fez desmoronar obras arquitetônicas que carregavam a marca de uma época e/ou uma identidade, tal fato levou alguns moradores da cidade recolherem dos escombros algo para guardar como lembrança.

2.2. O “modelo” das contradições urbanas

⁵¹⁸ Arquimimo Oliveira de Cardoso, 45 anos, Auxiliar de Biblioteca. Entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2012, em sua residência.

⁵¹⁹ Damiana Barros do Nascimento, 47 anos, Funcionária Pública. Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2013, em sua residência.

Por volta de 1960 até o final de 1970, Castanhal passou por um processo de expansão e reforma urbana, diante disso, tanto o poder público municipal quanto a imprensa local costuraram uma ideologia de que a cidade vivia um momento excepcional na sua história: passava por período de “desenvolvimento” e de “progresso”, levando a reafirmação de que Castanhal era sim, uma “Cidade Modelo”.

No entanto esse desenvolvimento do espaço urbano se limitou ao centro da cidade. Deste modo, é interessante saber que a imprensa não deixou de apresentar os problemas da área citadina que afligiam aquele contexto de transformação espacial⁵²⁰. Inclusive o próprio jornal Novo Horizonte— o que mais exaltava as obras urbanísticas- publica uma matéria que trata de alguns problemas urbanos. Tendo como título “Crescimento Urbano: um desafio”, ressaltava que as cidades brasileiras:

“Estão ingressando num intenso processo de urbanização, em que importantes contingentes humanos, liberados pela atividade agropecuária em franca mecanização e a estagnação econômica e algumas áreas rurais , vêm onerando as precárias condições dos equipamentos citadinos”⁵²¹.

Nesse sentido, o texto argumenta que “as cidades periféricas às grandes metrópoles” necessitam de um esforço, com a escassez de recursos, para edificar uma infraestrutura para atender seus habitantes. Nisso, o responsável pelo texto, insere Castanhal:

“Especificamente em Castanhal, o centro mais dinâmico da região nordeste do Estado, o problema urbano agrava-se de forma contínua em virtude do incremento da população da ordem 3.000 a 4.000 por ano. Esse aumento populacional não tem encontrado uma resposta à altura na oferta de uma infra-estrutura econômica e social, que por sua vez encontra dificuldades para sua expansão e melhoria”⁵²².

Ou seja, o trecho comenta que o crescimento demográfico levava a cidade a passar pelos problemas urbanos, uma vez que a administração pública municipal possuía limitado recurso financeiro que impedia a realização de serviços urbanísticos que atendessem a todos. Diante disso,

“Sujeita a tais condicionantes, não há outra alternativa para o poder executivo local, a não ser a de escalonar as soluções, conforme um critério de prioridades,

⁵²⁰ Os problemas sociais aqui analisados estão centrados principalmente na segunda metade da década de 1970 e o início de 1980, pois as informações mais relevantes sobre essa questão foram encontradas nos periódicos publicados e de circulação em Castanhal.

⁵²¹ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 28/01/1978.p.14-15.

⁵²² Idem.

implantado, de acordo com os recursos orçamentários, em primeiro lugar a opção considerada de importância maior no equacionamento global”⁵²³.

O autor buscou justificar as prioridades decididas pela prefeitura municipal, diante do crescimento da demanda urbana, evidenciando ainda mais que as reformas se limitaram ao centro da cidade. Logo adiante diz que “um dos fatores que mais contribuem para o espantoso crescimento urbano de Castanhal é o êxodo rural”.

Contudo, para melhor compreender esse fenômeno, o articulista argumenta a necessidade de entender o processo histórico da ocupação da Região Bragantina até abertura da rodovia Belém-Brasília. Assim, Castanhal passou a desempenhar novas funções como prestadora de serviços e de comércio que influencia cidades próximas. E segue nesse raciocínio:

“A medida que Castanhal amplia as condição de centro de operação da região, atrai grandes contingentes de população que chegam continuamente em busca de uma gama de perspectiva ilusória da cidade urbanizada, forçando atrito com sua estrutura econômica de produção, em formação, originando cada vez mais limitações a cidade para absorver de forma equilibrada essa procura.

A partir daí, os problemas infraestruturais da cidade passaram a ser evidentes, somadas as carências de recursos técnicos e financeiros do Poder Público para tratá-los de forma a anular seus efeitos negativos.

A sua antiga estrutura urbana tradicional aos poucos foi se consolidando e adensando, fazendo surgir em sua periferia um processo de crescimento desordenado e desequilíbrio forjando o surgimento de áreas com características de favelas e os consequentes problemas sociais”⁵²⁴.

O responsável pelo texto busca sempre reforçar que os problemas sociais e urbanos de Castanhal foram provocados pela nova função econômica que a cidade obteve no contexto econômico nacional. Deste modo, foram surgindo “áreas com características de favelas”. Além do desordenamento urbano, acompanhado com as péssimas condições de moradia, o autor destaca a deficiência de serviços básicos:

“Na realidade os problemas de infraestrutura física, são os de maiores efeitos em toda estrutura e os de mais altos custos de implantação. É evidente o atual sistema de abastecimento de água, já obsoleto, atendendo um pouco mais de 4.000 unidades imobiliárias, para quase 10.000 unidades atuais, a inexistência de esgotos sanitário e muito menos sistema de tratamento ou mesmo para o escoamento de águas pluviais; a canalização do Igarapé-Castanhal; sonho de toda administração, que por si só já representa uma grande via natural para o sistema local de escoamento, ainda sem

⁵²³ Idem.

⁵²⁴ Idem.

nenhuma solução; a malha viária já densa mas com a inexistência de equipamentos básicos; afora os problemas comuns de energia e telecomunicações”⁵²⁵.

É importante destacar que o responsável pela produção da matéria não apresentou nenhuma fonte de dado de onde ele teria extraído as informações socioeconômicas ou dados estatísticos que apresenta nos gráficos sobre o crescimento médio populacional e dos beneficiados ou não com abastecimento de água. Mas se esses argumentos estiverem corretos, o autor apresenta uma contra-argumentação sobre a ideia de “desenvolvimento” e “progresso” que Castanhal vivia naqueles anos de 1970. Mas mesmo com essa matéria, o jornal Novo Horizonte seguia sua linha editorial que exaltava o crescimento da cidade. O texto destaca também o esforço do poder executivo municipal diante dos problemas:

“A partir dessa, o governo municipal apoiado em uma nova filosofia de trabalho, consubstanciado em todas as decisões sob o ponto de vista global (...). Buscou a colaboração do governo do Estado (...), para a formulação do planejamento do seu desenvolvimento urbano”⁵²⁶.

O autor ainda nos apresenta consequência ambiental surgido com a expansão e a reforma urbana:

“A pouca arborização das ruas e a pavimentação acentuaram o calor. Nas épocas mais quentes do ano, a cidade sofre”⁵²⁷.

E nos repassa uma informação relevante:

“O bairro do Milagre, juntamente com a da Saudade, concentram quase 40 por cento da população da cidade, absorvendo a população de mais baixa renda e carência de equipamento, em contraste com a área central, que tem bom nível em serviços urbanos- pavimentação, iluminação pública e intensa atividade comercial”⁵²⁸.

Aqui esse fragmento reforça a contradição do discurso que Castanhal passava por um processo de “desenvolvimento” e de “progresso”, em quanto existiam bairros que não estavam usufruindo esses avanços, como os bairros do Milagre e da Saudade.

Quase dois anos depois da publicação dessa matéria, a Gazeta do Interior publicou semelhante análise sobre os problemas urbanos de Castanhal, tendo como autor foi o economista castanhalense Lenilson Sá de Holanda⁵²⁹; a matéria, intitulada “Posição Urbana

⁵²⁵ Idem.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Idem.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ O economista foi o provável autor do texto analisado anteriormente.

de Castanhal”⁵³⁰, inicia com a mesma linha de pensamento do texto anterior. Entretanto, de acordo com Sá de Holanda, como Castanhal é “porteira de Belém”, acabou também adquirindo os mesmos problemas sociais e urbana da capital. E aponta as dificuldades:

“Acentuam os problemas habitacionais, marginalização, deterioração do espaço físico, deficiência nos sistemas de abastecimento de água, no fornecimento energético, perda do controle do crescimento urbano pela administração municipal, conflitos sociais, etc. Tudo em decorrência capaz de dirigir e orientar essa migração em nossa direção”⁵³¹.

O autor aponta que a migração é a principal causadora das dificuldades da cidade. Sendo assim, o economista assinala a urgência dos Governos Estadual e Federal de apresentar solução para essas dificuldades e assim garantir que Castanhal continue um lugar bom de viver:

“(…) Há necessidade de os Governos Federal e Estadual dotarem os órgãos atuantes na área de condições financeiras para amenizar e preparar o Município para as futuras avalanches humanas que possivelmente virão caso contrário Castanhal perderá sua condição, ainda de cidade com qualidade de vida considerada boa”⁵³².

Diante das dificuldades sociais e de infraestrutura e do crescimento demográfico, Lenilson Sá de Holanda previu que Castanhal atrairia ainda mais imigrantes. Com tal preocupação, autor sugere um planejamento que envolvesse os órgãos federais e estaduais para “preparar o Município”.

Mesmo trazendo para debate os problemas sociais e urbanos de Castanhal, ambos os textos não deixam de manter um discurso ufanista sobre a cidade. Como na afirmação que Castanhal possuía um “centro mais dinâmico da região nordeste” do Pará, sem apresentar um dado oficial sobre essa classificação; e ainda defender que a cidade mantinha uma “qualidade de vida considerada boa”. Mas “boa” para quem? Diante dos problemas básicos colocados acima, há possibilidade de muitos castanhalenses estarem vivendo em péssimas condições de vida.

E como o primeiro texto ressaltou, os bairros do Milagre e da Saudade não possuíam serviços básicos e neles se encontrava a maior parte da população pobre. Logo, sem infraestrutura adequada, avaliamos que esses moradores não possuíam uma qualidade vida considerada “boa”.

⁵³⁰ Gazeta do Interior, 08/12/1978.p.3.

⁵³¹ Idem.

⁵³² Idem.

Como já colocamos na introdução, o nosso estudo focaliza também os problemas sociais e de infraestrutura do bairro do Milagre. O depoimento de Damiana Barros nos fala um pouco desse bairro:

“Eu já nasci aqui [Milagre]...nessa mesma rua, em 1965 (...). Aí, nessa mesma rua ela não tinha continuidade...ela parava porque ali ela era um roçado bem grande...a minha mãe vendia tacacá, agente ia comprar mandioca no terreno do seu Esmélio (...). Essa rua aqui...era uma rua que tinha família negras...tem o Pitimandeu[a] [comunidade remanescente quilombola próxima da zona urbana de Castanhal] aqui próximo...então aqui tinha muitas famílias negras. Inclusive tudo indica que o bairro do Milagre recebeu a maioria das pessoas negras, por conta da proximidade com Pitimandeu[a]...bem aqui”⁵³³.

A memória de Damiana Barros trás evidência que o bairro do Milagre abrigava um número significativo de afrodescendentes, os quais vindos, possivelmente, de uma comunidade próxima de Castanhal, Pitimandeu[a]. José Lopes Guimarães relata que “Ilanetama e o Milagre são os bairros mais antigos de Castanhal”⁵³⁴.

O Milagre é um lugar que evidencia que nem todo espaço castanhalense foi alcançado pela “evolução” urbana.

“No Milagre os moradores estão profundamente revoltados, com estado de completo abandono das ruas e alamedas. Várias vezes o conhecido Pioca esteve em nossa redação em nome de moradores do Bairro do Milagre solicitando que nossa fosse documentar o estado de calamidade em que se encontravam várias ruas daqueles setor, pois continuam sendo inúteis seus apelos ao Chefe do executivo. Como não encontraram apoio, e nem podemos documentar fotograficamente as enchentes pois o nosso fotógrafo se encontrava realizando outra tarefa fora da cidade, decidiram agir por conta própria tampando todos os buracos usando pás, enxadas, picaretas. Estava planejado, pelos moradores do Bairro do Milagre, realizarem uma passeata onde manifestariam seus desagrado ao Prefeito. Foi quando o Palácio Municipal soube da trama e pediu que tivessem calma e dessem um prazo para a Secretaria de Obras resolver o problema ao que os moradores aquiesceram continuando na expectativa de antes”⁵³⁵.

Nesse trecho percebemos que a notícia, supostamente, é direcionada para atingir o prefeito, uma vez que ao referi-lo destacou com a inicial maiúscula. O texto trás relevância da situação dos moradores do bairro: a falta de infraestrutura. A imagem que segue nos mostra o exemplo da situação das ruas do bairro:

⁵³⁴ José Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2012, em sua residência.

⁵³⁵ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de setembro de 1978.p.4-5.



Foto 9 - Uma das ruas do Bairro do Milagre.

(Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de setembro de 1978.p.5.)

Mesmo apresentando as péssimas condições das ruas do bairro do Milagre, como a imagem exposta acima, o Jornal de Castanhal não associa que essa realidade configura uma contradição diante do discurso de “desenvolvimento” da cidade⁵³⁶. Não obstante, o periódico nos informa um fato de suma importância: os moradores, inconformados com as péssimas condições das vias, resolveram agir por iniciativa própria: tamparam os buracos e ainda promoveram uma manifestação que logo foi controlada pelos agentes da prefeitura, os quais prometeram a solução do problema.

Outra relevância desse acontecimento consiste na presença de ações coletivas como mutirão para melhorar as ruas e realização de uma passeata pacífica. Evidenciando insatisfação popular na “Cidade Modelo”. Tal fato poderá também está associado à propagação dos movimentos de bairros que se proliferavam em todo país no contexto da redemocratização do Brasil, a partir da segunda metade da década de 1970 e o início de 1980.

Diante disso, o processo de abertura política, com base nos estudos de José Murilo de Carvalho, começou sob a administração do General Ernesto Geisel (1974-1978) que reduziu “as restrições à propaganda eleitoral, e deu um grande passo em 1978, com a revogação do AI-5, o fim da censura prévia e a volta dos primeiros exilados”⁵³⁷.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ªed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.p.173.

Uma das razões de abertura está relacionada ao “fato de o general pertencer ao grupo de oficiais ligados ao general Castelo Branco, primeiro presidente militar”⁵³⁸. Estes eram adeptos do liberalismo conservador, ou seja, não compartilhavam com a democracia, mas defendiam uma ditadura não permanente, uma vez que pretendiam entregar o poder central aos civis após expurgarem os populistas e comunistas⁵³⁹. É importante salientar que os castelistas, como eram conhecidos o grupo ligado ao Castelo Branco, foram derrotados “pelos setores mais autoritários, Linha Dura, que colocaram no poder o general Costa e Silva” e estes defendiam uma ditadura permanente e sem participação dos civis e o momento máximo desse segmento autoritário foi representado pelo governo do General Médici (1969-1974)⁵⁴⁰.

Outro fator que força a redemocratização consistiu no primeiro choque do petróleo⁵⁴¹, em 1973, que pressionou o governo militar a “promover a redemocratização enquanto ainda houvesse prosperidade econômica do que aguardar para fazê-lo em época de crise”⁵⁴². Outro motivo estava relacionado em afastar as forças armadas da vida política, porque, segundo os castelistas, as atividades públicas e privadas distanciaram os militares de suas “obrigações profissionais”⁵⁴³. E também buscavam desconstruir a estigma de que todos os militares eram torturadores, porque houve a organização de instrumentos de repressão instaurada “dentro das forças armadas um grupo quase independente que ameaçava a hierarquia”⁵⁴⁴.

Contudo, o Governo Geisel ainda manteve autoritarismo como a suspensão do “Congresso por 15 dias e decretou” alteração na legislação eleitoral. Tal atitude ocorreu porque o governo obteve derrota nas eleições legislativas, em 1974. Com isso, a oposição, o MDB, ampliou o número de representante no congresso⁵⁴⁵. Mesmo com essa decisão ditatorial, não houve paralisação do processo de abertura política⁵⁴⁶. Em 1979, o Congresso votou e aprovou a Lei da Anistia, já na administração do general presidente João Figueiredo (1979-1984). Conforme José Murilo de Carvalho:

⁵³⁸ Idem.

⁵³⁹ Idem.p.173-174.

⁵⁴⁰ Idem.

⁵⁴¹ “Aumento brusco no preço do produto, promovido pela OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A triplicação do preço atingiu o Brasil com muita força, pois 80% do consumo dependia do petróleo importado”. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ªed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.p.174.

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ Idem.

⁵⁴⁵ Idem.p.175.

⁵⁴⁶ Idem.

“A lei era polêmica na medida em que se estendia a anistia aos dois lados, isto é, aos acusados de crime contra a segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados”⁵⁴⁷.

No mesmo ano da aprovação da Lei da Anistia, decretou-se abolição do “bipartidarismo forçado”. Ou seja, surgiram novos partidos políticos, levando a extinção da ARENA e do MDB⁵⁴⁸. Desta forma, houve “a retomada e renovação de movimento de oposição” como “a inovação do movimento sindical” que se caracterizava por se destacar líderes vindos das fábricas e não “da estrutura burocratizada”, tendo líderes carismáticos, como Luís Inácio da Silva, Lula ⁵⁴⁹. E esse novo sindicato era constituído de “operários de setores novos”, como “o de bens de consumo durável e de bens de capital”, isto é, esses operários:

“Eram metalúrgicos de empresas automobilísticas multinacionais e de empresas nacionais de siderurgia nacionais de siderurgia e máquinas e equipamentos, concentrados nas cidades industriais ao redor de São Paulo. O movimento começou em 1978 e 1979, com grandes greves que se estenderam a outras partes do país”⁵⁵⁰.

Os setores progressistas da Igreja Católica, adeptos da Teologia da Libertação, organizaram instituições civis e religiosas se aproximaram das “populações marginalizadas das periferias urbanas”⁵⁵¹. Desta forma, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em 1975, e se “expandiram-se por todo o país, abrangendo as áreas rurais”⁵⁵². A entidade buscava conhecer as condições sociais dos mais excluídos e se esforçavam em conscientizá-los politicamente⁵⁵³.

Outra organização que também se destacou contra a Ditadura Militar foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), fundada em 1930. Diante do Golpe Militar, em 1964, os

⁵⁴⁷ Idem.p.176.

⁵⁴⁸ “A ARENA transformou-se no Partido Democrático Brasileiro (PDS), o MDB no Partido Democrático Brasileiro (PMDB), os antigos trabalhistas do PTB dividiram-se em dois partidos, PTB e Partido Democrático Trabalhista (PDT), este último sob a liderança de Leonel Brizola, recém-retornado do exílio. Os moradores do MDB reuniram-se em torno do Partido Popular (PP), que logo depois voltou a fundir-se com o PMDB. A grande novidade no campo partidário, no entanto, foi a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Todos os partidos brasileiros, antes e depois de 1964, com exceção do Partido Comunista, tinham sido criados por políticos profissionais ou por influência do poder executivo, haviam sido sempre dominados por membros da elite social e econômica. O PT surgiu de reunião ampla e aberta que participaram centenas de militantes. Sustentou-se em três grupos, principais, a ala progressista da Igreja Católica, os sindicalistas, e algumas figuras importantes da intelectualidade. Eram grupos heterogêneos que conviviam dentro do partido graça ao amplo espaço existente para discussão interna”. Ver: CARVALHO, José Murilo de.*op. Cit.*p.176-177.

⁵⁴⁹ Idem.p.180.

⁵⁵⁰ Idem.

⁵⁵¹ Idem.p.182-183.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Idem.

membros da OAB ficaram divididos entre os que apoiavam e repudiavam a instauração do Governo Autoritário ⁵⁵⁴. Com o processo de endurecimento do Regime Civil-Militar, OAB, em 1974, tornou-se “uma das trincheiras de defesa da legalidade constitucional e civil” ⁵⁵⁵.

Diante de todas essas mudanças que ocorreram no estado e na sociedade civil, como já ressaltamos, os moradores do Bairro do Milagre organizaram formas de reação perante o descaso que o poder público municipal tinha em relação ao bairro. Essa atitude fora comum no Brasil nesse período de abertura política, pois, de acordo com Maria Helena Moreira Alves, “os movimentos de bairros multiplicaram-se rapidamente” porque os generais presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, respectivamente, priorizaram suas atenções aos “grupos de oposição de elite [Por exemplo, AOB e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)]”, os quais pressionavam profundas reformas nas instituições políticas⁵⁵⁶.

Deste modo, favoreceu-se a proliferação de organizações populares desvinculados dos poderes público estadual e municipal e com distintas denominações: “Associações de moradores de bairros, sociedade ou associações de moradores de favelas ou simplesmente associações comunitárias” ⁵⁵⁷. Esse fenômeno social se verificou em vários estados brasileiros, inclusive no Pará ⁵⁵⁸. População, residente em bairros periféricos ou áreas, não distante do centro, mas de péssimas condições de moradia, é mobilizada pelas associações de moradores e favelados para “atividades de pressão política” ⁵⁵⁹. Nesse sentido:

“As associações de moradores e favelados privilegiam a mobilização da comunidade para a obtenção de melhorias no bairro. Elas consideram as estruturais governamentais responsáveis, em última análise, pelas condições materiais de seus bairros, e desse modo pressionam as autoridades locais e estatais para a solução de problemas encarados como de competência governamental: habitação, esgotos, água, escolas, coleta de lixo, eletricidade, pavimentação, creches e limpeza urbana. Com essa finalidade, as associações recorrem a técnica diversas: petições, reuniões, comício e assembléias, marchas dirigidas ao prédio da prefeitura, ocupação de sede administrativas e mesmo – em casos extremos – barricadas de rua, até que as reivindicações sejam atendidas. (...) As tarefas são frequentemente realizadas pelo trabalho coletivo da comunidade, em projeto conhecidos como mutirões”⁵⁶⁰.

⁵⁵⁴ Idem.p.185.

⁵⁵⁵ Idem.p.186.

⁵⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP. EDUSC, 2005.p.275.

⁵⁵⁷ ALVES, Marina Helena Moreira.op.Cit..p.274-275.

⁵⁵⁸ Idem.p.275-276.

⁵⁵⁹ Idem.277-278.

⁵⁶⁰ Idem.

Nesse trecho acima, pontos como “marchas dirigidas ao prédio da prefeitura” e “mutirões” foram atitudes, de acordo com Jornal de Castanhal destacado acima, dos moradores do Milagre; como expomos, os próprios populares taparam os buracos das ruas do bairro e ameaçaram uma manifestação contra o prefeito. No entanto, essa ação se caracterizou por organização que não foi direcionado por associação ou qualquer entidade popular; a falta de infraestrutura urbana fez esses sujeitos sociais se mobilizassem contra as condições que se encontrava o bairro. Em outra edição do Jornal de Castanhal, o periódico retoma os problemas urbanos dos moradores do “populoso Bairro do Milagre”:

“ ‘Autoridades competentes’ ainda não despertaram para o fato que já virou calamidade pública! Pois o mato, os buracos cheios d’água, os entulhos e as cobras já estão, de fato, prejudicando a população. Uma população que não tem para quem reclamar a não ser ao Sr. Prefeito”⁵⁶¹.

Como já comentamos, o jornal se utiliza das dificuldades dos moradores para criticar o poder público municipal, especialmente o prefeito Almir Lima. Vejamos outro fragmento:

“Os moradores do Milagre, soturno, observa: ‘agente tem que atravessar portas, que não acabam mais. As várias portas que separam o prefeito de nós. Desde a da entrada mesmo da Prefeitura. Esperamos uma hora, duas, três, até quando fecha a Prefeitura e o seu Almir não atende agente. Era diferente quando ele queria nosso voto (...): ‘é que ele só atende os barão’, (...). Pois o prefeito não deixa ser procurado para ser colocado a par do que ocorre, sobretudo, no Bairro do Milagre. ‘É um bairro pobre. Porque se fosse habitado por parentes do prefeito ou pelo doutores, vivia tudo limpin!’. É o povo falando e comentando entre si o quanto aquele bairro está precisando de um sério tratamento por parte da Secretaria de Obras”⁵⁶².

Aqui nos faz surgir uma inquietação: Será que realmente foi um morador que disse as frases destacada pelo autor da matéria? Ou será mais uma estratégia da imprensa de atingir o prefeito? Caso seja realmente um morador do Bairro do Milagre, estamos diante de mobilização de pessoas comuns que pressionam e cobram da administração municipal resolução das gravidades que passam os residentes do bairro.

Essa prática dos moradores, que moram nos bairros que sofrem pela escassez de infraestrutura urbana e de serviços básicos, de caminharem até ao prédio da administração municipal com a intenção de encontrar com prefeito e cobrá-lo alguma solução, se explica porque esses sujeitos sociais - de acordo com Teresa Pires do Rio Caldeira, a partir dos seus estudos etnográficos realizados na década de 1970, na localidade do Jardim das Carmélias que fica localizada no bairro São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo – construíram uma

⁵⁶¹ Jornal de Castanhal, Segunda Quinzena de setembro de 1978.p.9.

⁵⁶² Idem.

representação que o “governo”/“prefeitura” é “um lugar (...) locus a partir do qual se exerce o poder e se tomam as decisões que afetam o funcionamento da sociedade” e esse *lugar* “só pode ser ocupado por uma única pessoa”⁵⁶³.

Dessa forma, para alguns dos moradores do Bairro do Milagre que foram ao encontro do prefeito, este talvez carregassem essa representação sobre o “governo”. Então, se o bairro e os que residem sofrem com ausência de melhorias públicas, os populares entendem que há “uma distância entre o governo e quem está falando, os pobres, os trabalhadores”⁵⁶⁴. Isso é constatado num depoimento de morador do Milagre que se encontrava na prefeitura de Castanhal, onde, com base num fragmento do Jornal de Castanhal, dizia que “ ‘agente tem que atravessar portas, que não acabam mais. As várias portas que separam o prefeito de nós (...). Esperamos uma hora, duas, três, até quando a fechar a Prefeitura e o seu Almir não atende agente’ ”.

Por isso, esses sujeitos sociais tem a necessidade de pressionar o “governo” que fica distante, “lá em cima” e que deve “ver e olhar” para os pobres. Por tanto, o “governo” não é associado a um “cargo ou um aparato”, mas uma pessoa com seus sentimentos e vontades; sendo assim, essa pessoa poderia resolver as dificuldades que os moradores passam em seu bairro⁵⁶⁵.

É importante salientar que essas formas de mobilizações populares não possuem intenção de promover “conflitos políticos por respeito à ordem vigente”⁵⁶⁶, uma vez que as ações coletivas buscam melhorias de todos de uma comunidade:

“...uma ausência [serviços básicos] é definida como carência e como necessidade, e pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos interesses de uma coletividade”⁵⁶⁷.

A mesma notícia que informa sobre a crítica dos moradores ao poder público municipal, destaca também as doenças que proliferam no Bairro do Milagre:

⁵⁶³ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros. O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.p.208.

⁵⁶⁴ Idem.

⁵⁶⁵ Idem.p.210.

⁵⁶⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dostrabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1998.p.43-45.

⁵⁶⁷ SADER, Eder. *op.Cit*.p.43-45.

“(...) as crianças são as mais prejudicadas, pois nem sempre estão protegidas contra as pragas oriundas dos charcos e lagoas. Mas os adultos, também, estão expostos. Você não é capaz de se lembrar de pessoa, moradores do centro de Castanhal, que tenha contraído malária durante os últimos anos. Mas pode se lembrar de pessoas que do Milagre saíram, durante os últimos meses, vítimas de febre amarela ou malária. E, só para mencionar de passagem, as casas são constantemente invadidas por cobras e lagartixas. É ou não é um problema sério, este no Milagre?”⁵⁶⁸.

Vejamos que o autor faz comparação da condição do centro e do Milagre. Enquanto no primeiro não havia caso de malefícios causados por insetos, o Milagre era um berço de proliferação de enfermidades, principalmente das crianças. Exagero? Não sabemos dizer, mas há aqui vestígios do descaso com a população. E o texto se encerra reproduzindo versos de alguns moradores do bairro:

A Rua Miguel Florêncio
Faz pena o seu estado
Em dia de chuva grande
Já morreu gente afogado.

(....)

Pra falar de Antônio
Orácio.
Uma das ruas mais velhas
Talvez
Pra tapar os seus buracos
Tem que puxar piçarra
Um mês

Já a Martins Linhares
Tem capim que até faz dó
Pra comer o mato todo
Só os bois do Marajó”⁵⁶⁹.

O bairro do Milagre parece sofrer com problemas de moradia. Constatamos isso a partir da matéria que se segue:

“A Prefeitura fará despejo e demolirá barracos

A Prefeitura Municipal de Castanhal está providenciando uma ação de despejo movida contra aqueles que ilegalmente ocupam o terreno no qual já está sendo construído o Tiro de Guerra.

Muitos dos ocupantes daquela área já abandonaram suas barracas e outros inclusive obtiveram indenização, uma vez que a lei estavam por autorização legal e até mesmo pagaram à prefeitura, algumas taxas instituídas ainda no governo Espinheiro. Os restantes dos moradores e ocupantes daquelas áreas acham que a prefeitura deveriam ajudá-los também, pois o prefeito tem se recusado a prestar o amparo necessário e,

⁵⁶⁸ Jornal de Castanhal. Segunda Quinzena de setembro de 1978.p.9.

⁵⁶⁹ Jornal de Castanhal, 12/11/1978.p.8.

pelo que deduz, pretende deixá-los ao relento, uma vez que são pobres e não tem como se ‘arranjar’ de uma hora para outra. Os moradores falaram à reportagem sobre visitas feitas ao prefeito e feito este, como sempre, não se deixou sensibilizar pelos apelos daqueles seres humanos”⁵⁷⁰.

Entende-se que a remoção era movida pela urbanização de uma área no Bairro do Milagre que estava forçando a saída de moradores para edificar um núcleo do exército, o Tiro de Guerra. Os que estão regularizados receberam indenização, mas os “restantes dos moradores” não têm para onde ir. Sobre as moradias dos menos favorecidos, o jornal Novo Horizonte publica uma matéria que ressalta sobre as péssimas moradias existentes em Castanhal:

“Castanhal suas castanhetas e Baixadas

Os números populacionais dizem que também Castanhal é alvo dessas calamidades, cujas castanhetas (termo nosso, que equivale a favela), já vem maltratando a comunidade e exigindo dos poderes capazes, as medidas para um planejamento de longo alcance onde sejam infraestrutura das possibilidades de amenizar esse negrume horizonte. As construções desordenadas de castanhetas ou barracos como queiram chamar, principalmente no bairro da Saudade, por trás do COHAB, onde as castanhetas começam a criar formar. Proliferam também as barracas de vendas de alimentos, onde a falta de higiene, o mercado de aguardente, e outras atividades desregradas, fazem par a marginalização mais ostensiva, como é o caso do lenocínio ou a própria prostituição do ‘latu sensu’. Isto tudo principalmente uma das avenidas principais da cidade, exatamente a Av. Presidente Vargas com a Estrada do Inhangapi [município próximo a Castanhal] ou mesmo, próximo a Loja Maçônica, onde as taperas ou casebres pouco estético e mal construído, dão um cartão de visita nada realístico de nossa cidade”⁵⁷¹.

O surgimento de “castanhetas” (moradias de péssimas condições) vai de encontro com o processo de reforma que centro de Castanhal estava se beneficiando, pois essa moradias não condiziam com o cartão de visita nada realístico” da cidade. Mas o que seria esse “realístico”? Seria o embelezamento do centro contrastando com péssimas condições de moradia que se proliferam em Castanhal? O texto também carrega uma ideia preconceituosa de que as “castanhetas” incentivam o aparecimento de “atividades desregradas” como a marginalização e a prostituição. Dessa forma, o autor está mais preocupado com a estética e com a moralização da cidade.

Os Bairros do Milagre e da Saudade, de acordo com autor do texto, eram onde mais se edificava essa espécie de residência. Damiana Barros descreve um fato que nos auxilia a entender o processo de formação de casebres e/ou “castanhetas”, no Bairro do Milagre:

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 13/01/1978.p.8.

“Um colônia ventilada...gostava muito...pra li, tem um final de igarapé. Aqui essa rua, não é a toa que tem essa curva...ela é meio doida, que tá lá no canto não vê o final, quem tá aqui não vê o começo. Ela tem esse desencontro. (...). O quê que tinha aqui? Eram os grandes quintais...a própria paróquia aqui, uma paróquia de madeira...e onde aquela casa...pra lá...um becozinho do lado da paróquia...um beco lotado de casa? Isso tudo era quintal da paróquia, quando doaram pra igreja...isso tudinho...o povo invasor...talvez não sejam invasores porque eles compraram de outros. Mas quando ia minha catequese aqui...agente brincava em baixo de grande mangueiras e de jaqueiras do lado da igreja onde estão hoje essas casa (...). Agente brincava tudo em baixo de muita sombra, onde é hoje estão essas casa lá do lado...mas com passar do tempo...o padre...coração bom, não sei o quê...aí a igreja não cuidou em organizar, a morar...e o povo foi fazendo as casas...tipo assim...foi deixando...e a igreja perdeu uma grande parte e coloque boa parte nisso (...). Pessoal foram comprando as casas depois (...)”⁵⁷².

Nossa entrevistada descreve como seria um provável surgimento de barracas no bairro, pessoas desprovidas socialmente ocuparam uma mata que pertencia à paróquia do bairro onde ergueram casas e, alguns anos depois, venderam para outros. Quando Damiana Barros diz que “talvez não seja invasores”, está se referido aos moradores atuais. Nelcir Morais, também morador do Bairro do Milagre, nos narra ocupação de outra área do bairro:

“Vim pra cá em 79...foi aqui no Milagre (...). Trabalhei seis anos na C.T.C. Minha trajetória é essa rua aí, vara na BR, atravessa pra C.T.C (...), já era pavimentada. Trabalhava como fiandeiro (...). Trabalhei seis anos, de 79 a 85. Aqui era deserto...não tinha muita casa...capinzal...teve uma época que tentaram invadir aí...tentaram fazer casa...a aí veio o exército, derrubou tudinho as casas...entre 85, por aí...83 (...). Era na cidade mesmo (...). Era um bucado e casinhas...e veio o exército derrubou, as casas tudinhas ...Derrubaram e não insistiram mais...não vieram mais...e terminou e ficou do jeito que tá aí...o cara construiu esse galpão aí...só pra construir mesmo, não usufrui de nada do galpão”⁵⁷³.

Com base na narrativa de Nelcir Morais, talvez ocorressem inúmeras ocupações de terras em Castanhal. No caso relato acima, as famílias que ocuparam um determinado terreno no Milagre foram forçadas abandonarem as moradias devido a repressão do Exército. Ou seria da polícia militar? Ou a memória de Nelcir Morais está querendo lembrar que esse fato ocorreu no espaço onde construíram o Tiro de Guerra? Mas o nosso narrador comentou sobre um galpão que foi erguido no local onde aconteceu a ocupação. Talvez a segurança pública tivesse auxiliado na retirada dos moradores para garantir a especulação da terra.

A Gazeta do Interior nos traz informações do que poderia ter ocorrido em Castanhal, na década de 1970 e o início de 1980. Famílias sem terra estariam ocupando terrenos que, aparentemente, pareciam abandonados:

⁵⁷² Damiana Barros do Nascimento, 47 anos, Funcionária Pública. Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2012, em sua residência.

⁵⁷³ Nelcir Andrade de Morais, 63 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2012, em sua residência.

“Posseiros em pé de guerra em Castanhal

Mais um antigo e difícil caso, envolvendo posse ilegal de terras, está sendo travado em Castanhal entre a senhora Emília Santiago, viúva, 59 anos, residente em Belém, aproximadamente 80 famílias de posseiros que desde 1971 se apoderaram de uma vasta área de terra localizada às margens da estrada de São Francisco do Pará.

Emília Santiago, suposta proprietária do terreno que compreende um lote agrícola de 110 m de frente por 300m de fundos, vem movendo ação judicial contra os posseiros à época em que o seu advogado (José João) era vivo. Ocorre, porém, que após a sua morte, os papéis ficaram sem rumo, tendo contratado outro advogado (...)”⁵⁷⁴.

Os “posseiros, como são denominados pelo periódico, se encontram na área disputada desde 1971”. Qual a origem dessas 80 famílias? Seriam imigrantes ou são moradores desfavorecidos da cidade? A matéria ressalta que a suposta proprietária já havia recorrido ao Poder Judiciário para a desapropriação.

“O primeiro a se possar da terra foi o ancião Pedro José, de 75 anos de idade e residente na área há mais de 30 anos. O mesmo chegou no terreno e após alojar-se, passou a ‘negociar’ pequenos lotes de terra a outros posseiros, chegando uma das vezes a receber como pagamento um rádio e a quantia de 500 cruzeiros. Os compradores, no entanto, apenas recebiam documentos de propriedade forjado por ele e, a medida que o tempo foi passando, o número de posseiros foi aumentando, diminuindo, assim, as possibilidades de recuperação dos lotes por parte da verdadeira proprietária”⁵⁷⁵.

O texto considera Emília Santiago como a “verdadeira proprietária”. Durou, segundo o jornal, 30 anos o processo de ocupação do terreno que se iniciou com a instalação de Pedro José, 75 anos, até atingir as 80 famílias. De acordo com o periódico, a disputa tinha um caráter violento pois segundo Pedro José:

“...a proprietária aloja-se nos fundos do terreno, onde construiu uma residência as margens de um igarapé, e armada de um revólver que carrega constantemente desanda atirar nos posseiros. Ela por outro lado, desmente tal acusação, afirmando que certa vez realmente agiu assim mas pelo fato de ser desacatada sempre que se dirigia à sua residência, localizada nos fundos do Igarapé”⁵⁷⁶.

Em pleno “desenvolvimento” e “progresso” da zona urbana de Castanhal havia uma disputa de terra na cidade através de um provável conflito armado. O jornal comenta que houve uma tentativa de despejo, mas foi cancelada porque os “posseiros” estavam firmes em permanecer na terra. Diante da possibilidade de remoção, a imprensa descreveu as reações de determinados ocupantes:

⁵⁷⁴ Gazeta do Interior, 08 a 15/07/1980.12.

⁵⁷⁵ Idem.

⁵⁷⁶ Idem.

“Alguns chegam a demonstrar, em suas declarações, revolta e descontentamento, como é o caso de Ismael, tem 48 anos e sua família é composta de oito pessoas, que, segundo ele, ‘não podiam sair com uma trouxa na cabeça’ e dar o caso por encerrado, pois não tem para onde ir. Ele afirma que da li só sairá caso esteja indenizado pela terra que adquiriu”⁵⁷⁷.

Ou seja, na “Cidade Modelo” nem todas as famílias possuíam uma “qualidade de vida considerada boa”. Essa matéria se encerra responsabilizando Pedro Sodré pela situação:

“O fato que atualmente 80 famílias estão passando pela delicada e inconveniente situação provocada por Pedro Sodré, tornando o caso, aparentemente sem solução”⁵⁷⁸.

O Jornal do Interior retomou esse assunto sobre a disputa dos terrenos entre as 80 famílias e a possível dona, Emília Santiago. Na capa da edição, essa matéria é o destaque com os dizeres: “Posseiros Ameaçam Usar de Violência”⁵⁷⁹. E no título interno do jornal estava: “Posseiros preferem usar a força”⁵⁸⁰, com a intenção de caracterizar os ocupantes como violentos. Leiamos parte dessas notícias:

“O Pedro Sodré, de 75 anos, que se apossou de uma grande área de terra ali situada e depois loteou e vendeu, ameaça: ‘Sou velho mais ainda consigo segurar a coronha de uma carabina’. O oficial de justiça, com medo de ser linchado declara que só irá fazer cumprir o mandato judicial de despejo se houver garantias de vida, com homens armados, da polícia, lhe acompanhando”⁵⁸¹.

A imprensa enfatiza um clima de tensão e de atitude violenta dos ocupantes, destacando uma suposta ameaça dos “posseiros” contra um oficial de justiça. Não obstante, as famílias que ocupavam o terreno, acompanhados de um advogado, se encaminharam até a Prefeitura de Castanhal:

“POSSEIROS NA PREFEITURA

Uma comissão de dezenas de posseiros estiveram no Palácio Máximo Porpino da Silva tentando falar com prefeito Almir Lima. Cada um portava uma xerox de um abaixo assinado, com mais de cinquenta assinaturas, solicitando que o prefeito interferisse a fim de sustar a ação de despejo movido pela justiça. O autor do ato apelativo foi o advogado Laureno Melo, contrariando a memória de seu próprio irmão que, quando em vida, havia lutado sob escudo da Promotoria Pública contra os posseiros e a favor de D. Emília (proprietária). Os posseiros foram recebidos, na Prefeitura, pelo Secretário Antônio Jatene que, imediatamente, ligou para o Juiz

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ Idem.

⁵⁷⁹ Jornal do Interior, 26/08/1980.Capa.

⁵⁸⁰ Idem.p.7.

⁵⁸¹ Idem.

Carlos Gonçalves, conseguindo que este adiasse a ação do despejo até um posterior pronunciamento oficial do executivo”⁵⁸².

O fragmento acima nos deixa claro o apoio do jornal a D. Emília Santiago, pois ressalta que a atitude do advogado Laureno Melo contraria a “memória do irmão”, o qual havia atuado a favor da suposta proprietária. A ida dos ocupantes até a prefeitura, portando um baixo assinado e seguido do advogado, mostra-nos um grau de organização da comunidade. Assim, segundo o órgão de comunicação, conseguiram resultado positivo, porque o secretário da prefeitura obteve o adiamento da desocupação do terreno. No final da reportagem, o texto nos informa que o prefeito Almir Lima estuda uma forma de resolver o caso:

“O PREFEITO ESTÁ COM POSSEIROS

Em declaração exclusiva a este jornal o prefeito de Castanhal, sr. Almir Tavares Lima, disse que vai estudar um meio de ajudar os posseiros. Tratará de conseguir a formação de uma comissão mista, composta de funcionários da Prefeitura e do Fórum, para a avaliação do terreno que será indenizado a Dona Emília. Logo após Almir estará expedindo os títulos de aforamentos aos posseiros. Pelo menos foi o que disse a Reportagem”⁵⁸³

O problema de moradia não estava apenas relacionado às ameaças de abandonar determinados terrenos. Mas também dos menos favorecidos de estarem residindo em áreas de risco, como nas margens do Igarapé-Castanhal que transbordou devido um temporal ocorrido em março de 1980:

“ENCHENTE DESABRIGA MAIS DE 30 FAMÍLIAS

Quase 30 famílias ficaram desabrigadas, vítimas de enchente da última quinta-feira na Cidade de Castanhal. Após intenso temporal de duas (ou três) horas muitas casas foram cobertas de água sem que os moradores tivessem tempo de retirarem os pertences. Feridos por desabamentos ocasionais foram registrados nos dois hospitais. Várias pessoas, inclusive velhos e crianças foram salvas da morte por afogamento. Apenas uma canoa fazia o resgate das pessoas numa área que ficou inundada (praticamente) a três quarteirões”⁵⁸⁴.

A partir do trecho transcrito acima, evidencia-se que a expansão urbana de Castanhal foi acompanhada também de uma ocupação desordenada da área citadina e as reformas da cidade foram concentrada no centro. Assim, não foi alcançada a zona do Igarapé-Castanhal

⁵⁸² Idem.

⁵⁸³ Idem.

⁵⁸⁴ Jornal do Interior, 18/03/1980.7.

que é cortado pela Avenida Barão do Rio Branco e por outras vias. Com isso, a prefeitura recebeu críticas de alguns moradores atingidos pela enchente:

“Miguel Rayol Elleres (Paes de Carvalho 2213), Raimundo Nonato Neto (Paes de Carvalho 379), Raimundo Alves (Paes de Carvalho 189) aproveitaram a presença da reportagem para criticar duramente a falta de uma canalização do igarapé que subiu de nível, e assim provocou enchente. Eles lideraram um grupo de mais de trinta homens que estavam dispostos a rebentarem com o leito da Barão do Rio Branco, por sob a qual é canalizada a água do igarapé através de grossos tubos. Porém o comparecimento do prefeito no local amenizou os ânimos.

Várias vítimas desabrigadas foram acolhidas pela vizinhança. Porém muito deles preferiram se juntar na residência de Miguel Rayol onde a reportagem compareceu. Lá ficamos sabendo que um jovem de nome José Pereira da Rosa salvou heroicamente uma criança de seis meses que submergiu na enchente⁵⁸⁵”.

Mais uma vez constatamos uma ação coletiva formada pelos sujeitos que tomaram iniciativas para resolver uma dificuldade de imediato, sem esperar pelo poder público: como a determinação dos moradores em “rebentarem o leito” da Avenida Barão do Rio Branco banhado pelas águas do Igarapé-Castanhal para facilitar a passagem do excesso da água. Em seguida, o jornal comenta a razão desse fato:

“Nos fez ver que, devido a expansão urbana de Castanhal, a falta de terrenos centrais para os novos moradores, está fazendo com que muita gente construa casas nas baixadas que correm o risco, inclusive de sofrer uma enchente,

‘Existe um projeto no sentido de canalizar a água daquele igarapé arquivado no Ministério do Interior, desde 77’, disse Almir Lima. Podemos adiantar que este projeto estima em quase 50 milhões de cruzeiros as obras de canalização do Igarapé Castanhal⁵⁸⁶”.

O próprio jornal reconhece que os danos sofridos pelos moradores, ocasionados pela enchente, estavam relacionados a um problema social. Todavia, não somente as “casas nas baixadas” sofreram com as enchentes, porque situação semelhante ocorreu nas ruas centrais da cidade, evidenciando a falta de um planejamento urbano:

“Temporal provoca enchente em Castanhal

Por ocasião de um forte temporal que desabou sobre Castanhal várias residências, na Comandante Assis, trecho compreendido entre Floriano Peixoto e 1º de Maio, ficaram totalmente alagadas e a rua virou uma grande enxurrada. Fomos procurados por um morador do referido trecho, o motorista Raimundo Teixeira da Silva (Comandante Assis, 1783) que fez questão de nos levar até o local a fim de mostrar a sua casa totalmente alagada que por sinal, foi a mais prejudicada tendo, inclusive,

⁵⁸⁵ Idem.

⁵⁸⁶ Idem.

a água atingido os colchões da cama, motor da geladeira e enchido de água, totalmente, o sanitário. Segundo Raimundo, mais conhecido por ‘Raimundo da Kombi’, a enxurrada levou até mesmo os calçados de sua família. Raimundão disse que é culpa da Prefeitura que ainda não implantou esgoto naquela rua quase central”⁵⁸⁷.

Retomando ao Bairro do Milagre, soubemos – através ainda dos jornais impressos – que era constante que moradores dessa comunidade sofrerem, não apenas com a falta de pavimentação, com ruas esburacadas e cheias de lama, proliferação de doenças e de existirem pessoas que residiam em péssimas moradias; mas também com a falta de água canalizada. A imprensa local pesquisada como a Gazeta do Interior e Jornal do Interior, em 1979, nos fornecem informações dessas dificuldades. Vejamos:

“Onde está a água?

Com o objetivo de constatar a veracidade das denúncias contra a entidade responsável pelo abastecimento d’água em Castanhal, que nos chega com bastante intensidade por parte dos moradores do bairro do Milagre, a reportagem deste jornal, deslocou-se até aquela divisão comunitária.

Realmente não foi decepcionante a tentativa dos reportares comprovarem este fato, pois na realidade é árdua a tarefa que executam aquelas criaturas para conseguirem água que ali é por demais escassa. Tanto é que na luta pela obtenção do precioso líquido, muitas pessoas adotaram um sistema inédito de ‘poço’ trata-se de uma escavação sobre o cano que leva a água até a torneira, entretanto muitas pessoas, depois de enorme trabalho na escavação do solo nada conseguem e a solução é recorrer aos que tiveram sorte de suas encanações jorrar um filete d’água que vem a acumular-se nos ‘tanques’ construídos em torno do cano, com aproximadamente 1,5m de profundidade em dimensões retangular e proporcional a cavidade, outras pessoas recorrem aos poços”⁵⁸⁸.

O precário fornecimento de água levava muitos moradores a fazerem escavações para retirar água do cano, o chamado “poço”. Mas, como ressalta o texto, nem todos que cavavam obtinham água. Com isso, recorriam a solidariedade dos vizinhos que possuíam água no “poço”.

“Um desses cidadãos é o sr. Elias Marques que tem seu quintal constantemente movimentado durante o dia e até mesmo a noite, por pessoas que procuram abastecer-se d’água. O sr. Elias diz que tem o prazer de servir os seus vizinhos que lhe pedem água porque sabe o gosto daquele sofrimento, pois passou 2 anos pagando as taxas sem usufruir o direito de ter água, até que cavou um poço e seu sofrimento chegou ao fim”⁵⁸⁹.

⁵⁸⁷ Gazeta do Interior, 13/10/1979.p.6.

⁵⁸⁸ Idem.

⁵⁸⁹ Idem.

O periódico afirma que a alternativa que os moradores tinham era de esperar a chegada da água pela madrugada, levando alguns dos residentes a contrair doenças, pois não tinham repouso. Depois de passar o dia trabalhando os moradores ainda eram obrigados a esperar a chegada da água pela madrugada⁵⁹⁰.

O problema de abastecimento parece não se limitar ao Bairro do Milagre, porque a Gazeta do Interior comentava que “não existe um bairro em Castanhal, mais afastado do centro, que não enfrente o mesmo problema”⁵⁹¹. É interessante saber que a imprensa não deixava de argumentar que essas situações acabavam indo de encontro aos “avanços da cidade:

“Castanhal cresce, água desaparece

Parece insolúvel o problema do mal abastecimento d’água em Castanhal. Dizer que isto é coisa de cidade que cresce é contraproducente uma vez que cidade em desenvolvimento tende a aumentar seus recursos, melhorar seus sistemas de serviços e não ao contrário. Dentre os cidadãos mais atingidos pelo nosso precário sistema de distribuição de água se encontram os moradores do Bairro do Milagre”⁵⁹².

A imprensa aponta que esse problema de abastecimento começou quando a CONSAPA (Companhia de Saneamento Básico do Pará) substituiu o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (S.A.A.E.), a qual pertencia à prefeitura de Castanhal⁵⁹³. Deste modo, argumenta que antiga S.A.A.E., a ainda pertencesse à prefeitura já tinha resolvido o problema mais rápido devido a uma imediata interferência do legislativo municipal⁵⁹⁴. Com a COSANPA ficou mais difícil porque usou a mesma estrutura precária da S.A.A.E. e ainda aumentou a tarifa⁵⁹⁵; e tem que recorrer a Assembléia Legislativa e com o Governo do Estado. Assim sendo, direciona críticas ao prefeito Almir Lima:

“(...) Não fosse a falta de preocupação com o futuro, por parte de um dos nossos últimos prefeitos, hoje a S.A.A.E, com a receita equivalente da atual COSANPA, estaria mantendo um dos melhores e mais modernos sistemas de abastecimento d’água no Pará”⁵⁹⁶.

⁵⁹⁰ Idem.

⁵⁹¹ Gazeta do Interior, 3 de outubro de 1979.p.4

⁵⁹² Idem.

⁵⁹³ Gazeta do Interior, outubro de 1979.p.2-3.

⁵⁹⁴ Idem.

⁵⁹⁵ Idem.p.2.

⁵⁹⁶ Idem.p.3.

De qualquer modo, até 1979, os moradores do Milagre enfrentariam esse problema da falta de água. Inclusive a Gazeta do Interior colocou, na sua capa, uma fotografia que representa essa dificuldade:



Foto 10 - Mulher e uma criança carregam latas com água.

(Gazeta do Interior, Nº07, 13/10/1979.Capa do jornal.)

Tendo como base a imagem acima, talvez o jornal Gazeta do Interior não tivesse necessariamente a intenção de denunciar as contradições urbanas de Castanhal, uma vez que os textos não relacionam essas discrepâncias com a reforma do centro da cidade⁵⁹⁷. Quem sabe a finalidade seria de atingir o prefeito Almir Lima, uma vez que – como já destacamos neste trabalho – os periódicos Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior direcionavam críticas a administração municipal. Em quanto ao problema de abastecimento de água, os moradores do bairro do Milagre muitos, até o final de 1979, ainda acordavam de madrugada para encher as vasilhas com pouca água que escorria pela torneira ou para transportar água de poços distantes⁵⁹⁸.

Os problemas sociais e de infraestrutura que Castanhal passava no final dos anos de 1970 e o início de 1980, foram também apontados pelo Pastor Daniel Rabelo o qual “acusa Almir Lima de estar efetuando uma má administração”⁵⁹⁹. Através da matéria, presumimos que o líder religioso era envolvido com questões de disputa política. O Autor do texto

⁵⁹⁷ Gazeta do Interior, Nº07, 13/10/1979.Capa do jornal.

⁵⁹⁸ Jornal do Interior e Gazeta do Interior, outubro de 1979.p.Capa.

⁵⁹⁹ Jornal do Interior, 24/12/1980.p.3.

comenta que ele se recusou a “se candidatar a prefeito municipal de Castanhal” e nem apoiaria nenhum candidato para as eleições de 1982.

“Para Daniel Rabelo, a insatisfação é uma constante em Castanhal, pois a população não gosta da administração do Prefeito Almir Tavares Lima. Ao declarar que mantém relações de amizade com Almir, o pastor não deixa de criticar o trabalho efetuando pelo prefeito, ‘por ele estar se preocupando unicamente com o centro da cidade, deixando de lado os subúrbios que se encontram em péssimas condições’⁶⁰⁰

Entendemos que a denúncia do pastor podia fazer parte de uma estratégia política e/ou eleitoral para direcionar críticas ao prefeito. Mas não temos certeza se as declarações do Pastor Daniel Rabelo são realmente dele, já que o periódico é abertamente contra a administração municipal ⁶⁰¹. No entanto, isto confirma que as periferias de Castanhal passam por uma situação precária e a prefeitura, segundo a notícia, era incapaz de solucionar as dificuldades da “população carente da cidade” pois a imprensa considerava que a administração de Almir Lima estava ultrapassada em relação ao cenário que Castanhal vivia, “um franco desenvolvimento”. O texto continua:

“Ele [pastor] deixou claro que o prefeito estava mal assessorado, principalmente por deixar bairros como o do Milagre, em abandono. Ao mesmo tempo, responsabilizou o Prefeito, por estar a população de Castanhal bebendo água enferrujada, por ter entregue a SAAE para a COSANPA” ⁶⁰².

Opinião do Pastor Daniel Rabelo ou do jornal? Não sabemos. Contudo, o Bairro do Milagre e outras áreas urbanas da “Cidade Modelo” eram afligidos por problemas constantes da falta de infraestrutura urbana. Demonstrando, portanto, a incoerência dos discursos de “desenvolvimento” forjados pela elite castanhalense.

No próximo capítulo trataremos dos excluídos da “evolução” urbana de Castanhal. Tratam de alguns homens e mulheres que emanaram das memórias dos nossos entrevistados e não foram – igualmente aos moradores do Bairro do Milagre- beneficiados ou incluídos no processo de reforma do centro da “Cidade Modelo”. Por conseguinte, a exclusão dessas pessoas torna mais contraditória a intensa propaganda da imprensa sobre o “progresso de Castanhal”.

⁶⁰⁰ Idem.

⁶⁰¹ Jornal do Interior, 24/12/1980.p.3.

⁶⁰² Idem.

CAPÍTULO 3 - OS EXCLUÍDOS DA “CIDADE MODELO”

Havia nos anos de 1970 uma euforia da elite política e da imprensa castanhalense por acreditarem que a cidade “evoluía” por causa das alterações da paisagem urbana, ocorridas especialmente no centro. Como já insistimos bastante, os jornais impressos da cidade apresentaram um discurso que Castanhal se desenvolvia e progredia.

No entanto, essa mesma imprensa anunciava que o “desenvolvimento” e o “progresso” não alcançaram outros bairros. Ficaram, assim, muitas pessoas da comuna, como do bairro do Milagre, completamente alheias aos benefícios de infraestrutura recebidos pelo centro da cidade. Nesse sentido, este capítulo tratará de alguns sujeitos que ficaram às margens do “progresso”.

3.1. “...quase nenhum tinha nome”

Muitos moradores de Castanhal viviam excluídos do ideal da “Cidade Modelo”. Eram homens e mulheres que provavelmente construíram raízes desde os tempos da estrada de ferro e/ou supostamente migraram atraídos pelas mudanças que, a partir da década de 1960, ocorriam em Castanhal. Tereza Azevedo da Silva nos conta um pouco dessas pessoas:

“Eu costurava e tinha que comprar o elástico... costurava em casa. Minha roupa ou roupa de alguém que pedia...comprava o elástico, comprava a linha...o zíper, né. Tudo mudou, tudo, tudo (risos). Só caminhozinho, pequeno, estreito, casa do lado e outro...Sai da minha casa...passava na porta da igreja, né. Aí não tinha BR, era só caminhozinho. Chegava...aonde vai aquela rua do Banpará, só casinha velha, feias das prostitutas. As prostitutas brigavam uma com outra...chamavam ‘Rua do Fogo’ aonde é hoje o Banpará...aí ia para ali...já era o comércio. Umas casinhas velhas, feinhas, tudo de barro, de um lado e de outro, tinha muita prostitutazinha...aí elas brigavam e colocaram o nome de a ‘Rua do Fogo’ que é hoje a Máximo Porpino ...era tudo assim: ‘Rua da Casa do Padre’...as ruas não tinha nome... ‘Rua da igreja’, ‘Rua do Fogo’...tudo assim. Hoje não...não sei mais nada hoje...só sei o centro...eita Castanhal”⁶⁰³.

Numa narrativa situada nos anos de 1960, a nossa entrevistada nos passava a descrição de uma cidade que misturava espaços de tempos diferentes. Entre esse emaranhamento da memória, estava uma cidade que ainda não vivia as profundas transformações físicas como a

⁶⁰³ Tereza Azevedo da Silva, 68 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 15 de outubro de 2012, em sua residência.

existência de “caminhozinhos” e “casinhas velhas, feinhas”; e outra cidade que se expandia com uma atividade comercial mais intensa. Ou seja, conviviam com essas moradias de barro os novos empreendimentos comerciais que possivelmente avançavam sobre a “Rua do Fogo”, que, segundo Tereza da Silva, era a via onde residiam as prostitutas de Castanhal nessa época.

Em sua narração sobre a “Rua do Fogo”, Teresinha Melo faz referência a uma ex prostituta, conhecida na cidade como Chica Cipó:

“Chica Cipó era uma cega. Mas dizem, né...quando conhecia ela assim na rua, mexendo com um, mexendo com outro, com a varinha...conhecia ela cega. Quando chegamos aqui em Castanhal ela já existia aqui em Castanhal. Morando por ai, pela ‘Vila do Fogo’ [‘Rua do Fogo’], que morava mulheres assim...dizem que ela foi mulher prostituta, né (...). Ela dobrava assim [‘Rua do Fogo’]...até essa parta aqui onde é HSBC (...). Até lá perto daquela casa do canto...era Loja Renascença, do pai do Almir Gabriel, Inácio Gabriel Velho. Era uma loja que tinha lá...só tinha duas lojas em Castanhal. É...tinha uma casa do homem...que chamavam de Pedro Galinha, pra ele, fez essas casas [localizadas na “Rua do Fogo”] pra alugar”⁶⁰⁴.

Terezinha Melo descreve que as moradias das prostitutas na “Rua do Fogo” eram concentradas numa vila. Essas residências eram alugueis que pertenciam a Pedro Galinha. A descrição desse espaço por nossa entrevistada, que afirma se passar entre o final dos anos de 1960 e o início de 1970, evidencia que a vila da “Rua do Fogo” somente era conhecida por ser encontrar as moradias das meretrizes.

Em relação a Chica Cipó, dentro do período mencionado acima, especialmente na década de 1960, já era uma idosa cega que vagava pelas ruas do centro da cidade. Filha de imigrantes cearenses, Francisca Ferreira, seu verdadeiro nome, migrou com seus pais em direção ao Pará no início do século XX. A primeira cidade que fixou sua família foi a cidade de Nova Timboteua, “onde seu pai passou a viver na lavoura”. Nesse momento, a jovem Francisca Ferreira migrou para Igarapé-Açu e nessa cidade embarcou no trem que seguia para Castanhal onde se casou, teve um filho e, anos mais tarde, o marido a abandonou: levando o filho com ele. Diante disso, se prostituiu, passou a morar na “Rua do Fogo” e ficou conhecida como Chica Cipó; e exerceu essa atividade até o fim da primeira metade do século XX. A partir dos anos de 1960, idosa e cega, passou a mendigar pelas ruas de uma cidade que se transformava fisicamente. Com isso, Francisca Ferreira morreu atropelada em 10 de dezembro

⁶⁰⁴ Terezinha de Jesus da Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2012, em sua residência.

de 1978 ⁶⁰⁵. Retomando a entrevista de Terezinha de Melo, ela nos relata que chegou a conhecer, através do seu irmão, uma moradora da “Rua do Fogo”:

“Eu me lembro do irmão, né. Pegou um chamego de uma mulher, chama Neuza. Ela era muito bonita essa mulher. Tinha duas Neuza. Tinha que era fuleira e tinha outra que era bonitona, porque tinha mulheres que destacavam, né (...). Meu irmão pegou chamego com ela, ele chegou a quase a morar com ela, viver lá. Quando ele era rapaz, o Tóta, ele ia muito na casa, ela tinha roupa muito bonita. Ainda cheguei ir nessa casa, onde morava, né, quando ela morava com meu irmão” ⁶⁰⁶.

O irmão da Terezinha de Melo chegou a se envolver com uma moradora das casinhas de barro da “Rua do Fogo” e “ele chegou a quase a morar com ela, viver lá”. Ou seja, esteve a ponto de decidir a residir na vila da “Rua do Fogo” para viver ao lado de Neuza.

Provavelmente a atitude do irmão da nossa entrevistada era motivada ou porque na vila não residia apenas prostitutas, ou Tóta, como era conhecido o irmão da Terezinha de Melo, não se prendia aos valores morais religiosos de uma elite castanhalense. Nesse sentido, na cidade de Castanhal – no final do século XIX e o início do século XX, quando ainda era uma colônia agrícola – houve por parte do poder público e da igreja a necessidade disciplinar e até civilizar os moradores da Vila de Castanhal ⁶⁰⁷.

Deste modo, de acordo com Franciane Lacerda, foi o padre Cônego Luis Leitão que empreendeu a moralização cristã do núcleo colonial. Com isso, realçou o sentimento religioso da população local de maioria nordestina. E o marco dessa experiência foi a construção da Igreja Matriz São José, no final do século XIX, pelos próprios moradores da vila que foram “incentivados” pelo Padre Luís Leitão ⁶⁰⁸.

Na primeira metade do século XX, o código de postura de Castanhal de 1952 também tentou reger a moralização da cidade, pois estabelecia “o horário de circulação das meretrizes na ‘rua da frente’ [via por onde passava o trem e atual Avenida Barão do Rio Branco], assim

⁶⁰⁵ Sobre um pouco da trajetória de vida da Francisca Ferreira, além das entrevistas, temos as crônicas: *Chica Cipó*, escrita em 1961, na Folha Vespertina, pelo jornalista castanhalense Raimundo Holanda Guimarães e republica no seu livro de memória *A cor da Saudade*, em 2004. Outra crônica foi encontrada no jornal Novo Horizonte, em 1978, redigida pelo João Amoras, com título “Adeus Chica Cipó”. Por último, encontrado no periódico Jornal de Castanhal, texto intitulado de “Chica Cipó: o mito ou a mártir?”. Não há assinatura do autor da crônica. Ver. GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *A Cor da Saudade*. Castanhal, Editora Caribé, 2004.p.24-26. Novo Horizonte, 29/12/1978 e 15/01/1979.p.4. E Jornal de Castanhal, 23/12/1978.p.2.

⁶⁰⁶ Idem.

⁶⁰⁷ LACERDA, Franciane Gama. Cidade, memória e experiência ou cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX. IN: *Pesquisa em História*. São Paulo: Programa de Estudos pós-graduação em História. PUC/SP: Olho D’ Água, 1999.p.205-206.

⁶⁰⁸ Idem.

como lhes proibia residirem na zona urbana da cidade”⁶⁰⁹. No entanto, como afirma Lacerda, às relações entre moradores e prostitutas não se prendiam ao código de postura, ou seja, algumas senhoras da cidade, por exemplo, respeitavam uma mulher de má vida por esta ser uma boa costureira, estabelecendo uma relação de amizade; não obstante, as duas não se comunicavam quando se encontravam na “rua da frente”; demonstrando como as fronteiras que estabeleciam os espaços das relações sociais foram construídas tanto pelo código como pelo convívio social⁶¹⁰.

Da mesma forma, José Ronaldo Trindade, ao analisar as mulheres de má vida na cidade de Belém, no período da *belle-époque*, nos ensina que era preciso disciplinar o espaço das ruas porque nelas é que se conflitava a moral com o imoral. Em suas palavras:

“A preocupação maior estava no fato de essas prostitutas ocuparem os mesmos locais em que estavam as mulheres ‘moralmente direitas’, evidenciando a luta de classes que se dava também no campo da moral. As meretrizes possuíam códigos morais e de sexualidade diferenciados dos modelos burgueses”⁶¹¹.

Portanto, quando o Tóta morou por algum tempo com a Neuza, a “bonitona” como define a Terezinha de Melo, na vila da “Rua do Fogo”, poderia estar infligindo a moralidade religiosa, pois nas “casinhas velha, feias”, com base nessas entrevistas, somente residiam prostitutas. A própria Terezinha de Melo, chegou a visitar a “Rua do Fogo” quando seu irmão passou a morar por algum tempo com a Neuza. Dessa forma, podemos entender que se fosse realmente um lugar de meretrício a nossa entrevistada não teria visitado seu irmão.

Por outro lado, Neuza talvez não tenha sido uma prostituta antes de conhecer o Tóta, sendo apenas uma mulher solteira, pobre e imigrante nordestina ou de outra região da Amazônia ou do Brasil que veio residir em Castanhal no início do processo de transformações urbanas. Vale lembrar que essa memória de Terezinha de Melo se passa, segunda ela, no final da década de 1960 e o início dos anos de 1970. Quem mais morava na vila da “Rua do Fogo”?

Em outra parte da entrevista, Terezinha de Melo nos traz uma informação relevante que poderá responder esse questionamento:

⁶⁰⁹ Idem.

⁶¹⁰ LACERDA, Franciane Gama. Op.Cit.p.205-206. E ver também:

⁶¹¹ TRINDADE, José Ronaldo. Mulheres de má vida: Meretrizes, infiéis e desordeiras em Belém (1890-1905) IN: ÁLVARES, Maria Luiza e D’Incão, Maria Ângela (orgs.). *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém. GEPEM, 1995. p.44.

“Na época veio um bucado de Bragança, umas mulheres, mas essas mulheres chegavam aqui e começaram na vida. Mas todas elas se casaram, ficaram juntas e depois arrumaram famílias...foram morar lá [‘Rua do Fogo’] e depois foram saindo de lá (...)”⁶¹².

Esse fragmento acima nos traz uma valiosa evidência de migração. O deslocamento de mulheres que vinham de Bragança para morar em Castanhal e, segundo a nossa narradora, iam morar de aluguel na vila da “Rua do Fogo”. Diante disso, podemos aferir algumas reflexões: A motivação da vinda dessas mulheres bragantinas a Castanhal poderia estar relacionada com as transformações urbanas da cidade castanhalense; o fato de irem morar na vila da “Rua do Fogo” não significa que seriam todas prostitutas, mas sim por serem mulheres solteiras, viúvas ou abandonadas por seus companheiros. Talvez elas tivessem vindo em busca de melhores condições de vida, como a procura de trabalho. Com base no depoimento, entende-se que algumas acabavam exercendo a prostituição, “começaram na vida”, como ressalta Teresinha de Melo. Provavelmente seriam mulheres pobres com poucos recursos que acabavam residindo nas “casinhas” da “Rua do Fogo” e, segundo a nossa entrevistada, algumas conseguiam construir família e isso as levava a deixar a vila.

Contudo, não podemos generalizar que todas as mulheres pobres que migraram para Castanhal fossem meretrizes, apesar da necessidade de se ampliar um estudo sobre esses sujeitos históricos. Assim sendo, acreditamos que na vila morava, além das meretrizes, desempregados e/ou trabalhadores pobres: homens e mulheres solteiros ou acompanhados, com ou sem filhos. Enfim, seriam alguns excluídos da cidade em processo de mudança do espaço urbano. Os depoimentos de Açuélio Porpino trazem outras evidências sobre migração e prostituição:

“Pra cá não existia (...). Então tudo isso aqui era colônia. Do lado de lá foi aumentando (...). Pra cima, ali, da Altamira pra lá, era onde tinha as prostitutas...era a boate do Chicão (...). Cansei de vir porre do Chicão ali (...). Ali era casa do Chicão, o dono da boate. Por sinal, ali ainda tem uma vila, já prestou atenção, onde é uma metalúrgica, no canto. Pode vê que é uma vila, aquela vila é muita antiga, ali que era cabaré, aqueles quartinhos, tudo era de puta, tudo era de mulher de vida (...). Só tinha uma boate aqui [apontando para o mapa], o Cutia, só que o Cutia não tinha morada pra mulher da vida. Era ali na Estrela...no Caiçara. Depois foi se desenvolvendo Castanhal, aí mudou lá. Já pra dentro, na Rua Bragança e pra lá....se acabou. Só que tinha muita mulher da vida que morava por lá (...). Quem morava no Chicão eram aquelas pessoas que vinham de fora, de Bragança, sabe como é: Bragança sempre exportou mulher da vida, né”⁶¹³.

⁶¹² Idem.

⁶¹³ Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2012, em sua residência.

A partir dessa fala, podemos entender que as boates ficavam afastadas do centro da cidade. Com o “desenvolvimento” da cidade, isto é, com a expansão e a reforma urbana, obrigou-se a remoção das boates para zonas mais periféricas como é o caso da boate “Cutia”. Na boate do “Chicão”, havia também moradia onde, de acordo com Açuélio Porpino, residia somente “mulher da vida”, muitas vindas de Bragança. Novamente nos deparamos com o imaginário de que todas as mulheres, talvez solteiras, que residiam na moradia do “Chicão” ou em qualquer outro bairro periférico de má fama eram prostitutas. Observemos no trecho da entrevista a evidência do preconceito em torno das mulheres que migravam de Bragança, como se fossem todas “da vida”.

O que podemos constatar até agora é que tanto a “Rua do Fogo” como a boate do “Chicão” eram espaços que possuíam vilas e/ou moradia que residiam, segundo os nossos entrevistados, somente prostitutas vindas de outras cidades, em especial de Bragança. Entretanto, como já foi ressaltado, acreditamos que esses espaços não abrigavam apenas “mulher da vida”, mas também mulheres e homens que buscavam oportunidades numa cidade em crescimento. Retornando a “Rua do Fogo”, Teresinha de Melo nos dá outras indicações:

“Era umas casas emendadas, uma vila, deste ali do Presidente Vargas até o Banpará, de lado e de outro, achava casa pra alugar ali. Quando não, começaram alugar ali, pra estrada do cemitério, era a Rua 28 (...). Não tinha bairro, só tinha as casas da frente, na Barão do Rio Branco, Senador Lemos, Paes de Carvalho até a Comandante Assis, umas 3 a 4 casas”⁶¹⁴.

Quando a Teresinha de Jesus fala sobre “estrada do cemitério”, afastado do centro, ela se refere ao mesmo que Açuélio Porpino nos descreveu. Isto é, onde se localiza boate do Chicão. Ainda sobre a “Rua do Fogo”, José Lopes Guimarães reforça a informação sobre quem habitava a vila, além das meretrizes:

“O Máximo Porpino, que é do Banco do Estado...ali...começava umas casinhas, todas de madeira, né. A partir do canto, mais ali, do Cartório. Por ali assim, a loteria...começava do lado direito, as casinhas...era um tipo uma vila e aí até o canto do Senador Lemos...pra lá. Também tinha até a presidente Vargas...tudo era o...foco mais forte do meretrício, em Castanhal. Porque aí deram o nome: ‘Rua do Fogo’...as mulheres foguentas e aquele negócio todo. Então, isso ficou com esse nome e ela permaneceu...essas casinhas até mais ou menos final da década de 60. Quando começaram a dar a lugar ao alvenaria (...). Cidadão que era proprietário, chamado pelo apelido Pedro Galinha...o dono da casinha. Ele alugava essas casinhas. E como tinha uma parte que também ao lado que não só...era de famílias também...famílias...aliás...não to discriminando...tudo era família...mas era parte das meretrizes...outra parte que não adotavam...mas moravam também nessas casa...era

⁶¹⁴ Teresinha de Jesus Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2012, em sua residência.

uma mistura. Então, quando chegou, no final da década de 60...aí começou...o progresso vindo, não podia mais ficar aquelas casas de tábuas, aquela coisa. E foram construindo de Alvenaria e entrou a década de 70...já com outra visão...da ‘Rua do Fogo’...então era o primeiro nome...Lauro Sodré...na época da ‘Rua do Fogo’...e depois foi mudando para Máximo Porpino que tá até hoje. Quem hoje não conhece, vê: ‘poxa...rua dessa? Mas isso não é possível tem casa de tábuas aqui?’ Mas tinha. Da onde é o Banco do Estado, começara a vila até a presidente Vargas...tudo de Tábuas. Desde os anos...antes de e nascer...já tinha sim”⁶¹⁵.

Esse fragmento do depoimento de José Lopes Guimarães reforça o nosso entendimento que a vila da “Rua do Fogo” não se limitava a moradia de meretrizes, mas também era composta por famílias e por outros sujeitos, pois o nosso entrevistado nos informa que era uma “mistura doida”. Por isso, pressupomos que residiam “meretrizes”, famílias, mulheres e homens solteiros que alugavam essas casas de madeiras.

Quem sabe, por também residirem prostitutas, a sociedade castanhalense estabeleceu um estigma na “Rua do Fogo”, como um local, “um foco de meretrício”. Ou seja, talvez esse preconceito caia mais sob as mulheres solteiras; uma vez que elas, a partir notadamente nos século XVIII e XIX, “estiveram presentes principalmente em núcleos populacionais mais urbanizados”⁶¹⁶. Dessa forma, encontrariam “mais alternativas de sobrevivência e, conseqüentemente, onde existisse espaço para a diversificação das ocupações”⁶¹⁷.

Diante dessas condições sociais, as mulheres solteiras ou que realizavam alguma atividade para sobreviver eram consideradas, em muitos casos, prostitutas⁶¹⁸. Nesse sentido presumimos que o mesmo ocorria com as mulheres que moravam na vila da “Rua do Fogo” e na moradia da boate do “Chicão”. Isto é, além de estarem submetidas à exclusão social, ainda tinham que enfrentar os estereótipos construídos socialmente. Isso é percebido na memória de João Marinho de Barros:

“A ‘Rua do Fogo’ era só de rapariga, uma vila de fora a fora, de canto a do outro...as raparigas só saía de noite, não andava de dia...tinha um dono...elas pagavam aluguel...agente ia pra lá...de noite saiam (...). Iam pros bar, por aí, no canto, tinha cama atrás...perto da estação, da farmácia...perto da estação. (...) As mulheres só saim a noite, mas aos sábados elas saiam pro bares de dia, era cheio de colôno, cheio de colôno, dava bote dela lá...sábado de dia...me lembro”⁶¹⁹.

⁶¹⁵ José Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 9 de agosto de 2012, em sua residência.

⁶¹⁶ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2004.p.142.

⁶¹⁷ TEIXEIRA, Paulo Eduardo.Op.Cit.p.142.

⁶¹⁸ Idem.p.143.

⁶¹⁹ João Marinho de Barros, 79 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2012, em sua residência.

Vejamos como João Marinho é taxativo. Para ele a “Rua do Fogo era só de rapariga”. Essa expressão estigmatizante do nosso narrador talvez fosse compartilhada por muitos em Castanhal. Mas, como vimos mais acima, José Lopes Guimarães nos traz outra possibilidade de se compreender sobre o que era vila da “Rua do Fogo”. Entretanto, com a reforma urbana, segundo José Lopes Guimarães, essas “casas de tábuas” não poderiam mais permanecer onde estavam, porque se localizavam no centro da cidade. Por isso elas foram removidas para dar espaço ao “progresso”. Outro entrevistado, José Ribamar Lira de Sousa reforça a descrição feita pelo João Marinho de Barros:

“Eu morei lá, eu morei, ao lado...casinhas...o dono dessas casas...era...João...esqueci o nome...era só pra alugar pra essas mulheres, que chamavam ‘mulheres de vida fácil’...o cara ia com interesse com aquelas mulheres e tal...era aquelas casinhas, muitas casinhas...muito tempo (...). ..porque tinha brigas...as mulheres...uma brigando com outra...e tal, acabam brigando um com outra e tal, não tinha morte (...). Era um movimento danado de pessoal e tal, aparecendo e saindo e tal...e ‘Rua do Fogo’”⁶²⁰.

José Lira morou próximo a “Rua do Fogo” e comenta que as “casinhas” eram alugadas somente para as “mulheres de vida fácil”. Isso possivelmente consiste em mais uma generalização preconceituosa sobre a vila. Quando ele comenta sobre “um movimento danado de pessoal”, talvez se referisse a distintos residentes da vila.

Da mesma forma o jornalista Holanda Guimarães reproduz essa representação sobre a “Rua do Fogo”. Tendo como referência a meretriz Chica Cipó, uma das moradoras da vila da “Rua do Fogo”, o cronista comenta que a Francisca Ferreira era preferida dos fregueses que frequentavam a “Rua do Fogo”. Assim, quem passava pela rua, de acordo com jornalista, deparava-se com uma enorme fila em frente da casa da Chica Cipó. Ele segue ressaltando que até um padre se entregou aos prazeres dos encantos da prostituta. Portanto, para Holanda Guimarães a vila da “Rua do Fogo” era lugar de prostituição⁶²¹.

Outro espaço que supostamente se assemelhava à vila da “Rua do Fogo” foi o “Beco da Maria Pretinha”, o qual se constituía de pequenas casas de barro. Quem nos descreve é a nossa entrevistada Damiana Barros:

“Tem um beco que era chamado de Beco da Maria Pretinha (...). Até hoje tem essa rua...é a rua...depois foram vendendo, vendendo (...). Então o que era o Beco da Marinha Pretinha? Maria Pretinha era uma mulher negra também, que ela tinha uma

⁶²⁰ José Ribamar Lira de Sousa, 76 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 7 de novembro de 2011, em sua residência.

⁶²¹ GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *A cor da saudade*. Castanhal, Editora Caribé, 2004p.24-25.

vila de barro, lá dentro do beco, cheio de quartinhos com monte de mulheres de programas...na nossa infância inteira. Esse beco durou muito anos...era minha infância toda...eram puta mesmo...aqui, na Manuel Manoim, na rua, não existia...palavra prostituta e puta também. Quando a mulher era amante de um homem chamavam de gato. Lembro ainda, quando as vizinhas, conversando eu escutava quando elas diziam assim: ‘Ah, Fulana, fulana é gato do Chico’, Depois que veio o termo puta. Depois fui entender que é uma abreviatura de prostituta (risos). Amante!? Foi quando a televisão chegou aqui na nossa rua (...). Quando era pequeninha era gato. O gato tem aquela coisa que de noite sai pela rua e de manhã dorme...as nossas mães fofocando: ‘a fulana é ‘gato de fulano’”⁶²².

O “Beco da Marinha Pretinha” localizava-se no Bairro do Milagre, área da cidade que sofria com a escassez de serviços básicos. A partir do relato de Damiana Barros, o “beco”, como a vila do “Chicão” e a vila da “Rua do Fogo”, abrigavam, provavelmente, mulheres pobres que emigraram de outras cidades que, para sobreviver, possivelmente se tornavam prostitutas. Isso é bastante enfatizado pela nossa narradora, pois ela nos explica que essas mulheres eram referidas como “gato” pelos moradores de sua rua, ou seja, mulheres que saíam somente à noite para “agarrar” homens e/ou esposos. Sobre essas moradoras do beco, Damiana Barros nos relata:

“Os nomes das meninas era assim...não sei...porque eram prostitutas...quase nenhum tinha nome, era tudo apelido. Tinha a Maracujá Mucho, pobrezinha, era branca, engelhada...tinha a...era a Tutú (risos) (...). Aí que coisa é interessante, que acho maravilhoso, nesse tempo, tanto as prostitutas respeitavam as famílias, como as famílias respeitavam lá os serviços...os trabalhos da Dona Maria Pretinha. Eu lembro que com a minha mãe, ela frequentava a casa da Dona Maria Pretinha e agente ia com ela. Quando te digo que era tudo de barro...barro grosso na parede, né. Quando lembro dessas meninas lá...as moças que trabalhavam pra ela, porque agente ia e não tinha nada de mais, mamãe ia lá pegar cheiro verde...não sei o que era...pra fazer alguma coisa...planta (...). Não sei que tinha na Maria Pretinha, mas a mamãe de vez em quando ia lá...e agente por trás...menino curioso e eu via uns quartinhos...e tinha uma senhora lá que ela tinha um quartinho dela, mas tinha conseguindo um homem, ela era bem madura. Era dona Maria José, depois virou senhora. Tinha uma pessoa que vinha e sempre ficava com ela, mas era um senhora”⁶²³.

Nesse trecho, vemos como eram identificadas as “meninas” do Beco da Maria Pretinha, não pelo nome, mas pelo “apelido”. Damiana Barros nos traz um pouco desse preconceito que construíram em torno das moradoras do beco. Mesmo ressaltando que as famílias as respeitavam como também as supostas prostitutas as tratavam da mesma forma, a fala de Damiana Barros, não deixa de expressar como eram tratadas essas mulheres. Esse respeito mútuo poderia estar relacionado à identidade com o espaço, com o bairro ou alguma

⁶²² Damiana Barros do Nascimento, 47 anos, Funcionária Pública. Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2012, em sua residência.

⁶²³ Idem.

ligação de dependência ou favores, como evidência a constante visita que a mãe de Damiana Barros fazia a Maria Pretinha.

E o mais interessante que a nossa narradora nos fala é sobre Maria José, ex-prostituta, que já era considerada “senhora” porque havia conseguido um companheiro, mas continuava morando lá com seu parceiro “que vinha e sempre ficava com ela”. Acreditamos que esse companheiro de Maria José fosse um trabalhador que exercia sua labuta fora da cidade e estava sempre em busca de uma ocupação em outros lugares. Um provável imigrante pobre que buscava reconstruir sua vida ao lado de Maria José, numa cidade que passava por uma metamorfose urbana. No caso de Damiana Barros usar as expressões “vinha” e “sempre ficava”, entende-se que o parceiro de Maria José trabalhava fora da cidade. Mas de qualquer forma, é uma evidência que as casas de barro do “Beco da Maria Pretinha” não residiam apenas prostitutas. A nossa entrevistada nos apresenta suposição sobre a origem das “meninas do Beco da Maria Pretinha”:

“Eu acho que essas meninas eram daqui mesmo, porque naquele tempo...a moça perdia a virgindade e não se casava, o pai botava pra fora de casa. Ia ser prostituta...tivesse alguém pra amparar...se perde...então vira mulher da vida. Se pai fosse muito radical, não aceitava mais em casa...se não tivesse noção e sem apoio, ela ia se prostituir mesmo...talvez essas meninas fossem isso. Sempre a prostituta associado a sobrevivência. Ela tinham filhos, eu me lembro. É tanto que quando a Maria José conseguiu um companheiro fixo...ela virou senhora. Ela tinha adotado a menina lá e tal. Enquanto Maria José morou no beco...o beco existiu...tinha um vínculo com Dona Maria Pretinha. Mas quando a Maria José morreu, a Joaquina ficou por aí. Depois arribou no mundo, porque não batia bem (...)”⁶²⁴.

Como vimos, Damiana Barros argumenta que as “meninas”, eram provavelmente de Castanhal, poderiam ter sido expulsas de suas famílias porque provocou uma desmoralização familiar, levando seus pais a expulsá-las; assim, sem um auxílio de parente ou alguma perspectiva acabavam optando pela prostituição. Mas poderiam ter sido órfãs ou abandonadas pelos seus genitores ou pelos seus companheiros e também poderiam ser imigrantes pobres que, como já supõem, procuravam em Castanhal alguma melhoria de vida, talvez atraídas pelas transformações urbanas.

No caso de Maria José, de acordo com Damiana Barros, havia adotado uma menina, Joaquina. Qual seria a origem social dos pais de Joaquina? De onde sua mãe ou seu pai vieram? Nossa entrevistada disse que ela “arribou no mundo”. Qual “mundo”, melhor dizendo, qual bairro ou cidade ela migrou? Assim como Joaquina, em Castanhal desse

⁶²⁴ Idem.

período, provavelmente haviam muitos filhos que não conheciam seus pais, sendo criados apenas por mães, mulheres solteiras, que procuravam sustentar sua casa e criar seus filhos com as condições que a sociedade da época lhe oferecia, podendo até mesmo se prostituir, ou entregar/ abandonar sua cria para um parente ou estranho cuidar.

Isto nos leva a retomar o caso de Carlos Alberto Costa Rodrigues, menor torturado na Delegacia Central de Castanhal, em 1987. A sua morte, provocada pela violência policial, resultou na eclosão da “Revolta do Pincel”. De acordo Sônia Maria, prima do menor torturado, seu tio, Domingos Carlos Alberto, adotou Carlos Alberto Costa Rodrigues e este estava sob os cuidados de sua avó adotiva, Maria Firmina:

“O pai dele legítimo...nós nunca chegamos a conhecer, né. Mas ele chamava de pai o meu tio...ele era registrado em nome do meu tio...Domingos (...). A mãe dele é também assim...ele foi criado pela vovó desde pequeno...a mãe dele era meia...vivía no mundo...mulher de programa...aí...olha, inclusive, na época que ele morreu ela nem tava aqui, ela nunca nem veio, agente achava até que mataram ela...ela vivia por aí, pelo mundo (...). Até hoje ninguém sabe a notícia dela. Morava ele, meu tio e a vovó...era pai dele...mas não era biológico (...). Ele trabalhava assim...de construção, de bico...não tinha emprego fixo. Trabalhava como pintor [Carlos Alberto Costa Rodrigues]...abria letra...trabalhava com a pintura. Lá na 28 de Janeiro, ali...A vovó já era aposentada. Morava os dois com ela. Ele também era viúvo [Domingos Alberto]...ficou morando com a minha avó (...)”⁶²⁵.

Com base no depoimento de Sônia Maria presumimos que a mãe legítima de Carlos Alberto Costa Rodrigues poderia ser mais uma imigrante pobre e solteira que veio para Castanhal em busca de trabalho. Essas dificuldades sociais provavelmente a levou a morar, quem sabe no “Beco da Maria Pretinha” ou em outro lugar de péssimas condições de moradia que desconhecemos.

Deste modo, a condição de solteira levou, talvez a ser estigmatizada como prostituta, tendo como referência o relato de Sônia Maria, deduzimos que a mãe do Carlos Alberto engravidou dele ainda jovem, supostamente de um homem que não fosse seu marido, e por não ter condições de manter a criança, ao nascer doou seu filho para o tio de Sônia Maria e, assim, saiu da cidade para buscar outros meios de sobrevivência, pois não conseguiu ser inserida no modelo de desenvolvimento pelo qual passava centro urbano castanhalense. Por sua vez, recorrendo novamente ao fragmento da entrevista acima, o tio de Sônia Maria, Domingos Alberto, mais seu filho adotivo, Carlos Alberto, eram trabalhadores autônomos que sobreviviam de serviços informais em Castanhal, tal como as “meninas do Beco da Maria

⁶²⁵ Sônia Maria Oliveira, 52 anos, comerciarista. Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2012, em sua residência.

Pretinha”, numa tentativa de se inserirem e serem beneficiados do “progresso” oferecido pelo novo padrão de urbanização da “Cidade Modelo”.

As mulheres de má fama ou meretrizes tão presentes na narrativa dos nossos entrevistados na verdade poderiam representar um grupo de mulheres que não se enquadravam no modelo ideal da mulher burguesa: mãe e esposa virtuosa. Paradigma só alcançado por mulheres de famílias abastadas. Esse ideário, no entanto, perpassou por todo o imaginário da sociedade brasileira, desde o período da colonização, sendo marcante também no período aqui estudado da região amazônica⁶²⁶.

Fazendo uso mais uma vez do trabalho de José Ronaldo Trindade, podemos analisar que havia nesse espaço urbano que se modernizava lugares distintos “para os diferentes sujeitos urbanos”⁶²⁷. Em Castanhal, dentro de um discurso de progresso, que objetivava transformar a cidade em um modelo para a região, era preciso manter a moral e também disciplinar as condutas de seus moradores. Assim sendo, não poderia ser tolerado como boa conduta uma mulher ter filhos sendo solteira, ou que já tenha se relacionado com vários parceiros. Estas eram consideradas como prostitutas, “raparigas”, independentemente de sua índole. Para estas mulheres só restavam os lugares de má fama, como a “Rua do Fogo” e o “Beco da Maria Pretinha”.

No entanto, as formas de vida e comportamento que foram combatidas pelos jornais de Castanhal, como será visto no segundo subitem do quarto capítulo, eram o modelo mais difundido pela maioria da população pobre da cidade que vivia à margem do progresso urbano, ocupando espaços periféricos, caracterizados por residências modestas em que moravam distintos sujeitos sociais como prostitutas, famílias, mulheres e homens solteiros, trabalhadores autônomos, crianças, imigrantes, onde tinham que conviver. Quem morasse no bairro do Milagre, por exemplo, sofria com a ausência dos serviços mínimos de saneamento básico, como água, esgoto e pavimentação.

Diante desses vestígios de experiência relatados pelos nossos entrevistados, não podemos imaginar que esses sujeitos sociais, menos beneficiados pelos empreendimentos urbanos e/ou não encontrando oportunidades de melhorar suas condições de vida, se comportaram de maneira passiva perante a desigualdade social. Assim sendo, os excluídos

⁶²⁶ TRINDADE, José Ronaldo. Op.Cit.p.42.

⁶²⁷ Idem.

das áreas urbanas sempre buscavam estratégias de sobrevivência, pois a cidade representava para eles um lugar de oportunidade de “ganho, de saída de um impasse econômico, como uma perspectiva de ascensão social” ⁶²⁸.

Deste modo, essas pessoas pobres aproveitam o máximo que a cidade oferece como circular, “morar e trabalhar em qualquer” lugar ⁶²⁹. Isso foi evidenciado nos relatos dos nossos entrevistados que, ao descreverem o espaço urbano de Castanhal entre as décadas de 1960 e 1970, buscaram como referência as mulheres que habitavam espaços considerados locais de prazeres. Com isso, as “prostitutazinhas”, “putas”, “raparigas”, “mulher de programa” e “mulheres de vida fácil”, termos preconceituosos que os entrevistados recorreram para definir essas mulheres que residiam em “casinha velha, feia” ou em “quartinhos” e “vila de barro”. Diante dessas considerações, já levantamos dúvidas se todas essas mulheres citadas nos depoimentos eram meretrizes.

Com isso, possivelmente algumas, devido a situação de pobreza, exerceram a prostituição, mas poderiam ser mulheres imigrantes pobres ou de famílias desfavorecidas de Castanhal que estavam dispostas em reconstruir ou recomeçar suas vidas ou buscavam oportunidade num cidade em transformação. Deste modo, o grupo mais numeroso num cidade é dos pobres; entre eles se destacam as mulheres e crianças que estão constantemente refazendo suas estratégias de sobrevivência e estão sempre presentes nos espaços públicos ⁶³⁰.

A mãe biológica de Carlos Alberto Costa Rodrigues, o menor torturado, “vivía no mundo”, como definiu a nossa entrevistada Sônia Maria e esta se referiu de maneira pejorativa, de uma mulher entregue somente aos prazeres mundanos. Mas provavelmente as duras condições sociais que se encontrava a mãe de Carlos Alberto Costa Rodrigues, a obrigou doar seu filho ao tio e a avó de Sônia Maria. Assim, “ela vive por aí, pelo mundo”, possivelmente tentava resistir numa cidade onde uma minoria era inserida no “progresso”.

Da mesma forma seriam as mulheres que “veio um bucado de Bragança” para Castanhal. Vieram para refazer seus destinos, fixaram na cidade, moraram em locais que, além de serem de péssimas condições, passaram carregar um estigma de prostitutas. Essa autonomia de migrar, de circular e ocupar em qualquer cidade/bairro faz das mulheres pobres

⁶²⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.p.155.

⁶²⁹ PERROT, Michelle.Op.Cit.p.177.

⁶³⁰ Idem.p.117-119.

estarem “extraordinariamente presente (s)” no espaço urbano ⁶³¹.Ao tratar sobre as mulheres pobres da Paris século XIX, Michelle Perrot ressalta:

“As mulheres não são passivas, nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas tem outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma outra história”⁶³²

Portanto, com base na reflexão de Michele Perrot, as mulheres da vila da “Rua do Fogo”, do “Beco da Maria Pretinha” e da moradia do “Chicão” eram algumas imigrantes e outras não, solteiras ou casadas, prostitutas ou trabalhadoras que estavam demarcando seus espaços através de suas experiências sociais e num constante reconstrução de suas histórias e formas de superar dificuldades do cotidiano. Eram sujeitos de sua própria história. Por isso, não podemos escrever uma história das mulheres focadas em “saga de heroínas ou mártires”, mas “deve ser a de enfocá-las através da submissão, o da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo” ⁶³³.

É importante salientar que identificamos nas entrevistas outros agentes que também estavam excluídos dos projetos urbanos. Eram as pessoas que mendigavam pelas ruas da cidade de Castanhal. O depoimento de Tereza Azevedo nos apresenta esse evidência que parte da descrição da “Chica Cipó” :

“Era uma prostitua velha...quando ficou velhinha não podia mais trabalhar, ficava pedindo esmola...conheci muito, era bem moreninha, bem magrinha. Aí, doente da vista com uma varinha pela calçada, pedindo esmolinha pra um: ‘Me dê uma esmola pelo amor de Deus’. Aí eu dava esmola: ‘Deus te livre de mau vizinho...Deus lhe dê saúde...Deus lhe dê um bom casamento’...que eu era novinha ainda, né. Quando eu era solteira, eles, os mendigos, diziam: ‘Você é solteira?’. ‘Sou’. ‘Deus lhe dê um bom casamento’. Deu, né. Os mendigozinhos diziam (...)” ⁶³⁴.

Essa narração de Terezinha Azevedo, com base nas perguntas que a direcionamos, se passa nos anos de 1960, momento em que a cidade inicia suas profundas mudanças urbanas. Nesse tempo, de acordo com a sua entrevista, circulavam mendigos pelas ruas do centro da cidade. Tereza Azevedo segue relatando sobre esses sujeitos sociais:

⁶³¹ Idem.p.200.

⁶³² PERROT, Michelle. Op.Cit.p.212.

⁶³³ PRIORE, Mary Del. *História das mulheres: as vozes do silêncio*. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ªed. 2ªreimpressão. São Paulo. Contexto, 2010.p.225.

⁶³⁴ Tereza Azevedo da Silva, 68 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 15 de outubro de 2012, em sua residência.

“Quando conhecia a Chica Cipó, já estava na rua...já estava velha. Cheguei dar muita esmola...dava pra ela e dava pros outros. Aqueles com aquelas feridas...hoje câncer. Naquele era ferida braba. Minha mãe dizia: ‘não se aproxime muito do doente’. E aí me perguntava: ‘Por que não podia?’ ‘Não, porque ali é ferida braba’. Sá faziam enrolar para não ficar exposta, pra não dar mosca. Era muito triste. A maioria do povo que passava não dava não...era pouco que dava”⁶³⁵.

Seguindo a narrativa a partir de Chica Cipó, a nossa entrevistada relatou uma cena triste que ela, acompanhada de sua mãe, testemunhou quando jovem: mendigos com enfermidades e, pela descrição, poderiam ser portadores de hanseníase. Estes sofriam preconceitos da sociedade castanhalense, pois poucos, de acordo com a Tereza de Azevedo, distribuíam esmola para esses sujeitos com essas moléstias.

A prática da mendicância se constituiu “uma sobrevivência encontrada por certos grupos de pessoas no decorrer da história dos povos” e no Brasil, por exemplo, nas áreas urbanas das cidades Rio de Janeiro e Salvador, ainda nos séculos XVIII e XIX, há fontes que informa que existiam inúmeras pessoas vagando pelas ruas pedindo esmolas⁶³⁶. Nas primeiras décadas da república brasileira, final do século XIX e o início do século XX, de acordo com Lená Medeiros de Menezes, houve proliferação de mendigos no Rio de Janeiro⁶³⁷. Esse fato acontecia porque uma das razões era o “profundo desequilíbrio existente entre a oferta e a procura no mercado de trabalho em formação na cidade” no contexto de intensas reformas urbana⁶³⁸.

Em Castanhal da segunda metade do século XX, quem seriam realmente aqueles que tinham “feridas brabas”? Provavelmente, ou seriam pessoas que pertenciam a alguma família castanhalense que acabaram abandonadas, ou seriam imigrantes pobres que já chegaram doentes em Castanhal e, por isso, não encontraram a trabalho. Ou, seriam trabalhadores que sofreram acidente de trabalho e adquiriram ferimentos expostos e não foram novamente inseridos no mercado de trabalho. As existências dessas pessoas reforça a ideia que a “Cidade Modelo”, como muitas outras cidades, era um lugar que deixavam às margens social inúmeros sujeitos e, por sua vez, sendo excluídos dos benefícios do “desenvolvido” e do “progresso”.

Em relação à cegueira de Chica Cipó, Arquimimo de Oliveira nos relata a suposta causa desse problema de saúde:

⁶³⁵ Idem.

⁶³⁶ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1996.p.131

⁶³⁷ Idem.

⁶³⁸ Idem.

“Não enxergava, pois tinha os olhos vazados. Para poder se locomover se utilizava uma vara que batia no chão ou nas paredes para se localizar do espaço que percorria, era comum na época as crianças caçarem deste tipo de pessoas. Por isso, quando irada batia com sua vara em qualquer direção (...). O motivo de sua cegueira era provavelmente sequela de uma DST, provavelmente sífilis. Por ter sido prostituta em sua juventude, deve ter adquirido essa doença. Certa vez levou uma queda que veio ter um grande ferimento em sua cabeça que colocava muito sangue”⁶³⁹.

Esse trecho reforça o desprezo que os mendigos e/ou indigentes sofriam em Castanhal, especialmente a Chica Cipó, por ser cega. Uma cegueira adquirida, destaca Arquimimo Oliveira, através de uma doença sexualmente transmissível. Talvez isto seja uma opinião preconceituosa sobre a condição social de Francisca Ferreira. O desprezo e o preconceito que sofria a Chica Cipó são também lembrados por José Ribamar Lira de Sousa:

“...era tristeza...pessoas com saúde de Castanhal gozavam muito dela...ela ia passando e o cara chama: ‘Ei Chica Cipó, não sei o quê’. E ela pegava seu cacetinho dela e chamava os nomes ...conversa com ela com respeito, as vezes arrancava o dente dela”⁶⁴⁰.

Em outro trecho que segue, soubemos que a Chica Cipó recebia caridade. Quem nos afirma isso é Teresinha Melo:

“(...) Dizem que ela foi mulher prostituta, né. Não sei que conheci ela andando com uma varinha batendo em todo mundo quem mexesse com ela, ela batia, era valente que só...(...). Já conheci valente. Chico Magalhães é que, ele tinha uma grande admiração por ela. Ele mandou fazer o túmulo dela. Quando ela morreu, né. Ela não tinha ninguém, parentes, aqui em Castanhal, não sei se ela tinha algum canto. Mas ele mandou fazer o túmulo dela, no cemitério São José (...)”⁶⁴¹.

Mas será que outros mendigos recebiam a mesma atenção que a Chico Cipó granjeava? A professora Arlinda Marques também comentava sobre a caridade e atenção que Chica Cipó recebia:

“(...) Conheci ela já cega...eu já trabalhava, agente se encontrava muito...ninguém sabe na realidade se era verdade ou lenda...era uma mulher comum...só que ela teve uma vida, né...depois fosse embora a juventude e aí vem a decadência. Mas muita gente dava amparo pra ela...a família Magalhães sempre carioso com ela. Ele ajudava muito. Ela andava na rua pedindo esmola...mal criada. Agente sempre se

⁶³⁹ Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, 45 anos, Auxiliar de Biblioteca. Entrevista realizada no dia 19 de dezembro de 2011, em sua residência.

⁶⁴⁰ José Ribamar Lira de Sousa, 76 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 7 de novembro de 2011, em sua residência.

⁶⁴¹ Teresinha de Jesus Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2012, em sua residência.

reservava...sei que ela morreu assim e até fizeram a sepultura, uma homenagem (...)"

⁶⁴².

Ainda seguindo os passos de Francisca Ferreira, Damiana Barros reforça o preconceito que ela sofria:

"A Chica Cipó passava o dia na feira...a Chica Cipó tomava café na banca de mamãe. Ela frequentava ali a feira, quanto mexiam com ela...ela endoidava mesmo. Ela era da feira, era do mundo. Aí...então agente trabalhou muitos anos na feira e ia todo dia pra lá...minha irmã ia todo dia com minha mãe...toda vez que ia na feira, a Chica Cipó tava lá. A Chica Cipó...eu acho...senão me engano...não tenho mais lembrança não Agente fazia assim, né [Damiana Barros fazia um gesto de um beijo]...só que os meninos faziam isso através de um poste, atrás de uma banca na CEASA...se não me engano era isso [Novamente faz um gesto de um beijo]. Quando fazia isso ela endoidava, ela gritava, chamava tudo que não presta, nome...pirava. Teve um menino, que já morreu, parece que é o Tapo, lá da feira, tinha uma banca lá, se não me engano era o Tapo que fazia isso assim...era a história de um beijo...ela ficava louca...louca, louca, louca (...). Era bem pretinha...era bem sequinha" ⁶⁴³.

Entendemos que a Chica Cipó e outros indivíduos de semelhante condição sofriam de inúmeros preconceitos. No caso da nossa histórica prostituta castanhalense, podemos também acreditar que ela sofria deboche social por ser negra. Abaixo segue uma fotografia da Francisca Ferreira:

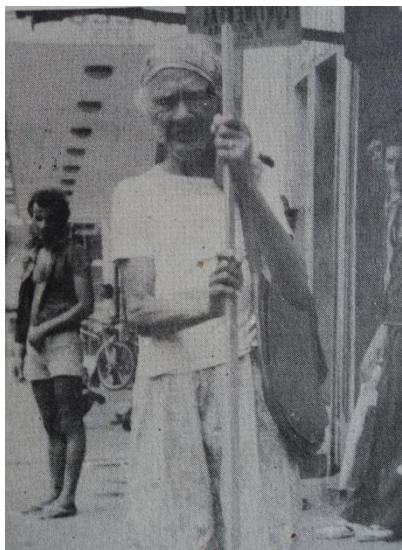


Foto 11 - Francisca Ferreira, mais conhecida como Chica Cipó.

(Novo Horizonte, 29/12/1978 e 15/01/1979.p.4.)

⁶⁴² Arlinda Ferreira Marques, 72 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 5 de outubro de 2012, em sua residência.

⁶⁴³ Damiana Barros do Nascimento, 47 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2012, em sua residência.

A imagem acima de Chica Cipó, fotografada no centro de Castanhal, foi publicada no jornal Novo Horizonte juntamente com uma crônica – escrita por Joaquim Amoras – que comentava sobre sua morte por atropelamento. Na foto observamos as condições que se encontrava a Francisca Ferreira: cega e com vestimenta maltrapilha. Evidenciando, assim, a realidade de penúria daquelas pessoas que foram excluídas do processo de “desenvolvimento” da “Cidade Modelo”. Supomos que o fotógrafo – o jornal não traz referência do autor da imagem – possuía a intenção de registrar uma pessoa que viveu um tempo e/ou uma história de sobrevivência e de prazeres. Mas agora, no final dos anos de 1970, cega e envelhecida foi engolida pelas transformações urbanas do centro da cidade e, naquela ocasião do “progresso”, estava sendo vista como uma pessoa caricata da cidade. A narração de José Lopes Guimarães reforça as difíceis condições que a Chica Cipó vivia pelas ruas do centro de Castanhal:

“Eu vi ela andar na rua...sendo como é...galhofada de tudo que era coisa e tal e eu vi aquilo: ‘Não, isso não pode’. Quem conheceu, como eu conheci a Chica...respeito. Aí eu preparei carta mandando pra juiz...juiz de direito...publiquei nos jornais...sei que..talvez com essas pressões...coisa todinha...eles se comoveram...a Maçonaria...não sei mais quem...construíram um abrigozinho pra ela...aqui no Estrela. E...mas ela se adaptou aquela vida de ficar só, né. De andar nua...aquele negócio. Aí ela fugia...um dessas...momento foi que ela foi atropelada...e morreu”

⁶⁴⁴

É importante destacar que também existiam outras pessoas que conhecemos através das entrevistas e que se constituem de outros excluídos. Como nos relata Açuélio Porpino:

“Tinha outro que era Pedro Cariri, só que este vivia perambulando pela rua, ele vendia caça para tudo que era pessoa. ‘Pedro traz uma paca pra mim’. Ele trazia, pagava. O dinheiro dele era só pra beber cachaça. Ele ia pro mato sem nada, nada. Agora só tinha um detalhe. O dia que ele não levava fumo lá pra dentro do mato, ele não trazia nadinha. Isso era verdade, porque ele me contou todinho, conversando comigo, que se ele fosse ou bêbado ou então não levasse o fumo para o bicho do mato lá, ele não pagava nada. Tinha que ir bom e levar o fumo pra lá, entregar lá...e deixar no pé dele a caça, paca, tatu tudo que ele queria. Todo esse mato era cheio da caça”.

Assim, entendemos que Pedro Cariri seria mais um mendigo entre vários existentes na cidade e compreendemos que ele, para sobreviver, recorria à prática da caça nas áreas de matas em torno de Castanhal. Isso pelos anos de 1960, segundo o nosso entrevistado, Pedro Cariri possuía um provável pacto com demônio, corresponde um preconceito construído socialmente de um indivíduo que viva no mato em busca de sua sobrevivência.

⁶⁴⁴ José Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 9 de agosto de 2012, em sua residência.

Teresinha de Melo nos narra outra pessoa que vivia em condições de vida semelhante a da Chica Cipó:

“Tinha uma Piranha, uma velha também, ainda cheguei a conhecer. Era muito chamadeira de nome. Os meninos mexiam com ela que era pra vê...ela saiu correndo atrás...mas não cheguei a conhecer nada na vida dela não...ela andava com paninho amarrado na cabeça, com uma saiona...era branca”⁶⁴⁵.

Professora Arlinda nos cita mais duas pessoas marginalizadas:

“Tinha outro chamado João da Cruz. Era um homem...não sei se era um pouco perturbado...a roupa dele era cheio de cruz...andava assim...andavam...sabe. Hoje não existe hospício, aquelas casas que as pessoas só vão pra lá se são altamente violenta. Mas quando não, elas ficam na fila...então era esse tipo de gente...que não tem um cérebro muito bom...ficavam...as vezes não tinha família (...). Nega Antônio...o povo dizia que ela virava bicho...era lenda na cidade...que no dia de quinta-feira ela entrava na mata...pra tirar que aquele leite do Amapá (...). Tinha um pessoal eu inventava que ia virar bicho...eu ficava apavorada...aliás, minha mãe costurava pra ela. Aí quando ela chegava em casa...que ia mandar...ela tinha um defeito na mão...tinha dito que era um tiro, pegou de um homem que ela atacou virada em lobisomem (risos) e esse homem deu um tiro e ela ficou aleijada. Aí minha mãe, sempre fazia a roupa dela...eu apavorada...inclusive era uma protegida dos Magalhães”⁶⁴⁶.

Nesse depoimento da professora Arlinda Marques, alguns desses excluídos possuíam alguma enfermidade mental, e ainda ela destaca que havia muitas pessoas com esses problemas de saúde. Isso é notado quando ela comenta “andavam”. Em relação a “Nega Antônio”, tudo indica que, além de mendiga, era negra e sofria o preconceito, porque no imaginário social ela se transformava em lobisomem.

Portanto, as mulheres da vila da “Rua do Fogo”, das moradas da boate do Chicão e as meninas do “Beco da Maria Pretinha”, Chica Cipó, Pedro Cariri, Piranha, João da Cruz e Nega Antônio e os mendigos com as feridas brabas eram alguns dos excluídos do processo de reforma urbana de Castanhal, iniciado em 1960. Deste modo, fica evidente que o “progresso” da “Cidade Modelo” não foi pensado para alcançar todos os habitantes da urbe, como ocorreu com os moradores do bairro do Milagre e, especialmente aquelas pessoas que se encontravam em estado de desemprego, sem moradia fixa ou em situação de mendicância.

No próximo capítulo, trataremos sobre a violência que fazia parte do cotidiano de Castanhal, no contexto das mudanças urbanas do centro da cidade. Sendo que, as ações

⁶⁴⁵ Teresinha de Jesus Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2012, em sua residência.

⁶⁴⁶ Arlinda Ferreira Marques, 72 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 5 de outubro de 2012, em sua residência.

violentas eram expressas tanto pela agressão institucional, através do uso da força da polícia civil e militar contra “suspeitos”; quanto pela geração de tensão entre indivíduos de camada menos favorecidas e também pelas constantes ocorrências de furtos. No capítulo seguinte, se destaca ainda o discurso da imprensa castanhalense contra os “cabarés” e seus frequentadores. Estes últimos foram considerados “suspeitos” ou “marginais” pelos jornais impressos castanhalenses. Aprovável razão da linguagem depreciativa – presente nas páginas dos periódicos – dirigida contra as “boates” e contra as pessoas acusadas de crimes – furtos ou assassinatos –, era porque estes espaços não representaram, para os idealizadores da imprensa castanhalense – locais adequados para uma cidade que testemunhava o “progresso” e tinha o título de “Cidade Modelo”.

CAPÍTULO 4 - A CIDADE E SUA “OUTRA FACE”: A VIOLÊNCIA URBANA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA

Castanhal: cidade que redesenhou a paisagem do seu centro urbano e descaracterizou o ambiente construído no tempo do trem e da estação. Diante dessa metamorfose surgiu um discurso que Castanhal passava por um momento de “evolução”, “desenvolvimento” e de “progresso”.

Mas como analisamos anteriormente, as reformas não alcançaram todos os bairros, como o Bairro do Milagre, e nem todos os sujeitos sociais foram beneficiados. Além dessas dificuldades, havia outro lado da “Cidade Modelo” que, desde os anos de 1960, se expandia: a violência.

Esse tema, presente nas páginas dos jornais produzidos e impressos em Castanhal, se tratava de um discurso, em sua maior parte, disseminado pela imprensa local, do contexto da metamorfose da paisagem citadina castanhalense. O principal assunto deste capítulo, juntamente com a escassez dos serviços básicos do bairro do Milagre e de pessoas desprovidas de emprego e de moradia, consiste em mais uma evidência das contradições existentes entre o discurso de “progresso” que almejava a elite de Castanhal e as mazelas sociais existentes na “Cidade Modelo”.

4.1. “É o preço do progresso”

Os periódicos pesquisados não deixaram de evidenciar a violência no cotidiano castanhalense e esses fatos são cruciais para nos auxiliar a compreensão de uma cidade que passava por profundas mudanças nos anos 1960, 1970 e 1980. Deste modo, O Jornal de Castanhal ressalta que a proliferação da violência na cidade está relacionada ao crescimento e do “progresso da cidade”, pois justifica que antes se transitava pela cidade sem perigo:

“Agora estamos sujeitos às sanhas desses facínoras que enfestam nossa antes tranquila cidade (...). É o preço do progresso. A evolução trouxe inúmeras vantagens, mas também encheu olhos de aventureiros, farsantes e toda espécie de gente”⁶⁴⁷.

⁶⁴⁷ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de outubro de 1978.p. 8

Em outra edição, o jornal publica um texto, com título “População Desprotegida” que reforça a opinião anterior, comentando que Castanhal vinha atraindo “marginais” e as condições da cidade contribuíram para isso porque “ruas mal iluminadas ou sem nenhuma lâmpada, ausência de policiamento e as matas que proliferam até no centro”⁶⁴⁸.

Para ampliar o entendimento do discurso que imprensa castanhalense se utilizava para relatar, descrever ou informar os crimes que ocorriam, o periódico e/ou a produção textual jornalístico não se imprimia de maneira neutra e, dessa forma, o texto carrega não apenas a subjetividade do autor, mas também consiste num reflexo de uma conjuntura:

“Os jornalistas operam os acontecimentos de seu tempo sob certas condições, que conscientemente ou não influenciam sua produção jornalística: condições políticas, condições econômicas, condições socioculturais. A sua própria esfera de trabalho, o jornal, enquanto órgão de imprensa – geralmente movido por uma lógica empresarial, que está continuamente defendendo posições mediante a venda de informações, é um condicionante de sua atividade”⁶⁴⁹.

Diante dessa consideração, veremos que os termos utilizados nos jornais para identificar os suspeitos de crimes ou narrar as práticas violentas carregam exageros e sentidos pejorativos, presumidamente porque seriam inadmissíveis esses acontecimentos para uma cidade que seguia uma “evolução”. E também a imprensa – Jornal de Castanhal, Jornal do Interior, Gazeta do Interior e o Novo Horizonte e, provavelmente, seus idealizadores eram mantidos por financiamentos privados - comércio local e empresas - e públicos – propagandas vinculadas a Prefeitura de Castanhal.

Mesmo as críticas direcionadas ao prefeito da cidade – Almir Lima, da ARENA, que exerceu segundo mandato entre 1978 a 1982 – esses periódicos não deixaram de elogiar as obras de infraestruturas promovidas pela administração local, paralelas à exaltação que cidade progredia. E esses meios impressos eram também próximos da elite política e/ou econômica de Castanhal, pois é comum encontrar elogios e homenagens a esses grupos dominantes⁶⁵⁰. Por isso, as notícias não são construídas apenas por uma operação técnica, mas expressa “uma

⁶⁴⁸ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de Novembro de 1978.p.4.

⁶⁴⁹ PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. *Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa*. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 2001.p.32.

⁶⁵⁰ Todas essas afirmações são encontradas constantemente nas páginas dos jornais pesquisados: Jornal de Castanhal, Jornal do Interior, Gazeta do Interior e Novo Horizonte, nas edições de 1977 a 1981.

produção simbólica condicionada por ideologias, interesses e valores, no interior de uma dada situação histórica”⁶⁵¹.

Com base nessas ponderações, na primeira matéria citada no início deste item, a reportagem foi motivada por uma mais um caso de violência. Na antepenúltima noite da Feira Agropecuária de Castanhal ocorreu “mais um crime bárbaro”. Francisco Paiva, funcionário do D.R.E. foi assaltado e, como não tinha dinheiro, foi espancado pelos assaltantes “causando-lhe ferimentos graves” e o deixaram “abandonado sem sentido à margem da estrada”⁶⁵². Depois de ser recuperado da agressão foi para casa e contou o acontecido para sua esposa.

Em outro dia, compareceu novamente a Feira Agropecuária para tentar identificar os agressores. Mas quatro dias depois, faleceu vítima de hemorragia. É interessante saber que o autor que redigiu essa notícia não cita sua fonte, isto é, não informa se procurou algum responsável pela segurança pública, testemunhas ou mesmo parentes do falecido Francisco Paiva. Supõe-se que o jornalista ou responsável por esse noticiário escreveu a partir dos boatos sobre o fato ocorrido. Além dessa hipótese, o autor lança a estratégia para causar impacto ao leitor recorrendo ao termo sensacionalista, “crime bárbaro”.

Da mesma maneira, essa nossa inquietação é direcionada para o próximo fato. Em novembro de 1978, houve um assalto, acompanhado de morte, no centro de Castanhal. Um bando, liderado pelo “Gringo”, assaltou o comércio do proprietário Sr. José Lemos. Nessa ação, o neto do comerciante foi assassinado pelo bando⁶⁵³. O Estabelecimento localizava no centro comercial, entre Paes de Carvalho e Avenida Barão do Rio Branco, na travessa Benjamin Constan, segundo jornal um perímetro com pouca iluminação.

Esse acontecimento - que causou, segundo Jornal de Castanhal, uma enorme comoção na cidade – veio descrito sem citar que informou e nem um comentário de alguém da família do Sr. José Lemos ou de uma pessoa próxima do comerciante. E muito menos sobre “Gringo”. Quem seria ele? Algum imigrante que foi excluído do processo de “desenvolvimento” castanhalense e para sobreviver foi obrigado a praticar crimes, entre eles o que vitimou o neto do Sr. José Lemos?

Em dezembro de 1978, um episódio que causou pânico na Escola Salvador Tracaioli, estabelecimento de ensino público estadual. Um “mal elemento” – depois de um violento

⁶⁵¹ PEROSA, Lilian Farias de Lima. *Op.Cit.*p.32.

⁶⁵² Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de Outubro de 1978.p.8.

⁶⁵³ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de Novembro de 1978.p.5.

“discussão com seu genitor, armou-se de rifle calibre 22” e se encaminhou para a instituição de ensino:

“Invadiu aquela escola e, de armas em punho, pôr-se a ameaçar as professoras e os alunos, colocando-os em completo pânico. Os que conseguiram correr pularam muros e portões indo-se esconder nas vizinhanças. Outros ficaram paralisados pelo medo” ⁶⁵⁴.

Um soldado da polícia militar “que mora nas imediações” conseguiu normalizar a situação da escola. Contudo, o texto não especifica como o soldado agiu contra o invasor. Não há nenhuma menção sobre o pai do indivíduo que invadiu a escola, as razões que o levaram a entrar na instituição de ensino e no texto também não há comentários de testemunhas ou de representantes da segurança pública. A partir desses três casos relatados acima, percebemos que os noticiários de jornais impressos são reflexos de um cotidiano local:

“...a imprensa não vive apenas dos episódios ocorridos num determinado dia, mas também da discussão, do debate e da análise de acontecimentos ou situações intemporais – ou seja, que estão acontecendo, e não simplesmente que aconteceram” ⁶⁵⁵.

Nesse sentido, se torna comum a construção de uma notícia a partir “de quem não viu o acontecimento do que a de quem o presenciou” ⁶⁵⁶. Por isso, nos leva a questionar se o próprio autor foi ao local do fato para buscar mais conhecimento do caso ou se baseou nos boatos que circulavam pela cidade. E mesmo se o jornalista for até o local do acontecimento e se aprofundar no ocorrido não significa que produzirá um texto imparcial e objetivo, uma vez que a notícia será também uma extensão de sua “visão política, ideológica” ⁶⁵⁷.

Em março de 1980, no Bairro Novo, um morador da Rua Hernani Lameira, “ouviu batidas em sua porta, pela madrugada, armou de um pedaço de pau e foi atender”. Abriu a porta e viu “uma cena macabra”: se deparou com Francisco Rufino de Souza, o “Vesgueta”, todo ensanguentado e somente de cueca caído na sua calçada ⁶⁵⁸. “Vesgueta”, segundo a imprensa, era um “veterano marginal” que “já havia sido preso por diversas vezes, acusado de assalto e arrombamento”. Nesse episódio ele “levou dois balaços”, pois tentava “arrombar uma residência”. Os policiais de Castanhal desconheciam o autor dos tiros.

⁶⁵⁴ Idem.p.6.

⁶⁵⁵ ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. São Paulo. Brasiliense, 2007.p.17.

⁶⁵⁶ ROSSI, Clóvis.Op.Cit.p.29.

⁶⁵⁷ Idem.p.41.

⁶⁵⁸ Jornal do Interior, 28/01/1980.7.

O que nos chama atenção são os termos “veterano marginal” e “levou dois balaços” que expressam preconceito e uma linguagem depreciativa que carrega um sentido emotivo para envolver e convencer o leitor do merecimento que o acusado Francisco Rufino de Souza, o “Vesgueta”, recebia por tentativa de furtar propriedade.

Constatamos também crimes por encomenda. Nesse exemplo de criminalidade, a matéria “Mandou Matar e Depois Fugiu” ⁶⁵⁹ narra uma tentativa de assassinato contra vida de D. Raimunda Vieira da Costa, 48 anos e proprietária da Casa São Raimundo, que situava na Paes de Carvalho, 2145, no Bairro Ajuricaba. Quem planejou a morte da comerciante foi seu vizinho José Carlos, o “Zé Carlos”, o qual possuía uma taverna bem em frente da D. Raimunda Vieira. “Zé Carlos”, com base nos depoimentos que o jornal recolheu na delegacia, contratou Assis Nunes Sales, o “Ceará”, para cometer o crime. A razão disso está relacionada com a concorrência que a taverna de “Zé Carlos” sofria com comercio de D. Raimunda:

“O motivo era que o comércio de Raimunda apresentava ser mais movimentado que o dele e o mesmo ambicionava ficar com aqueles fregueses. Chegou mesmo a propor compra: cr\$ 40.000, 00! D. Raimunda achou pouco e resolveu não vender. Nunca imaginou que, a partir dessa recusa, sua vida iria correr sério perigo”⁶⁶⁰

“Ceará” disse à polícia que foi contratado por Zé Carlos para fazer uma limpeza no poço de D. Raimunda porque se utilizava a água dela e teria combinado mandar fazer uma limpeza

“Fecharam o negócio em dois mil cruzeiros, sendo que para a surpresa do bandido, Zé Carlos colocou logo a seguir o dinheiro em suas mãos dizendo: ‘Depois eu te dou mais três mil, mas com uma condição: terás que matar aquela mulher! Ceará recusou no momento mas, dias depois, iria aceitar. O bandido diz que foi coagido a praticar o crime e que Zé Carlos teria lhe ameaçando mata-lo caso não liquidasse a importuna vizinha”⁶⁶¹.

Diante disso, “Ceará” foi até o comércio de D. Raimunda e “começou a beber a cachaça”. Já tarde da noite, após a proprietária ter anunciado que iria fechar a taverna, “Ceará” sacou uma afiada peixeira desferindo um golpe violento contra a sua vítima indefesa que um ato de desespero, conseguiu se esquivar, evitando que o golpe fosse mortal”.

“Ceará fugiu e foi perseguido pelo cunhado de D. Raimunda, João Antônio. Este não conseguiu capturá-lo e passado alguns dias, a polícia o prendeu e “Ceará” confessou quem foi o mandante. “Zé Carlos”, logo depois que soube do ocorrido, se apresentou

⁶⁵⁹ Jornal do Interior, 15 e 22/04/1980.p.10.

⁶⁶⁰ Idem.

⁶⁶¹ Idem.

a delegacia que acompanhado de um advogado e em seguida, negando tudo, naturalmente, conseguindo liberdade sob custódia. Pouco depois desapareceu de Castanhal. (...) Enquanto isso ‘Ceará’ está enjaulado esperando a decisão da Justiça”⁶⁶².

Nesse caso, é curioso quando o texto se refere a Assis Nunes de Sales, o “Ceará”, como o “bandido”. Mas não direcionava esses adjetivos para José Carlos, o “Zé Carlos”, limitou de qualificar que sua atitude movida por “inveja”. Em quanto ao “Ceará” fora qualificado dessa forma por ser, supostamente, um imigrante. Talvez a imprensa o tratou dessa forma por considerá-lo um daqueles “marginais”, “aventureiros” e “farsantes” atraídos pelo “progresso”. Vejam que “Zé Carlos”, por possuir propriedade, talvez possuísse mais instrução que o “Ceará”, pois o comerciante veio acompanhado de um advogado.

Em abril de 1980, Manoel Francisco Silva, vulgo “Chiquito”, paraense, casado, 53 anos, residente na Travessa Rui Barbosa, 37, Bairro Ajuricaba, vendedor de víscera no Mercado Municipal, foi atingido por um tiro mortal no ouvido esquerdo, levando sua morte. Na ocasião estava acompanhado pela cearense Maria Martins de Oliveira, moradora do bairro do Milagre, Rua Manoel Manoim⁶⁶³. “Chiquito” possuía um relacionamento com Maria Martins, com a qual já possuía três filhos menores.

Na noite do crime, segundo o Jornal do Interior, os dois estavam dentro de um C-10 onde conversavam sobre o cotidiano do trabalho de “Chiquito”, quando de repente passou em alta velocidade um corcel ao lado da C-10 e contra esta disparou um tiro que atingiu o “Chiquito”. Com o desespero de Maria Martins pela rua, algumas pessoas socorreram Manuel Francisco, mas chegou a falecer na Clínica Francisco Magalhães:

“A polícia, ao ser certificada da ocorrência e com algumas pistas, prendeu o cidadão Miguel Braga da Silva, casado, 29 anos, sem profissão definida, como principal suspeito, visto que tinha uma certa animosidade com a vítima devido já ter sido amante da viúva Maria Martins, durante três anos e ter com esta um filho, sem no entanto, durante interrogatório ter admitido o crime. A polícia deu uma batida em toda cidade dos táxis ‘corcel branco’ e não encontrou nenhum suspeito. Pela manhã o comissário Juarez Mourão encontrou a arma do crime em um táxi azul (fusão) e motorista alegou que jogaram para dentro do seu veículo”⁶⁶⁴.

No centro desse triângulo amoroso se encontra a cearense Maria Martins que teve três filhos com a vítima, Manoel Francisco Silva, “Chiquito”; e também, de acordo com Jornal do

⁶⁶² Idem.

⁶⁶³ Jornal do Interior, 20/04/1980.p.8.

⁶⁶⁴ Idem.

Interior, ela teve um filho com Miguel Braga Silva, casado e com o qual já havia sido amante e era o principal acusado de atirar contra “Chiquito”.

Aqui, então, retornamos a discussão sobre as mulheres que migraram para Castanhal no contexto da reforma urbana, que foi desenvolvida no terceiro capítulo, que levantou reflexão sobre perfil – a partir dos depoimentos orais - das mulheres que povoavam os bairros periféricos de Castanhal: migrantes nordestinas, mulheres pobres e “solteiras” e que convivem nesses mesmos espaços com homens migrantes, pobres e solteiros. Em suma, Maria Martins, como Assis Nunes Sales, o “Ceará”; provavelmente se insere entre as pessoas que vieram em busca dos benefícios do “desenvolvimento” de Castanhal, mas foram excluídos.

Em dezembro de 1980, foi preso “o homicida pernambucano Jozildo Gomes da Silva que assassinou o cearense Raimundo Vieira da Silva, residente no km 9 da rodovia estadual Transcastanhal.

“A bastante tempo existiu uma antiga rixa entre o cearense Raimundo e o pernambucano Jozildo. (...) Todas as madrugadas passava [Raimundo Vieira Silva] em frente à casa do acusado cantando músicas sertanejas, o que enfurecia Jozildo que não gostava e saiu perturbado”⁶⁶⁵.

Nesse sentido, os dois sujeitos se encontraram no Bar do Bené, Jozildo passou a ser ofendido por Raimundo que estava bêbado e este ainda atacou com um pau, mas Jozildo reagiu: “matando-o a facada”. Nesse episódio, contado pelo Jornal do Interior, entendemos a falta de interesse do impresso noticioso em revelar outras possíveis desavenças entre Jozildo Gomes da Silva e Raimundo Vieira da Silva. Dessa forma, o acontecimento é descrito como algo banal e tendo a intenção de narrar esse fato como algo praticado por indivíduos que vem de fora, de outro estado, já que a notícia revela que os envolvidos são imigrantes nordestinos.

Nesse mesmo jornal informa outra situação que envolve um nordestino: é o caso do baiano Gilson Pereira, “em companhia de mais dois marginais, arrombou a casa de um industrial em Castanhal”, mas tudo ocorreu errado e Gilson saiu fugindo e perseguido por populares:

⁶⁶⁵ Jornal do Interior, 24/12/1980.p.8.

“Quando percebeu que iria ser agarrado, mandou bala, derrubando (..) um jovem de idade desconhecida. O bandido, momento depois era preso pelo comissário ‘Cigano’, levando para a Delegacia de Castanhal”⁶⁶⁶.

Gilson Pereira, Jozildo Gomes da Silva e Raimundo Vieira da Silva – os dois últimos citados no fato anterior – são descritos pela imprensa castanhalense como indivíduos violentos, uma vez que são utilizados os adjetivos “perturbado”, se referindo a irritação de Jozildo às provocações de Raimundo, e “bandido” para Gilson Pereira que “mandou bala” para facilitar sua fuga. A utilização desses termos está inserida no discurso ideológico da imprensa castanhalense para a construção do “outro”.Assim:

“O caráter ideológico dos discursos fica ainda mais claro quando o adjetivo *violento* é utilizado sistematicamente para caracterizar o ‘outro’, o que não pertence ao seu estado, cidade, raça, etnia, classe social, bairro, família ou grupo. Em algumas cidades, o crime e a violência são como um artifício ou um idioma para se pensar sobre o ‘outro’ ”⁶⁶⁷.

Numa cidade que reconstrói seu centro urbano e seus detentores dos poderes econômico, político e da informação construíram e alimentaram uma ideia de que Castanhal vive um “progresso”, presumimos que sua imprensa não deixava de identificar, como salientamos anteriormente, que os “marginais”, “aventureiros” e “bandidos” estavam sendo atraídos pelo “desenvolvimento”.Semelhante forma foi constatada por José Ronaldo Trindade em Belém, no final do século XIX e o início do século XX, quando houve uma elevação do número da criminalidade - num contexto que a cidade de Belém também passou por um processo de reforma urbana, reflexo da prosperidade gerada pela economia da borracha. O secretário de segurança pública da capital paraense,com base nas fontes periódicas pesquisadas por Trindade, ressaltou que aumento da violência estava associado a grande quantidade de “cearenses existentes na cidade”⁶⁶⁸. Ou seja, relaciona o imigrante, o forasteiro como responsável pela desordem pública. Apesar de espaço e tempo diferentes, podemos observar na imprensa local de Castanhal, das décadas de 1970, o mesmo comportamento desses jornais belenenses.

⁶⁶⁶ Idem.

⁶⁶⁷ ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. IN: NOVAIS, Fernando A. & SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Historia a Vida Privada do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.p.248.

⁶⁶⁸ TRINDADE, José Ronaldo. *Errantes da Campina: Belém, 1880-1900*. Dissertação de Mestrado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.p.92.

Com isso, os meios de comunicação direcionam o “outro” como responsáveis por geração de violência urbana:

“Entre os habitantes da cidade, o medo que acompanha as explicações para as experiências concretas de violência tem seguido numerosas direções, conforme a natureza do fato noticiado com destaque pela imprensa falada, escrita e televisiva. Uma delas é a direção paroquial (...) quando se culpa a presença de nordestinos em São Paulo ou de pobres favelados e negros em outras capitais brasileiras (...)”⁶⁶⁹.

Por isso, notamos que as notícias sobre criminalidade não apresentam esclarecimentos ou alguma a solução de caso de violência, pois os periódicos estão mais preocupados em mostrar aos seus leitores, através de uma linguagem preconceituosa, quem são as pessoas envolvidas. Mas é importante ressaltar que a imprensa não direciona a construção do seu discurso depreciativo apenas para os “acusados” nordestinos, mas também informa o envolvimento de paraenses, pertencentes das classes sociais desfavorecidas de Castanhal, em casos de violência.

Vejamos outro exemplo. Em uma noite de terça-feira de julho de 1980, Edilson Rocha da Costa, menor de 16 anos, paraense, eletricista, morador da Avenida Presidente Vargas assassinou a prostituta Odinéia Vilela de Moraes, 18 anos, “com uma facada no coração”⁶⁷⁰. No dia do crime, por parte da manhã, Edilson Rocha, junto com “Zé Bonitinho”, Anísio e Raimundo se divertiam na “boite do Arigó”, acompanhado de Odineia Vilela e com mais sete colegas. A noite, já excessivamente bêbado, Edilson entrou em atrito com “uma das mulheres, de nome Claudete”, mas foi controlado pelos seus companheiros.

“Não satisfeito, dirigiu-se até a sua casa, trazendo consigo uma faca e demonstrando estar disposto a matar a mulher com a qual havia brigado. Ao tentar segurar Edilson numa tentativa de evitar a morte da amiga, Odinéia recebeu uma profunda facada no coração, caindo ao chão ensanguentada. Prevendo as consequências do seu estúpido crime, Edilson foragiu-se, sendo por isso, auxiliado por ‘Zé Bonitinho’. Preso, Edilson ressaltou que foi provocado pela Claudete, a que segundo ele, foi o pivô do crime”⁶⁷¹.

Novamente mais um exemplo de como a imprensa local tratava sobre caso de criminalidade que envolve indivíduos desprovidos do “progresso”. Assim sendo, sem citar fontes, ouvir testemunhas e acusado, sem se interessar pelo nome e sobrenome dos que presenciaram a infelicidade do destino de Odinéia Vilela de Moraes, a Gazeta do Interior informou que a vítima era uma prostituta. Ou seja, não houve preocupação do autor ou da

⁶⁶⁹ ALBA, Zaluar. *Op.Cit.*p.252.

⁶⁷⁰ Gazeta do Interior, 15/07/1980.p.

⁶⁷¹ Idem.

autora de informar sobre a origem social de Odinéia Vilela de Moraes e dos outros citados na notícia.

Dentro da relação entre agressor e vítima, o historiador Boris Fausto explicita que “os criminologistas têm salientado que em regra os acusados de homicídios dirigem seu ato contra pessoas a quem conhecem” como: parentes, vizinhos e amigos⁶⁷² e essa ação é facilitada em determinados dias (finais de semana e datas festivas) e lugares públicos (vendas e botequins, associada, na maioria dos casos, com embriaguez)⁶⁷³. Esse último se caracteriza como centro do lazer masculino, mas as mulheres circulavam nesses espaços, ou seja, “moças que vão a esses locais para comprar mercadorias e de mulheres consideradas de ‘má fama’ ”⁶⁷⁴.

Nesse sentido, o agressor Edilson Rocha da Costa e “seus companheiros” e a vítima Odinéia Vilela de Moraes e “suas sete amigas” se encontravam em um local de lazer masculino, no “boite do Arigó”. Por isso o jornal, sem citar fonte alguma, denomina Odinéia Vilela de prostituta. Mas seria ela uma mulher de “má fama”? Interessante perceber que o periódico somente revela os nomes completos do implicado e da vítima, como se fosse mais interessante apresentar identificação dessas pessoas para os leitores.

Em agosto de 1980, Maria dos Anjos Costa e Silva foi agredida violentamente pelo seu “amante, o fotógrafo Jaime José da Silva, o qual, segundo a reportagem com base nas testemunhas, sempre batia em sua companheira, porém, esta vez, foi mais violento pois se não fosse a ação da polícia ele poderia ter matado Maria dos Anjos⁶⁷⁵. A razão de tudo isso, segundo a vítima “é o ciúme doentio” e “raiva pelas filhas de Maria” que são de outro companheiro:

“Em consequência da agressão sofrida Maria dos anjos ficou em estado de saúde delicado, conforme o laudo médico fornecido pela Fundação SESP, pois apresentou escoriações na região nasal e no couro cabeludo. Ato covarde do fotógrafo Jaime é mais uma prova de que em mulher não se bate e nem com uma flor”⁶⁷⁶.

Nesse caso descrito acima, se destaca a intenção do texto jornalístico - da imprensa castanhalense - está mais interessado repassar as atitudes e temperamentos do que trazer uma reflexão social sobre o ato de violência, como que ocorreu da agressão que Jaime José da

⁶⁷² BORIS, Fausto. *Crime e Cotidiano em São Paulo (1880-1924)*. 2ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.p.137.B

⁶⁷³ Idem.p.137.

⁶⁷⁴ Idem.

⁶⁷⁵ Jornal do Interior, agosto de 1980.p.8.

⁶⁷⁶ Idem.

Silva cometeu sobre Maria dos Anjos da Costa e Silva. Isso é percebido pelas expressões utilizadas: “é o ciúme doentio” e “ato covarde”. Além de percebermos o tratamento irônico, preconceituoso e/ou pejorativo às mulheres, o responsável da matéria finaliza comentando que “mais uma prova de que em mulher não se bate e nem com uma flor”.

Os jornais impressos da “Cidade Modelo” informam também casos de atuação de “vigaristas” e de furtos. Como na notícia que se segue:

“Os malandros que se reúnem na esquina da Barão com a Máximo já estão chamando atenção dos populares que procuram o repórter para denunciar o fato. Acontece que os dois indivíduos, nos dias de feira, juntam-se a porta da Loja Jatene a fim de empurrar os ‘bagulhos’ no primeiro otário que aparecer. Mas é importante que se diga que suas vítimas geralmente entregam seu dinheiro aqueles facínoras”⁶⁷⁷.

Quem seriam “os dois indivíduos” ou “facínoras” que ficam na frente de uma loja comercial vendendo “bagulhos”? A imprensa os trata desses qualificativos porque eram, possivelmente, trabalhadores que exerciam uma atividade informal e que, por isso, incomodava ou se tornaram concorrente do estabelecimento comercial Loja Jatene. O mesmo texto jornalístico que comenta sobre esses “dois indivíduos” encerra a notícia afirmando que Castanhal está entregue aos “bandidos” e ainda incentiva que a polícia deve agir “para que dêem fim as suas [‘os facínoras’] nefastas carreiras de BANDOLEIRO DE ESQUINA!”.

Observemos como a notícia se encerra: com palavras em maiúscula e como se deveria destacar uma ação que mereça atenção de todos. Dessa forma, de acordo com Djalma Patrício, os títulos ou palavras com certas ênfases nos periódicos, são pensados – além de criar uma fisionomia – atingir certa “carga emotiva”, uma vez que têm “objetivo de influenciar o leitor sobre determinado tema ou tendência política, além do aumento de vendas” e, nesse sentido, segundo o autor, é comum nos jornais “títulos exagerados ou conservadores”⁶⁷⁸.

No dia 12 de março de 1980, houve um roubo de cr\$ 24.000, 00 cruzeiros de uma loja de ferragem que desapareceu depois do almoço. Ou seja, “em plena luz do dia”. Contudo, “na mesma noite do dia do assalto o gatuno resultou festejar seu curto sucesso”, pois comemorou o ato “em várias casas noturnas de Castanhal”. O autor do foi Hermes Pereira

⁶⁷⁷ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de dezembro.p.6.

⁶⁷⁸ PATRÍCIO, Djalma José. *Poder, grupos de pressão e os meios de comunicação*. Blumenau.Editora da FURB, 1990.p.140-141.

da Silva, vulgo “Caixa D’Água”, maranhense de Bacabal. O preso confessou que fingiu ser um cliente da loja e entrou para comprar um pincel, na distração de todos se escondeu numa caixa d’água Brasilit dentro da loja de ferragem. E, assim, no horário de almoço realizou o roubo.

O Jornal do Interior, abril de 1980, destaca que na cidade vinham agindo inúmeros “gatunos” os quais atuavam principalmente no conjunto Vila Rica, situada na Avenida Presidente Vargas, Centro. Nesse residencial, os “gatunos não escolhem mais horários para saquear” e as “donas de casas vivem se prevenindo contra os audaciosos bandidos”⁶⁷⁹.

“Dona Izanete acha que é quase impossível continuar morando naquele local, pois não aguenta mais as constantes pressões sofridas pelos bandidos que se não fosse a arma que usa em casa, já teriam lhe tirado a vida”⁶⁸⁰.

Exagero da imprensa ou a “Cidade Modelo” vivia sem segurança? A notícia acima nos leva a constatar que provavelmente a Dona Izanete poderia ser uma das poucas incluídas com crescimento urbano da cidade, pois a vila que ela reside se localiza à margem da Avenida Presidente Vargas/BR-316, centro, uma das áreas que estava em processo de reforma. Em quantos aos “gatunos” seriam aqueles que ficaram às margens do “progresso” da cidade.

Em outro caso de roubo, temos o desaparecimento de 50 mil cruzeiros do cofre de um depósito⁶⁸¹ e, com isso, vários funcionários do armazém se tornaram suspeitos. Mas o caso foi desvendado pelo delegado Elias Cordeiro que, de acordo com jornal, quem realizava o roubo era Ozemir Moraes Pantoja, vulgo “Baica”, 23 anos de idade, morador do Bairro Ianetama, casado e ex-funcionário do depósito e era auxiliado pelo seu irmão de 15 anos. O “elemento” tinha livre circulação na empresa e assim conseguiu furtar as chaves do cofre. Segundo a reportagem, o suspeito pretendia abrir um estabelecimento comercial com dinheiro do roubo.

Houve, nesse contexto, uma tentativa de assalto ao Banco do Brasil⁶⁸². Os “marginais” era Jailson Deodato e Claudemir Pessoa que segundo Jornal do Interior era “famosos assaltantes”⁶⁸³. Mas através de uma denúncia o sargento Lima e o Comissário Juarez foram até o banco; no entanto, os “bandidos” fugiram e foram perseguidos pelas ruas

⁶⁷⁹ Jornal do Interior, 08/04/1980.p.5.

⁶⁸⁰ Idem.

⁶⁸¹ Jornal do Interior, 05/05/1980.p.

⁶⁸² Jornal do Interior, 20/05/1980.p.8.

⁶⁸³ Idem.

de Castanhal pelo efetivo da polícia, levando troca de tiros pela cidade, causando pânico. A imprensa ressalta que os assaltantes estavam “emaconhados” e disseram que estavam em busca de um “conhecido ‘Boqueiro’”.

Apesar de afirmar que Jailson Deodato e Claudemir correspondiam a “famosos assaltantes”, o Jornal do Interior não apresenta maiores informações sobre os acusados e nem cita fontes da notícia, nem comentários do sargento Lima ou do Comissário Juarez e o periódico nem mencionou que tentou entrevistar os agentes de segurança sobre o fato. Além desses questionamentos, a matéria nos traz evidência sobre a presença de tráfico de drogas em Castanhal, pois, com uma linguagem coloquial ou preconceituosa, o jornal usa o termo “boqueiro”.

Encontramos algumas informações nos periódicos pesquisados que alguns “marginais”, “gatunos” e “bandidos”- como são denominados pela imprensa local- foram linchados por populares. Isso nos traz evidências que - em Castanhal - ocorria essa forma de mobilização popular de punição antes da eclosão da “Revolta do Pincel”, em 1987. Mas esse motim visava linchar os policiais culpados pela tortura do menor Carlos Alberto Costa Rodrigues. Assim, num trecho da reportagem que se segue temos exemplo dessa ação:

“A população castanhalense, sobressaltada com os constantes assaltos e arrombamentos que tem sofrido ultimamente resolve fazer justiça com as próprias mãos (...). Na madrugada do dia 15 o povo deu caça a dois bandidos que arrombaram, o Magazine Araújo, na Quintino Bocaiúva, e que tentavam se evadir pelos fundos. Logo a praça da Matriz ficou transformada em praça de guerra com mais de duzentos populares armados até os dentes. Os bandidos conseguiram fugir embrenhando-se num matagal, mas foram pressionados pelos populares que os cercaram por todos os lados e, ainda mais, mantinham intensa fuzilaria em direção ao mato. Os marginais, também armados de revólveres atiravam contra o povo, porém levaram desvantagem numérica. No final do tiroteio João Alvez, um dos assaltantes saía de mãos para cima pedindo clemência avisando que seu comparsa se encontrava gravemente ferido. O povo não atendeu o pedido de clemência e iniciaram o espancamento com ponta pés, pedradas, estacadas, socos que terminou com a chegada da polícia”⁶⁸⁴

Quem denunciou a tentativa de roubo dos dois assaltantes foi um garoto que estava na frente do estabelecimento que seria furtado, onde esperava um táxi. Assim, o menino avisou um guarda da prefeitura e a notícia se espalhou rapidamente, inclusive alcançou até um velório

⁶⁸⁴ Jornal de Castanhal, 23/12/1978.p.2

que ocorria na proximidade da prefeitura. Dessa forma, logo se reuniram um grupo significativo que iniciou a caça contra os bandidos.

Os foragidos realizaram uma grande fuga pulando muros e quintais e ainda tentaram fazer um empregado, chamado de “Tuía”, de uma residência de refém, tarefa logo abandonada. Os perseguidos atiraram contra a multidão e acabaram atingindo “um dos populares, Roberto da Silva Nazário, casado, 21 anos, que foi atingido de raspão no Tórax”. Tal ação faz aumentar ainda mais a fúria da turba. Mesmo com a chegada e da intervenção da polícia, sob a responsabilidade do Sargento Lima, não se evitou “que os bandidos fossem linchados impiedosamente”. Diante disso, o comissário Juarez Mourão e os soldados com muito esforço “tiraram os dois marginais das mãos da turba enfurecida”⁶⁸⁵.

De acordo com o jornal, os “marginais” eram de São Luís, Maranhão, e intencionavam realizar alguns arrombamentos e retornarem para o estado maranhense. Essa informação foi repassa pelo sobrevivente do linchamento, João Alves, que foi interrogado e seu companheiro de assalto não sobreviveu às agressões físicas da multidão.

Perante a explanação da notícia acima, devemos saber que essa matéria tem como título: “População reage contra assaltantes”. Pelo tema logo percebemos que o autor ou autora do texto jornalístico visava alcançar a provável comoção causada pela ação dos “marginais” e esse objetivo é logo reforçado no início do texto que diz que “a população castanhalense” andava “sobressaltada com os constantes assaltos”.

Nesse sentido, o Jornal de Castanhal buscava manter esse clima de alvoroço ao longo da notícia e isso é constatado pelos termos “justiça com próprias mãos”, “praça de guerra”, “populares armados até os dentes”, “atiravam contra o povo” e “pedindo clemência” são alguns exemplos escritos no texto com a intenção, como já refletimos mais acima, de repassar uma carga emotiva como estratégia de compartilhar o mesmo temperamento do leitor, porque a imprensa impressa disputam “mentes e corações” dos seus leitores⁶⁸⁶. Por isso, nos jornais e revistas – e também os demais veículos de comunicação - impera o mito da objetividade uma vez que os periódicos constroem uma opinião de acordo com grupo social e/ou a circunstância da edificação da matéria⁶⁸⁷.

⁶⁸⁵ Idem.

⁶⁸⁶ ROSSI, Clóvis. *Op.Cit.* p.9.

⁶⁸⁷ Idem.

Nesse sentido, o Jornal de Castanhal tinha interesse de repassar e partilhar da indignação da população castanhalense diante dos “constantes assaltos e arrombamentos”. No entanto, o mesmo periódico não fez uma reflexão das controvérsias da reforma urbana da cidade, isto é, não traz uma discussão se todos estão sendo beneficiados com “desenvolvimento” de Castanhal e quais os problemas sociais gerados pela expansão citadina.

Outro caso de linchamento envolveu o assaltante “Baianinho”, o qual tentou assaltar um motorista de táxi José Maria Duarte⁶⁸⁸. Essa atitude provocou a ira dos motoristas que o lincharam. Esse episódio levou o Juiz de Direito, Dr. Carlos Fernando Gonçalves a exigir do delegado Elias Cordeiro a investigar o fato e ouvir os motoristas que espancaram “Baianinho”.

Para melhor entendimento dos linchamentos, especialmente citados acima, no final dos anos de 1970 e ao longo da década de 1980, houve um aumento da criminalidade nas cidades brasileiras e nesse contexto da redemocratização também houve uma campanha – organizada pelos membros da classe média e instituições religiosas e laicas – para abolição da prática da tortura de presos comuns⁶⁸⁹. Mas, destaca o historiador brasileiro Thomas Skidmore, os idealizadores contra os abusos da segurança pública nas prisões encontraram dificuldade na sociedade civil:

“Os líderes da campanha pela abolição da tortura contra os presos comuns pertenciam à Igreja, à Ordem dos Advogados e aos meios intelectuais, sendo que o Cardeal Arns deu todo o apoio à Comissão Pastoral sobre os Direitos Humanos e os Marginalizados. Mas não conseguiram muito apoio, porque o público, inclusive muitos dos que haviam lutado contra a repressão, estava menos interessado no destino das vítimas comuns. Afinal, elas não tinham nome. Uma segunda razão para a falta de apoio à campanha era a raiva do povo por causa do aumento da criminalidade. Os roubos e assaltos cresceram no início dos anos 80, ou pelo menos a imprensa e o público assim pensavam. A ira do povo explodia em cenas de linchamento quando um suspeito em fuga era acuado pela multidão e morto a pancadas ou pontapés. Às vezes a polícia intervinha, mas em geral se limitava a assistir à chacina em que o povo dava vazão à sua fúria. Esta raiva era evidentemente a atitude necessária para apoiar uma campanha contra a violência policial. Pelo contrário, o público reagiu pedindo medidas policiais mais severas contra os suspeitos”⁶⁹⁰.

Deste modo, a ação violenta da multidão contra suspeitos na “Cidade Modelo” trata-se de um fenômeno social que ocorria em todo Brasil. Ou seja, dentro do discurso de

⁶⁸⁸ Jornal do Interior, 04/03/190.p.6

⁶⁸⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.p.582-583.

⁶⁹⁰ Idem.

“desenvolvimento” e “progresso”, construído e alimentado pela elite política e divulgada pelos jornais impressos, Castanhal também vivia com problemas de violência urbana. Mas essa questão não é refletida e nem associada ao contexto que país passava e os jornais castanhalenses e seus textos jornalísticos tratam o fato isolado e em consonância com atitude dos populares. Isso fica evidente, no caso do linchamento do “Baianinho”, que Jornal do Interior direciona críticas ao juiz Carlos Fernando Gonçalves que exigiu do delegado Elias Cordeiro que atuasse os linchadores⁶⁹¹ e o texto completou:

“Que foram julgados, condenados e estão soltos aí na rua, zombado daqueles que o condenaram. Isso é que deveriam se preocupar, pois o fato em si é um acinte, verdadeira imoralidade, principalmente numa cidade que tem foros de modelo. Não temos nada contra quem quer que seja, mas pelo menos que haja justiça, com justiça”⁶⁹².

Esse argumento do Jornal do Interior vai ao encontro daquilo que Thomas Skidmore afirmou na final de sua citação: ressalta que o público é favorável às atitudes mais rigorosas da polícia contra os suspeitos. Assim sendo, para o periódico castanhalense, além de defender o linchamento contra “criminosos”, era inadmissível a prática de furtos e de roubos para uma cidade que tem título de “Modelo”, ou seja, o periódico realizou uma leitura reacionária, moralista, limitada e elitizada dos problemas urbanos de Castanhal.

A imprensa castanhalense também destaca um caso de embriaguez na área urbana, acompanhada de um discurso moralista. Começamos a narrar um caso inusitado que tem como título “Em Castanhal o mistério da casa mal-assombrada”⁶⁹³.

A casa mal-assombrada ou “humilde barraca”, como se refere o jornal, se localizava no Bairro do Ianetama, na Rua da Piscina. Seus moradores começaram a presenciar fatos sobrenaturais no interior da casa como cair barro sobre os residentes e dos pratos, especialmente no momento do almoço: “ao disporem na mesa para a refeição, seus pratos com comida ficavam repletos de barro”. Esses acontecimentos fizeram a proprietária da “humilde barraca”, Sra. Raimunda, ficar enferma gravemente.

“João Carvalho de Lima, proprietário da casa mal-assombrada, conta que se mudaram de Igarapé-Açu devido aos casos de assombração que lá vinham ocorrendo, não com tanta frequência como agora, aqui em Castanhal (...). Chegando a Castanhal, tudo parecia ter cessado quando de repente recomeçaram as turbulência. Objetos que caem e se espatifam no chão, pedras, e outros fenômenos de

⁶⁹¹ Idem.

⁶⁹² Idem.

⁶⁹³ Jornal de Castanhal, segunda quinzena de dezembro de 1978/1979.5.

deslocamentos de objeto. Dona Sebastiana, proprietária da casa [e/ou outra residente], teve certa vez, seus olhos atingidos por um punhado de areia surgindo do nada. Desde então dona Sebastiana adoeceu e não quer mais sair do quarto”⁶⁹⁴.

João Carvalho de Lima e Dona Sebastiana migraram para Castanhal, no contexto da expansão urbana da cidade, fugindo de estranhos acontecimentos que ocorriam na sua antiga casa, em Igarapé-Açu. Contudo, essas ações fantásticas passavam de uma farsa e quem as revelou foram os vizinhos de João Carvalho de Lima e, segundo Jornal de Castanhal, eles afirmaram que era o proprietário vivia embriagado⁶⁹⁵. Assim provocava turbulência na “barraca” e os moradores diziam mais: “além de ser um bebedor inveterado é um péssimo pai de família”⁶⁹⁶; por esse motivo que família de João Carvalho de Lima emigrou da cidade de Igarapé-Açu:

“Saíram de Igarapé-Açu pressionado pelos vizinhos que flagraram-nos no momento da fraude. Além disso o ‘zeloso’ chefe de família, João Carvalho de Lima, chegava diariamente embriagado e ‘botava pra quebrar’. Saindo dando tabefes, pescoções e cocorotes nos filhos, surrando a mulher até prostrá-la. Quando procurado pelos vizinhos que estranhavam a barulheira que João Lima fazia, geralmente durante a noite, inventou a história de que a casa era assombrada e que os objetos se moviam sozinhos (...). O vizinho de João Lima, morador antigo do local, sr. João Batista, declarou: ‘Isto é cachaça e não assombração’ ”⁶⁹⁷.

Este era o caso de um sujeito embriagado que espancava sua família. De acordo com o periódico, João Batista sempre testemunhava esse comportamento, chegando a presenciar João Carvalho Lima “completamente embriagado e fora de si, estava enforcando sua filha de oito anos”⁶⁹⁸. Apesar de toda a revelação, os moradores da Rua da Piscina ainda acreditam que se tratava de assombração.

Em outro fato de embriaguez que causou “um verdadeiro escândalo de rua” e que atraiu considerável número de curiosos foi a briga de dois homens que se iniciou no interior do bar chamado Bolinha e se estendeu para via pública⁶⁹⁹. Um fragmento da reportagem, tendo como título “Peixe frito, cachaça e muita porrada!”⁷⁰⁰, esclarece um pouco desse acontecimento:

“Uma posta de peixe frito, foi motivo suficiente para um verdadeiro escândalo de rua, onde dois homens degladiavam-se atraindo grande número de populares. No bar

⁶⁹⁴ Idem.

⁶⁹⁵ Jornal de Castanhal, 27 e 28/01/1979.p.7.

⁶⁹⁶ Idem.

⁶⁹⁷ Idem.

⁶⁹⁸ Idem.

⁶⁹⁹ Jornal do Interior, 11/03/1980.p.8.

⁷⁰⁰ Idem.

do Bolinha, bebiam durante várias horas dois elementos que aparentemente consideravam-se que fossem amigos. Depois de muita cachaça os dois optaram por um tira-gosto, então chamaram o garçom e solicitaram duas postas de peixe frito e pimenta. O garçom imediatamente atendeu à solicitação, trazendo o peixe frito e pimenta. De repente os dois companheiros de copo começaram a insultar-se mutuamente, com um farto dicionário pornográfico e com isso não foi suficiente, partiram para o meio da rua e ‘o bofete começou no centro’. Os populares em volta ficavam bastante indecisos diante da atitude de apartar a briga, pois ainda não conheciam os motivos e nem sequer quem estava com a razão. A explicação partiu então do garçom do bar que tudo assistira do início ao fim: Os dois até então da chegada do tira-gosto bebiam em paz, depois que veio o peixe frito, surgiu então a intriga. Um deles solicitou ao companheiro que deixasse o pedaço de peixe que tinha o rabo, pois adorava o rabo, mas não foi atendido porque o outro também era apreciador de rabo. A falta de entendimento por causa do rabo, terminou por gerar uma pesada com farta troca de ofensas com o ‘nome da mãe’. Não sendo suficiente para decidir quem ficava com o rabo partiram para o meio da rua e a bolachada foi demorada. Moral da história: ‘Por causa de um bom rabo, muitas vezes se perde a cabeça’. Dois brigões, um era morador do bairro do Milagre, passagem Raimundo Olímpio (...) e o outro do bairro Pirapora (...)”⁷⁰¹.

Nas primeiras linhas do texto o autor classificou o fato como “escândalo de rua”, ficando claro o posicionamento moralizador do jornal. Esse tratamento é marcado também por outras referências como: “bebiam durante várias horas dois elementos”, “companheiros de copo”, “o bofete começou no centro” e “bolachada foi demorada”. Essas menções talvez sejam destinadas para aqueles que agem de maneira incompatível com a “evolução” da cidade e, acima de tudo, os meios de comunicação impresso – como já salientamos – eram mantidos pela elite política e econômica da cidade. Nesse sentido, como os “dois brigões” pertencem a camada baixa da sociedade castanhalense são tratados pelo periódico de maneira sarcástica, especialmente quando se explana a razão do confronto entre eles.

Outra notícia, José de Almeida do Vale, 27 anos e morador do bairro da COHAB, foi detido pelo delegado Elias Cordeiro. A razão da prisão, José de Almeida do Vale pegou um táxi e “pediu ao motorista que conduzisse até o bairro da COHAB”. No fim da corrida o taxista o cobrou cr\$80, 00 cruzeiros.

Com isso, José de Almeida diz que não pagaria e de imediato o motorista o levou para delegacia municipal. E no distrito de polícia José de Almeida foi interrogado e diz que não pagou porque estava sem “grana”. Como não portava com os documentos pessoais e “completamente bêbado, José permaneceu hospedado em uma das celas da Delegacia até que possa soldar sua dívida”⁷⁰².

⁷⁰¹ Idem.

⁷⁰² Jornal do Interior, 06/06/1980.p.8.

Na Rua D. Pedro II, a doméstica Izabel Monteiro da Silva, 35 anos, quase foi agredida pelo seu vizinho, Daniel de Tal, vulgo “Pinguço”, o qual tentou – após beber em um bar- “arrombar” a casa de Izabel Silva e “espancá-la”, sem saber dos motivos. A imprensa ressalta que ela comentou que seu marido estava ausente e quase sofreu um aborto, já que Izabel Monteiro se encontrava gestante⁷⁰³.

Com base nessas informações jornalísticas, a preocupação em destacar esses casos de embriaguez nas páginas dos periódicos castanhalenses provavelmente esteja também associada com a intenção de manter a ordem pública. No código de postura da cidade de Belém, do final do século XIX e o início do século XX, José Ronaldo Trindade ressalta “que qualquer pessoa que fosse encontrada vagando embriagada pelas ruas da cidade seria detida nas estações policiais, até que ficasse sóbrio”⁷⁰⁴.

Essa punição, de acordo com Trindade, foi exercida com base nas primícias de que “o homem sadio e honesto” é que contribuiu para o “progresso” e a “civilização” - no contexto do século XIX em que Belém e Manaus se beneficiavam com a exportação do látex - do norte a partir do trabalho⁷⁰⁵. Esses aspectos - continua Trindade -, para elite de Belém, eram incompatíveis com uma vida “desregrada e tomada por vícios”⁷⁰⁶.

Nesse sentido, Boris Fausto desenvolveu um estudo sobre crime e criminalidade em São Paulo, final do século XIX e início do século XX; e mostra como o poder público e elite paulista tinha a “preocupação de controlar, de classificar” todos aqueles – prostitutas, vadios e organizadores do movimento operário- que representavam uma ameaça para ordem moral, o trabalho e social da cidade de São Paulo⁷⁰⁷.

O estudo do historiador constata que a vadiagem seria um processo de formação de um infrator e a segurança pública inseriu os mendigos na categoria de vadios⁷⁰⁸. Com isso, a ameaça dessa “categoria social” se manifestava como vinha agindo pelas ruas da cidade; assim sendo, “a embriaguez aproxima-se da desordem na medida em que reflete como uma preocupação com o comportamento das pessoas em público”⁷⁰⁹. Deste modo, não temos

⁷⁰³ Jornal do Interior, 06/08/1980.p.8.

⁷⁰⁴ TRINDADE, José Ronaldo. Op.Cit.p.102.

⁷⁰⁵ Idem.p.102-103.

⁷⁰⁶ Idem.

⁷⁰⁷ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano em São Paulo (1880-1924)*. 2ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.p.21.

⁷⁰⁸ Idem.p.46.

⁷⁰⁹ Idem.p.46.

fontes ou quaisquer outras evidências se a polícia de Castanhal atuava em repreender pessoas sob efeito do álcool. Mas a imprensa castanhalense, já destacada acima, repudiava o comportamento público de pessoas embriagadas através de uma linguagem moralista e sarcástica. Diante dessas considerações, possivelmente os periódicos possuíam uma preocupação com a ordem social e pública da “Cidade Modelo”.

É relevante destacar que as nossas fontes periódicas também apontaram para alguns possíveis membros da camada média social de Castanhal envolvidos com atos violentos. Deste modo, um indivíduo que aparece nas páginas da imprensa de Castanhal é um sujeito chamado A.J. : comerciante que possuía uma vida de “contravenções” sob a imagem de homem próspero. A imprensa castanhalense o classifica como homicida porque era “acusado da morte de um rapaz de família pobre e que na época tinha apenas 17 anos da idade”⁷¹⁰.

Diante disso, os documentos jornalísticos ressaltam que havia testemunhas que poderiam apontar A.J. como autor do homicídio, mas elas desapareceram:

“As pessoas arroladas como testemunhas contra o Sr. Antônio Januário, como que por encanto, sumiram de Castanhal, misteriosamente. A testemunha mais importante era uma meretriz e outra testemunha era um motorista de caminhão”⁷¹¹.

As fontes mencionadas ressaltam que as autoridades judiciárias fizeram procuração das testemunhas, mas o jornal criticou o descaso das autoridades e, razão disso, segundo o periódico *Gazeta do Interior*, porque a vítima pertencia à família humilde. É relevante destacar que o jornal menciona que o “contraventor” não era natural de Castanhal e associa suas práticas ilegais com os crimes que ocorriam na cidade e o órgão de comunicação enfatiza que a violência tem “sido cometidos por essas pessoas que vieram de outros Estados”⁷¹². Ou seja, o jornal recorreu ao discurso de que o “outro” e/ou imigrante⁷¹³, como supramencionado, são os responsáveis pela onda de violência que tomava a cidade. Assim sendo, sem realizar de fato um debate dos contrastes sociais que Castanhal vivia.

Por esse motivo, talvez por não ter nascido na cidade, A.J. não foi poupado pelas páginas dos jornais locais, mesmo sendo um próspero comerciante, pois foi apontado como

⁷¹⁰ Usamos apenas as iniciais A.J. com base na recomendação dos entrevistados e de outros colaboradores desta dissertação. Sobre A.J. consultar os periódicos : *Novo Horizonte*, 05/03/1979.p.7. ; *Jornal do Interior*, 06/08/1980.p.8.; e *Gazeta do Interior*, 29/05/ e 15/06/1981.p.8.

⁷¹¹ *Gazeta do Interior*, 29/05/ e 15/06/1981.p.8

⁷¹² *Idem*.

⁷¹³ ALBA, Zaluar.Op.Cit.p.248.

homicida, contrabandista e “chefe de quadrilha de assaltante”⁷¹⁴. Mais ainda, A.J. foi acusado pelo “Sargento Lima [porque] andava a contratar famosos marginais daqui e de outros Estados, para operarem em Castanhal”⁷¹⁵. Em agosto de 1980, o Jornal do Interior comentou que A. J. tinha ligação com arrombadores profissionais de Bacabal, Maranhão. Entre os membros foram constatados Reginaldo Soares, 20 anos, Johnson (chefe), “Boiadeiro” e “Diabo Louro”, que vinham agindo em Castanhal; e A.J. seria como um receptor dos furtos⁷¹⁶.

Inclusive, em junho de 1980, Fernando José Lima, vulgo “Nêgo”, maranhense, 30 anos, sem residência fixa, foi detido próximo ao comércio A.J. Segundo a imprensa, “Negô” era arrombador profissional e disse que não ficaria por muito tempo na cadeia porque tinha um padrinho forte, ou seja, o jornal tinha intenção de fazer uma ligação entre Fernando José Lima e A.J.⁷¹⁷.

Retornado às fontes orais, constatamos no depoimento de Açuélio Porpino - o qual nos apresentou relevantes relatos sobre as transformações urbanas no espaço citadino castanhalense no segundo capítulo - outros exemplos de casos de violência praticados por pessoas vindas da camada média e ainda destacou atuação de um grupo de nordestinos que causavam temor em Castanhal:

“A única coisa que as pessoas temiam era porque chegava, de vez em quando, os nordestinos...eles vinham, fretavam caminhão e vinham não sei de onde, por aí, e saiam atirando no meio da rua. O único cara perigoso que tinha aqui, já morreu, era o filho do finado Raul Ferreira. Esse era perigoso..., nos anos 60, 70. Um dia, eu tomando tacacá, bem no canto da Máximo com a Barão (...), tinha tacacazeira, Dona Nenê. Lá pessoal se juntava, e sabe como é, onde tem um local específico, agente se concentrava, né? Esse dia vi os soldados lá, tinha quatro soldados, o destacamento já tinha aumentado um pouco (...). Onde era o Jomóveis, era o Merendinha Bar (...). aí davam uma festa...o que aconteceu? Juarez não era delegado ainda. Esse Raul vem, encosta lá, no posto que era dos Magalhães, naquela época...aí, não sei por que motivo, ele discutiu com o dono, da família Magalhães, tá...saiu de lá...deram parte dele. Isso ele vem, vem pra entrar na festa do Merendinha. Lá o Juarez empata de ele entrar. O que ele faz, ele vai na fazenda dele, entendeu...pega o carro, com os capangas, vem com uma metralhadora, fuzil, não sei o que era. Aí ele chega, chega lá do outro lado da Barão (...), larga bala pra lá. Aí o Juarez fechou e largou bala...só que aqui...saiu rudiando, largado bala e o que aconteceu ...ele acertou o rapaz. Mas ele não tá sabendo que feriu ninguém, né. Foi pro rumo do Cutia. Tudo mundo sabe da situação na hora, né. O rapaz morreu, aí... e os soldados lá. Nessa hora fui pra casa pra prontar pra ir pro rumo do Cutia. Aí sai e depois ouvi aquela zuada, aquele tiro tátátátá...era os nordestinos. Já tinham passado no Esso e tinha sabido da papagaida do Raul, que fez né. Aí rumo daqui

⁷¹⁴ Gazeta do Interior, 29/05/ e 15/06/1981.p.8

⁷¹⁵ Jornal do Interior, 06/08/1980.p.8

⁷¹⁶ Idem.

⁷¹⁷ Idem.

tátátá (...)...já lá pra dentro, né. Aí pegaram...viram o carro de lá, secaram os pneus tudinho logo e foi pro rumo do Cutia...chegando lá: ‘Quem é o machão aqui, que diz machão dá dando em todo mundo aqui’, os nordestinos. Não moram aqui, vieram no caminhão pra farriar...isso não vi, mas os meus colegas que viram lá, estavam lá...os nordestinos que davam com a costa do terçado, com chapéu: ‘Lá na nossa terra, agente faz isso com, com cabouco que é brabo’. A metralhadora tinha deixado no carro dele, tava desarmado. Deus me livre se tivesse armado com os capangas. Os nordestinos eram muito, era caminhão cheio de gente. Aí voltaram...tirando de novo...foi embora...tomaram umas...nessa hora que os soldados acharam de ir atrás do Raul que receberam ordem porque rapaz morreu...chegaram lá, o Raul vinha ver o carro dele, né. Viu o pneu furado, tava mexendo carro dele, aí de longe eles atiraram...até hoje me lembro o nome do soldado, era Joaquim Belém, que tirou nele, aqui na virília, tiro de fuzil...aí trouxeram esse cabouco pra SESP, aí. Ah, rapaz, queria trazer o padre pra dar extrema unção nele...tava morto, mas não morreu...ah, rapaz, esse cara chamava cada nome pro Padre. O cara era brabo mesmo. Prenderam ele do jeito mesmo, tava desarmado”⁷¹⁸.

A nossa grande dúvida está relacionada com o bando de nordestino que chegava de caminhão e provocava medo aos castanhalenses. Na atas da Câmara Municipal de Castanhal, de 1960 até 1972, não encontramos evidências sobre esse bando. Nem em outros memorialistas. Diante disso, essa memória de Açuélio Porpino talvez seja anterior ao período proposto da nossa pesquisa e, provavelmente, suas lembranças se mesclaram com fatos e com tempo distintos. Mas, de qualquer forma, são evidências que a cidade não era pacífica dentro do tempo que realizamos esse estudo. Ou melhor, já havia um imaginário consolidado do perigo de viver em uma cidade em pleno desenvolvimento e servir de referência para imigrantes de outras regiões do estado e do país.

Um comentário do Delegado Elias Cordeiro sobre as ondas de criminalidade em Castanhal naqueles finais dos anos de 1970 e o início de 1980, nos faz nos refletir junto com a questão dos problemas de infraestruturas, os contrastes que a “Cidade Modelo” vivia:

“Disse ser próprio do desenvolvimento de uma cidade que quando cresce, é acompanhada de perto, tanto pelo desenvolvimento social, político e econômico, quanto pelo aumento do índice de criminalidade. ‘Não é de se estranhar’, disse o delegado, que Castanhal com aproximadamente 70 mil habitantes, tenha quatro casos de homicídios, 12 de lesões corporais e mais de trinta casos de sedução de menor, bem como arrombamento e alguns casos de assaltos a mão armada.

(...)

Segundo informou o delegado, sedução e estupro, ainda são os principais crimes ocorridos, em Castanhal. Anualmente, ocorreram de trinta a quarenta casos de sedução de menores, principalmente na faixa de 14 a 16 anos. Quando isso acontece, os processos são efetuados e remetidos para a justiça.

⁷¹⁸ Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2012, em sua residência.

(...) Outra preocupação do delegado, refere-se aos inúmeros assassinos que transitam livremente pela cidade. Disse o delegado, o que não se deve culpar a polícia, muito menos a justiça por deixarem elementos perigosos transitando por aí. Ele ainda explicou que com essa mudança nas leis, ficou uma margem muito grande para que muitos advogados conseguissem um relaxamento da prisão para que seus clientes aguardam em liberdade o terminar o processo”⁷¹⁹.

No início desse fragmento acima, o texto começa com comentário do delegado Elias Cordeiro afirmando que toda onda de criminalidade em Castanhal está associada com “desenvolvimento” da cidade. Ou seja, de acordo com jornal que publicou essa notícia, o agente da segurança pública considerava natural a onda de violência com crescimento urbano da cidade. Nesse sentido, a ideia apresentada do delegado se aproxima do discurso ideológico da imprensa, pois também não realiza uma profunda reflexão dos problemas sociais que a cidade passava naquele contexto da intensa mudança da paisagem do centro urbano de Castanhal.

É importante ressaltar que a violência, provavelmente, já preocupasse os castanhalenses antes mesmo das mudanças urbanas na cidade, ocorridas a partir de 1960. Contudo, notamos como a imprensa de Castanhal, no final dos anos de 1970 e o início de 1980, tratou o tema da violência: que se caracterizou através de uma linguagem depreciativa e/ou preconceituosa. E existe outra questão que nos inquieta: quem eram os leitores dos periódicos Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e da Gazeta do Interior? Segundo Clóvis Rossi, os leitores de revistas e jornais de um país que se lê pouco é constituído de “classe média (média alta ou média média), o principal consumidor da imprensa escrita”⁷²⁰. Então, há grande possibilidades da camada média castanhalense que consumia os periódicos locais. Por isso os autores e autoras construíram textos menosprezando as pessoas acusadas de cometerem delitos, especialmente de grupo social de baixa renda.

Alba Zaluar nos traz uma reflexão sobre como é tratado o tema da violência nos meios de comunicação:

“As notícias de violência tornaram-se mercadorias. Elas vendem bem o veículo, quanto mais sensacionalista e impactante forem. Em veículos que passam um discurso da seriedade, o próprio conceito de violência tem sido usado de maneira abusiva para encobrir qualquer acontecimento ou problema visto como socialmente

⁷¹⁹ Jornal de Interior, 29/10/1980.p.10.

⁷²⁰ ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo. Brasiliense, 2007.p.8.

ruim ou ideologicamente condenável, resultando disso a confusão com a desigualdade social, a miséria e outros fenômenos”⁷²¹.

Os jornais consultados da “Cidade Modelo” não se utilizaram de maneira intensa o tema da violência, pois o assunto não é destacado nas capas dos periódicos e se encontra entre as últimas páginas e sendo textos curtos. Entretanto, como foi exposta ao longo deste item, a imprensa local tratou os delitos como práticas incompatíveis com a “evolução” da cidade e se utilizou de um discurso moralizador e carregado de preconceitos aos grupos mais desfavorecidos com a reforma urbana. Isso faz sentido porque esses jornais faziam, com apoio financeiro da prefeitura e dos estabelecimentos comerciais, constantes propagandas que Castanhal passava por um processo de “desenvolvimento” e de “progresso”.

4.2. A cidade e seu “antro de prostituição”

Um espaço que foi alvo da imprensa castanhalense, entre os anos de 1978 a 1980, foram os “cabarés”. Deste modo, utilizando-se discurso moralista, os jornais da “Cidade Modelo” direcionaram duras críticas a esses lugares de prostituição no contexto em que Castanhal vivia sua “evolução”, “desenvolvimento” e “progresso”. Nesse sentido, os periódicos da cidade defenderam intervenções mais rígidas das autoridades públicas sobre os espaços que representavam a imoralidade.

Na capital paraense, no final do século XIX e o início do século XX, as elites política, econômica e letrada promoveram uma campanha contra cortiços, bordeis e prostitutas no contexto em que o poder público buscava “sanear a vida dos habitantes da cidade”⁷²². Deste modo, a administração municipal de Belém se empenhou, principalmente, na demolição de cortiços e de outras habitações coletivas populares, porque eram lugares que, segundo as autoridades políticas, moravam às prostitutas e estas ameaçavam a ordem social, a moral e os bons costumes ⁷²³.

⁷²¹ ZALUAR, Alba. *Op.Cit.*p.247.

⁷²² A dissertação de José Ronaldo Trindade investiga o cotidiano e os sujeitos sociais que faziam parte do bairro de Campina, em 1880 a 1900, segundo bairro mais antigo de Belém e que se passou a se denominar de bairro do “Comércio”. Campina era uma área da cidade que reunia os despossuídos, como, por exemplo, as mulheres pobres que buscavam inúmeras estratégias de sobrevivência. Ver. TRINDADE, José Ronaldo. *Errantes da Campina: Belém, 1880-1900*. Dissertação de Mestrado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.p.87.

⁷²³ Idem.

Além disso, a imprensa belenense associou os corpos das meretrizes como um lugar que se contraíam doenças, cuja mentalidade estava inserida numa conjuntura em que a medicina objetivava suprimir todas as possibilidades de contágio⁷²⁴. Por isso, “lançou essas mulheres [prostitutas] ao topo da lista dos inimigos públicos das autoridades belemitas”, assim como os bordeis⁷²⁵. Em Castanhal, nos anos de 1960, 1970, não encontramos nenhum discurso higienista paralelo à propaganda de “progresso”. Contudo, para imprensa local, seria inaceitável a permanência de “cabarés”, porque supomos que estes não se inseriam nos exemplos de conduta condizente a uma cidade que ganhava um novo aspecto urbano.

Com relação a prostituição e/ou a exploração desse serviço, de acordo com Mary Del Priore, o Brasil, especialmente a região sudeste, viveu um grande impulso no final da década de 1970:

“Sua presença [prostitutas] em boates, *nightclubs* e todo tipo de casa noturna azeitava o faturamento da indústria da prostituição, um negócio com muitos interesses (...). Não só o preço das prostitutas subia, mas também a venda de bebidas alcoólicas e drogas, a frequência de hotéis e motéis e até porteiros de boates eram beneficiados. Em 1973, apenas em São Paulo, a polícia calculava haver 10.000 prostitutas, sendo 4.000 cadastradas (...). Todo esse aumento da prostituição, no entanto, não era coibido pela polícia, uma vez que vender sexo não é crime”⁷²⁶.

Com base nessa reflexão, não encontramos evidências – seja nas fontes orais ou documentos oficiais e impressos – se existia uma indústria da prostituição ou multiplicação de boates no espaço urbano de Castanhal. Contudo, mesmo a prostituição não sendo considerada uma atividade ilegal, os periódicos castanhalenses avocaram as autoridades políticas e da segurança pública que reagissem contra os “cabarés”.

Talvez a preocupação moral da imprensa esteja associada também à proteção da família e o comportamento público, uma vez que, conforme contatou Boris Fausto, em São Paulo do final do século XIX e princípio do século XX, a polícia exercia “como agente controle” contra grupos que ameaçavam a ordem social e, dessa forma, estavam incluídos os “vadios”, que afrontavam o trabalho; e o “segmento marginal da população feminina” que

⁷²⁴ Idem.p.90.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ DEL PRIORE, Mary. *História Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2011.p.220.

“não enquadrava nos padrões morais de comportamento e na proteção do circuito familiar”⁷²⁷.

Diante dessas considerações, encontramos notícias sobre crimes ocorridos em “cabarés” que reforçam oposição a esses locais. Assim, numa quinta-feira de dezembro de 1978, na boite Açaizal, a meretriz Maria de Fátima foi assassinada com facadas. Com isso, a polícia foi imediatamente convocada para ir ao local do crime⁷²⁸. Sobre o “Açaizal”, o órgão de comunicação ressalta que o “prostíbulo tem sido palco dos mais bárbaros crimes desde a sua abertura”⁷²⁹.

Na boate Joinha, localizada na Alameda Liberdade, Bairro da Estrela, “um antro onde se reúnem marginais e prostitutas”, foi assassinado Haroldo Cardoso Coelho, peixeiro, 22 anos, paraense, morador do Bairro da Estrela⁷³⁰. A vítima estava bebendo “desde cedo” com seu agressor, Nestor Ferreira de Souza, 50 anos, trabalhador braçal, casado e paraense, também morador do Bairro da Estrela.

Os dois iniciaram uma briga “devido ao pagamento de bebidas” e isso levou Nestor Ferreira a ferir uma facada no peito esquerdo de Haroldo Cardoso, o qual foi socorrido, mas não resistiu. O assassino foi detido pelo Comissário Raimundo Lima.

No mês seguinte, maio de 1980, Joinha foi palco de mais uma tragédia. A prostituta, “conhecida apenas por Maria”, esfaqueou várias vezes o jovem peixeiro Carlinhos⁷³¹. A meretriz reagiu dessa maneira porque Carlinhos havia desferido uma tapa, provocando a reação de Maria. Socorrido pelos frequentadores, Carlinhos foi conduzido à Clínica Magalhães. Diante desses dois acontecimentos, o Jornal do Interior escreveu:

“A boite ‘Joinha’ é conhecido por reunir marginais e de toda espécie que provocam brigas, perturbando o sossego dos que residiam às proximidades e que são obrigados a tolerar essa situação”⁷³².

Nos fatos informados acima, é interessante observar como o jornal tratava a Boate Joinha, considerada como um “antro”, isto é, um lugar fora do eixo da “evolução” da “Cidade

⁷²⁷ Código Penal brasileiro do século XIX não considera a prostituição uma prática de delito. Ver: BORIS, Fausto. Crime e Cotidiano em São Paulo (1880-1924). 2ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.p.

⁷²⁸ Jornal de Castanhal, 23/12/1978.p.12.

⁷²⁹ Idem.

⁷³⁰ Jornal do Interior, 20/04/1980.p.8.

⁷³¹ Jornal do Interior, 28/05/1980.p.

⁷³² Idem.

Modelo”, um covil que reunia pessoas que possuíam comportamentos desviantes da moral e provocadores da desordem da sociedade castanhalense. Isto é, essas qualificações construídas pela imprensa se aproximam daquilo que foi denominado de “classes perigosas”, o qual foi estabelecido, de acordo com Sidney Chalhoub, pelos parlamentares do Rio de Janeiro – na segunda metade do século XIX – que associaram pobres viciosos – “suspeita de não trabalho” - ou não como ameaças à ordem pública⁷³³.

Em agosto de 1979, a Gazeta do Interior expõe uma pequena nota que evidenciou condição de trabalho das meretrizes que moram nesses “prostíbulos”:

“É uma vergonha a prática de tráfico de mulheres em nossa cidade. Verdadeiras escravas brancas são mantidas aprisionadas nos prostíbulos de Castanhal. Várias pessoas influentes, de nossa sociedade, participam deste comércio excuso”⁷³⁴

Provavelmente seriam mulheres imigrantes submetidas ou que optaram à prostituição ou poderia ser uma notícia sem provas que periódico forjou para haver razões de combater esses espaços. Outra questão, que a nota nos chama atenção era o fato que “pessoas influentes” frequentavam esses locais. Mas o jornal não revela quem são essas pessoas.

Em 1978, Novo Horizonte publica um texto, intitulado “Prostituição funciona com o Beneplácito de políticos e polícias” ressaltando que as “as casas de tolerância”, que além de estar “infestando o centro de Castanhal”, as autoridades públicas não tem interesse de combatê-las⁷³⁵. Ou seja, para o meio de comunicação impresso era necessário um controle sobre esses locais e as pessoas que as frequentavam.

Nesse sentido, encontramos nos jornais intensas críticas direcionadas a João Aurora que era morador no Bairro do Milagre e possuía um estabelecimento à margem da Rodovia Belém-Brasília⁷³⁶, considerado, segundo Novo Horizonte, um lugar de “exploração da prostituição” e local de “bocas-de-fumo”⁷³⁷. O jornal ressaltou que a prefeitura tinha interesse de removê-lo porque, no mesmo local, a administração municipal estava construindo a “Praça do Rogélio Fernandez e o Quartel do Exército”.

⁷³³ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.p.20-26.

⁷³⁴ Gazeta do Interior, Agosto de 1979.p.6.

⁷³⁵ Novo Horizonte, 30/11 a 15/12/1978.p.6

⁷³⁶ Sobre João Aurora encontramos informações nos jornais Gazeta do Interior, Novo Horizonte e Jornal de Castanhal, entre os anos de 1978 a 1980.

⁷³⁷ Novo Horizonte, 30/11 a 15/12/1978.p.6.

Não obstante, de acordo com periódico, João Aurora não aceitava a remoção do seu estabelecimento, mesmo a prefeitura dando prazo para “retirar seus pertences”⁷³⁸. O Jornal de Castanhal assegurou que a prefeitura chegou a demolir alguns barracos que pertenciam a João Aurora e essa retirada visava a facilitar a obra que ergueria o Tiro de Guerra, núcleo do Exército⁷³⁹.

A resistência de João Aurora ocorre, segundo Novo Horizonte, porque “ainda existam pessoas que se prestem para esse tipo de coisa, que é dar preferência para um cabaré em vez de um serviço para a coletividade”⁷⁴⁰. Aqui fica claro a linguagem depreciativa do jornal que foi direcionada a João Aurora, como também podemos relacionar esse tratamento para os “cabarés” e para as pessoas que frequentavam esses lugares.

As críticas a João Aurora continuaram no jornal Novo Horizonte, no início de 1979, no texto “ONDE ESTÁ A MORAL?”. A reportagem denominava o proprietário do “cabaré” de: “João Aurora, o Patrono da Prostituição” e comentava que o cabaré é “todo poderoso” e procurava “desafiar o tempo”⁷⁴¹. Ainda direciona crítica a polícia da cidade:

“Todo mundo sabe. Apenas a polícia não. Ali tem se tornado um antro de desordens de toda espécie, com brigas constantes, sendo o ponto de atração dos maconheiros e marginais que recebem toda cobertura do ‘Patrono’”⁷⁴².

De maneira enérgica, a imprensa tinha a intenção de divulgar a necessidade de uma intervenção da segurança pública no “antro” do “Patrono da Prostituição”. Por isso, como estratégia de tentar estimular uma reação do poder público, Novo Horizonte taxou, de forma irônica – quando dizia: “Todo mundo sabe. Apenas a polícia não” -, a omissão da polícia da cidade.

Em maio de 1979, ocorreu um crime no “cabaré do João Aurora”. Uma prostituta foi assassinada, mas o texto não esclarece como ocorreu o assassinato⁷⁴³. Com isso, segundo a notícia, o delegado Elias Cordeiro “decidiu mandar fechar o prostíbulo” e o periódico

⁷³⁸ Idem.

⁷³⁹ Jornal de Castanhal, 12/11/1978.p.8.

⁷⁴⁰ Idem.

⁷⁴¹ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 29/12/1978 a 15/01/1979.p.

⁷⁴² Idem.

⁷⁴³ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 01 a 31/05/1979.p.2.

comentou que não crê que a “Justiça dê ganho de causa ao dono do cabaré”⁷⁴⁴. Vejam como o jornal Novo Horizonte construiu uma opinião para convencer os leitores da necessidade de fechar o “cabaré”, pois já apontava a decisão do poder judiciário de ser contrários a João Aurora. Deste modo, reforça o debate sobre a não neutralidade dos meios de comunicação, porque apresenta uma conclusão edificada a partir de um segmento social que direciona a informação⁷⁴⁵.

Em junho de 1979, o Jornal de Castanhal, publicou reportagem que a Câmara Municipal de Castanhal debateu sobre João Aurora numa “sessão relâmpago, de 15 minutos apenas”⁷⁴⁶. O texto comentou que João Aurora estava sendo intimado no judiciário por causa de “uma questão” que impressionou a “pacata sociedade” castanhalense:

“O homem não só mantinha um negócio asqueroso e altamente irregular, como ainda desacatava toda e qualquer ordem judicial. Até mesmo uma menina de 12 anos perdeu a vida num assassinato bárbaro e até hoje impune no interior do prostíbulo do João Aurora. Finalmente o cortiço foi demolido, inclusive os ‘quartos’ onde se comercializavam o sexo das mulheres (...)”⁷⁴⁷.

Desta vez foi atendido aquilo que tanto a imprensa desejava: a completa remoção do “negócio irregular” do João Aurora, acompanhado com a destruição dos “quartos”⁷⁴⁸. Em relação ao crime: seria a menor de 12 anos a prostituta assassinada que o jornal Novo Horizonte publicou em maio de 1979? Interessante perceber como os dois periódicos não tinham a preocupação de oferecer maiores detalhes sobre esse crime. Talvez a intenção seria atingir o João Aurora e o qualificou como aquele que desafia a moralidade e os poderes constituídos da “Cidade Modelo”.

Entretanto, na mesma notícia que divulgou a demolição dos barracos, o vereador José Ribamar Lira de Souza, da ARENA, dizia que João Aurora provocou a inquietação dos moradores do bairro do Milagre, porque havia “rumores de que João Aurora vai reinstalar seu ‘antro’ bem no centro do Bairro, mais especificamente na Rua Pedro Salvador Tracaiolli”⁷⁴⁹. Desde modo, de acordo com periódico, José Lira declarou que os moradores do bairro estarão “em pé de guerra” caso João Aurora seguisse com esse propósito:

⁷⁴⁴ Idem.

⁷⁴⁵ ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo. Brasiliense, 2007.p.9.

⁷⁴⁶ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de junho de 1979.p.11.

⁷⁴⁷ Idem.

⁷⁴⁸ Idem.

⁷⁴⁹ Idem.

“ ‘Se ele quiser instalar seu cabaré no seio do nosso bairro, onde moradores de família descentes (...) no outro dia estará no chão, porque o povo do meu bairro o demolirá’ ”⁷⁵⁰.

Com base nessas declarações do vereador transcritas no Jornal de Castanhal, a imprensa buscava construir uma sensação que – não apenas as autoridades – a cidade não estava mais disposta a aceitar as atividades de João Aurora. O mesmo jornal informou que José Ribamar Lira disse que “levou o delegado até o local para que as providências fossem tomadas” e ainda requereu que o legislativo municipal enviasse ofício ao Juiz Delegado e a Prefeitura “no sentido de que não permitam a implantação da boate do famigerado, perigoso, etc. João Aurora, o que foi aprovado com unanimidade”⁷⁵¹.

Outro vereador, Francisco Magalhães, do MDB; disse que João Aurora não poderia mais residir em Castanhal porque “desacatou as autoridades judiciárias, policiais e executivas” ⁷⁵². O possível tipo de desacato que João Aurora praticou foi de insistir na reconstrução do seu “cabaré” e de ameaçar a moral e os bons costumes da “Cidade Modelo”. Diante disso, vejamos a fotografia:

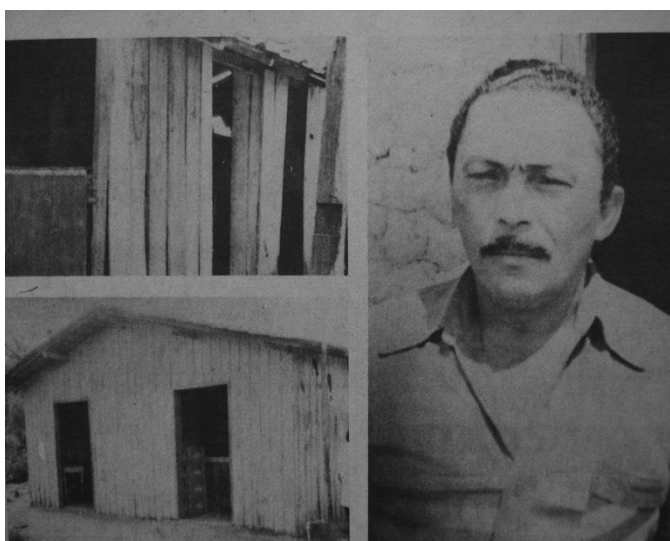


Foto 12 - João Aurora e seu “Antro de Prostituição”.

Termo criado pela imprensa castanhalense.(Jornal de Castanhal, 12/11/1978.p.8.)

A imagem acima contém três fotos dentro de um mesmo enquadramento: a frente do “cabaré”, outra foto do estabelecimento, mas uma fotografia que destaca as péssimas

⁷⁵⁰ Idem.

⁷⁵¹ Idem.

⁷⁵² Idem.

condições do lugar; e o próprio retrato de João Aurora. Deste modo, fica claro que a intenção do jornal de fazer essa montagem era associar a propriedade ao seu proprietário, ou seja, João Aurora seria um sujeito decadente e sem moral, como seu “cabaré”.

Perante essa intensa crítica da imprensa castanhalense contra João Aurora, questionamos se toda cidade percebia o seu “antro” como um lugar que somente reunia pessoas “suspeitas” e que ameaçava a moral pública da “Cidade Modelo”. Essas informações, talvez, eram vinculadas e compartilhadas principalmente entre os periódicos de Castanhal e seus leitores. José Ronaldo Trindade, ao pesquisar sobre o bairro Campina - em Belém, no final do século XIX e o início do século XX -, nos apresenta um lugar onde havia grande concentração de tabernas, bordeis e botequins e presença de diversidades étnicas e de segmentos sociais menos favorecidos, como mulheres pobres; mas ressalta que não se pode generalizar que toda capital paraense percebia no bairro a forte presença de prostitutas e de imoralidade, pois a “publicidade desses locais [bordeis, tabernas e botequins] estava garantida pela imprensa, não necessariamente com palavras gentis e sobre suas acomodações”⁷⁵³.

Todavia, não somente o estabelecimento de João Aurora foi alvo da imprensa. Outros “antros da prostituição”, que se localizavam no centro da cidade como: Bolinha ou Kati Bar, Cassino Pif Paf e bares que ficam junto do Mercado Municipal, foram duramente criticados pelos jornais de Castanhal, pois são lugares que “à noite viram verdadeiros bordeis de encontros suspeitos”⁷⁵⁴.

De maneira geral, o Jornal de Castanhal ressaltava que os “cabarés” que infestavam o centro da cidade tinham o consentimento de alguns políticos e da polícia e esta última “não tem o mínimo de interesse em deter alguém nessas casas”⁷⁵⁵. De acordo com jornal, “os donos do cabaré alegam que pagam a polícia para que possam funcionar”. Com isso, sugere que as autoridades deveriam modificar todo o corpo da polícia de Castanhal, especialmente o delegado.

Mais uma vez, o responsável pela afirmação de que as autoridades aceitavam o funcionamento dos “cabarés”, não apresenta evidências, depoimentos ou quaisquer outras fontes de denúncia. E nem se quer cita os nomes dos políticos ou polícias suspeitos de envolvimento com essas casas de diversões. Talvez fosse uma maneira do jornal de pressionar

⁷⁵³ TRINDADE, José Ronaldo. Op. Cit.p.89.

⁷⁵⁴ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal 30/12/ a 15/12/1978.p.6 e 29/1979 a 15/01/1979.p.7.

⁷⁵⁵ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, 01 a 31/05/1979.p.2.

as autoridades em fechar e/ou intervir nesses “antros”. Ou de agir de forma mais dura contra os frequentadores desses lugares, pois eram taxados de pessoas suspeitas que a polícia não se preocupava em prender. Assim sendo, fica cada vez mais evidente o aspecto autoritário da imprensa da “Cidade Modelo”.

Deste modo, segundo jornal Novo Horizonte, depois de João Aurora, “as autoridades devem estar alerta é para casa de travolagem denominada Bolinha”, pois as mulheres que frequentam esse espaço “fazem ponto em pleno centro comercial, alguns alegam que é uma hospedaria”⁷⁵⁶. Ainda jornal expõe:

“Ao lado do Bolinha, funcionava uma Escola Francês, que foi obrigada a fechar porque os pais de alunos não consentiram que seus filhos ficassem em constante contato com as prostitutas que frequentam o Kati Bar. É simplesmente inconcebível que isso aconteça em uma cidade com foros de modelo, que perdeu uma escola de língua estrangeira para dar vez a um antro de prostituição e de pouca-vergonha. Achamos que está faltando peito às autoridades para fechar de vez o João Aurora, o Bolinha e todos aqueles que funcionam bem ao lado da Maçonaria”⁷⁵⁷.

Com argumento moralista e de defesa da ordem pública, o trecho acima consiste em forte evidência da necessidade que os jornais de Castanhal buscavam garantir uma imagem de uma cidade que possuía “foros de modelo”. Para isso, deveria o poder público cerrar os “cabarés”.

O delegado Elias Cordeiro concedeu entrevista ao Jornal de Castanhal, em dezembro de 1979, ressaltando que não seria competência da polícia “para assuntos de tributação municipal, licença para construção, etc.”⁷⁵⁸. O delegado responsabilizou a Prefeitura pela existência de barracos e do “cabaré” de João Aurora no Milagre.

“A prefeitura foi que doou, no governo de Espinheiro, e ainda sem consultar a Polícia, os terrenos para os diversos moradores que ali construíram cortiços, incluindo João Aurora, incluindo impostos que foram cobrados obedecendo as taxas criadas pelo prefeito”⁷⁵⁹.

A partir desse trecho da entrevista percebemos que o botequim de João Aurora e alguns dos “cabarés” funcionavam de maneira legal. Por isso, o mesmo jornal informou que João Aurora exigiria indenização, porque a prefeitura havia derrubado alguns dos seus

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ Idem.

⁷⁵⁸ Jornal de Castanhal, Segunda quinzena de dezembro de 1979.p.3

⁷⁵⁹ Idem.

barracos⁷⁶⁰. Seria por isso que imprensa local alegava que os “cabarés” possuíam aval das autoridades políticas, porque o poder público concedia licença de funcionamento a esses estabelecimentos.

Elias Cordeiro ainda confirmou que houve uma reunião em que participaram as autoridades políticas, a justiça e a segurança pública e decidiram que seria de inteira responsabilidade da prefeitura remover as moradias. Enquanto isso, o delegado viria desempenhando seu dever como policial: combatendo “os abusos dentro da sociedade”⁷⁶¹. Com base que o delegado comentou no Jornal de Castanhal, a reunião, mencionada por ele, significaria uma provável decisão ou uma intenção do poder público de por fim aos “cabarés” da cidade. Ou seja, poderia ser uma intervenção mais violenta contra as casas que frequentavam “marginais” e “prostitutas” e seria também repreensão contra aquelas pessoas que não representavam um padrão de comportamento moral da “Cidade Modelo”.

Fizemos esses questionamentos porque, em outubro de 1980, Elias Cordeiro voltou a comentar sobre as “casas de tolerância: sendo contra o funcionamento de cabarés e locais para encontros amorosos dentro do perímetro urbano”⁷⁶². Esse perímetro urbano seria especificamente o centro da cidade? Levantamos essa pergunta porque, ao destacar as dificuldade de fechar esses estabelecimentos – uma vez que os proprietários “sempre estão documentados” -, como o Bolinha; o delegado Elias Cordeiro ressaltou que os “cabarés (...) não causam problemas por estarem localizados fora da cidade”⁷⁶³. Ou ele queria dizer fora do centro?

O centro de Castanhal - como já analisamos no segundo capítulo - foi onde ocorreram as principais mudanças urbanas da cidade. Essa área citadina alterou significativamente sua paisagem urbanística como: a construção de edifícios, ampliação e pavimentação da Avenida Barão do Rio Branco, instalação de serviços bancários e entre outros. Ela passou, portanto, por um forte processo de “enobrecimento” urbano. Deste modo, essa metamorfose física do centro levou a demolição da Estação de Trem de Castanhal, do Mercado Municipal e o assoreamento do Igarapé-Castanhal.

⁷⁶⁰ Jornal de Castanhal, 12/11/1978.p.8.

⁷⁶¹ Idem.

⁷⁶² Jornal do Interior, 29/10/1980.p.10.

⁷⁶³ Idem.

Todas essas transformações levaram a imprensa de Castanhal a construir um discurso que cidade se “desenvolvia”, “progredia” e “evoluiu”. Nesse sentido, seria inadmissível o funcionamento de bares e/ou “cabarés” no centro de Castanhal, porque atraíam “marginais” e “prostitutas”. Por isso, a necessidade das autoridades de fechar o Bar do “Bolinha” que era taxado de “bordel”⁷⁶⁴ e outros bares ao seu redor, pois segundo Elias Cordeiro, ali havia “aglomerações de prostitutas”⁷⁶⁵. Em relação ao “cabaré” do João Aurora – que se localizava no Bairro do Milagre - a imprensa o combateu porque em seu lugar se ergueria um posto do exército, o Tiro de Guerra.

Seguindo essa reflexão: a Prefeitura de Castanhal permitiu a demolição do Mercado Municipal porque seus anexos existiam bares que atraíam pessoas indesejadas? Retomando ao nosso entrevistado João Marinho de Barros – que muito colaborou no segundo capítulo sobre a reforma urbana -, na sua narrativa nos descreve um pouco do cotidiano do Mercado Municipal:

“No mercado...vendi...vendi peixe, algum tempo, mas não me dei bem (...). Na frente era de carne, atrás era de peixe (...). No lado de fora tinha muito barzinho...em todos os lados, em outro lado também, que vendia bóia...lá de lá muita bóia, e lado de cá muito barzinho. (...) tinha um chamado de Severino do Buraco, quando tava bêbado entrava com cavalo dentro...será que a polícia tomava conta dele? (...) tinha um boteco grande no meio da rua...perto da estação, em frente da farmácia...encostado na estação”⁷⁶⁶.

O relato de João Marinho se passa entre as décadas de 1960 e 1970. Ou seja, no contexto da transformação espacial do centro urbano de Castanhal. A sua descrição sobre Mercado Municipal nos ajuda a refletir a porque imprensa, no final dos anos de 1970, incentivou as autoridades a intervir nesse espaço. No mercado, segundo o entrevistado, não havia somente comércio de peixe e de carne, mas havia também funcionamento de bares na parte externa e em torno do prédio comercial.

Deste modo, o mercantil público correspondia a um ponto de atração de distintos sujeitos sociais. Frequentava tanto aqueles que iam adquirir providência alimentar, quantos aqueles – além da busca da compra de alimentos – que eram fregueses dos botequins. Qual seria a origem social dos clientes dos bares? Provavelmente consistiria da camada baixa, uma vez que o jornal Novo Horizonte tratava esses bares de “verdadeiros bordeis de encontros

⁷⁶⁴ Idem.

⁷⁶⁵ Idem.

⁷⁶⁶ João Marinho de Barros, 79 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2011.

suspeitos”⁷⁶⁷. Isto é, para o periódico o Mercado Municipal acabava sendo um lugar de atrações de “marginais” e “prostitutas” que ameaçavam o “progresso” da “Cidade Modelo”.

No fragmento de sua narração, João Marinho de Barros faz um breve comentário de um sujeito denominado de Severino do Buraco que – quando estava embriagado – entreva nos bares montado em seu cavalo, possivelmente causando irritação de proprietários, clientes e frequentadores dos bares e do Mercado Municipal, respectivamente. Talvez Severino do Buraco, por galopar com seu cavalo embriagado dentro do mercado e dos bares, constituiria em um dos “marginais” ou “suspeitos” que imprensa desejaria que a segurança pública removesse por não representar um padrão de comportamento de uma cidade que se “desenvolvia”.

Retomando a entrevista do delegado Elias Cordeiro que concedeu ao Jornal de Castanhal, em dezembro de 1979, perguntou a ele o que a polícia tinha feito contra “Bolinha”:

“(...) Bem, o Bolinha já está estabelecido em Castanhal, naquele exato local, há dezenove anos. A polícia já fechou por duas vezes. Agora é um ambiente que fecha às 21:00hs, diariamente”⁷⁶⁸.

Essa resposta traz evidência que a polícia estava intervinda no funcionamento dos “cabarés”. Tal atitude da polícia poderia estar associada com a pressão da imprensa castanhalense sobre a omissão do poder público de não agir contra os lugares “suspeitos”. Na entrevista, o delegado Elias Cordeiro se defendeu: disse que não recebia suborno dos proprietários dos “cabarés” e que não havia provas contra ele e encerrou dizendo que eram seus “inimigos que fazem esta acusação”⁷⁶⁹.

O “Bolinha” se localizava próximo da principal feira de Castanhal, CEASA. Nossa entrevistada Damiana Barros afirmou que sua mãe era feirante e a ajudava carregando água do “cabaré” até a banca de venda:

“Naquele tempo só tinha dois lugares pra pegar água...então agente pegava água no Bolinha, que é o Kati Bar (...) era Kati Bar, era o nome chique, mas aí chamavam de Bolinha porque era o nome do dono...não sei...estava escrito na parede: ‘Kat Bar’,

⁷⁶⁷ Novo Horizonte: o jornal de Castanhal 30/12/ a 15/12/1978.p.6 e 29/1979 a 15/01/1979.p.

⁷⁶⁸ Jornal de Castanhal, Segunda quinzena de dezembro de 1979.p.3

⁷⁶⁹ Idem. Sobre acusação de suborno é colocada jornal Novo Horizonte, publicou que “os donos dos cabarés alegam que pagam a polícia para que possam funcionar”. Isto está na edição: Novo Horizonte: 01 a 31/05/1979.p.2.

ali agente...todo dia ia pegar água no Bolinha e nunca mexeram com agente, agente passava por aquele bar...lá na frente tinha o bar...quando agente passava pelo corredor bem pertinho ...era um monte de quartos...todo mundo fazendo aquilo (risos). Água era lá no final do puteiro...agente passava...criança com lata d'água, tu já pensou nos dias de hoje? (..) cada um ficava no seu quarto...e agente buscava água lá...não sei quantas vezes por dia, enchia as latas da mamãe na feira e nunca mexeram com agente (...)⁷⁷⁰.

A memória de Damiana Barros nos traz algo muito curioso sobre o Bolinha: o “puteiro” possuía um papel fundamental em fornecer água para os feirantes e supostamente esses trabalhadores de feira livre passavam por dificuldades de infraestrutura, já que, destaca Damiana Barros, “só tinha dois lugares pra pegar água”. Diante disso, talvez o Bolinha não representasse – para os feirantes - apenas um lugar de diversão, boêmia ou um lugar de “prostituição”, mas um local que prestava um serviço básico.

Outra questão presente na reminiscência da nossa entrevista é a constante circulação de crianças no bar do Bolinha. Isso fica evidente quando Damiana Barros afirmou: “criança com lata d'água, tu já pensou nos dias de hoje?”. A presença de menores em “cabarés”, possivelmente contribuiu para imprensa local a expressar uma linguagem moralista nas suas páginas. Ou esses menores foram- para os jornais de Castanhal - também considerados “suspeitos”?

A historiografia brasileira possui relevantes trabalhos sobre como o poder público buscava, como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, nos finais do século XIX e nos primeiras décadas do século XX, controlar e classificar a camada subalterna. Assim sendo, o historiador Sidney Chaloub, como foi citado neste item, constatou a preocupação dos parlamentares, no contexto do processo do fim da escravidão, de identificar libertos, homens e mulheres pobres que poderiam estimular a ociosidade e desestruturar a produção do trabalho⁷⁷¹.

Diante dessa preocupação, os deputados buscaram nos estudos europeus sobre “classes perigosas” – prostitutas, ladrões e “espertalhões -, mas no Velho Continente acabaram não desassociando as “classes pobres” – os que vivem na miséria - e “viciosa” – “malfeitores”, pois a condição de pobreza consistia na iminência de se tornar um perigo para sociedade⁷⁷². Tal situação foi semelhante no Rio de Janeiro, uma vez que os parlamentares “pensavam que

⁷⁷⁰ Damiana Barros do Nascimento, 47 anos, Funcionária Pública. Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2012, em sua residência.

⁷⁷¹ CHALHOUB, Sidney. Op.Cit.p.20.

⁷⁷²Idem.p.21.

palavras ‘pobre’ e ‘viciosa’ significavam a mesma coisa; neste caso todos os pobres seriam viciosos”⁷⁷³. Entretanto, mesmo não apresentando uma clara diferença entre os termos “pobres” e “viciosa”, os legisladores, conforme Sidney Chalhoub, explanavam como seria um modelo de cidadão:

“Para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito de poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão ‘classes pobres e viciosas’, vemos que as palavras ‘pobres’ e ‘viciosas’ significam a mesma coisa para os parlamentares”⁷⁷⁴.

Perante essa análise conceitual, as autoridades consideravam o “pobre”, especialmente os negros, potencial para ameaçar o a ordem pública e o trabalho e, por isso, a polícia deveria manter sob controle esse segmento social⁷⁷⁵. Nos estudos de Lená Medeiros de Menezes, há maior especificação de quem são as “classes perigosas”, também no Rio de Janeiro do final do século XIX e o início do século XX, que tomavam as ruas da capital da República: vadios, bêbados, ladrões, mendigos e desordeiros, os quais, de acordo com a imprensa e a segurança pública da cidade promoviam desordem urbana:

“Constituiu-se pela ação de centenas de indivíduos que, à margem do mercado de trabalho, tornaram o furto, o roubo, a vagabundagem e a mendicância práticas delituosas habituais do cotidiano carioca (...). Afrontavam determinados valores e direitos sociais”⁷⁷⁶.

Deste modo, segunda Lená Medeiros de Menezes, os periódicos da capital federal constantemente descreviam o cotidiano do Rio de Janeiro “através da presença permanente desses atores do submundo”⁷⁷⁷. Mesmo reconhecendo o avanço da “marcha civilizatória”, a imprensa reconhece a forte presença da “classe perigosa” que acaba se transformando em “face perversa do progresso”⁷⁷⁸. Diante disso, “desde os primeiros tempos republicanos”, houve a preocupação das autoridades públicas em controlar as camadas subalternas⁷⁷⁹.

⁷⁷³Idem.p.22.

⁷⁷⁴Idem.

⁷⁷⁵Idem.23.

⁷⁷⁶MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*.p.127-128.

⁷⁷⁷Idem.p.129.

⁷⁷⁸Idem.p.129-131.

⁷⁷⁹Idem.

Assim sendo, caberia, de acordo com Boris Fausto, a polícia “como agente de controle” para garantir o comportamento moral da sociedade ⁷⁸⁰. Por isso, as prisões consistiam:

“...como instrumento e controle social, mesmo tendo-se presente que muitas detenções decorrem efetivamente de delitos que deixavam de ser objeto de inquérito pela sua pouca importância” ⁷⁸¹.

Ou seja, a prioridade da polícia, conforme Boris Fausto, não constituiria na retenção das “prostitutas”, “vadios” e “embriagados” para submeterem a um processo judiciário, mas acima de tudo, o policiamento deveria retirá-los da rua para garantir a ordem pública ⁷⁸². É importante informar que o espaço de estudo do historiador corresponde à cidade de São Paulo, do final do século XIX e o início do século XX; contexto associado a pós-abolição, do crescimento da urbanização de multiplicação de algumas fábricas. Estas últimas relacionadas com a produção e expansão cafeeira:

“...uma região caracterizada pelo rápido crescimento das atividades econômicas, o ‘desamor ao trabalho’ representava um procedimento altamente condenável, uma opção individual perversa em um meio bafejado pelo progresso em que, segundo se acreditava havia oportunidade para todos” ⁷⁸³.

Consequentemente, segundo Boris Fausto, essa conjuntura levou os “vadios” de serem considerados “os viveiros da delinquência” ⁷⁸⁴. Então, a imprensa e as autoridades se empenharam na identificação e na retirada dessa classe social das ruas para assegurar a segurança, o trabalho e a ordem.

Não obstante, todos esses sujeitos pesquisados por Sidney Chalhoub, Lená Medeiros de Menezes e Boris Fausto eram pessoas excluídas do processo de modernização das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, dentro do contexto mencionado. Deste modo, Sidney Chalhoub destaca que a demolição de um dos principais cortiços na capital federal, em 1893, mobilizou a imprensa e diversas autoridades para apreciar a destruição dessas moradias que

⁷⁸⁰ BORIS, Fausto. *Crime e cotidiano em São Paulo (1880-1924)*. 2ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.p.42.

⁷⁸¹ Idem.

⁷⁸² Idem.p.45.

⁷⁸³ Idem.p.55.

⁷⁸⁴ Idem.p.51.

“várias famílias se recusavam a sair, se retirando quando os escombros começavam a chover sobre suas cabeças”⁷⁸⁵.

Essas famílias, para camada social privilegiada e os parlamentares, eram constituídos de “classes perigosas”, ou seja, nos cortiços residia “gente pobre” e foram obrigados a abandonarem suas moradias e forçados, em sua maioria, a construírem “casinhas precárias” nos morros do Rio de Janeiro⁷⁸⁶. Assim, ficaram à margens da reforma urbana da capital federal. Do mesmo modo, Lená Medeiros de Menezes, reforça o estudo sobre que são as “classes perigosas” que habitavam e circulavam no Rio de Janeiro.

Conforme sua pesquisa eram sujeitos excluídos do mercado de trabalho “que se mostrava incapaz de absorver os excedentes concentrados na cidade”⁷⁸⁷ e os “que perdiam [‘vadios’, ‘prostitutas’ e ‘pessoas com moléstias’] a possibilidade de sobreviverem através da participação do mercado formal de trabalho” eram duramente, em sua maioria, reprimidos⁷⁸⁸. Por fim, Boris Fausto ressalta que quem “estuda formas abertamente repressiva de controle e a criminalidade fala de pessoas destituídas, em maior ou menor grau”⁷⁸⁹.

A partir dessas reflexões, os “marginais”, os “suspeitos” e as “prostitutas” que frequentavam os “cabarés” de Castanhal, no final da década de 1970 e o início de dos anos de 1980, cogitamos que eram pessoas destituídas do processo de reforma urbana da “Cidade Modelo”. Com isso, essas pessoas foram alvos do discurso moralista da imprensa castanhalense que apontava que esses sujeitos – também os “bordeis” – não representavam maneiras inadequados para uma cidade que testemunhava um “desenvolvimento”. Ou seja, os periódicos da comuna assumiram um papel de denunciar o padrão de comportamento público daqueles que poderiam ameaçar a ordem social e moral da cidade que “evoluía”. Dessa forma, exigia uma atitude mais rígida das autoridades constituídas de Castanhal para conter a presença de agentes da desordem.

⁷⁸⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit.p.17.

⁷⁸⁶ Idem.p.15-17.

⁷⁸⁷ MENEZES, Lená de Medeiros. Op.Cit.p.136.

⁷⁸⁸ Idem.p.148.

⁷⁸⁹ FAUSTO, Boris.Op.Cit.p.285.

4.3. A cidade e sua “palmatorada” institucional

Nos dois primeiros itens deste capítulo, analisamos como a imprensa de Castanhal tratou os “suspeitos” dentro de um contexto em que a cidade “progredia”. Nesse sentido, observamos como os periódicos consideravam os “marginais”, “prostitutas” e os “cabarés”: pessoas e lugares, respectivamente, que não se inseriam numa comuna que tinha título de “Modelo”. Desta maneira, como vimos, acusaram de omissão os políticos e a segurança pública de não agirem para intervir ou combater os “bordeis” e de controlar e/ou de prender os “suspeitos”.

Neste item, veremos que a segurança pública - com base nas fontes jornalísticas e depoimentos orais – não poupou os “suspeitos” e menores de idade de serem torturados no interior das delegacias. Essa espécie de prática de violência, constatada nesta pesquisa, estava inserida no início do processo de redemocratização e depois do fim da Ditadura Militar e Civil (1964-1985).

Não obstante, a violência institucional – praticada por agentes do Estado – e não institucional se constitui de uma “longa tradição de práticas de autoritarismo, das elites contra as ‘não-elites’ e nas interações entre as classes, cuja expressão foi dissimulada pela repressão e censura impostas pelos militares” ⁷⁹⁰. Por isso, a redemocratização veio acompanhada de arbitrariedade das “instituições do Estado” e composta por “altos índices de criminalidade violenta, crime organizado, grande intensidade de violência física nos conflitos entre cidadãos e impunidade generalizada” ⁷⁹¹.

Diante dessas considerações, voltamos ao tema inicial do primeiro capítulo desta dissertação: a ação da multidão enfurecida que promoveu um grande quebra-quebra pelas ruas da cidade de Castanhal, no dia 29 de março de 1987. Essa rebelião ficou denominada de “A Revolta do Pincel” e o estopim para a explosão dessa fúria popular foi, com base nos jornais impressos, contra a violência policial⁷⁹², a qual vitimou Carlos Alberto Costa Rodrigues, acusado de ter roubado dois pinceis.

⁷⁹⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. O passado não está morto. Prefácio. IN: DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.p.7.

⁷⁹¹ Idem.

⁷⁹² O Liberal, 30/03/1987. p.16.

Para confessar o delito “ele foi duramente espancando no interior da delegacia pelos soldados Diogo, Levy, Cruz e pelo Comissário Juarez Mourão⁷⁹³”. O menor, antes de morrer, disse a forma de agressão que sofreu:

“à base de chutes de coturnos, socos, pontapés e palmatória – a partir das vinte e duas horas do dia em que foi preso (...) durante toda a noite e madrugada do dia seguinte os soldados barbarizaram o menor, que passou mais de quarenta e oito horas no xadrez”⁷⁹⁴.

Depois dessas sessões de agressões e bastante machucado, o torturado foi liberado e não resistindo aos ferimentos, faleceu em sua casa⁷⁹⁵. Nesse sentido, enquanto as pessoas iam tomando conhecimento do fato crescia entre elas, o “desejo de vingança”⁷⁹⁶. Anteriormente ao falecimento do acusado, “foi grande o número de pessoas, entre parentes e amigos de Carlos Alberto, que manifestou o desejo de invadir a Delegacia de Polícia de Castanhal, para fazer justiça com as próprias mãos. Eles queriam pegar os soldados acusados de espancarem o menor e linchá-los em praça pública”⁷⁹⁷. Então, depois do enterro do garoto, a população revoltada iniciou o quebra-quebra.

Entretanto, ao longo da pesquisa, constatamos que não foi somente Carlos Alberto Costa Rodrigues que sofreu com os abusos da polícia, porque encontramos evidências de outros casos de menores que padeceram com a tortura policial. Nesse sentido, no capítulo que discutimos sobre criminalidade urbana, tomamos conhecimento do caso que envolveu Hermes Pereira da Silva, vulgo “Caixa D’Água”, maranhense que havia empreendido um roubo de 25 mil cruzeiros de uma loja de ferragens, local onde durante o dia, fingindo ser cliente, conseguiu entrar numa caixa d’água brasilit e ficou lá até a loja fechar para o almoço. Assim, possibilitou Hermes Silva furtar o recinto comercial. No entanto, foi preso no mesmo dia, à noite - quando se divertia em várias casas de diversões noturnas - pelos policiais Waldemar e Miranda.

Diante de tudo isso, em abril de 1980, o Jornal do Interior publicou um pequeno texto intitulado “Invertida a Posição: criminoso agora é vítima”, comenta que o repórter desse periódico, Roberto Lago, presenciou seguinte cena:

⁷⁹³ O Diário do Pará, 30/03/1987. p.7.

⁷⁹⁴ O Liberal, 30/03/1987.p.16.

⁷⁹⁵ Ibidem.

⁷⁹⁶ Ibidem.

⁷⁹⁷ Ibidem.

“Os agentes Miranda e Waldemar pediam proteção para o gerente da loja de ferragens, pois estavam prestes a responder inquéritos policial acusado de massacre contra ‘Caixa D’Água’ no dia da prisão, inclusive por se tratar de um menor de idade. O gerente da firma, diante do temor dos dois policiais, constitui um advogado para a defesa dos implicados, que no cumprimento do dever, repentinamente veem-se colocados no banco dos réus e o verdadeiro criminoso no lugar da vítima”⁷⁹⁸.

É importante salientar que somente nessa edição se informou que Hermes Pereira da Silva era um menor de idade. Por essa razão, os policiais responsáveis pelo “massacre” à “Caixa D’Água”, iriam “responder um inquérito policial”. Com isso, recorreram à “proteção” do gerente da loja de ferragens.

No final da matéria, como se observa, o autor do texto estava a favor dos policiais acusados “que no cumprimento do dever” foram “colocados no banco dos réus”. Reafirmando o nosso entendimento que a imprensa castanhalense possuía um caráter autoritário e defendia uma intervenção mais rígida sobre os “suspeitos”. O fragmento acima reforça essa atitude do periódico, já que não oferece maiores informações sobre a tortura ou “o massacre contra o Caixa D’Água”. Antes desse fato, o Jornal de Castanhal, em 1979, já evidenciava abuso da polícia contra jovens em Castanhal:

“Parece que a violência está cada vez se evidenciando mais na Polícia de Castanhal. Desta vez espancaram um soldado do exército. O tenente Silvestre interferiu e foi desacatado em sua autoridade. Foi preciso vir uma patrulha do ‘Q.G’ de Belém para que os ‘bate pau’ soltassem o rapaz”⁷⁹⁹.

Entende-se nesse fragmento que a polícia prendeu e espancou um jovem soldado do exército. A nota não esclarece o motivo da detenção do rapaz. Tal situação levou a intervenção de um Tenente do Exército, o qual foi desacatado. Foi necessária a vinda de uma patrulha da capital para resolver a situação. E logo no início do texto, o periódico destaca que era constante a prática da violência policial em Castanhal. Com isso, constata que “Cidade Modelo” sofria com a truculência institucional.

Mais uma vez utilizando a entrevista de Damiana Barros, observamos no seu relato que, no posto policial do Bairro do Milagre, houve tortura de um garoto:

“Uma vez prenderam uma rapaz aqui e ficou preso aqui, nesse postinho...nós fomos olhar...e olha...esses policiais trancaram esse menino nesse postinho e eles deram muita porrada...agente tava aqui fora escutando...eles deram...todo mundo aqui foi vendo...eles trancaram...eu morava aqui e eles trancaram o moleque aí dentro e

⁷⁹⁸ Jornal do Interior, 08/04/1980.p.8

⁷⁹⁹ Jornal de Castanhal, 30/04/1979.p.3.

deram muita porrada, bateram, bateram, bateram...sangue pra todo lado...pessoal tave vendo aqui...vendo não...ouvindo”⁸⁰⁰.

Esse depoimento da nossa entrevistada se passa na primeira metade da década de 1980, e a violência descrita acima se assemelha com a tortura sofrida com Carlos Alberto Costa Rodrigues, em 1987. E conforme Damiana Barros, muitos do bairro tiveram conhecimento dessa tortura porque, se não viram, escutaram a aflição do rapaz. A professora Filomena Paiva nos narra semelhante caso que envolveu a tortura de um jovem numa delegacia de Castanhal:

“Tinham um pessoal que trabalhavam em casa e esse pessoal...esse rapaz tinha um sobrinho...o sobrinho muito torturado na delegacia. Eles prendiam e maltratavam muito esse rapaz, foi muito maltratado. O tio dele trabalhou lá em casa...esse rapaz foi muito maltratado na delegacia (...)”⁸⁰¹.

Será que o fato descrito acima por Filomena Paiva, ocorrido nos anos iniciais de 1980, se refere o mesmo fato narrado por Damiana Barros sobre o jovem que foi agredida no interior de um posto policial no Bairro do Milagre? Não sabemos ao certo, pois não temos informação sobre o conhecimento público destes casos. Perante esses fatos, a polícia de Castanhal, após críticas da imprensa local por omissão diante da presença de “marginais” e/ou “suspeitos”, passava a agir conforme desejaria a elite castanhalense, especialmente aquela que compartilhava da ideia de que Castanhal testemunhava um “desenvolvimento” e “progresso”.

Diante desses casos de tortura relatados por Filomena Paiva e Damiana Barros e associando com a mortificação de Carlos Alberto Costa Rodrigues e do Hermes Pereira da Silva, o “Caixa D’Água”, podemos entendê-los como exemplos de suplícios e de heranças históricas de instituições e códigos que tratavam e castigavam os indivíduos culpados⁸⁰². No final do século XVIII e princípio do século XIX, segundo Michel Foucault, começou um processo de reforma na justiça penal e, entre essas mudanças, se destacou o “desaparecimento dos suplícios” que constituíam o martírio do corpo do condenado que também poderia ser,

⁸⁰⁰ Damiana Barros do Nascimento, 47 anos, Funcionária Pública. Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2012, em sua residência.

⁸⁰¹ Filomena de Paula Paiva, 69 anos, professora. Entrevista realizada no dia 9 de novembro de 2012, em sua residência.

⁸⁰² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 37ª edição. Editora Petropolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2009.p.13.

dependendo do crime, “esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo”⁸⁰³.

Assim sendo, as sucessivas sessões de dores físicas do penalizado foram, de maneira gradual, reduzida para uma “estrita execução capital”, como por exemplo, a decapitação que consistia numa execução sem suplício e menos degradante para os familiares do condenado; ou seria privado de sua liberdade⁸⁰⁴. Deste modo, Carlos Alberto Costa Rodrigues, Hermes Pereira da Silva e os casos dos garotos narrados por Filomena Paiva e Damiana Barros tiveram seus corpos supliciados, no interior de uma instituição estatal, pelos agentes de segurança pública. Não foram expostos ao público, contudo muitos ouviram os gritos de dores: como o fato relatado por Damiana Barros onde inúmeras pessoas do bairro do Milagre escutaram os rugidos do menor mortificado. E se não viram e nem ouviram, mas tomaram algum conhecimento do que ocorria no interior das delegacias. Nessa ocorrência, por exemplo, a imprensa publicou, na véspera da “Revolta do Pincel”, que parentes, amigos e vizinhos sabiam que Carlos Alberto Costa Rodrigues estava sendo espancado pela polícia.

As prisões funcionavam (e funcionam), conforme Foucault, com outras práticas complementares punitivas relacionadas ao corpo, ou seja, “sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico”⁸⁰⁵. Por isso, continua Michel Foucault, mesmo com as reformas nos códigos judiciais de punição, permaneceu “um fundo ‘suplicante’ nos modernos mecanismos da justiça criminal”⁸⁰⁶. Interessante destacar que a prática violenta da polícia de Castanhal sobre os “suspeitos” estava também relacionada a herança da história social do Brasil, o que se discute mais adiante.

Retomando as nossas fontes periódicas, em janeiro de 1980, a Gazeta do Interior, através de uma pequena nota, nos apresentou outro exemplo de violência institucional seguida de morte:

“A morte do peixeiro Pedrinho, provocou um clima de revolta junto a população do Bairro do Milagre, devido a brutalidade com que o soldado Tobias agiu ao prender a vítima, aplicando chutes, coronhadas e tudo o que lhe veio na mente sangüinária. O povo daquele Bairro, carregou o corpo de Pedrinho por mais de quatro quilômetros, rezando o terço de várias vezes, passando em frente a Delegacia de Polícia, como meio de fazer um protesto sem violência, é bom lembrar que não podemos

⁸⁰³ Idem.

⁸⁰⁴ Idem.p.16-20.

⁸⁰⁵ Idem.p.20.

⁸⁰⁶ Idem.

generalizar, pois existem bons e maus policiais. O Tobias, é claro está entre os maus”⁸⁰⁷.

O peixeiro Pedrinho, certamente não tão jovem quanto os que foram citados até aqui, foi submetido a semelhante método de violência que Carlos Alberto Costa Rodrigues e, provavelmente, os “rapazes” narrados por Damiana Barros e Filomena Paiva. No caso de Pedrinho, houve um protesto pacífico e o texto buscou convencer, apesar da extrema violência que vitimou com morte o agredido, o leitor que nem todos os policiais agem com arbitrariedade, com exceção do policial Tobias. Ou seja, a imprensa sempre buscava a defesa dos agentes de segurança do estado.

Assim, o jornal não informou, com maiores detalhes, quem era o peixeiro Pedrinho, se ele possuía família. E muito menos enfatizou quantas pessoas participaram da manifestação ou se houve alguma repercussão na “Cidade Modelo” sobre mais um caso de tortura. O entrevistado Nelcir Andrade Moraes, ao descrever a localização do “cabaré do João Aurora”, nos traz outra informação de violência da polícia de Castanhal:

“João Aurora era do outro lado (...)...tinha um do lado e de outro, Viva a Noite e tinha do João, tinha um bucado de bares, botecozinho (...). Dava muito gente....no fim de semana (...). Agente passava a noite...vinha da C.T.C. e via o movimento. Tinha muito caso, brigas. Parece que um cara furou um...parece que mataram um...rapaz bem na esquina...perto do posto...um soldado deu um tiro nele.”⁸⁰⁸

Nessa narração de um fato situado entre os anos finais de 1970 e o início de 1980, percebemos como Nelcir Moraes se esforçou em lembrar como era o ambiente em torno do “cabaré do João Aurora”. Segundo o nosso entrevistado, era um lugar que se constituía de outros botecos que atraíam muitas pessoas. Por sua vez, a imprensa considerava como “suspeitas” as pessoas que frequentavam esses espaços, cujos lugares deveriam sofrer interferência das autoridades.

Dessa forma, o nosso entrevistado Nelcir de Moraes traz evidencia de uma provável intervenção violentada polícia militar que resultou no assassinato de um rapaz. É interessante frisar a discrepância entre do discurso da imprensa contra os “cabarés” e os “marginais” e os depoimentos orais até aqui apresentados neste item. Enquanto ao primeiro constatamos uma intensa cobrança do poder público, em especial à polícia, que controlasse e reprimisse os

⁸⁰⁷ Gazeta do Interior, 28/01/1980.p.3

⁸⁰⁸ Nelcir Andrade de Moraes, 63 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2012, em sua residência.

“bordeis” e os “suspeitos”, as fontes orais já nos trazem a intervenção violenta do Estado sobre esses “marginais”, isto é, dessa gente que, em sua maior parte, pertence à parcelados despossuídos.

A partir dessas evidências, supomos, de maneira geral, que a violência policial foi uma realidade em Castanhal, durante as décadas de 1970 e 1980. Numa edição de dezembro de 1980, o *Jornal do Interior*, expõe um comentário do Promotor Manoel Castelo Branco, da Comarca de Castanhal sobre o abuso da polícia:

“Ao ser indagado sobre as medidas tomadas com a relação a violência praticada por muitos policiais por ocasiões de prisões, ou mesmo durante interrogatórios. Manoel Castelo Branco, disse ser este, um problema que ‘foge da nossa vista’, já que quando alguma autoridade judicial ou não vai efetuar uma vistoria em qualquer Delegacia, dificilmente constata casos de violência encontrando sempre tudo em ordem”⁸⁰⁹

Observem no fragmento acima que jornal admite a prática da violência e/ou da tortura nas delegacias de Castanhal. Deste modo, segundo o *Jornal do Interior*, além do promotor Manoel Castelo Branco destacar a falta de funcionários para apurar os abusos da polícia, o agente ressaltou que a promotoria pública somente podia atuar contra a violência “se a vítima registrar queixa na Promotoria Pública”⁸¹⁰.

A ação violenta e arbitrária da polícia existe no Brasil desde a época Imperial e resistiu e vem atravessando o período republicano⁸¹¹; isso impede que os direitos civis sejam garantidos para toda população. Essas práticas arbitrárias persistiram devido à impossibilidade de haver uma relação pacífica entre a polícia e sociedade⁸¹².

Mais ainda, o autoritarismo da instituição policial foi reforçado ao longo da Ditadura Militar (1964 a 1985)⁸¹³. Nesse período, a segurança pública tornou-se prioridade a partir da Doutrina de Segurança Nacional⁸¹⁴, fortalecida pela Lei de Segurança Nacional, a qual foi aprovada em 1969⁸¹⁵. A referida doutrina permitiu a utilização da violência para perseguir políticos contrários ao Regime Militar. Esses políticos de esquerda, muitos pertencentes à

⁸⁰⁹ *Jornal do Interior*, 24/12/1980.p.3.

⁸¹⁰ *Idem.*

⁸¹¹ A Revista de História da Biblioteca Nacional publicou um dossiê sobre o que a história tem a dizer em relação à violência. Ver: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano III, nº 25, outubro, 2007. p.46.

⁸¹² *Idem.*

⁸¹³ *Idem.*

⁸¹⁴ *Idem.*

⁸¹⁵ *Idem.*

classe média⁸¹⁶, foram vítimas de tortura e essa prática, comum nas delegacias em todo o país⁸¹⁷, veio à tona para a sociedade nacional⁸¹⁸.

No entanto, a tortura começou antes que a oposição armada iniciasse a resistência e foi na Região Nordeste que se submeteram os políticos suspeitos ao martírio⁸¹⁹. Com o Ato Institucional Nº5 e as constantes ações das guerrilhas urbanas, o Governo Médici se utilizou do argumento de proteger o público para combater os subversivos e, com isso, os oficiais do Exército argumentaram que usavam a tortura nos interrogatórios porque estavam em estado de guerra: “ ‘Guerra é guerra’, respondiam os oficiais do Exército, quando indagados sobre os métodos adotados em seus interrogatórios”⁸²⁰.

Mesmo reprimindo violentamente as guerrilhas urbana e rural, no início de 1970, a tortura continuou sendo usada contra os “suspeitos”⁸²¹. Essa prática utilizada pela polícia e por outros setores da segurança pública fez Thomas Skidmore levantar uma reflexão sobre o tratamento dos presos “pertencentes à elite”⁸²².

De acordo com o historiador norte-americano, a tortura física era aplicada nos criminosos de forma rotineira no interior das instituições de segurança pública. Tratamento herdado, segundo Skidmore, do sistema escravista, uma vez que os escravos estavam constantemente sob maus tratos físicos⁸²³.

Com a Proclamação da República (1889), houve a continuidade por parte da polícia em usar o método violento contra “os pobres tanto do campo quanto da cidade” e raramente o grupo recebia semelhante tratamento⁸²⁴. Todavia, foi na fase mais autoritária do governo Getúlio Vargas, Estado Novo (1937-1945), que a elite contrária ao regime estadonovista sofreu com a tortura⁸²⁵.

Mas com o encerramento do Estado Novo, houve a permanência dos maus tratos aos presos comuns com outras feições ainda mais corriqueiras, como o caso do general Amaury

⁸¹⁶ Idem. p.46.

⁸¹⁷ Idem.

⁸¹⁸ Idem.

⁸¹⁹ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo e Tancredo Neves, 1964-1985. Tradução: Mário Salvino Silva. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004.249.

⁸²⁰ Idem.p.250.

⁸²¹ Idem.

⁸²² Idem.

⁸²³ Idem.

⁸²⁴ Idem.

⁸²⁵ Idem.

Kruel, em 1958, que organizou um grupo que executava “presos suspeitos de roubos e assassinatos”⁸²⁶. Deste modo, percebemos como a polícia tratava de forma distinta pessoas pertencentes a *status inferior* e *status superior*. O primeiro era abordado de maneira violenta enquanto que o segundo não era tratado da mesma forma, “porque a polícia supõe que ele ou ela tenha parente ou amigos bem relacionados com os ocupantes do poder”⁸²⁷.

Com a instauração da Ditadura Militar (1964-1985), os membros da classe média e alta que integravam grupos guerrilheiros foram torturados como se fossem presos comuns⁸²⁸. Diante disso, como ressaltamos mais acima, essa prática truculenta começou ser debatida no país⁸²⁹.

Depois da experiência dessas pessoas conhecerem a violência nas carcerárias públicas, várias entidades como diversos setores da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados e a Comissão Pastoral sobre Direitos Humanos começaram uma campanha para suprimir a prática de tortura contra os suspeitos pertencentes ao *status inferior*⁸³⁰.

Não obstante, essa mobilização se defrontou com outro grande problema que se tornou explícito depois do processo de redemocratização: a violência urbana⁸³¹. Essa questão se aprofundou no final da década de 1980 e o ocupou o centro dos debates “na grande imprensa, e o acadêmico em seminários e congressos (...). Passou a fazer parte das conversas cotidianas na casa, na rua (...)”⁸³².

Assim, como acima mencionado, as entidades não encontraram simpatizantes no público, mesmo aqueles que resistiram e foram contra a violência de estado, uma vez que o crescimento da violência na década de 1980 dificultou essa campanha contra a tortura dos presos comuns⁸³³. Ademais, se tornaram rotineiros os linchamentos contra suspeitos de

⁸²⁶ Idem.

⁸²⁷ Idem.p.252.

⁸²⁸ Idem.p.253.

⁸²⁹ Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano III, N°25, Outubro, 2007.p.46.

⁸³⁰ Idem.p.583.

⁸³¹ ZALUAR, Alba. “Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil”. In: NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *A História da Vida Privada no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.246.

⁸³² Idem.

⁸³³ SKIDMORE, Thomas.op.cit.p.583.

roubos nos grandes centros urbanos e estes eram espancados, muitas vezes até a morte, por uma multidão irada e a polícia se limitava apenas a observar essas ações violentas⁸³⁴.

A criminalidade das cidades adquiriu natureza variada, porque não se limitou apenas a roubos e assaltos, mas também cresceram o “tráfico e o uso de drogas (legais e ilegais), a chamada violência doméstica e a violência institucional”⁸³⁵. Em relação à última, significa que o processo de abertura política do Brasil denota a permanência dos maus tratos aos carcerários comuns. Nesse sentido, como já sabemos, Carlos Alberto Costa Rodrigues foi vítima da violência institucional.

Com o processo de abertura política, ocorreu uma campanha objetivando a supressão da tortura a presos políticos⁸³⁶; mas a classe média que resistiu ao regime autoritário e as entidades civis e religiosas – A Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão Pastoral sobre Direitos Humanos, por exemplo - observaram a necessidade de abolir a tortura à presos comuns⁸³⁷.

Entretanto, a redemocratização do Brasil não significou fim dos tormentos da população carcerária de origem social pobre. Mesmo com a assinatura da Convenção Interamericana para Prevenção e Punição a Tortura, pelo então presidente José Sarney⁸³⁸, houve continuidade de “abusos praticados contra suspeitos de crime comum”, ou seja, a manutenção da utilização do método de tortura para se extrair confissões dos presos⁸³⁹.

De posse dessas considerações, o jornal Resistência, órgão da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) denunciou, na segunda metade da década de 1980, que a Doutrina de Segurança Nacional continuava sendo utilizado para justificar “A violência policial que abate sobre as populações urbanas, além das torturas indiscriminadas nas delegacias e penitenciárias”⁸⁴⁰. Dessa forma, denunciava que polícia do Estado do Pará vinha praticando arbitrariedade e violência contra o “marginal” ou um cidadão “em atitudes

⁸³⁴ Idem. p.583-584.

⁸³⁵ ZALUAR, Alba. *op.cit.* p.249.

⁸³⁶ Idem.

⁸³⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964- 1985*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.582.

⁸³⁸ Idem.

⁸³⁹ Idem. p.584.

⁸⁴⁰ Resistência. Encontro Nacional condena a tortura e pede justiça. Belém, jan/fev, 1987, Ano IX, Nº74, p.07.

suspeitas”⁸⁴¹. Essas denúncias são reforçadas nas lembranças do nosso entrevistado José Expedito:

“Gostavam... batiam nas pessoas... naquele tempo já existia isso (...) A prova disso é que eles bateram o menino (...) existia caras despreparado, né! (...) chegava lá, eles quebravam no pau, hoje em dia não é assim mesmo. Todo mundo tá sabendo, não é bem assim. E quebravam o cara no pau mesmo! É na época que o cara mandava prender, passava a ordem lá, assim... pra meter a porrada, pra quebrar o cara no pau! Pegava palmatorada... palmatorada! Que queimava na palma da mão! (...) cansei de vê lá (...)”⁸⁴².

Diante disso, Resistência reforça a denúncia descrita por José Expedito nas delegacias de Castanhal, porque denunciou que os procedimentos da polícia castanhalense eram marcados pela truculência⁸⁴³. De acordo com periódico da SPDDH, a polícia do Pará prende ilegalmente, baseada na “observação pessoal” e “na falta de documentação”, bate, tortura e mata⁸⁴⁴.

Em Castanhal a polícia civil e militar possuíam a mesma prática de abordar os transeuntes. Por esse motivo, o nosso entrevistado José Lopes Guimarães escreveu um texto no Jornal de Castanhal, em 1979, criticando essa atitude. No início da crônica elogia a implantação da polícia militar na cidade, porque “o abuso e o desrespeito dos fora da lei já estava passando do limite”⁸⁴⁵. Não obstante, ressalta que “está havendo um exagero qualquer nesse bom trabalho da PM”, uma vez que está exigindo identificação “para os que perambulam pelas ruas na parte noturna”; mas o autor reconhece que essa atitude é considerada correta. Mesmo assim, José Lopes Guimarães aponta que a PM não distingue “o malandro e a pessoa de bem” e isso faz temer

“Os funcionários da C.T.C, que largam seus trabalhos nas ‘horas proibidas’ da noite e muitas vezes caminham para suas casas desprevenidas dos respectivos documentos, estando portanto sujeitos a serem ‘recolhidos’ injustamente o que ainda não ocorreu, mas pode acontecer. Um entrosamento da PM (...) seria a solução para por fim a essa drama dos quais realmente lutam pelo pão de cada dia”⁸⁴⁶

⁸⁴¹ Resistência. O arbítrio policial é a lei vigente. Ano IX, nº 77. Julho de 1987. p.2.

⁸⁴² José Expedito de Oliveira Barros, 54 anos, sapateiro. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008, em sua residência. Testemunho a tortura de suspeitos na Delegacia Central de Castanhal

⁸⁴³ Resistência, em matéria intitulada: O arbítrio policial é a lei vigente. Ano IX, nº 77. Julho de 1987.

⁸⁴⁴ Idem.

⁸⁴⁵ Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de Junho de 1979.p.1.

⁸⁴⁶ Idem.

Com base nesse trecho acima, reforça-se a análise de que a polícia militar de Castanhal agia de forma violenta pelas ruas da cidade. Talvez, alguns desses trabalhadores “recolhidos injustamente” fossem vítimas de tortura. Há de se ponderar que esse abuso do poder da polícia serviu de ressentimento contribuindo também para a explosão da “Revolta do Pincel”.

Na mesma edição do periódico, há outro texto, com título “Seus Documentos por Favor!”⁸⁴⁷, que direciona essa questão dos castanhalenses de serem abordados por falta de documentação. A matéria direciona críticas aos moradores de Castanhal que não portam os seus documentos pessoais. Isso acontece, de acordo com a notícia, porque “ainda o povo não foi acostumado” de portar constantemente sua identificação. Diante disso, o texto expõe:

“Realmente existem os desleixados que não atentam para as múltiplas necessidades de um cidadão portar os documentos, porém muitos policiais despreparados (mas tão despreparados) não atentam para o fato de que tal desleixo ou irresponsabilidade não constitui crime nenhum e passam a agir como se o ‘cara’ fosse criminoso”⁸⁴⁸.

Sem deixar de direcionar críticas a polícia, o autor, que não se identifica no texto, destacou que é responsabilidade do castanhalense de portar sua identificação, caso contrário, poderá ser detido “para averiguações”. Isso nos leva cogitar que nos anos finais de 1970 e o da década de 1980, ocorreu um grande número de detenções de pessoas não “suspeitas” pelas ruas da “Cidade Modelo”; que por sua vez podem ter sido vítimas da truculência da polícia civil ou militar.

Uma vez tendo sido detido por falta de documentação, o entrevistado José Expedito presenciou a prática de tortura na Delegacia Central de Castanhal:

“Fui lá uma vez que... uma vez que um cara me prendeu porque não tava com documento. Passei lá e vi... palmatória, o cara dava uma lapada, pro cara descobrir qualquer problema... rachava a mão do cara (...) pegava o cara assim, que era malandro, tinha problema já de roubo, de meter a lapada na mão, o cara batia no cara lá (...) pra descobrir roubo, né! Tipo assim “⁸⁴⁹.

A partir da memória de José Expedito, encontramos um vestígio que reafirma o critério de detenção de “suspeitos”: alguém “que era malandro, tinha problema já de roubo”, ou seja, as pessoas foram detidas por aparência e/ou simplesmente por ter sido uma vez

⁸⁴⁷ Idem.p.3.

⁸⁴⁸ Idem.

⁸⁴⁹ José Expedito de Oliveira Barros, 54 anos, sapateiro. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008, em sua residência. Testemunho a tortura de suspeitos na Delegacia Central de Castanhal

abordadas deveriam novamente ser retidas? Conforme testemunho do nosso narrador, o método da tortura servia para forçar um “suspeito” a confessar que cometeu delito.

O jornal Diário do Pará – ao fazer a cobertura da Revolta do Pincel - expõe claramente que a segurança pública da “Cidade Modelo” atuava sem limite de conduta, pois que as autoridades policiais de Castanhal jamais esperariam semelhante reação da população contra uma prática rotineira que era realizada na delegacia⁸⁵⁰. Ou seja, durante o interrogatório era comum a utilização da palmatória e vinha acompanhada de socos e toda sorte de espancamento⁸⁵¹.

O jornal ainda ressaltou que esse tipo de método era chamado pela polícia de “interrogatório carinhoso”⁸⁵² e argumenta que “o povo já estava cansado de tanta injustiça: a morte do menor foi só o estopim da revolta, já que há muito tempo a violência policial vinha provocando a opinião pública!”⁸⁵³.

Frente a essas atitudes da polícia, o prefeito que administrava a cidade de castanhal, em 1987, Paulo Sérgio Rodrigues Titan, do PMDB, falou através de O Liberal que dava razão ao povo, mas reconheceu o exagero dos revoltosos e acusou a polícia militar e civil pela agressividade com que vinham desenvolvendo em Castanhal⁸⁵⁴. Disse ainda, de acordo com A Província do Pará, que “esta revolta do povo de Castanhal, foi a gota d’água que estava faltando, porque o povo não estava satisfeito com o trabalho da polícia civil nesta cidade”⁸⁵⁵.

Diante dessa informação, o jornalista castanhalense Holanda Guimarães – já colocado no primeiro capítulo desta dissertação – responsabilizou também o prefeito pelos abusos da polícia que assolavam Castanhal⁸⁵⁶. Para o jornalista foi o Prefeito Titan o responsável em nomear o delegado e este deixava as tarefas do encargo à irresponsabilidade do comissário⁸⁵⁷, envolvido na tortura do menor. E mais: disse que Paulo Titan fingiu acalmar a população enraivecida se unindo com os revoltados e destacando que o prefeito distribuiu dinheiro para alguns que participavam do motim⁸⁵⁸.

⁸⁵⁰ O Diário do Pará, Belém, 31/03/1987. Polícia.

⁸⁵¹ Idem.

⁸⁵² Idem.

⁸⁵³ Idem.

⁸⁵⁴ O Liberal, 30/03/1987 p.15.

⁸⁵⁵ A Província do Pará, 31/03/1987. p.7.

⁸⁵⁶ GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *A cidade Perdida: Saga de tarimbeiro*. Belém: CEJUP, 1999. p.278.

⁸⁵⁷ Idem.

⁸⁵⁸ Idem.

Em relação novamente as agressividades dos policiais na Delegacia Central, o nosso entrevistado Jones Cabral comenta também a utilização da palmatória:

“Ouvia essa história aí. Que aconteceu aí. Era com palmatória. Tipo essa aqui que o cara tem na mão⁸⁵⁹. Ouvia falar isso, de primeiro mesmo era cruel mesmo... o sistema da polícia aí. Era... palmatória na doida. Pegavam malandro aí, não tinha pena não (...) Nessa época a polícia era cruel, aí. (...) colocavam a mão em cima da mesa (...) para apoiar mais a porrada”⁸⁶⁰.

Diferentemente de José Expedito, o qual presenciou uso da palmatória na delegacia, Jones Cabral apenas ouviu comentários, pois, em 1987, ele tinha apenas 10 anos de idade. Deste modo, provavelmente havia alguma repercussão sobre casos de maus tratos de presos nos distritos da “Cidade Modelo”.

É interessante informar que o entrevistado Jones Cabral logo falou da palmatória quando se deparou com uma imagem, que mostramos do jornal, de pessoas exibindo a palmatória encontrada na delegacia destruída. Vejamos a fotografia:



Foto 13 - palmatória encontrada no interior da Delegacia Central de Castanhal.

Amotinados ou curiosos exibem a palmatória encontrada no interior da Delegacia Central de Castanhal.(30/03/1987.p.16.)

A fotografia acima expõe algumas pessoas que estavam no local da destruição da Delegacia Central de Castanhal, onde encontraram a palmatória. É importante perceber que os fotografados não se intimidaram de serem registrados segurando um instrumento de tortura.

⁸⁵⁹ Refere-se à uma imagem de um popular segurando uma palmatória, exposta no Jornal O Liberal. Ver: O Liberal, Belém, 30/03/1987. Polícia. p.16.

⁸⁶⁰ Jones da Silva Cabral, 34 anos, desempregado. Entrevista realizada no dia 25 de junho de 2008, em sua residência. No dia da Revolta do Pincel, estava, juntamente com outros curiosos, em um veículo passando nos principais locais da Revolta.

Pelo contrário, se mostraram satisfeitos por estarem, talvez, exibindo ou denunciando uma prática violenta da polícia que muitos conheciam ou se indignavam na cidade. O irmão de José Expedito, o carpinteiro Antônio Gilson de Oliveira Barros nos narrou outros métodos de tortura que supostamente a polícia de Castanhal também praticava:

“Nunca vi não, mas o pessoal comentavam que ,lá ,eles batiam muito os presos, colocava pra dormir em cima das pedras, lá... e em cima de xixi, lá dava banho... é... afogava na água gelada”⁸⁶¹.

O nosso entrevistado Antônio Gilson de Oliveira Barros nos narra o que ouviu dizer. Esses comentários se apresentam como mais uma evidência das repercussões da violência policial que ganhava os ouvidos dos castanhalenses. Em relação à prática de afogamento, o Diário do Pará ressalta que Carlos Alberto Costa Rodrigues, depois da sessão de espancamento, foi levado pela polícia a um igarapé, onde tentaram afogá-lo⁸⁶². O referido igarapé, segundo Jones Cabral, consistia o Rio Apeú aonde os policiais conduziram o garoto para maltratá-lo:

“(...) Até no Apeú a galera foi também, que lá que foi... fizeram o afogamento dele, né. Deram muita porrada e levaram pra lá, fizeram afogamento”⁸⁶³.

Diante dessas afirmações, parecia que polícia não tinha limite na sua arbitrariedade. Nas lembranças da nossa entrevistada Sônia Maria, observamos mais um vestígios de suposto repercussão dos casos de tortura nos distritos de Castanhal:

“Eu sabia assim de... de... eles, já torturaram mesmo, né. Davam, batiam... com cacetetes, apertavam os dedos do pessoal com alicates”⁸⁶⁴.

Outro entrevistado para esta pesquisa, Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior também ouvia semelhantes histórias sobre os maus tratos de presos na delegacia:

⁸⁶¹ Antônio Gilson de Oliveira Barros, 43 anos, carpinteiro. Entrevista realizada em sua residência, no dia 18 de junho de 2008. Foi preso pelo corpo de bombeiros quando observava os incêndios provocados pelos revoltosos.

⁸⁶² O Diário do Pará, Belém, 30/03/1987. Polícia. p.7.

⁸⁶³ Jones da Silva Cabral, 34 anos, pedreiro. Entrevista realizada no dia 25 de junho de 2008, em sua residência. No dia da Revolta do Pínel, estava, juntamente com outros curiosos, em um veículo passando nos principais locais da Revolta.

⁸⁶⁴ Sônia Maria Oliveira, 50 anos, desempregada. Entrevista realizada no dia 19 de março de 2008, em sua residência. Prima de Carlos Alberto Costa Rodrigues, o menor torturado na Delegacia Central de Castanhal. Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, 44 anos, auxiliar de biblioteca. Entrevista realizada no dia 13 de março de 2008, em sua residência. Esteve nos principais locais da Revolta do Pínel.

“Nesse período, eu me lembro de um amigo que morava próximo da delegacia que comentava, assim... que ouvia... é... de pessoal gritar... que ouvia (...) dentro da delegacia, como estivesse apanhando”⁸⁶⁵.

Com base nesses depoimentos, supomos que corriam pela cidade de Castanhal, na década de 1980, diversos comentários sobre torturas na Delegacia Central de Castanhal, como podemos perceber nesses relatos registrados. Diante disso, a Arquidiocese de São Paulo, sob a organização de Dom Paulo Evaristo Arns, elaborou, em 1985, um relatório que visava denunciar a tortura do Regime Militar dos anos de 1960 e 1970. Nesse documento estão contidas algumas práticas de torturas e humilhações que os presos políticos foram submetidos, entre abril de 1964 e março de 1979⁸⁶⁶.

Partindo das fontes oficiais da Justiça Militar, o relatório descreve alguns instrumentos e formas de torturas utilizadas pelos agentes da repressão do regime autoritário como: “pau de arara”, choque elétrico, a “pimentinha” e dobradores de tensão, o “afogamento”, a “cadeira de dragão”, a “geladeira”, uso de insetos e animais, além do uso de produtos químicos, lesões físicas, palmatória e entre outros⁸⁶⁷. Todas essas práticas provocam dores, danos físicos e tormentos psicológicos dos torturados com objetivo de retirar informações consideradas subversivas para os militares⁸⁶⁸.

Destes instrumentos ou práticas citadas acima e com bases nas fontes escritas e orais, a “palmatória” e o “afogamento” eram empregadas pela polícia de Castanhal contra os “suspeitos”. Como já vimos, José Expedito presenciou a polícia se municiando da palmatória para agredir detidos. Quanto à prática de “afogamento”, método de tortura também praticada por agentes de segurança pública em Castanhal, se diferenciava dos órgãos de repressão do governo autoritário. Vejamos um dos trechos dos inquéritos contidos no “Brasil: Nunca Mais” que comenta sobre essa forma de cometer danos físicos:

“[...] o afogamento é um dos ‘complementos’ do pau de arara. Um pequeno tubo de borracha de borracha é introduzido na boca do torturado e passa a lançar água [...].

[...], e teve introduzido em suas narinas, na boca, uma mangueira de água corrente, a qual era obrigado a respirar cada vez recebia uma descarga de choques elétricos [...].

⁸⁶⁶ Brasil: Nunca Mais. Arquidiocese de São Paulo. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 39º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2011.

⁸⁶⁷ Idem.p. 32-40.

⁸⁶⁸ Idem.p.17.

[...] afogamento por meio de uma toalha molhada na boca que constitui: quando já se está quase sem respirar, recebe um jato d'água nas narinas”⁸⁶⁹.

Esse infeliz procedimento de tortura não se assemelha ao que Carlos Alberto foi submetido. De acordo com o relato de Jones Cabral, depois de sessões de espancamento, o levaram para o Rio Apéu, na Vila do Apeú, distrito de Castanhal, e lá fizeram com ele sessões de afogamento no rio.

O documento organizado pela comissão da Arquidiocese de São Paulo afirma que a tortura foi usada sem precedentes, porque crianças, mulheres e gestantes não foram poupadas⁸⁷⁰. Em relação aos menores, filhos de presos políticos foram maltratados física e psicologicamente⁸⁷¹. Abusos, forçar os filhos a assistirem a tortura dos pais e ameaçá-los de mortes são alguns dos exemplos sofridos por esses menores⁸⁷².

Diante disso, Carlos Alberto Costa Rodrigues não foi apenas ameaçado, como também passou por momentos de sofrimento por mais de dois dias no interior da Delegacia de Central Castanhal, e tais agressões o deixaram debilitado porque, segundo o periódico local, ele não sabia mais dizer se havia ou não furtado os dois pinceis⁸⁷³. Da mesma forma que ficavam os presos políticos torturados pelos serviços dos militares: depois de espancados e submetidos a choques elétricos acabavam debilitados⁸⁷⁴. Lançando mão do depoimento e das memórias de nossa entrevistada Maria Lúcia compreendemos que muitas pessoas sentiam medo quando viam a polícia:

“Eu lembro que morava aqui perto da Altamira⁸⁷⁵. E você não podia ficar na [rua] Altamira até umas nove horas da noite, quando o carro da polícia passava... porque todo mundo tinha medo da polícia, tinha medo da polícia mesmo (...). Antes da revolta, tinha medo da polícia. (...) por que a polícia tinha uma fama, assim, né... de violenta. Era muito criança, mas... as pessoas falavam: ‘olha a polícia na rua!’ Você não via as pessoas ficarem a vontade na rua, de ficar até tarde”⁸⁷⁶.

Outra informação muito importante sobre as arbitrariedades da polícia de Castanhal partiu do advogado da família de Carlos Alberto Costa Rodrigues, Jânio Siqueira, o qual disse

⁸⁶⁹Idem.p.34.

⁸⁷⁰Idem.p.41.

⁸⁷¹Idem.p.41-44.

⁸⁷²Idem.

⁸⁷³O Liberal, Belém, 30/03/1987. Polícia. p.16.

⁸⁷⁴Brasil: Nunca Mais.op.Cit.p. 201-205.

⁸⁷⁵Maria Lúcia refere-se à Avenida Altamira, umas das principais vias de Castanhal.

⁸⁷⁶Maria Lúcia Pantoja Xavier, 41 anos, desempregada. Entrevista realizada no dia 12 de março 2008, em sua residência. Presenciou o conflito entre a Tropa de Choque e a população revoltada.

“que recebeu informações de que era comum em Castanhal que os presos fossem liberados durante a noite pelo delegado para participarem de furtos de objetos, que eram distribuídos entre os policiais. Caso os presos não conseguissem os objetos, eram torturados”. O advogado disse também que o delegado de Castanhal não queria fazer o encaminhamento do corpo de ‘Delo’⁸⁷⁷ ao Instituto Médico Legal, cedendo apenas por causa das pressões da imprensa”⁸⁷⁸.

De acordo com a imprensa, foram oito horas de distúrbios. No final do dia, a polícia militar e o pelotão de choque entraram em ação e utilizaram bastante violência para dispersar os revoltosos. Tal ato Maria Lúcia nos relata com clareza:

“Eu lembro (...) nesse momento que a tropa de choque, eu tava bem em frente da casa do... Juarez (...). Me lembro quando eles chegaram em caminhões (...) uns quatro caminhões... caminhões verdes... muitos soldados. Só que eles já vinham subindo aqui, a Barão... Era muito carro, muita polícia, já vinham descendo assim, pulando, descendo, assim... já amedrontando a população... jogando... fumaça... e batiam nas pessoas (...). Quando eu vi assim... que ia pegar mesmo... eu tava de bicicleta, eu lembro que, mas eu vi tudo, fiquei bem afastada, assim bem longe assim, porque se eu estivesse bem no meio daquela multidão (...) eu ia ser presa... pegavam criança (...) Ela foi logo agredindo as pessoas (...), muita gente correndo, muita gente caía no chão, eles batiam nas pessoas, pegavam as bicicletas (...) assim ‘amontoaram’ uma em cima da outra (...) foi uma fogueira de bicicleta”⁸⁷⁹.

Então, seguindo esse discurso, a tropa de choque não mediu esforços para acabar com a revolta. Utilizou toda agressividade possível, inclusive, os soldados da polícia militar, tomaram e queimaram as bicicletas dos revoltosos ou dos curiosos. E ainda espancaram quem passasse na rua⁸⁸⁰. De acordo com Maria Lúcia, até crianças não foram poupadas.

Antes da chegada do batalhão de choque, durante a tarde, o carpinteiro Gilson Barros foi preso pelo Corpo de Bombeiros e levado para o 5º batalhão da Polícia Militar de Castanhal; horas mais tarde, foi encaminhado, juntamente com outros capturados, à Belém. Acompanhemos esse drama:

“Quando chegamos lá na casa do Juarez (...) comissário do Juarez Mourão... aí... foi na hora que os bombeiros chegou e... tava lá dentro correram... agente tava lá no muro, assim, próximo da casa... fomos pego por eles... eles colocaram nós em cima do caminhão pipa aí... sumiu nós lá pro quartel... quartel da polícia militar (...) de

⁸⁷⁷ Carlos Alberto Costa Rodrigues era conhecido como “Delo”.

⁸⁷⁸ O Liberal, Belém, 10/04/1987. Polícia. p.20.

⁸⁷⁹ Maria Lúcia Pantoja Xavier, 38 anos, desempregada. Entrevista realizada no dia 12 de março 2008, em sua residência. Presenciou o conflito entre a Tropa de Choque e a população revoltada.

⁸⁸⁰ O Liberal, Belém, 30/03/1987. p.16.

lá... uns... uns, mais ou menos dez horas, dez e meia da noite... aí colocaram nós na viatura do IML e daqui pra lá... é... é teve dois que desmaiaram... não tinha ar, tudo trancado, a gente respirava... colocava o nariz bem nos buraquinhos que tinha assim, e aí... tomavam o ar (...) sofrimento (...) cheio, cheio a viatura... era uma pequena, é D-20... apertado de gente mesmo e levaram nós pra DOPS, né”⁸⁸¹.

Depois de capturado e conduzido para o 5º Batalhão, Gilson Barros, acompanhado de outros, foram colocados na viatura do IML – exatamente a parte que leva cadáveres – e transferidos para Belém. Depois de fichados no antigo DOPS, a polícia os conduziu para o presídio de São José.

“Quando entremos no presídio, quem tinha um relógio, um anel, uma coisa... os presos tomavam tudo... as roupas boas eles trocaram e deram roupa ruim e pegaram a roupa boa (...) Junto com... perigoso mesmo. Quando entremos lá eles cercaram nós. Tinha um chefe lá com cabo de vassoura... ‘aqui é o seguinte, aqui quem comanda aqui sou eu aqui dentro... o que vier aí... comida... tudo é repartido aqui com nós’... e aí veio logo um lá e atacaram um menino lá, tomaram... as coisas”⁸⁸².

É importante lembrar que Gilson Barros não estava participando do quebra-quebra. Era apenas um curioso e estava acompanhado de um amigo e os dois foram presos pelos bombeiros. Então ele, seu amigo e outros prováveis curiosos ou participantes foram colocados junto com os presidiários e, logo, submeteram-se às normas da cela onde havia um chefe. Antes de embarcarem na viatura do IML, muitas pessoas foram espancadas no 5º Batalhão e até o momento do embarque houve agressões contra os capturados:

“Já tinha gente presa. Quando chegamos lá, já tinha gente presa lá (...). Eu e meu colega tivemos sorte, mas os outros... pegaram porrada pra caramba. Até na hora de embarcar na viatura... cada uma pegava uma mãozada no meio da costa (...) Ficou bem na porta assim... e mandavam a gente passando lá pra... viatura... e o PM... cada um que passava dava lapada na costa. Deu sorte que passei e não me bateu. Acho que eu fui o único que não pegou um tapa, lá. Pareceu que eu tava com sorte”⁸⁸³.

As pessoas presas no dia da “Revolta do Pincel” foram espancadas no 5º Batalhão e sendo também vítimas da truculência dos agentes da DOPS, em Belém. Em relação à construção de órgãos repressores em anos anteriores, as forças armadas não tiveram

⁸⁸¹ Antônio Gilson de Oliveira Barros, 44 anos, carpinteiro. Entrevista realizada no dia 18 de junho de 2008, em sua residência. Foi preso pelo corpo de bombeiros no dia da Revolta do Pincel.

⁸⁸² Idem.

⁸⁸³ Idem.

dificuldades de montar uma estrutura de repressão que atingiu, principalmente, todos aqueles que se colocaram abertamente contra o Regime Militar⁸⁸⁴.

Entre elas se destacam o Sistema Nacional de Informação (SNI), criado em junho de 1964, que buscava averiguar todas as informações que interessavam à Segurança Nacional⁸⁸⁵. É importante saber que esse órgão possuía agências regionais interligadas diretamente com Brasília⁸⁸⁶.

Para facilitar a prática da repressão, houve a integração das atividades das polícias estaduais e federais⁸⁸⁷. Em São Paulo foi criada a Operação Bandeirante (Oban), que apesar de ter a participação dos efetivos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e outros grupos de segurança pública, possuía uma inexistência de estrutura legal⁸⁸⁸. Sob coordenação do Sérgio Paranhos Fleury, a Oban - recebia auxílio financeiro de algumas multinacionais – foi mais truculenta possível contra a oposição armada urbana⁸⁸⁹.

Tendo como a Operação Bandeirante, o Estado Militar edificou, em 1970, o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna) e estes organismos atuaram em todo território nacional e submetiam o “efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, sejam das forças armadas, sejam das policias estadual e federal”⁸⁹⁰. É relevante destacar que o DOI-CODI foi o órgão que mais violou os Direitos Humanos no país⁸⁹¹.

Deste modo, a estrutura repressiva sobre a sociedade civil tem como especial ponto de partida os anos de 1969 a 1971. Nesse período, “o Estado de exceção constituiu uma rede e unidade secretas, em relação ao seu próprio quadro legal, do aparato repressivo”⁸⁹². Diante desses objetivos, o ministro do Exército, Orlando Geisel, em julho de 1970, estabeleceu que:

⁸⁸⁴ Além de apresentar trechos importantes que descrevem a tortura dos presos políticos que foram submetidos durante a Ditadura Militar, o relatório Brasil Nunca Mais trás também um relevante contexto histórico que nos ajuda a esclarecer o processo de edificação do Estado Autoritário. Ver: Brasil: Nunca Mais. Arquidiocese de São Paulo. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 39º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2011.p.67-74.

⁸⁸⁵ Idem.

⁸⁸⁶ Idem.

⁸⁸⁷ Idem.

⁸⁸⁸ Idem.

⁸⁸⁹ Idem.

⁸⁹⁰ Idem.

⁸⁹¹ Idem.

⁸⁹² TELES, Janaina de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. IN: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.p.256.

“O Exército assumiria o comando das atividades de segurança e, dois meses depois, criou os Destacamentos de Operações de Informações -Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Tal rede se formou em decorrência da necessidade constante da ditadura de buscar a legitimidade e a sua institucionalização por meio da aplicação seletiva do poder coercitivo sobre a sociedade civil”⁸⁹³.

Esse método seletivo se edificou logo após o Golpe de Estado, em 1964. Mas não ocorreu de uma forma muito organizada e o número de mortos, por essa estrutura coercitiva, era “majoritariamente de lideranças políticas e ‘quadros’ de luta armada”, ficava claro a ‘seletividade da repressão política’ ”⁸⁹⁴. E desde o limiar de 1971:

“(...) a face secreta da repressão política se utilizou de casas de torturas em diversos estados, com a ‘Casa da Morte’, em Petrópolis, e de cemitérios públicos, como o cemitério Dom Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, para enterrar ativistas e guerrilheiros assassinados com identidades falsas”⁸⁹⁵.

Desta maneira, o regime repressivo promoveu, a partir de 1973, o desaparecimento forçado, sequestro e “prisão de milhares de pessoas em todo o país”⁸⁹⁶. E toda essa composição violenta construída pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), como estamos acompanhado, fez reflexo sobre os “suspeitos” da “Cidade Modelo”, ou seja, pessoas detidas que sofreram com peso da tortura institucional. Retomando a entrevista de Gilson Barros, constatamos outras práticas de violência do DOPS sobre os acusados de participarem da revolta:

“Quando chegue, lá no DOPS eu... fui esperto, sentei bem lá no cantinho, os outros que tavam perto do corredor... eles passavam, pisando nos pés, nas mãos (...), só pra fazer o mal”⁸⁹⁷.

Outra questão bastante importante refere-se à liberação dos “suspeitos” que participaram da “Revolta do Pincel”, do presídio São José. Eles foram liberados no dia posterior de suas prisões. Novamente, Gilson Barros nos fala:

“...e aí fomos soltos no outro dia... foi pelo deputado Zé Francisco... foi lá e mandou liberar e cada um que ia saindo ia... passando... é... é... lá pela... fazer exame, né. Os que tavam muito batido... iam pro hospital... quem tava... e liberaram sem nenhum real no bolso. Quem quisesse que desse seu jeito... pra voltar. (...) Fomos até a casa do meu tio e chegamos lá é...é... tomar um banho e arrumaram dinheiro pra gente

⁸⁹³ Idem.p.256.

⁸⁹⁴ Idem.

⁸⁹⁵ Idem.

⁸⁹⁶ Idem.

⁸⁹⁷ Idem.

voltar pra Castanhal. Fomos soltos assim: igual bichos (...), tinha com nós, tinha uns... 50 pessoas por aí...40, 50”⁸⁹⁸.

As práticas de torturas nas delegacias e a forma de abordar e até a prisão de “suspeitos” baseados na “observação” consistem em intervenções repressivas ainda muito comuns no cotidiano dos habitantes da cidade, ou seja, algo muito comum nos centros urbanos brasileiros.

Retornando aos estudos de Sidney Chalhoub, o historiador ressalta que essas intervenções violentas do Estado nos grandes centros urbanos foram construídas historicamente e tiveram seu marco no século XIX, no Rio de Janeiro⁸⁹⁹. Nesse contexto, as forças públicas iniciaram a demolição dos cortiços (habitações coletivas onde residiam populações pobres como, por exemplo, escravos fugidos, libertos, operários e entre outros), acompanhada de um discurso higienista para combater as diversas epidemias que assolavam a capital federal⁹⁰⁰.

No entanto, o autor, analisando a documentação manuscrita sobre habitações coletivas e nos discursos dos parlamentares, compreendeu que os grandes projetos de reformas urbanas estavam contidos num discurso racista e isso era alimentado diante da inevitabilidade da abolição da escravatura; nessa conjuntura, reforçada pelas palavras dos deputados do Império, é invocada a noção de “classes pobres” e “classes perigosas”:

“Vamos encontrar o conceito de classes perigosas como um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888. Preocupação com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade”⁹⁰¹.

O debate visava elaborar, como explicamos no final do item anterior, projetos que pudessem combater a ociosidade pós-abolição e de organizar o trabalho; diante disso, os parlamentares recorreram aos conceitos de criminalidade dos compêndios europeus. A expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, na Inglaterra. De acordo com Sidney Chalhoub, um exemplo de utilização dessa categoria fora usado pela a

⁸⁹⁸ Idem.

⁸⁹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.p.19.

⁹⁰⁰ Idem.p.31.

⁹⁰¹ Idem.p.20.

escritora Mary Carpenter sobre criminalidade e “infância perdida” (equivalente a menino de rua), ou seja, ela utiliza a expressão no sentido de designar um grupo social formado à margem da sociedade civil ⁹⁰².

É importante destacar que Carpenter usa o termo “classe perigosa” de forma “bastante restrita, referindo-se apenas aos indivíduos que já havia abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei” ⁹⁰³. Como já foi salientado, os deputados da câmara da capital federal, buscaram as categorias de criminalidade dos compêndios europeus. Sendo assim, um dos estudos recorridos foram de Frégier e este buscou descrever todos os tipos de malfeitores que agiam nas ruas de Paris e observou os comportamentos de prostitutas, ladrões e “dos espertalhões de todo tipo que pareciam infestar a Paris” ⁹⁰⁴. Não obstante, Frégier acabou descrevendo as péssimas condições de vida dos pobres parisienses e não diferenciou “classes pobres” das “classes perigosas”.

Com base nos estudos de Frégier, mesmo este não distinguindo “classes pobres” das “classes perigosas”, os parlamentares brasileiros se utilizaram a sua base teórica para combater contra os vadios que habitam o espaço urbano do Rio de Janeiro, especialmente nos cortiços. Segundo Sidney Chalhoub, isso ajuda entender porque no dia da destruição do mais célebre cortiço carioca, Cabeça de Porco, no dia 24 de janeiro de 1893, estavam presentes às autoridades públicas e alguns membros da elite da capital; e também obteve maior compreensão do motivo de exaltação da imprensa de noticiar sobre a demolição da Cabeça de Porco. Tudo isso porque, além de iniciar uma era de reforma urbana, acreditavam que estavam declarando guerra contra os “malfeitores” e os “vícios”.

Assim sendo, as análises de Sidney Chalhoub ressalta que no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, no século XIX, o termo “classes perigosas” ganhou abrangência. Mas o historiador adverte que os debates entre os parlamentares não deixaram clara a distinção entre as categorias mencionadas; entretanto, ressalta que fora possível entender o que seria um bom cidadão para os deputados: seria aquele que tem “gosto pelo trabalho” e “possui hábitos de poupança”⁹⁰⁵.

⁹⁰² Idem.p.21.

⁹⁰³ Idem.

⁹⁰⁴ Idem.p.21.

⁹⁰⁵ Idem.p.22.

Com essa afirmação do autor, podemos perceber que a todos os pobres faltam valor (gosto pelo não trabalho). Ou seja, as “classes pobres” passaram a ser vistas como “classes perigosas”, uma vez que poderiam oferecer ameaças à ordem pública e a desorganização do trabalho. Por isso, essa associação que o indivíduo pobre é potencialmente malfeitor, se explica a atuação, ao longo da história, violenta da polícia sobre os populares até aos dias atuais⁹⁰⁶.

Assim: “A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de todo cidadão é suspeito de alguma coisa até provar ao contrário e, é lógico, que alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros”⁹⁰⁷.

O historiador Boris Fausto também nos oferece contribuição sobre a herança histórica da violência institucional na sociedade brasileira, especificamente em São Paulo no final do século XIX e o início do século XX. O pesquisador constatou na imprensa paulista evidências de “prisões arbitrárias, violência física ao se efetuar uma prisão, invasão ilegal de domicílio, ações profiláticas *sui generis*, como ocorre quando a polícia é acusada de ocupar todo um bairro à cata de doente de varíola”⁹⁰⁸. Não obstante, as maiores vítimas da repressão policial foram “os acusados de furto e roubo”, associados ao crime contra a propriedade e estes eram torturados para confessar o crime:

“É razoável supor que, em muitos casos, indiciados resignavam-se e nada diziam, por interiorizar a culpa, por temor a represália ou ainda por não encontrar campo no ritual forense para articular sua voz. O réu só responde sobre o que lhe é perguntado e as narrativas de tortura põem em crise a aparência de estrita legalidade retratada no processo”. (...) [os acusados] não fazem referência ao ‘pau-de-arara, ao choque elétrico. As queixas mais comuns referem-se a castigos físicos ‘moderados, com a utilização de instrumentos que revelam uma intenção pedagógica ostensiva – régua, palmatória -, ou a espancamentos brutais, enfileiram-se alusões às solitárias, às duchas de água fria, às ofensas morais, à privações de água e comida”⁹⁰⁹.

De acordo com o historiador, essas formas de tratamento aos suspeitos se constituem “de uma legítima, profundamente aceita na consciência social, aponto de se manter intocada

⁹⁰⁶ Idem.p.23.

⁹⁰⁷ Idem.

⁹⁰⁸ FAUSTO, Boris.*op.Cit.*p.180-181.

⁹⁰⁹ Idem.

ao longo dos anos, na vigência de regimes relativamente democráticos ou na vigência de regimes autoritários”⁹¹⁰. E o Boris Fausto se aprofunda:

“Arrisco dizer que, se a violência contra a pessoa do detido constitui um fenômeno de longa duração, seu alcance, limites, significados variam, de algum modo, em função das alterações da sociedade como um todo. Não quero dizer que a correlação seja linear. (...) Não obstante a liberalização do regime político [pós Ditadura Militar], as violências são óbvias e chegaram a formas extremas de supressão da vida através da criação de corpos especializados. Ao mesmo tempo, entretanto, a liberalização possibilitou a emergência pública do tema (...)”⁹¹¹.

Por essa razão, como estamos debatendo neste item, que as torturas ocorridas nas delegacias da “Cidade Modelo” não se constituem apenas de herança repressiva da Ditadura Civil-Militar, mas foram métodos que vieram sendo construídos institucionalmente. Deste modo, na Primeira República, segundo Boris Fausto, “a violência contra o preso comum é admitida como um mal necessário, onipresente e oculto, raramente tematizado”⁹¹².

Todo esse debate nos oferece maior compreensão dos motivos que levaram a polícia de Castanhal a torturar o menor Carlos Alberto Costa Rodrigues - como também de outras pessoas citadas neste trabalho -, o qual, como sabemos, fora detido e mantido sob truculência por três dias na Delegacia Central de Castanhal. Diante disso, os vizinhos, os parentes do garoto e os demais moradores da cidade já pensavam em invadir a delegacia.

No entanto, às vésperas da revolta, o menor foi liberado e faleceu no mesmo dia, resultado da extrema agressão a que foi submetido⁹¹³. Ou seja, vítima de um reflexo de longa tradição autoritária de tratamento a “suspeitos” ou a presos comuns.

Perante a essas considerações, entendemos, assim, a razão de maior brutalidade possível da ação da Tropa de Choque: para coagir os populares amotinados, pois possivelmente foram taxados de “suspeitos”. De acordo com a imprensa pesquisada, no dia da “Revolta do Pincel”, a com a chegada do reforço da polícia militar de Belém, bastava estar na rua para receber o peso da truculência da esquadra e, como já foi comentando, a polícia militar tratava com agressividade grupos de pessoas que eram encontradas no momento que o batalhão perseguia os revoltosos pelas ruas de Castanhal. E a semana que se segue depois da rebelião, a cidade era vigiada duramente pela Tropa de Choque.

⁹¹⁰ Idem.p.183.

⁹¹¹ Idem.p.184.

⁹¹² Idem.

⁹¹³ O Liberal, 29/03/1987.p.16.

Em relação como ficaria o mundo do trabalho pós-abolição, conforme Sidney Chalhoub, os parlamentares elaboraram a “teoria da suspeição generalizada” que correspondia uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva e contribuiria, segundo os deputados, para a manutenção da ordem social e política ⁹¹⁴.

Quanto às instituições específicas de controle, o historiador se refere que o Estado emprega seus recursos de controle como a edificação e a cobrança de carteira de identidade, a polícia, a carteira de trabalho e entre outros; tudo isso, para manter a normalidade social e vigilância dos “cidadãos suspeitos” ⁹¹⁵. Da mesma maneira, semelhantes formas de repressão foram constatadas, na década de 1980, em Castanhal, uma vez que polícia prendia ilegalmente baseada na “observação pessoal” e na “falta da documentação”. De acordo com imprensa castanhalense, muitas pessoas comuns foram recolhidas pela polícia por ser “suspeita”.

Quem seria essa pessoa “suspeita”? Acreditamos que, como já indagamos, eram constituídos de gente pobre, excluída dos benefícios da reforma urbana da “Cidade Modelo”. Homens e mulheres que acabaram à margens do “progresso” de Castanhal. Por eles frequentarem espaços que não representavam “evolução” da cidade foram, através da imprensa castanhalense, denominados de “marginais” e “prostitutas” que deveriam ficar sob controle das autoridades. Por isso, vimos muitos fragmentos jornalísticos que saíram na defesa da ação violenta da polícia de Castanhal.

No entanto, este último capítulo não surgiu e nem foi pensando a partir de uma simples inclusão dos pobres da “Cidade Modelo”. Como disse Boris Fausto:

“Não se trata de um ‘opção preferencial pelos pobres’, mas do simples fato de que quem estuda formas abertamente repressivas de controle social e a criminalidade fala de pessoas destituídas, em maior ou menor grau” ⁹¹⁶.

Nesse sentido, quando os documentos— especialmente os jornais impressos e fontes orais – trouxeram vestígios sobre sujeitos que foram estigmatizados por um discurso moralista da imprensa local ou foram detidas pela polícia civil e militar por não portarem os documentos pessoais, nos levou a refletir sobre quem seriam esses sujeitos, senão aqueles pertencentes do segmento social mais baixo da sociedade castanhalense. Esses excluídos também buscaram estratégias para usufruir do espaço da “Cidade Modelo”, mesmo não

⁹¹⁴ CHALHOUB, Sidney.*op.Cit.*p.24.

⁹¹⁵ Idem.

⁹¹⁶ FAUSTO, Boris.*op.Cit.*p.285.

fazendo parte do projeto de “desenvolvimento” que se limitou ao centro de Castanhal. E sobre essa população que ocupa o ambiente citadino, Michelle Perrot comenta a partir da Paris do século XIX:

“As classes dominantes, principalmente as autoridades urbana (...), denunciam cada vez mais essa confusão tão vergonhosa para as transações econômicas e a ordem pública. Bufões, músicos ambulantes, camelôs são a obsessão de Gisquet, delegado de polícia de 1831 a 1836, cujas Memória (1840) apresentam um testemunho sobre essa incessante batalha pela ordem na rua. Essa racionalização da cidade, onde a haussannização é um expressões mais vivas, faz-se por circulação dos fluxos e especialização dos espaços, diversificado, funcionalizados. (...) A cidade aos poucos se quadricula em espaços masculinos, femininos e mistos. Estes podem ser espontâneos ou organizações, e o seu estudo é particularmente interessante para aprender as relações entre os sexos. Exemplo mais cabal do local de encontro organizado: o bordel, que Alain Corbin mostrou em sua evolução e variedade”⁹¹⁷.

Portanto, mesmo sofrendo com a tentativa do Estado de repressão para manter a ordem social e política da comuna, os pobres de Paris não deixaram de praticar suas atividades comerciais e o lazer. De forma semelhante, os “suspeitos” da “Cidade Modelo” tomaram as ruas em suas variadas formas: homens e mulheres pobres – ou não tão pobres – frequentaram os “cabarés” de João Aurora, do Bolinha e os bares do Mercado Municipal. Houve aqueles que mendigaram pelas vias da cidade em reforma, aqueles que chegaram de longe – os imigrantes – em busca de melhores condições de vida, mas que foram morar em péssimas condições na vila da “Rua do fogo” ou no “Beco da Maria Pretinha” ou no “Chicão”. E também existiram aqueles que ocuparam as ruas, numa ação de quebra-quebra, como forma de protesto contra a truculência do poder público representado por seus órgãos de segurança.

Chica Cipó, Nega Antônia, Severino do Buraco, Pedro Cariri, João da Cruz, os “mendigos das feridas braba”, “as meninas do Beco da Maria Pretinha”, os moradores da vila da “Rua do Fogo”, Assis Nunes Sales, o “Ceará”; Maria Martins de Oliveira, Odinéia Vilela de Moraes, Maria dos Anjos Costa e Silva, Hermes Pereira da Silva, o “Caixa D’Água”; José de Almeida do Vale, Maria de Fátima, Carlos Alberto Costa Rodrigues e sua família adotiva e entre outros foram pessoas que construíram suas próprias experiências de vida dentro de uma cidade que não foi necessariamente pensada para eles. Mas isso não os impediu que fizessem sua própria história.

⁹¹⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.p.218-221.

CONCLUSÃO

Quem andava pelo centro da cidade de Castanhal, entre as décadas de 1960 e, especialmente, até o final dos anos de 1970, se deparava com um lugar em obras: derrubada de mangueiras do centro da cidade e de outras áreas próxima do núcleo urbano (que levou a criação do primeiro bairro planejado de Castanhal: Estrela); remoção dos trilhos da Estrada de Ferro de Bragança e a demolição da estação de trem de Castanhal, para construção da Avenida Barão do Rio Branco – atualmente consistindo na principal via da “Cidade Modelo” –; instalação de energia elétrica permanente, aterramento do Igarapé-Castanhal, surgimento de prédios acima de sete andares, demolição do antigo Mercado Municipal e o aparecimento de serviços bancários. Todas foram algumas mudanças que alterou a paisagem urbana da cidade.

Quem tivesse oportunidade de folhar as páginas dos jornais castanhalenses, publicadas no final dos anos de 1970 e o início de 1980, poderia perceber que toda aquela transformação que se via na cidade caracterizava uma fase do “desenvolvimento” defendido pelas elites políticas e econômicas. Ademais, os responsáveis pelos periódicos locais construíram um discurso que Castanhal “progredia” e “evoluiu” e estava servindo de modelo de crescimento urbano para as demais cidades paraenses. Este discurso também estava presente nas declarações dos prefeitos e vereadores que exerceram o poder público municipal de Castanhal.

Para os nossos entrevistados – pertencentes à geração que viveu o cotidiano regido pela passagem do trem, da existência da estação e do pequeno tamanho do centro de Castanhal – o que se pode perceber em seus relatos é certo inconformismo perante às profundas mudanças ocorridas na cidade. Mas reconhecem que eram inevitáveis essas transformações por causa do “desenvolvimento” e do “progresso”.

No entanto, essa “evolução” não havia alcançado muitos bairros, como o do Milagre. Ruas esburacadas, sem iluminação pública e sem fornecimento de água demonstram que o “progresso” de Castanhal se limitou ao seu centro urbano. Assim sendo, os moradores do bairro do Milagre se mobilizaram para tentar resolver, sem esperar pelo poder público municipal, alguns problemas que os afligiam como tapar os buracos que existiam nas ruas. E também foram até ao prédio da prefeitura para tentar encontrar o prefeito e cobrá-lo maior atenção ao bairro.

Quem fosse mais atento na leitura dos jornais perceberia o crescimento de inúmeros casos de furtos, agressões físicas e abuso da polícia militar e civil. Perceberia também que os “cabarés” da cidade como do Bolinha, localizados no centro, e do João Aurora, situado no bairro do Milagre, foram locais onde se reuniram “marginais”. Essa pessoa atenta entenderia que os envolvidos com roubos e assassinatos seriam, em sua maior parte, “forasteiros” que ameaçavam a “Cidade Modelo” e que nos “cabarés” seriam espaços de imoralidade que a polícia deveria intervir de forma mais agressiva. Alguém, desse período, mais crítico poderia se perguntar: “Se Castanhal consiste num “modelo de desenvolvimento” para as demais cidades paraenses, por que a cidade testemunha tanto caso de violência?”.

No dia 29 de março de 1987, explodiu a “Revolta do Pincel” representando outro fato que reforça as contestações de uma cidade que buscava edificar um arquétipo de “progresso”. E essa rebelião, que aglomerou uma multidão de três mil pessoas e tomou as principais ruas da cidade, trouxe para o cenário público, ganhando as páginas dos jornais de maiores circulação na capital paraense, as práticas de tortura aos presos comuns nas delegacias de Castanhal, em torno da história de uma vítima da violência institucional: o menor Carlos Alberto Costa Rodrigues, acusado de roubo de dois pinceis.

Pelo que foi exposto, o nosso trabalho pode afirmar que havia nos anos, 1960, 1970 e 1980 em Castanhal uma controvérsia entre um discurso elitista sobre a cidade ideal, que testemunhava seu “desenvolvimento” e a experiência vivida por homens e mulheres que estavam às margens do “progresso” ou de quaisquer benefícios de políticas públicas na “Cidade Modelo”. Pessoas excluídas que se esforçavam por encontrar distintas formas de sobrevivência no espaço urbano, no qual muitas foram vítimas do preconceito forjado pela imprensa castanhalense e/ou estiveram sob a tortura institucional do Estado.

FONTES

FONTES DOCUMENTAIS

Atas Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Castanhal.

Atas Ordinárias e Extraordinárias. Dezembro de 1958 a maio de 1963.

Atas Extraordinárias. Dezembro de 1963 a Janeiro de 1983. Livro Nº6.

Atas Ordinárias. Março de 1967 a Junho de 1969. Livro Nº7.

Atas Ordinárias. Setembro de 1969 a Janeiro de 1971. Livro Nº9.

Atas Ordinárias. Setembro de 1971 a junho de 1974. Livro Nº10.

FONTES PERIÓDICAS

O Liberal. Caderno Polícia. Belém, domingo, 29 de março de 1987. p.16.

O Liberal. Caderno Polícia. Belém, segunda-feira, 30 de março de 1987. p.15-6.

O Liberal. Caderno Polícia. Belém, terça-feira, 31 de março de 1987. p.20.

O Liberal. Caderno Polícia. Belém, quarta-feira, 1 de abril de 1987. p.19.

O Liberal. Caderno Polícia. Belém, sexta-feira, 3 de abril de 1987. p.15.

O Liberal. Caderno Polícia. Belém, quinta-feira, 9 de abril de 1987. p.22.

O Liberal. Caderno Polícia. Belém, sexta-feira, 10 de abril de 1987. p.20.

Diário do Pará. Caderno Polícia. Belém, segunda-feira, 30 de março de 1987. p.7-8.

Diário do Pará. Caderno Polícia. Belém, terça-feira, 31 de março de 1987. p.7

A Província do Pará. Caderno Polícia. Belém, terça-feira, 31 de março de 1987. p.6-7

A Gazeta do Interior, nº5, Pará, outubro de 1979.p.2-3.

A Gazeta do Interior, 28 de janeiro de 1980.p.3

Jornal de Castanhal:O jornal do Povo. Ano I, 1º quinzena de setembro, Nº3, 1978.p.5.

Jornal de Castanhal: O jornal do Povo. Ano I, 2º quinzena de setembro, Nº5, 1978.p.4.

Jornal de Castanhal: O jornal do Povo.Ano I, 1º quinzena de setembro, Nº1, 1978.p.6.

Jornal do Interior, Ano II, Nº21, Edição Extraordinária, Pará, 20 de abril de 1980.p.2.

Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, Ano I, Nº1, 29 de agosto de 1977.

Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, Ano I, Nº9, 28 de janeiro de 1978.

Resistência. Ano IX, nº 74, janeiro/fevereiro de 1987. p.3-7.

Resistência. Editorial. Ano IX, nº 76, maio de 1987. p.32.

Resistência. Ano IX, nº 77, junho de 1987. p.5-10.

CRÔNICAS

Raimundo Holanda Guimarães era um jornalista castanhalense, “no ofício de crônica”, como ele se definia. Atuou em vários jornais na capital paraense como Folha Vespertina, Folha do Norte e O Liberal. Lançou dois livros que reúnem suas crônicas e memória da história política de Castanhal.

GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *A Cidade Perdida: saga de tarimbeiro*. Belém, Cejup, 1999.

GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *A Cor da Saudade*. Castanhal, Editora Caribé, 2004.

FONTE LITERÁRIA

Esta fonte consiste numa leitura de cordel que trata sobre a “Revolta do Pincel”. O cordelista Adalto Alcântara Monteiro, morador da cidade de Santa Maria do Pará, tem como principal ofício escrever cordéis.

MONTEIRO, Adalto Alcântara. A Revolta de Castanhal no Dia 29/03/87. Produção Independente.

FONTES ORAIS

Antônio Gilson de Oliveira Barros, 44 anos, carpinteiro. Entrevista realizada no dia 18 de junho de 2008, em sua residência. Foi preso pelo corpo de bombeiros no dia da “Revolta do Pincel”. Morava no bairro da Nova Olinda quando aconteceu a rebelião.

Arlinda Ferreira Marques, 72 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 5 de outubro de 2012, em sua residência. Descendente de nordestinos, seu pai era do Ceará e sua mãe veio do Rio Grande do Norte. Moradora do bairro do Milagre desde criança presenciou a falta de infraestrutura do seu bairro foi diretora do primeiro grupo escolar do Milagre. Arlinda Ferreira Marques foi autora do hino de Castanhal, escrito em 1975.

Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, 44 anos, auxiliar de biblioteca. Entrevista realizada no dia 13 de março de 2008, em sua residência. Morador do Centro. Esteve nos principais locais da “Revolta do Pincel”. No dia 19 de dezembro de 2011, Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior nos concedeu outra entrevista que tratava, especialmente, sobre a “Chica Cipó” e as reformas urbanas de Castanhal.

Açuélio Botelho Porpino, 69 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2012, em sua residência. Morador do Bairro Nova Olinda. Descendente de nordestino, seus pais vieram do Ceará. Na infância e na juventude residiu próximo da Estrada de Ferro de Bragança, que era denominada, dentro de Castanhal, de “Rua da Frente”, atual Avenida Barão do Rio Branco.

Damiana Barros do Nascimento, 47 anos, Funcionária Pública. Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2013, em sua residência. Descendente de nordestina, seus avós vieram de Crato, Ceará. Moradora do bairro do Milagre, mora na mesma rua onde existia o “Beco da Maria Pretinha”.

Filomena de Paula Páiva, 69 anos, professora. Em entrevista realizada no dia 9 de novembro de 2012, em sua residência. Moradora do Bairro da Estrela. Nascida em Belém, mudou-se, com o marido, para Castanhal em 1982. Nesse período residiu próximo do Igarapé-Castanhal.

F.N. Sargento da Reserva, 61 anos. Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2012, em sua residência. Morador do Bairro Ianetama. Maior parte de sua função militar foi exercido no departamento de trânsito do Estado. Quando soube da revolta, foi à vários locais onde estava ocorrendo as depredações.

Jones da Silva Cabral, 34 anos, pedreiro. Entrevista realizada no dia 25 de junho de 2008. Morava no Bairro da Saudade, em 1987. No dia da “Revolta do Pincel” estava, juntamente com outros curiosos, em um veículo passando nos principais locais da Revolta.

João Marinho de Barros, conhecido como “**Seu Touro**”, 79 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2011, em sua residência. Descendente de cearenses chegou com seus pais ao Pará, em 1933. Exerceu vários ofícios como de feirante e de sapateiro. Foi vendedor de peixe no Mercado Municipal e frequentava diariamente a Estação de Trem de Castanhal. Acompanhou de perto o aterramento do Igarapé-Castanhal. Atualmente reside na Rua Manga do Boi, no Bairro Nova Olinda.

José Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada dia 9 de agosto de 2012, em sua residência. Morador do Centro desde a infância e descendente de nordestinos, seus pais vieram do Rio Grande do Norte. José Lopes Guimarães é importante memorialista de Castanhal e foi funcionário público municipal nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000; e colaborava com o jornal Novo Horizonte.

José Expedito de Oliveira Barros, 54 anos, sapateiro, conhecido como “**Cajuba**”. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008. Nos anos de 1980, período que morava no Bairro Nova Olinda, foi detido pela polícia por não porta a sua identidade. Levado para delegacia onde testemunhou a tortura de suspeitos na Delegacia Central de Castanhal.

José Ribamar Lira de Sousa, 76 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 7 de novembro de 2011, em sua residência. Possui mais de cinco mandatos de vereador, pela ARENA, entre o final da década de 1960 a 1970. Morador do Bairro do Milagre e fundador da Santa Lúcia Esporte Club.

Manoel Francisco da Silva, conhecido como “**Seu Moacir**”, aposentado. Entrevista realizada dia 30 de agosto de 2012, em sua residência. Mora no centro de Castanhal desde a sua infância, ou seja, desde o tempo da “Rua da Frente”. Descendente de nordestinos, seus

pais vieram do Rio Grande do Norte. Bacharel em Direito e funcionário público aposentado foi secretário de administração da Prefeitura Municipal de Castanhal no governo de Máximo Porpino Filho (1963 a 1965) no primeiro mandato de Almir Tavares Lima (1971 e 1972).

Maria José, 56 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 13 de março de 2008. Morava no Bairro Nova Olinda quando testemunhou a passagem da população revoltada indo para destruir a Delegacia Central de Castanhal.

Maria Lúcia Pantoja Xavier, 41 anos, desempregada. Entrevista realizada no dia 12 de março 2008. Morava no Bairro Nova Olinda, em 1987. Presenciou o conflito entre a Tropa de Choque e a população revoltada, no Centro de Castanhal.

Nelcir Andrade de Moraes, 63 anos, aposentado. Entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2012, em sua residência. Morador do Bairro do Milagre desde 1979. Testemunhou aglomerações de bares nas margens da rodovia Belém-Brasília (BR-316), entre eles o do João Aurora, na entrada do bairro do Milagre.

Sônia Maria Oliveira, 50 anos, desempregada. Entrevista realizada no dia 19 de março de 2008. Prima de Carlos Alberto Costa Rodrigues, o menor torturado na Delegacia Central de Castanhal. Sônia Maria concedeu outra entrevista no dia 21 de outubro de 2012. Ela nos relatou um pouco da origem de Carlos Alberto Costa Rodrigues, pois ele era filho adotivo do seu tio: Domingos Alberto Costa Rodrigues.

S.C.N. Sargento da Polícia Militar. Aposentado. Também pediu para não identificar sua idade. Entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2012, em sua residência. Morador do Bairro Ianetama, S.C.N. estava no interior da Delegacia Central de Castanhal quando os participantes da “Revolta do Pínel” iniciaram a destruição do distrito. Juntos com outros soldados da Polícia Militar fugiram e foram para o edifício do Quinto Batalhão da Polícia Militar e este recinto foi também ameaçado de ser invadido pelos revoltosos.

Teresa Azevedo da Silva, 68 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 15 de outubro de 2012, em sua residência. Descendente de nordestinos, seus avós vieram do Ceará. Na infância morou no interior e seu pai era lavrador. Tinha costume de ir à estação de Trem de Castanhal para aguardar a chegada de sua tia que vinha de Belém.

Terezinha de Jesus da Costa Melo, 73 anos, aposentada. Entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2012, em sua residência. Descendente de nordestinos, seu pai veio do Rio Grande do Norte. Costumava frequentar a Estação de Trem de Castanhal.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru. SP. Edusc, 2005.
- ALBERTI, Verena. História dentro da História. IN:PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.
- BARROS, Osimar da Silva. *Movimentos Momentâneos de Protestos Urbanos: uma análise sobre a Revolta do Pincel em Castanhal (1985-1987)*. Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. 2008.
- BECKER, K. Bertha. *Geopolítica da Amazônia*. A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.
- BORIS, Fausto. *Crime e Cotidiano em São Paulo (1880-1924)*. 2ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BOYLE, David. *O manifesto Comunista de Marx e Engels*. Tradução de Débora Landsberg. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2006.
- BURKE, Peter. *História Teoria Social*. Tradução: Klauss Brandini Gerhanrdt, Roneide Venâcia Majer. São Paulo. Editora UNESP, 2002.
- Brasil: Nunca Mais*. Arquidiocese de São Paulo. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 39º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2011.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A Política dos Outros. O cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Tradução: Sérgio Tallaroli. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima & OLIVEIRA, Aline Reis de. Políticas Agrárias e estrutura fundiária na Zona Bragantina: Nordeste Paraense. IN: ALENCAR, Décio de & BEZERRA NETO, José Maia. *Terra Matura*. Belém, Paka-Tatu, 2002.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: a memória e fim do fim da história*. 2ªed. Coimbra, 2011.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 13ª edição. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.
- CASTRO, Pedro. *Sociologia sobre e suburbana*. Rio de Janeiro: EDUEF, 1993.p.169.
- Coleções Caros Amigos*. A Ditadura Militar do Brasil: a História em cima dos fatos. Nº1, 2008,p.17.

CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 3ªed. São Paulo. Ática, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. “*Cultura Popular*”: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995.

_____. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11(5).

_____. A História Cultural; entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhado. 1ªed. Rio de Janeiro. Editora Bertran Brasil/Difel, 1990.

DESAN, Suzanne. Massa, Comunidade e Ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis. IN: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. 37ª edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo. Centauro, 2004.

HOBBSBAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Tradução: Waltensir Dutra. 2ªed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

_____. A Outra História - Algumas Reflexões. IN: KRANTZ, Frederick (org.). *A Outra História. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Tradução: Ruy Jungmann, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1990.

_____. *Revolucionários*. Trad. João Carlos Victor Garcia e Adelângelo Saggioro Garcia. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

_____. *Sobre História*. Trad. Cid Knispel Moreira. Companhia das Letras, 1998.

HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica e sua utopia*. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916). Belém. Ed.Açaí/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

_____. Cidade, memória e experiência ou cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX. IN: *Pesquisa em História*. São Paulo: Programa de Estudos pós-graduação em História. PUC/SP: Olho D' Água, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas, São Paulo. Editora Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.

LUYTEN, Joseph Maria. *O que é literatura de cordel*. São Paulo, Brasiliense, 2005.

MARANHÃO, Ricardo. O Governo Juscelino Kubitschek. Tudo é História. 6ª edição. Brasiliense, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. EDUERJ, Rio de Janeiro, 1996.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. A exclusão do Cordel do Cânone Literário Paraense: uma discussão sobre a literatura de cordel, cultura popular e folclore. *Revista Estudos Amazônico*. Vol. VIII, Nº1, 2012

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 2005.

MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A Revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

NUNES, Francivaldo Alves. A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870/1889). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém. 2008

PATRÍCIOS, Djalma José. *Poder, grupos de pressão e os meios de comunicação*. Blumenau, Editora da FURB, 1990.

PERALVA, Angelina. Levantes urbanos na França. IN: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. V.18, nº1, junho, 2006.

PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 2001.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964*. Belém, Paka-Tatu, 2003.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O passado não está morto. Prefácio. IN: DIMENSTEIN, Gilberto. Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo. Letra e Voz, 2010.

_____. “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. IN:p.16.

_____. “O que faz a história oral diferente”. IN:p.26.

DEL PRIORE, Mary. História Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2011.

_____. História das mulheres: as vozes do silêncio. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ªed. 2ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2010.

Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano III, N°25, Outubro, 2007.p.46.

ROSE, R.B. *Jacquerie* em Davenescourt em 1791: Uma Revolta de Camponeses na Revolução Francesa. IN: KRANTZ, Frederick. A Outra História. Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVII a XIX. Tradução: Ruy Jungmann. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.

ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo. Brasiliense, 2007.

RICOER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, São Paulo. Editora UNICAMP, 2007.

RUDÉ, George. *A multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Campus. 1991.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena. Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. 4ªedição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ed. São Paulo.. Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SHARPE, Jim. A história vista de trabalho. IN: BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo. UNESP, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo, 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Túnel Dantas. 7ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 a 1985*. trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Uma História do Brasil*. Tradução: Raul Filker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentas insanas em corpos rebeldes*. São Paulo. Editora Scipione. 1993.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. IN: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2004.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Revisão Técnica: Antônio negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Projeto História, São Paulo, Nº15, Abril, 1997

TRINDADE, José Ronaldo. Mulheres de má vida: meretrizes, infieis e desordeiras em Belém (1890-1905). IN: ÁLVARES, Maria Luiza e D’INCAO, Maria Ângela (orgs.). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*, Belém. GEPEM. 1995.

_____. *Errantes da Campina: Belém 1880-1900*. Dissertação de Mestrado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1999.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

ZALUAR, Alba. “Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil”. In: NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *A História da Vida Privada No Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

APÊNDICE

Nesta dissertação observamos as contradições da reforma urbana da cidade de Castanhal e sua relação com a versão dominante oficial de “progresso”. Com isso, para melhor compreender essa discrepância recorreremos, ao longo dos quatro capítulos, aos documentos institucionais, depoimentos orais e jornais impressos, especialmente aqueles produzidos na urbe castanhalense. Desta forma, constatamos que o poder público municipal e a imprensa castanhalense forjaram um discurso que a “Cidade Modelo” passava por um processo de “desenvolvimento”; e alguns entrevistados, apesar de expressarem indignação com as mudanças no espaço citadino, demonstraram em seus relatos evidências da assimilação do discurso de “progresso”.

Em relação às jornais impressos de Castanhal – Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior -, cabe aqui tentar esclarecer o contexto histórico e/ou as prováveis condições de como foram pensadas a produção e organização desses periódicos e como alcançamos as referidas fontes.

Assim sendo, obtivemos o jornal Novo Horizonte através do entrevistado José Lopes Guimarães, 71 anos, aposentado. Nós o entrevistamos no dia 09 de agosto de 2012, em sua residência, no Centro de Castanhal. Na ocasião ele nos mostrou seu arquivo pessoal como fotografias de sua família, suas crônicas e o circular Novo Horizonte, que até aquele momento era desconhecido por nosso roteiro de pesquisa. Deste modo, é relevante salientar que José Lopes Guimarães, descendente de nordestino, um importante memorialista de Castanhal e sua vida profissional foi construída como funcionário público municipal e exerceu suas atividades na Câmara Municipal de Castanhal ao longo dos anos de 1970, 1980, 1990 e 2000. Seu ofício permitiu a convivência com políticos de distintos partidos, bem como com os debates travados na referida casa legislativa.

Depois de finalizado a entrevista com José Guimarães, ele nos autorizou fotografar as edições do Novo Horizonte que estavam disponíveis: sendo alguns exemplares entre os anos de 1977 a 1979. Nos permitiu, ainda, utiliza-las para cruzar com outros documentos usados para desenvolvimento da nossa pesquisa. Nesse sentido, ao analisar os exemplares, o jornal possuía como diretor geral Joaquim Amoras Castro e, como já expusemos na introdução desta dissertação, não temos informações maiores sobre esse dirigente.

A publicação do referido periódico era quinzenal e editado pela Marka Empreendimentos que localizava no Edifício José de Melo e Filho, 10º andar, sala 105 e 107, no centro de Castanhal. José Lopes Guimarães colaborava escrevendo crônicas que tratavam sobre política local e memórias sobre a Estrada de Ferro de Bragança.

Novo Horizonte: o jornal de Castanhal, como se apresentava na capa de suas edições, destacava que era um órgão de comunicação independente. Contudo, o periódico fazia constantes elogios ao poder executivo municipal que era desempenhado por Almir Tavares Lima (1978-1982), da ARENA e exercia seu segundo mandato. Assim sendo, o impresso constantemente destacava as obras públicas e afirmava que Castanhal testemunhava seu “progresso”.

Quanto ao Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior, publicados entre os anos de 1977 a 1981 – todos editados na Ibirapuera Promoção -; tiveram o mesmo diretor geral: Carlos Alberto Costa de Araújo que foi vereador do MDB, no contexto do primeiro mandato do prefeito Almir Tavares Lima (1971-1973). E para conhecer a atuação de Carlos Araújo, consultar o Livro Ata, Nº9, que inclui reuniões ordinárias entre setembro de 1971 a junho de 1974. Mas é importante destacar que nas quinzenas de 02 a 15 de maio de 1981 e também da edição de 29 de maio a 15 de junho de 1981, o jornal Gazeta do Interior teve como diretor geral Márcia Assunção, sobre a qual não obtivemos nenhuma informação.

E como adquirimos as publicações referidas acima? Nós encontramos durante o processo de coleta de fontes para a elaboração do pré-projeto para o curso de mestrado em História Social da Amazônia, em 2010. Diante disso, fomos a Biblioteca Pública Tancredo Neves na seção de periódicos com a intenção de encontrar notícias sobre Castanhal entre os anos de 1960, 1970 e 1980. Deste modo, vasculhando as prateleiras com inúmeras edições encadernadas de diferentes jornais da capital paraense e de décadas distintas, nos deparamos com uma encadernação de capa dura de cor azul com as seguintes inscrições: “Jornal de Castanhal e Gazeta do Interior, Agosto de 1978 a maio de 1981”.

Analisando esse material constatamos que não continha apenas publicações de Jornal de Castanhal e Gazeta do Interior, mas também o Jornal do Interior. E averiguamos que foi Carlos Alberto Costa de Araújo que doou os jornais à Biblioteca Pública Tancredo Neves, pois na primeira página da encadernação possui um texto escrito pelo próprio Carlos Araújo que destaca a doação das edições e está assinada, por ele, no dia 1º de agosto de 1981.

Diante dessas considerações, devemos ressaltar a impossibilidade da imprensa de exercer um papel objetivo na sociedade, porque, conforme discutido ao longo dos quatro capítulos, os jornais apresentam uma opinião edificada a partir de um segmento social e esse grupo se constitui de membros que exerciam o controle do poder político institucional e econômico⁹¹⁸.

De tal modo, as evidências encontradas nos periódicos e apresentadas na dissertação nos levou constatar que todos os órgãos de comunicação impresso de Castanhal – as referidas na pesquisa - possuíam proximidades com os representantes políticos e institucional do município castanhalense. Estes, por sua vez, especialmente os vereadores; estavam organizados em dois grupos ideológicos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Mobilização Democrática Brasileira).

Essa bipolarização política consiste no reflexo do Regime Civil Militar (1964-1985) que o Brasil viveu. Com o pretexto de expurgar comunistas e a corrupção, as forças armadas brasileiras, com apoio de alguns partidos políticos, como a UDN (União Democrática Nacional); promoveram um Golpe Militar, em abril de 1964. Além da cassação e perseguição a todos aqueles políticos, militares, estudantes, professores universitários, sindicalistas, jornalistas e entre outros que não aceitaram a imposição de um governo autoritário; a Ditadura Civil Militar instaurou o bipartidarismo, em 1966. Desde modo, passou existir o partido do governo, ARENA que aprovava todos os projetos dos golpistas, “mesmo os mais repressivos, como que introduziu a censura prévia”; e MDB que correspondia o partido de oposição, mas passava por dilema “da impossibilidade de fazer oposição real”⁹¹⁹.

No entanto, em Castanhal averiguamos que os debates entre os vereadores da ARENA e do MDB – de acordo com as atas analisadas entre a segunda metade da década de 1960 e meados dos anos de 1970 – não refletiam sobre o contexto ditatorial brasileiro, ou seja, não se discutiam os aspectos autoritários do governo central. Pelo contrário, percebemos que os legisladores castanhalenses, independente do grupo político, elogiavam os generais presidentes e, sobretudo, os líderes regionais da ARENA como Jarbas Passarinho, Alacid Nunes e Aloysio Chaves.

⁹¹⁸ Essa reflexão teve como base nos estudos de Clóvis Rossi e José Patrício Djalma. Ver: ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo?* São Paulo. Brasiliense, 2007; e PATRÍCIO, Djalma José. *Poder, grupos de pressão e os meios de comunicação*. Blumenau, Editora da FURB, 1990.

⁹¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p.157-165.

Perante essas exposições, identificamos que os jornais de Castanhal se aproximavam tanto da ARENA como do MDB, uma vez que, conforme exposto acima, os dois partidos políticos compartilhavam, de maneira geral, do regime autoritário. Como exemplo, o Novo Horizonte possui uma matéria que elogia o então senador Jarbas Passarinho, o vice-presidente da ARENA nacional, em 1978. Vejamos trecho da matéria:

“Outra demonstração de força política é sem dúvida a escolha do ilustre senador paraense para a liderança do Governo no Senado federal, onde enfrentará, sem dúvida, o astuto Paulo Brossand e Pedro Simon, Rio Grande do Sul e conhecidos tribunos que fazem oposição ao Governo”⁹²⁰.

No fragmento acima fica clara demonstração da importância e do elogio que cabia ao senador Jarbas Passarinho por ser escolhido como defensor do Regime Civil-Militar. É importante lembrar que o jornal Novo Horizonte, em todas suas edições e explicado nesta dissertação, expressava um claro apoio ao prefeito Almir Tavares Lima (ARENA): que não ocasião exercia seu segundo mandato (1978-1982).

Do mesmo modo, observamos a mesma posição política dos impressos escritos Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior de simpatia com o Governo Federal e elogios aos líderes políticos paraenses. Nesse sentido, a Gazeta do Interior, em uma das suas publicações, comentou a importância da visita do governador Alacid Nunes à Castanhal, em março de 1979; e transcreveu o discurso do executivo estadual sem fazer comentários e nem críticas⁹²¹. Não obstante, os três jornais dirigidos por Carlos Alberto Araújo direcionam duras críticas ao prefeito Almir Lima, porque diretor geral do Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior foi vereador do MDB, como já foi destacado, na ocasião do primeiro mandato da administração municipal Almir Tavares Lima (1971-1972). Por isso, seria a provável razão desses periódicos de fazerem oposição ao prefeito. Não obstante, esses mesmos impressos reproduziram o discurso que Castanhal passava por um momento de “desenvolvimento”.

Nesta pesquisa cogitamos que os periódicos castanhalenses – como também os vereadores-, provavelmente, recorreram e/ou se inspiraram e expuseram em suas páginas os termos “desenvolvimento” e “progresso” a partir da propaganda do modelo intervencionista de desenvolvimento organizado pelo Governo Militar para Amazônia. Esse projeto

⁹²⁰ Novo Horizonte, 29/12/1978 e 15/01/1979, p.5.

⁹²¹ Gazeta do Interior, 26 e 27 de março de 1979, p.7

econômico era compartilhado pelo ex-governador Alacid Nunes e defendia que a proposta de Brasília visava superar o subdesenvolvimento da região, porque estava historicamente legada às margens da integração brasileira ⁹²².

Portanto, a suposta boa relação da imprensa de Castanhal com os políticos locais e estes com líderes regional da ARENA, supostamente facilitou o Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior de forjarem um discurso que a “Cidade Modelo” passava por um momento de “evolução” urbana.

Além dessa proximidade com a elite política local, a imprensa castanhalense, possivelmente, possuía a mesma relação com determinados grupos econômicos da cidade, pois, ao longo das páginas dos impressos, havia uma forte e majoritária propaganda do setor comercial. Tanto nas folhas do Novo Horizonte quanto no Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior contem os mesmos anúncios de lojas comerciais.

Tal suposição é reforçada pelo próprio Carlos Alberto Araújo Costa, porque ele escreveu no texto de abertura no material encadernado que doou à Biblioteca Pública Tancredo Neves, que jornais são mantidos pelos anúncios e, por esse motivo, o veículo de comunicação impresso pertence a um grupo: “Ora o comércio, ora a política”. E ressalta:

“Estes exemplares [os jornais encadernados], que aqui juntamos nesta encadernação, não podiam ter sido editados sem o auxílio de muitos órgãos públicos e do comércio interiorano. E isto justificou, até o fim, o nosso esforço como podem testemunhar os que acompanharam de perto” ⁹²³.

O trecho acima corresponde numa forte evidência da participação da elite econômica e política de Castanhal de manterem e, talvez, de influenciarem nas informações veiculadas nos jornais da “Cidade Modelo”. A primeira talvez seja composta por grupos de comerciantes, especialmente os lojistas; já que, como ressaltamos acima, ao longo das páginas dos jornais encontramos publicidade de estabelecimentos comerciais. A segunda estar vinculada ao segmento que faz parte da administração municipal, devido à presença de propaganda da Prefeitura Municipal de Castanhal em todos os impressos jornalísticos castanhalense.

⁹²² PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*, Belém: Paka-Tatut, 2003.p.249.

⁹²³ Esse texto escrito por Carlos Alberto Araújo Costa está na primeira página da encadernação que reúne as publicações do Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior, entre os anos de 1978 a 1981. O material foi doado por ele à Biblioteca Pública Tancredo Neves.

A partir dessa constatação entendemos porque nessa imprensa inexistia uma objetividade, e isso é tão evidente que os jornais e revistas apresentam uma opinião e uma conclusão construída com base no grupo social que influencia esses veículos de comunicação⁹²⁴. Além disso, o discurso dos impressos também é influenciado por um contexto de um determinado espaço⁹²⁵.

Do mesmo modo, percebemos na dissertação esses reflexos nos jornais da “Cidade Modelo”, pois encontramos discursos depreciativos direcionados para aquelas pessoas considerados não compatíveis com o processo de “desenvolvimento” de Castanhal, provavelmente conforme o segmento de influência econômica e política. Com isso, recorriam a linguagens depreciativas contra os “marginais”, prostitutas, “aventureiros” e alguns bares. Portanto, os periódicos se servem e se mantêm com distintos grupos que exercem poderes na sociedade como o poder político institucional e grupos econômicos que tendem expandir suas influências sobre os segmentos dominantes e, especialmente, para a massa popular⁹²⁶.

Não obstante, fizemos uma pergunta crucial na nossa pesquisa: quem seriam os leitores do Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior? Seriam constituídas somente de classe média porque constatamos que se usa linguagem depreciativa quando envolvia caso de violência entre a classe baixa? E os segmentos menos favorecidos, tinham acesso a esses impressos? E se tinham acesso, como os jornais castanhalenses influenciavam seus leitores, sejam eles de classe alta e baixa?

Com base nos estudos de Roger Chartier sobre os escritos impressos nas sociedades do Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, verificou que o crescimento da circulação de livros impressos “modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder”⁹²⁷. Para melhor compreensão dessa difusão, Chartier refletiu como se associa entre “o mundo do texto” e “o mundo do leitor”. O primeiro consiste “na construção de sentido efetuada na leitura como um processo historicamente determinado”, cuja forma muda conforme o tempo e o espaço; e o segundo corresponde os múltiplos

⁹²⁴ ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo. Brasiliense, 2007.p.9.

⁹²⁵ Idem.p.17.

⁹²⁶ PATRÍCIO, Djalma José. *Poder, grupos de pressão e os meios de comunicação*. Blumenau. Ed. Da FRURB, 1990.p.11.

⁹²⁷ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11(5).p.178.

significados que os leitores edificam a partir do sentido da leitura e da forma que como foi recebido”⁹²⁸.

Diante disso, além da forma e das representações, “as maneiras de ler” distingue “as comunidades de leitores e as tradições de leitura”⁹²⁹. Nesse sentido, do ponto de vista individual, os quem sabem ler, não leem da mesma maneira, pois:

“(…) a distância é grande entre os letrados de talento e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que leem para poder compreender, só se sentido à vontade frente a determinados formas textuais ou tipográficos”⁹³⁰.

Desde modo, indagamos quem seriam os leitores dos jornais castanhalenses, dependendo do grau de leitura desse leitor e/ou a percepção perante as páginas dos jornais, ele construiria uma interpretação sobre as mudanças urbanas de Castanhal. É importante destacar que, supostamente, a sua representação sobre o “progresso” não constituiria da mesma maneira idealizada pelos periódicos impressos. Nesse sentido, de acordo com Roger Chartier, os textos são lidos de formas diferentes “pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais”⁹³¹, mesmo porque, conforme autor, os escritos impressos não se limitavam em circular apenas entre um grupo de camada alta letrada, mas também entre os leitores populares⁹³².

Portanto, havia possibilidade de Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior de terem alcançados diferentes segmentos sociais castanhalenses. Contudo, como já comentamos, esses jornais foram percebidos de distintas formas: experimentada tanto por aqueles que liam todo conteúdo, como aqueles que apenas observavam as imagens e títulos destacados.

Outra fonte impressa – usada no primeiro capítulo desta dissertação – que necessita de maior esclarecimento de sua condição de produção é a leitura de cordel, da autoria do poeta Adalto Alcântara Monteiro. Os versos do cordelista tratam sobre a “Revolta do Pincel” que explodiu em Castanhal, em março de 1987; e tem como título *A Revolta de Castanhal no Dia*

⁹²⁸ Idem.

⁹²⁹ Idem.

⁹³⁰ Idem.p.179.

⁹³¹ Idem.

⁹³² Idem. 181.

29/11/87. E como adquirimos esse documento? Conseguimos o livreto no contexto da pesquisa e da produção da monografia de conclusão de curso História, em 2008.

É relevante destacar que o tema analisado para finalização da graduação correspondia sobre a “Revolta do Pincel” e centramos a violência policial como principal fator responsável de provocar o quebra-quebra. Assim, tendo conhecimento sobre o assunto que pesquisava, o auxiliar de biblioteca do Serviço Social do Comercial (SESC) Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior, 44 anos, prestou várias informações sobre o motim e inclusive nos doou o livro de cordel que narrava a revolta.

Conforme comentou, Arquimimo de Oliveira Cardoso Júnior comprou a poesia diretamente do Adalto Alcântara Monteiro, o qual estava na Praça Matriz São José, no centro de Castanhal, exatamente no ano de 2000, vendendo seus livros e isso atraiu a atenção de o Arquimimo de Oliveira que passou a folhear vários cordéis até se deparar, com surpresa, com o folheto que narrava sobre o quebra-quebra. Desde modo, comprou imediatamente o cordel para ser inserido no seu arquivo pessoal.

Assim sendo, na ocasião que entrevistávamos – no momento coletávamos depoimentos para a monografia de conclusão - Arquimimo de Oliveira, em maio de 2008, em sua residência, também no centro de Castanhal, nos presenteou com a leitura de cordel redigido por Adalto Alcântara Monteiro. Mesmo tendo esse material, não foi possível associá-lo com as outras fontes no nosso trabalho sobre a revolta, pois nos encontrávamos no processo de finalização da pesquisa. Mas inserimos os versos na abertura do tema.

Para elaboração do pré-projeto de pesquisa para o curso de mestrado, resolvemos encontrar Adalto Alcântara Monteiro. Contudo, não tínhamos nenhuma ideia como achá-lo, onde morava, como vivia e como realmente sobrevivia. A única informação sobre sua localização estava no próprio livro de cordel, já que na primeira página trazia o lugar onde foi impresso o cordel: Santa Maria do Pará. Essa cidade faz parte da região Nordeste do Pará e fica numa distância aproximada de 45 quilômetros de Castanhal, e 107 quilômetros de Belém.

Diante dessa pista, em abril de 2009, fomos à cidade de Santa Maria do Pará para tentar encontrá-lo. Na primeira semana do mês de abril daquele ano a nossa intenção de achá-lo foi um desastre, uma vez que os transeuntes santamarienses que abordamos não souberam nos dizer onde morava o poeta e também muitos nos informaram que desconheciam o

cordelista. Andamos na feira livre da cidade e perguntamos para alguns feirantes se conheciam Adalto Alcântara Monteiro, contudo o que ouvíamos era que determinados ambulantes conheciam o escritor, mas não sabiam onde morava. Um certo vendedor nos informou que Adalto Monteiro vive na estrada, nos ônibus vendendo seus livretos.

Naquela semana de abril de 2009 retornamos outras vezes à Santa Maria do Pará e, como nas primeiras viagens, não obtivemos sucesso de localizar o artista. Foram muitas perguntas às pessoas que cruzamos – algumas atenciosas e outras indiferentes -, um variado de moto-taxista que utilizamos e alguns taxis. Enfim, essa pesquisa de campo não alcançou seu objetivo que consistia em encontrar Adalto Alcântara Monteiro.

Assim sendo, por motivos profissionais, não voltamos, nos meses seguintes de 2009, mais para a cidade de Santa Maria do Pará. E também por questões pessoais, adiamos a intenção de concorrer uma vaga no curso de mestrado em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Ou seja, somente a partir de 2010 que decidimos retomar as pesquisas.

Deste modo, em uma manhã de março de 2010, indo para cidade de Bragança – cidade que fica a 200 quilômetros de Belém - através de um ônibus intermunicipal, aconteceu o inesperado. Depois de ter passado por Santa Maria do Pará e já se aproximando de Capanema, um senhor, que se encontrava próximo do motorista de ônibus, se levantou de sua poltrona e abriu uma bolsa de viagem e retirou de dentro dela alguns livretos e começou a vendê-los dentro do ônibus. Diante disso, nos perguntamos: seria o cordelista Adalto Alcântara Monteiro? Como um vendedor ambulante que comercializa bombons nos transportes coletivos urbanos da capital paraense, o senhor, de forma discreta e voz mansa, se apresentou e pediu licença a todos que se encontravam sentados para vender seus cordéis. Assim, ficamos perante o poeta.

No entanto, deixamos que ele fizesse seu trabalho e inclusive compramos alguns dos seus cordéis. Quando o cordelista terminou de oferecer pra cada passageiro seus livros, já havíamos chegado a Capanema - cidade que localiza 160 quilômetros de Belém e fica numa distância de 70 quilômetros de Santa Maria do Pará - e o ônibus se aproximava do terminal do rodoviário dessa cidade. Nesse momento, decidimos não seguirmos mais a viagens para Bragança e descemos do ônibus para conversarmos com Adalto Monteiro. No pátio do terminal nos apresentamos para ele e, após a identificação, comentamos que estávamos

interessados em usar um dos seus cordéis para uma pesquisa associada à história e que, além disso, precisávamos entrevistá-lo.

Perante a nossa exposição, a reação de Adalto Alcântara Monteiro foi de espanto e de alegria. Disse que estava emocionado com o fato de estar usando um dos seus livros como material de estudo e considerava essa atitude de reconhecimento do seu trabalho. Bastante cordial, ele comentou que faria de tudo para nos ajudar na pesquisa e estaria de braços abertos para nos receber em sua casa.

Assim foi a nossa primeira experiência com o cordelista Adalto Alcântara Monteiro, com 68 anos, através de uma conversa informal no terminal rodoviário de Capanema, ou seja, sem haver uma gravação ou filmagem e perguntas pré-estabelecidas. Desta forma, combinamos para outro momento para registrarmos seu depoimento que possamos conhecer um pouco de sua vida pessoal e do seu trabalho de poeta e de vendedor de seus próprios cordéis. Para isso, ele repassou seu endereço e o número do celular que usava.

Depois desse breve diálogo, nos despedimos e pegamos outro ônibus que seguia viagem para Bragança. Como ressaltamos acima, não antes de agendarmos a primeira entrevista com o cordelista que foi acertada para maio de 2010.

Em maio de 2010, viajamos para Santa Maria do Pará para nos encontrar com Adalto Alcântara Monteiro. Depois de desembarcar no terminal rodoviário da cidade, nos aproximamos de um moto-taxista e mostramos o endereço que deveríamos ir. Sem hesitar, o motoqueiro nos levou até a casa do escritor. Não sabemos dizer o nome do bairro, mas ao consultar o caderno de anotações de campo, percebemos que nós não havíamos registrado o local de residência de Adalto Monteiro.

Mas podemos informar que o poeta mora num lugar bastante distante do centro da cidade de Santa Maria do Pará. Sua casa foi construída a partir de tijolos e tabuas, não havendo rebolco, as paredes se encontravam bastante desgastada pelo tempo. Com teto baixo, algumas partes do interior da residência nos forçavam abaixar a nossa cabeça. A morada de Adalto Monteiro se localiza próxima de áreas arborizadas e grandes terrenos com capinzal. Nesse mesmo espaço, avistamos de longe, aglomerações de lixo despejados em ambiente aberto.

O cordelista estava em frente de sua casa quando nós chegamos. Com uma aparência de cansaço, percebemos que não estava bem de saúde. Com dificuldade de respirar, ele nos disse que sofre de asma. Diante desse estado físico que Adalto Monteiro se encontrava, julgamos que seria inviável entrevista-lo.

Mesmo com esse problema – ele comentou que a asma não estava tão intensa como de costume - o escritor não deixou de narrar um pouco de sua vida. Assim, nos relatou que descende de pais nordestinos e desde jovem escreve leitura de cordel, o que o encantou desde a infância. Sua paixão por literatura rimada foi despertada por seu pai, o qual lia em voz alta para sua família toda ouvir.

Adalto Alcântara Monteiro não possui renda fixa e depende da venda dos seus cordéis para se sustentar. Na sua juventude, como não possuía emprego fixo, passava maior parte do tempo criando poesias e lia para sua família, vizinhos e amigos. Nesse período, os temas dos cordéis estavam associados ao que ouvia no seu cotidiano como sua relação com a família, com bairro onde morava, com acontecimentos políticos locais e “aventuras” de cangaceiros. Ele relatou que no início não se preocupava em guardar o que escrevia e também não registrava por escrito muito dos cordéis que surgiam repentinamente em momento de descontração.

Somente muitos anos mais tarde que o cordelista resolveu escrever todos os cordéis e vende-los. Mas ele: pensou como venderia? Isso foi indagado porque rascunhava as rimas nos papéis e ele não tinha como adequá-las em formato de livros de cordéis. Por vários anos pensou sobre essa dificuldade.

Até certo ano, Adalto Monteiro procurou um conhecido seu que sabia datilografar e fizeram um acordo. O datilógrafo deveria escrever à máquina os rascunhos do poeta. Assim sendo, o cordelista poderia recortar as páginas datilogradas e transformá-las em livros de cordéis e vende-los na feira livre da vila que residia que décadas mais tarde se tornaria a cidade de Santa Maria do Pará.

Nesse período, os temas da sua literatura não se limitaram ao seu dia a dia da vila que morava. Passou a incluir assuntos que envolvia política nacional e até internacional, pois Adalto Monteiro se interessou em acompanhar os noticiários através da rádio e dos jornais

impressos. Deste modo, resolveu em adaptar alguns acontecimentos que ouvia e lia na forma de cordel para atingir maior público possível.

Mas é importante lembrar que tudo que foi narrado até agora não foi gravado. Como escrevemos acima, Adalto Alcântara Monteiro estava enfermo e julgamos que seria desrespeitoso de induzir uma situação que todos ficassem acomodados para registrar seu depoimento e escrever as anotações no caderno de campo. Então, preferimos fazer companhia e ouvi-lo de maneira informal porque o próprio poeta ao nos receber não mediu esforço em narrar um pouco de sua vida. No entanto, ficávamos atentos de evitar que ele falasse excessivamente para não piorasse sua falta de ar. Falou excessivamente porque o poeta, além de ser uma pessoa cordial é também muito comunicativo.

A partir dessa circunstância, passei o dia com Adalto Monteiro. Almoçamos, tomamos o café da tarde e até jantamos com o poeta. E ao longo desse tempo ele foi nos relatando sua experiência de cordelista. Retomando como se iniciou seu processo de produção e venda de cordéis, ele comentou que no princípio as vendas foram tímidas e tinham semanas que não vendia nenhum cordel; logo percebeu que não poderia viver daquele comércio.

Tal situação, nos leva perceber que a construção da leitura de cordel de Adalto Monteiro passa por algumas fases até sua completa formatação para ser comercializada. Nessa edificação literária, cordelista assume papel de editor de seus próprios textos escritos, uma vez que ele escolhe entre muitos rascunhos o que será datilografado, ou seja, registros e vendas de temas que poder atrair certo público. Contudo, ao tratar sobre a leitura de cordel, segundo Roger Chartier, a relação entre a escrita do texto e sua forma editorial não determina o grau de circulação da obra e não atinge o leitor que deseja⁹³³.

Dessa forma nos vem à pergunta: quem seriam os leitores que primeiro compraram a leitura de cordel de Adalto Monteiro? Impossível de saber. Até o próprio autor não souber nos responder. Chartier destaca ainda que o público da leitura de cordel não se limita a leitores “populares”, pois se constituem em um público particular associada ao tema que cordel aborda⁹³⁴. E como já ressaltamos, quando decidiu pela comercialização dos seus cordéis, Adalto Monteiro ampliou os temas a serem tratados na sua literatura para atrair distintos leitores.

⁹³³ CHARTIER, Roger. A História Cultural; entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhado. 1ªed. Rio de Janeiro. Editora Bertran Brasil/Difel, 1990.p.166-167.

⁹³⁴ Idem.

As circunstâncias de dificuldades de se viver apenas da venda do seu cordel, Adalto Monteiro resolveu se tornar um feirante que comercializava mercadorias diversas e aproveitava o momento para oferecer aos seus clientes os seus livros de cordéis. Mesmo assim os compradores preferiam levar outros produtos do que os livretos. Ele ainda destacou que inúmeras vezes suas poesias não foram registradas nos papéis através da máquina de escrever porque devia o datilógrafo. Perante as dificuldades, diversas vezes Adalto Monteiro mudou de ofício para poder sobreviver: além de feirante foi lavrador, atendente de bar – como ele definiu –, faxineiro e entre outros. Contudo, nessa constante troca de profissão nunca interrompeu o processo de criação de sua literatura.

Após um longo período – iniciado na década de 1960 - de abertura e pavimentação da rodovia federal Belém-Brasília ou BR-316, um dos projetos do Governo Central para integração da Região Amazônia, Adalto Alcântara Monteiro, a partir da segunda metade da década de 1970, colocou seus cordéis datilografados e no formato de livretos dentro de uma bolsa de viagem e começou se deslocar para principais cidades da região nordeste paraense como Santa Izabel do Pará, Castanhal, Capanema e Bragança para vender suas obras literárias. Essa maneira de comercialização continua até os dias atuais. Da mesma forma a produção dos seus cordéis que ainda são textos escritos e depois ele escolhe quais os rascunhos serão digitalizados.

Esse estilo de escrever livros de cordéis foi às condições da produção do folheto *A Revolta do Pincel no Dia 29/03/1987*. Quando perguntamos se havia testemunhado a rebelião que ocorreu em Castanhal, o poeta disse que não presenciou e se encontrava em Santa Maria do Pará. Soube no dia seguinte do ocorrido através de noticiários de rádios e televisão.

No entanto, o cordelista nos afirmou que não compôs a narrativa rimada sobre a revolta no momento em que ocorria intenso comentário na imprensa e entre os transeuntes de Santa Maria do Pará, Castanhal ou de outras cidades próximas, pois ele circulou por elas no contexto da comoção do motim que permaneceu por algumas semanas. Ele disse que o quebra-quebra era bastante comentado em todos os lugares que passava: na feira, nos terminais rodoviários, nas praças públicas, nos pontos de táxi e entre outros.

Quinze dias depois do ocorrido, Adalto Monteiro se dirigiu até Castanhal para vender seus cordéis e aproveitou e visitou alguns espaços que foram foco do motim como os escombros da Delegacia Central de Castanhal, onde o menor Carlos Alberto Costa Rodrigues

foi torturado; e o que sobrou do prédio do Fórum, incendiado pelos participantes do quebra-quebra. Apesar de sentir um pouco do alvoroço da “Revolta do Pincel”, somente na década de 1990 que o escritor produziu o cordel sobre o tumulto⁹³⁵. Como analisamos no primeiro capítulo desta dissertação, o escritor sintetizou todo o processo da eclosão do motim através de uma linguagem rimada. Ou seja, recorreu nos jornais impressos e nos comentários sobre a revolta e adaptou para uma literatura de cordel.

E não podemos nos esquecer de que produção desse folheto sobre a “Revolta do Pincel” foi semelhante aos demais cordéis que o poeta construiu. Isto é, primeiro ele rascunhou no papel, depois escolheu as melhores estrofes e, e seguida, entregou para alguém datilografar. Completado essa tarefa, o material estenografado retorna para o autor, o qual fará o recorte dos papeis que contem os versos e grampear na ordem das rimas e adequará para possuir um formato de folheto.

Nesse processo, mesmo Adalto Monteiro sendo “seu próprio editor”, muitos versos ficaram às margens, e algumas palavras, provavelmente, de uso descontextualizada foram incluídas apenas para rimar. Como a palavra “revolução” que está inserida nos seguintes versos:

“A essa altura o povo
Não toda a população
Mas umas três mil pessoas
Assim nos diz a versão
Contra a polícia
Fizeram a revolução”

A utilização desse termo nos levou a questionar se Adalto Alcântara Monteiro possuía afinidade com ideologia socialista marxista⁹³⁶. Mas revendo o caderno de anotação e tendo a experiência de dialogar com o poeta, podemos afirmar que ele não possui relação com as ideias do filósofo alemão Karl Marx.

Com isso, a palavra “revolução” tem com finalidade de concordância com os versos da estrofe. Assim sendo, todo esse trabalho construído com base na memória e na experiência pessoal é comercializado para distintos leitores, pois, como destacamos mais acima, com base

⁹³⁵ Não soube nos informar exatamente que ano escreveu o poema.

⁹³⁶ Isso está mais bem refletido no primeiro capítulo desta dissertação.

nos estudos de Roger Chartier; determinados livros ou outros semelhantes materiais impressos não se limitam a circular apenas a um grupo da sociedade⁹³⁷, uma vez que tanto obras consideradas populares ou como as eruditas, transitam entre diferentes segmentos sociais.

⁹³⁷ CHARTIER, Roger. *O Mundo como representação*. Estudos Avançados, 11 (5), 1991.p.179-181.

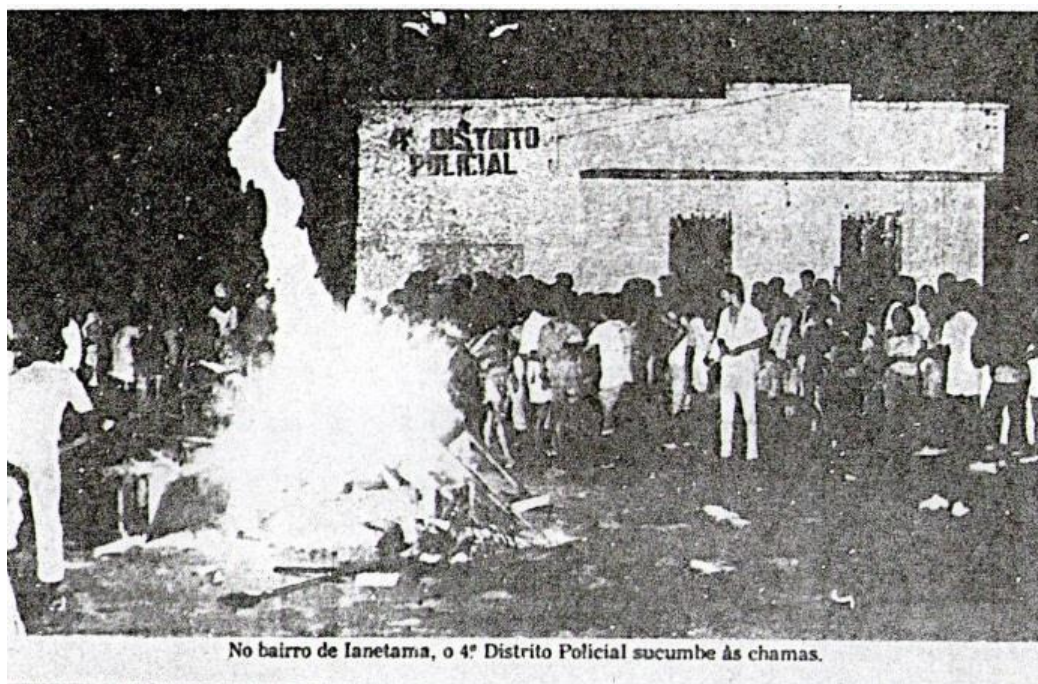
ANEXO



Carlos Alberto, o jovem assassinado pela polícia, o que gerou os protestos e as destruições. Soldados guardam o que resta, depois da fúria popular que deixou o prédio do 4º DP avariado

Foto 14 - Carlos Alberto Costa Rodrigues

O jovem torturado na Delegacia Central de Castanhal, em março de 1987. Sua morte foi o estopim para a eclosão da “Revolta do Pincel”. A Província do Pará, 31/03/1987.p.7.



No bairro de Iametama, o 4º Distrito Policial sucumbe às chamas.

Foto 15 - População concentrada em torno das chamas

na frente do 4º Distrito Policial, no bairro do Iametama. O Liberal, 30/03/1987.p.15.

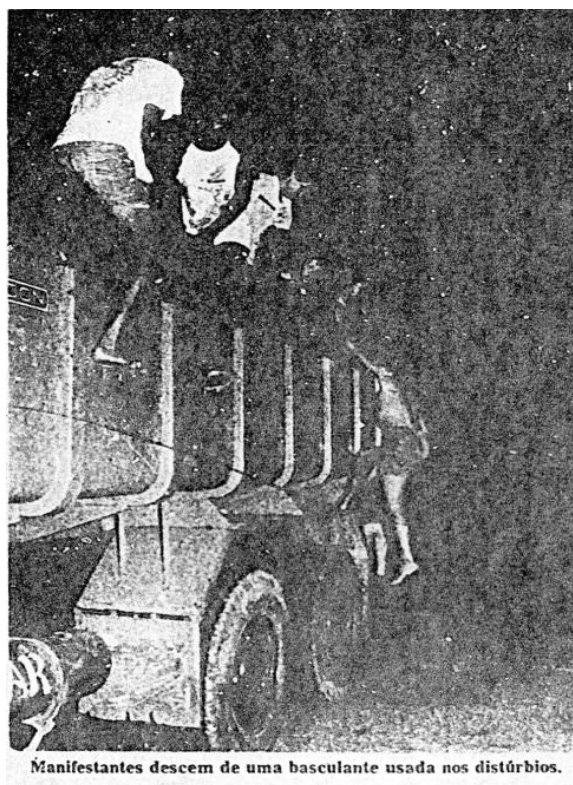


Foto 16 - Manifestante descendo de uma basculante.

O Liberal, 30/03/1987.p.15.



Foto 17 - Alguns “suspeitos” detidos pela Tropa de Choque.

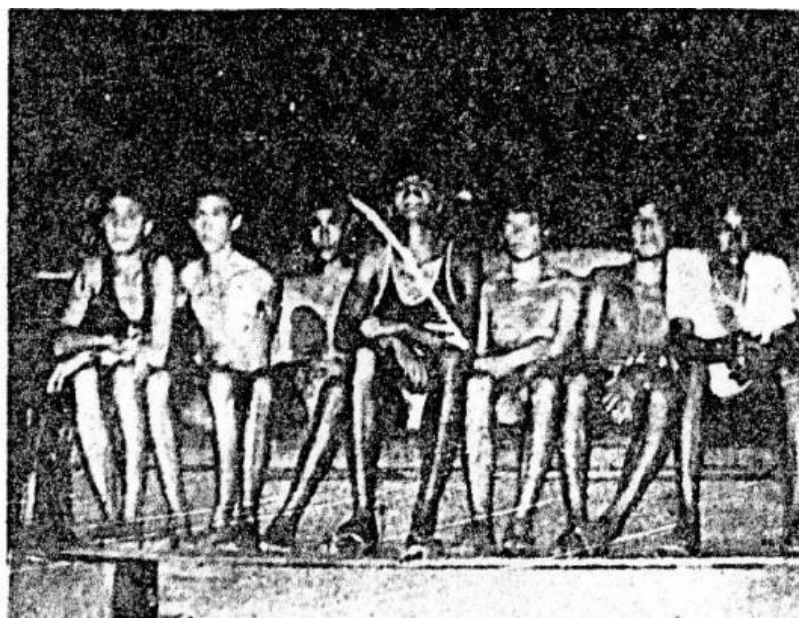
Observem que um policial militar, com arma em punho, parecer agredir algum “suspeito”. O Liberal, 30/03/1987.Capa.



O que restou de um dos PM-Box

Foto 18 - Curiosos ou participantes da “Revolta do Pincel”.

Diário do Pará, 30/03/1987.p.7.



No “tomara que chova” alguns dos presos

Foto 19 - Detenção de alguns suspeitos de participarem da rebelião.

Diário do Pará, 30/03/1987.p.7.

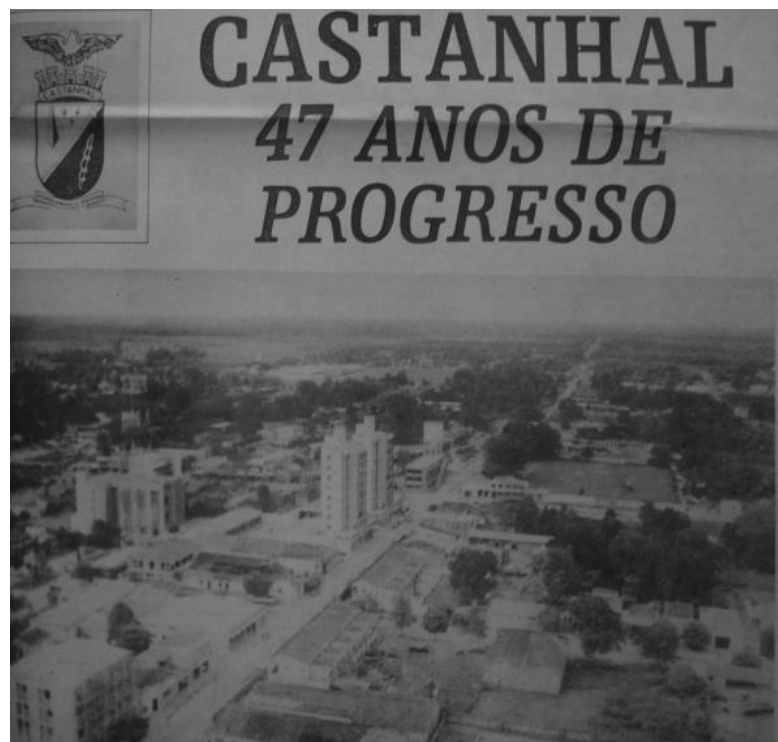


Foto 20 - Anúncio da Prefeitura Municipal de Castanhal na imprensa local.

Jornal de Castanhal, 23/12/1978.p.12.

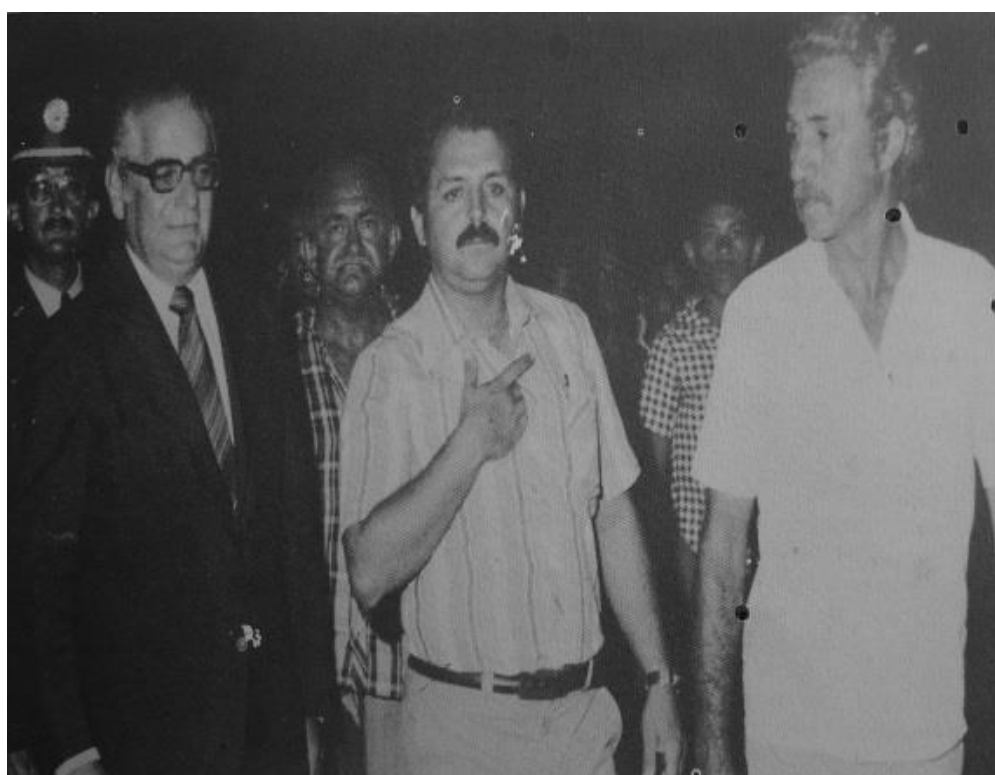


Foto 21 - Aloysio Chaves, governador do Pará (esq.)

Almir Tavares Lima (centro), prefeito de Castanhal, em 1978; e o vice-prefeito Dr. Carlos Barbosa (direita).
Todos eles membros da ARENA. Novo Horizonte, 07 a 21/11/1978.p.8.



Foto 22 - Maximino Porpino Filho, do MDB (esq.)

e Almir Tavares Lima, da ARENA; foram por muito tempo oponentes políticos. Jornal do Interior, 29/10/1980.Capa.



Foto 23 - Delegado Elias Cordeiro.

Jornal do Interior, 29/10/1980.p.10.

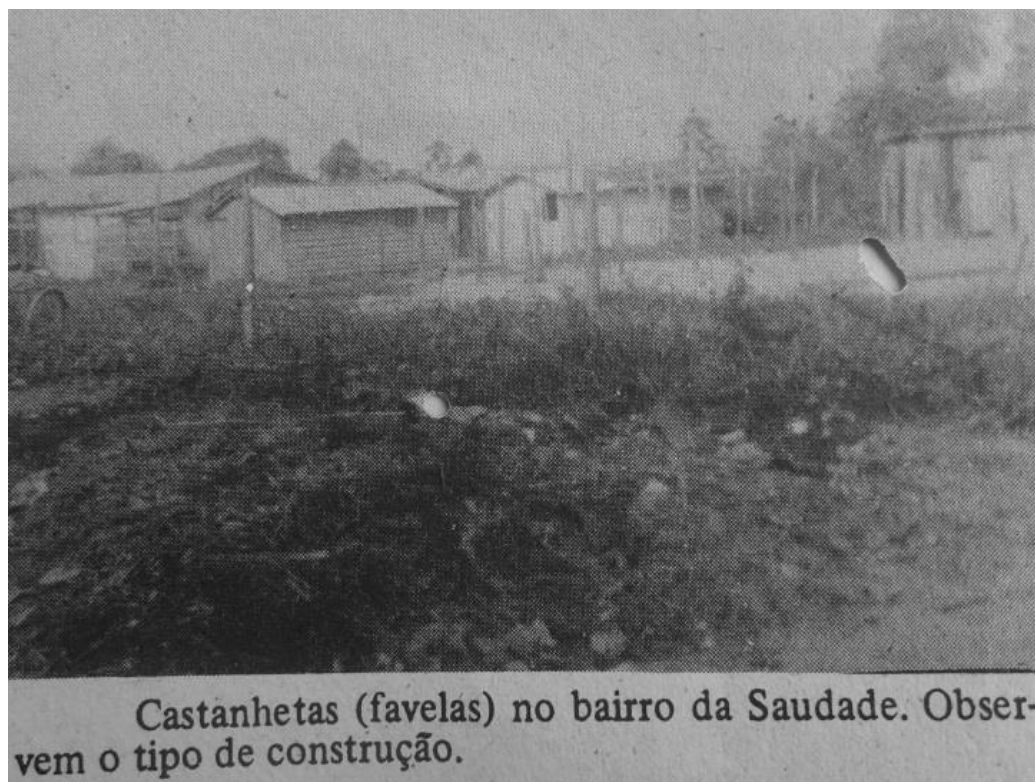


Foto 24 - Áreas urbanas sem serviços básicos
como água, energia e esgoto. Novo Horizonte, 13/01/1978.p.7.



Foto 25 - Bar do Bolinha ou Kati Bar
no Centro Comercial de Castanhal; foi alvo do discurso moralista da imprensa castanhalense. Novo Horizonte, 29/12/1978 a 15/01/1979.p.6.

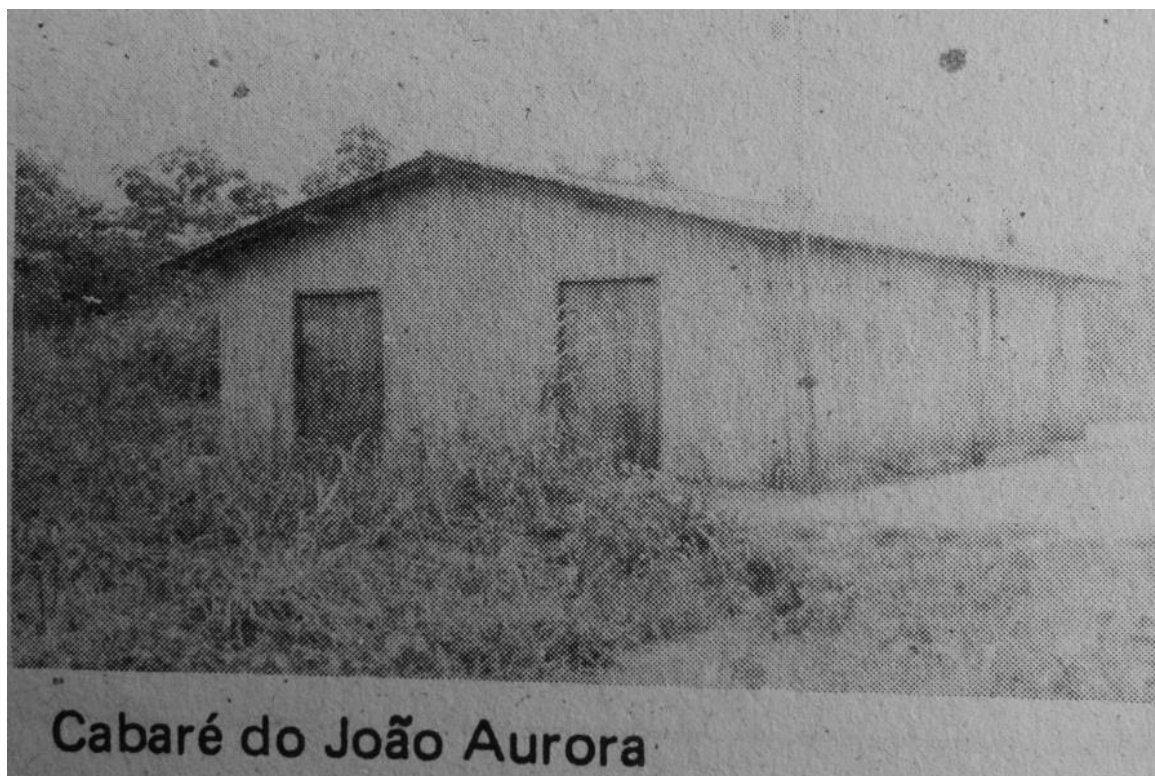


Foto 26 - Cabaré do João Aurora

no bairro do Milagre. João Aurora foi taxado pela imprensa de Castanhal de Patrono da Prostituição. Novo Horizonte, 29/12/1978 a 15/01/1979,p.6.

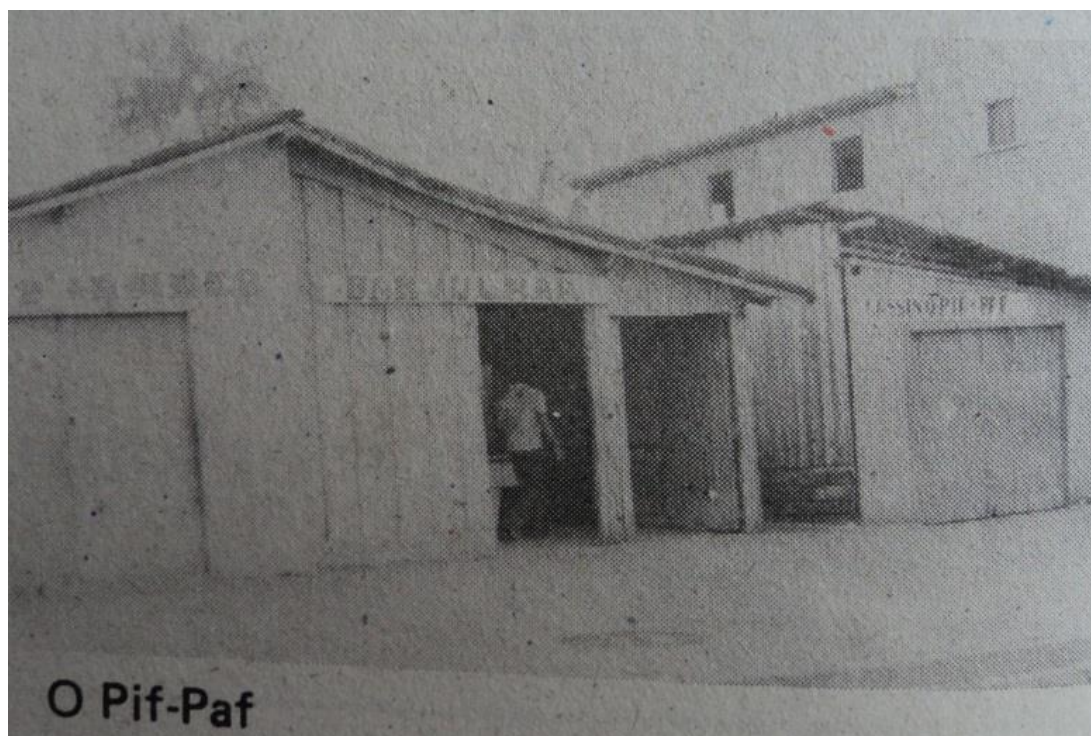


Foto 27 - Um bar (esq.) e o “cassino” Pif-Paf (direita)

no Centro Comercial de Castanhal. Também representava para os jornais impressos da “Cidade Modelo” uma ameaça aos bons costumes da sociedade castanhalense. 29/11/1978 a 15/01/1979,p.6.



Foto 28 - Vista aérea do Mercado Municipal de Castanhal

no centro comercial e defronte da prefeitura. Novo Horizonte, 05/03/1979.Capa.



Foto 29 - João Alves sobreviveu ao linchamento popular

depois de uma tentativa de roubar, de madrugada, uma loja no Centro Comercial de Castanhal. Seu companheiro de assalto não teve a mesma sorte. Jornal de Castanhal, 23/12/1978.p.11.



Foto 30 - A imprensa castanhalense

misturava um discurso moralista e sensacionalista para tratar a violência urbana de Castanhal. *Jornal do Interior*, 11/03/1980.p.8.



Foto 31 - Transbordamento do Igarapé-Castanhal

em março de 1980, atingiu Avenida Barão do Rio, ruas Paes de Carvalho, Coronel Leal e Comandante Assis. *Jornal do Interior*. Capa.



Algumas das vítimas da enchente, na maior parte crianças.

Foto 32 - Muitas famílias ficaram desabrigadas

por causa da enchente do Igarapé-Castanhal. Nessa imagem, os desabrigados foram acolhidos na residência de Miguel Rayol, na Paes de Carvalho. Jornal do Interior, 18/03/1980.p.7.



Foto 33 - Famílias que ocupam terras

que, conforme a Gazeta do Interior, talvez pertencesse a Emília Santiago. Essa área se localiza as margens da estrada que liga Castanhal e São Francisco de Assis. Gazeta do Interior, 8 a 15/07/1980.p.12.

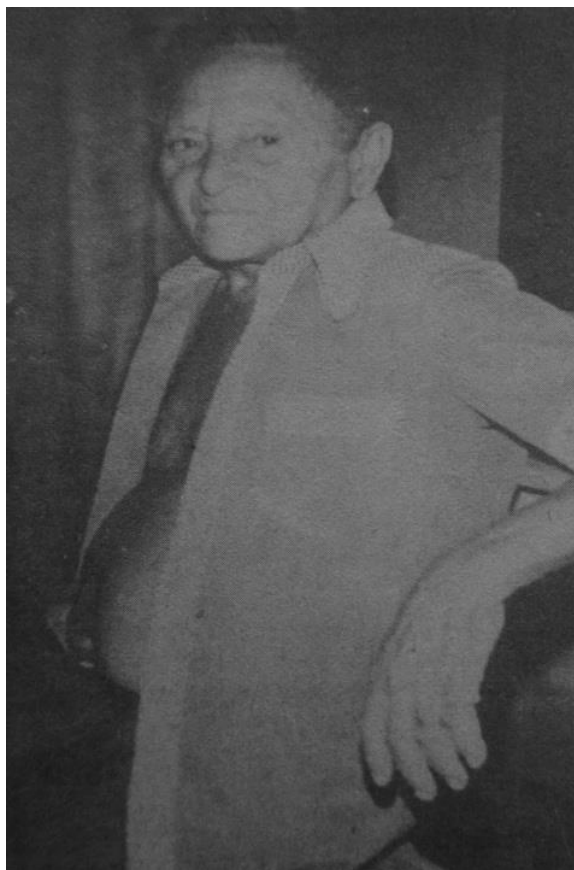


Foto 34 - Pedro Sodré, 75 anos

um dos primeiros que ocuparam as terras das margens da estrada que liga Castanhal - São Francisco do Pará.
Gazeta do Interior, 8 a 15/07/1980.p.12.